



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA DO
SUL**

**UMA MIRADA DESDE A IIRSA E AS LUTAS POR TERRA/TERRITÓRIO NA
BOLÍVIA E NO BRASIL**

MARTA CERQUEIRA MELO

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA DO SUL
UMA MIRADA DESDE A IIRSA E AS LUTAS POR TERRA/TERRITÓRIO NA BOLÍVIA E
NO BRASIL**

MARTA CERQUEIRA MELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza

Linha de Pesquisa: Economia Política
Internacional e Blocos Regionais

Foz do Iguaçu
2019

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA – BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

M528d

Melo, Marta Cerqueira.

Dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil / Marta Cerqueira Melo. - Foz do Iguaçu, 2019.

346 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Nilson Araújo de Souza.

1. Economia da terra. 2. Assentamentos rurais – América Latina. 3. Geografia política – América Latina. 4. Economia Política – América Latina. 5. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IRSA). I. Souza, Nilson Araújo de, Orient. II. Título.

CDU 332.2.021(8)

MARTA CERQUEIRA MELO

DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA DO SUL
UMA MIRADA DESDE A IIRSA E AS LUTAS POR TERRA/TERRITÓRIO NA BOLÍVIA E
NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza
UNILA

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
UNILA

Prof. Dr. Fernando Correa Prado
UNILA

Prof. Dra. Luisa Maria Nunes de Moura e Silva
UFMS

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Agradecer implica em rememorar e em trazer à luz das palavras aquilo que habita os profundos da nossa terra-coração. Começo agradecendo, assim, a minha mãe, Vera Lucia Alves Cerqueira, dona Vera... Minha primeira e mais especial referência de mulher e de política. E ao meu pai, João Bispo de Melo; João de Terto... Com quem aprendi a amar e a valorizar a agricultura e a terra; e que me surpreende, vez ou outra, com as histórias e canções que conserva na memória, recriando tempos passados. A vocês, que me deram a vida e me brindaram com seus cuidados, ensinamentos e exemplos, muito amor e gratidão hoje e sempre. A Verúzia (Ane), Juliana (Juli), Rita, Pedro, Moisés (Zei), Jônatas (Jonas) e José Raimundo (Mundo)... Vocês que me mostraram o caminho da escola quando eu ainda era um bebê e alimentaram a minha curiosidade, essa fome de tudo; de mundo. A Samuel (Bieu), pelas andanças, conversas, amizade e companheirismo. A Gutemberg (Guto), primeiro a ter que sair de casa e do Sítio Ceilão em busca de "um futuro melhor"... Agradeço também às tias e aos tios, primas e primos... Tantas vivências, trocas e aprendizagens... Em especial a Beatriz (tia Bibi), sempre tão presente e atuante nos momentos especiais da família e a Aurelina (tia Nenem), por sua acolhida e apoio em momento decisivo em minha trajetória - assim como Valdir (Val) e Sandra. Às cunhadas e cunhados, que são mais bem irmãs e irmãos, que tornaram mais colorida e diversa a (grande) família - em especial a Manuel, que topou abrir as portas do (à época) recém criado lar pra me acolher. À comunidade do Sítio Ceilão e suas pessoas, que ajudaram a construir e ancorar em mim os sentidos do bem-comum. Às professoras e professores do *Colégio Estadual José Antônio de Almeida*, em especial a Ibiraci, professor, mestre e amigo - quem me apresentou à filosofia, promoveu minhas primeiras incursões no campo das humanidades e me abriu os portões do universo acadêmico. Ao Marcus (*in memoriam*) primeiro grande amor com que me brindou a vida; companheiro de vida, de conversas e teorizações intermináveis sobre temas infinitos... Quem provocou o latinoamericanismo, o compromisso social e político, assim como a crença na Revolução que hoje me animam. Estendo o agradecimento também a sua família e a todo o apoio prestado no duro momento da sua partida, em especial a Claudia e a Heloísa, que seguem até hoje firmes na busca por justiça. Aqui agradeço também ao *Mutirão dos*

Territórios do Baixo Sul da Bahia, na figura do companheiro Leonardo Fiusa; assim como à Teia dos Povos, nas figuras de Solange e do mestre Joelson, pelo apoio, pela colaboração e confiança depositada durante a mais complexa transição de momento de vida por que passei até o presente. Ao professor Carlos Bonfim, com quem tanto aprendi, e ao grupo *Interculturalidades e América Latina*, a partir do qual pude explorar e ampliar os sentidos da integração latino-americana. Ao *Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos* (IHAC), suas professoras e professores pela incrível formação interdisciplinar. À professora Maria Teresa, por estimular um fazer científico construído a partir do reconhecimento do solo em que pisamos; enriquecido pelas problemáticas e conflitos, mas também pela diversidade, pela beleza, pelos ritmos, saberes e sabores dos nossos povos e culturas. Às companheiras e aos companheiros do *Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina* (nosso querido ICAL), em especial à sempre saudosa Raquel (*in memoriam*), Aru, Chichi, Henrique, Hannah, Paula, Besna, Germán, Rapha, Dayque, Santi, Julie... Vivências, debates, festas, viagens, eventos, tretas... Com vocês o mestrado se tornou, além de inesquecível, mais rico e especial! Às funcionárias e aos funcionários da secretaria integrada dos mestrados, e em especial ao secretário do ICAL, Taciano querido, por sua imensa gentileza, bom humor e disposição para facilitar os nossos trâmites acadêmico-institucionais. Agradeço também às professoras e aos professores do ICAL, cujas contribuições foram determinantes para a elaboração deste trabalho e o tratamento dos desafios surgidos ao longo do processo, em especial ao Luciano Wexell, quem me acolheu para o estágio de docência e construiu pontes que facilitaram o trabalho de campo em La Paz; ao queridíssimo Pablo Friggeri, quem co-orientou este trabalho e tantas vezes me emprestou seus ouvidos sensíveis, dissolvendo confusões, suportando angústias e abrindo caminhos; e ao igualmente queridíssimo orientador Nilson Araújo. Foram dois anos de mestrado com o melhor orientador que poderia esperar: daqueles que realmente orientam, acolhem, apontam lacunas e abrem horizontes... Referência acadêmica, política e de vida, que seguirá iluminando a busca pela superação do capitalismo e suas contradições, num projeto de América Latina unida na sua diversidade, e pela autonomia dos nossos povos. Suas palavras e ensinamentos seguirão reverberando, inspirando novas e maiores lutas, na trilha da Revolução! O agradecimento aqui se estende ao professor Fernando Correa e à professora Luísa Moura que, junto com o Pablo e o Nilson, integraram as bancas de qualificação e/ou de defesa desta dissertação e provocaram reflexões, adaptações e recortes (estes mais que tudo, rs), fundamentais para a consolidação da cientificidade do trabalho. Um agradecimento

especial às pessoas contatadas durante os trabalhos de campo no Brasil e na Bolívia, em especial ao Mirko Orgaz, professor da Universidad Mayor de San Andrés, em La Paz, quem ofereceu aí o apoio e suporte decisivos para a realização das entrevistas; e a Sarela Paz, da *Universidad Mayor de San Simón*, em Cochabamba, quem forneceu as informações e os contatos igualmente decisivos para a minha chegada ao TIPNIS. E aqui vale uma *mea culpa*: nem todas as entrevistas aparecem diretamente na composição deste trabalho e nem todos os temas são abordados e/ou aprofundados – o que revela, por certo, os limites da minha capacidade de processamento no decurso do mestrado. Mas, além de terem sido fundamentais para a constituição do que aqui se apresenta, servirão de base para a realização de trabalhos outros, novos, futuros... Por fim, agradeço às amizades de perto e de longe (em especial a Alê e às Binhas); aos companheiros não icalinos da vida em Foz (em especial a Tiago e a Bruno); aos espaços de respiro e resistência nesta cidade (Sudacas, Unila); à Tríplice Fronteira em toda a sua potência (a saudade vai me fazer por vezes voltar); à Universidade pública, gratuita e de qualidade; ao povo brasileiro; ao Lula... Enfim... Gratidão!

Nas grandes batalhas, é preciso saber escolher muito bem a trincheira... Afinal, no campo da luta de classes, o que deve nos guiar é o que vai ser menos pior para quem vive a vida dura do povo... No caminho da revolução, o que ainda conta é a evolução.

Marcus Matraga (*in memoriam*)

...nuestra historia fue dando tumbos, precisamente porque no llegó a ser itinerario, le faltó para ello que le acompañara el sentir americano.

El país o la "nación" fue siempre una empresa de construcción exterior antes que una labor interior.

Rodolfo Kusch – *América Profunda* (1962)

RESUMO

Buscamos com este estudo compreender as inter-relações da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) com a dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul, partindo do acompanhamento de processos de luta/resistência, ligados à temática da terra/território atualmente em curso na região que, de algum modo, se relacionem ativamente com a problemática da integração de infraestrutura e produtiva. Nesse sentido, buscamos na Bolívia melhor conhecer o caso da Terra Comunitária de Origem –Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TCO-TIPNIS), foco de um conflito diretamente associado ao Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) Peru-Brasil-Bolívia da IIRSA. Esse conflito tem como objeto central de tensão a resistência dos povos indígenas que vivem no território à construção prevista de uma rodovia que o atravessará e o dividirá em duas partes. A rodovia integra o projeto de construção da *Red Vial Fundamental* do país, que vem sendo impulsionado nacionalmente através do *Plan de Desarrollo Económico y Social* adotado pelo Estado e regionalmente na América do Sul através da IIRSA-COSIPLAN/UNASUL. No Brasil, está sendo estudado o caso do Assentamento Terra Vista, território fruto da luta pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado da Bahia. O Assentamento, que tem a sua história iniciada no ano de 1992, vem se convertendo em referência na construção de alternativas de desenvolvimento social e produtivo, harmonizando interesses individuais e coletivos, bem como compatibilizando o atendimento às necessidades humanas às lógicas de funcionamento e regeneração da natureza. Desde o ano de 2012 é impulsionada desde aí uma iniciativa de promoção da integração dos povos (Teia dos Povos), autodefinida nos termos de uma articulação em torno da Agroecologia, com inserção *“nos movimentos e comunidades, promotor de mudanças para uma nova sociedade a partir da emancipação, autonomia e dignidade do ser humano, da Mãe Terra e das suas sementes”*. O empenho metodológico do trabalho volta-se aos campos da Teoria Marxista da Dependência, dos Estudos Decoloniais e da Geografia Política, estabelecendo Escalas de análise de Economia Política da América Latina para o desenvolvimento e/ou bem viver, por uma Integração dos Povos.

Palavras-chave: Integração Sul-Americana. Produção Capitalista do Espaço. Integração dos Povos. Infraestrutura. Território.

RESUMEN

En este estudio, buscamos comprender las interrelaciones de la iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) con la dinámica contemporánea de expansión del capital en América del Sur, desde el acompañamiento de procesos de lucha/resistencia ligados a la temática de la tierra/territorio actualmente vigente en la región que, de alguno modo, se relacionen activamente con la problemática de la integración de infraestructura y productiva. En ese sentido, buscamos en Bolivia mejor conocer el caso de la Tierra Comunitaria de Origen –Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TCO-TIPNIS), foco de un conflicto directamente asociado al Eje de Integración y Desarrollo (EID) Peru-Brasil-Bolivia de IIRSA. Ese conflicto tiene como objeto central de tensión la resistencia de los pueblos indígenas que viven en el territorio a la construcción prevista de una carretera que le va a atravesar y dividir en dos partes. La carretera integra el proyecto de construcción de la *Red Vial Fundamental* del país, que es impulsado nacionalmente a través del *Plan de Desarrollo Económico y Social* implementado por el Estado y regionalmente en Suramérica a través de IIRSA-COSIPLAN/UNASUL. En Brasil, estudiamos el caso del *Assentamento Terra Vista* (ATV), territorio fruto de la lucha por reforma agraria del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), situado en el estado de Bahía. El ATV, que tiene su historia iniciada en 1992, se ha convertido en referencia de alternativas de desarrollo social y productivo, al armonizar intereses individuales y colectivos, así como compatibilizar la provisión de las necesidades humanas a las lógicas de funcionamiento y regeneración de la naturaleza. Desde el año 2012 se impulsa desde ahí una iniciativa de promoción de la integración de los pueblos (*Teia dos Povos*), que se auto-define en términos de una articulación al rededor de la Agroecología, con inserción “*en los movimientos y comunidades, promotor de cambios hacia una nueva sociedad a partir de la emancipación, autonomía y dignidad del ser humano, de la Madre Tierra y sus semillas*”. El esfuerzo metodológico del trabajo se dirige a los campos de la Teoría Marxista de la Dependencia, de los Estudios Decoloniales y la Geografía Política, estableciendo Escalas de análisis de Economía Política de América Latina hacia el desarrollo y/o bien vivir, por una Integración de los Pueblos.

Palabras-clave: Integración Sudamericana. Producción Capitalista del Espacio. Integración de los Pueblos. Infraestructura. Territorio.

ABSTRACT

We seek in this work to understand the interrelationships between the initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA) and the contemporary dynamics of capital expansion in South America, based on the accompaniment of struggle/resistance processes, related to the theme of land/territory currently underway in the region that, in some way, is actively related to the problems of infrastructure and productive integration. In this sense, we look for Bolivia to better understand the case of the Community Land of Origin – Indigenous Territory and Isiboro Sécore National Park (Tierra Comunitaria de Origen – Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore – TCO-TIPNIS), the focus of a conflict directly associated with the Peru-Brazil-Bolivia Development Integration Axis (Development Integration Hub – EID) of the IIRSA. This conflict has as its central object of tension the resistance of the indigenous peoples living in the territory to the planned construction of a highway that will cross it and divide it into two parts. The highway integrates the construction of the country's *Red Vial Fundamental* project, which has been boosted nationally through the Economic and Social Development Plan (*Plan de Desarrollo Económico y Social*) adopted by the State and regionally in South America through IIRSA-COSIPLAN/UNASUR. In Brazil, the case of the Terra Vista Settlement, a territory fruit of the agrarian reform struggle of the Landless Rural Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) in the state of Bahia, is being studied. The Settlement, which has its history started in 1992, has become a reference in the construction of alternatives for social and productive development, harmonizing individual and collective interests, as well as matching the human needs to the logic of operation and regeneration of the nature. Since the year 2012, an initiative to promote the integration of peoples (Teia dos Povos), self-defined in terms of an articulation around Agroecology, has been promoted since then, with insertion “*in movements and communities, promoter of changes for a new society to from the emancipation, autonomy and dignity of the human being, Mother Earth and its seeds*”. The methodological commitment of the work returns to the fields of the Marxist Theory of Dependence, Decolonial Studies and Political Geography, establishing Scales of analysis of Political Economy of Latin America for the development and / or well living, for an Integration of the Peoples.

Keywords: South American Regionalism. Capitalist Production of Space. Integration of the Peoples. Infrastructure. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sequência ideológica da Grécia à Europa Moderna.....	12
Figura 2: Mundo: grandes culturas e áreas de contato em fins do século XV. Falta de base empírica para uma "história mundial".....	12
Figura 3: Desenho metodológico. Aspectos formais.....	20
Figura 4: Desenho metodológico. Aspectos de fundo.....	24
Figura 5: Horizonte de sentido que embala a construção metodológica deste trabalho. Dimensões que aportam os conteúdos do método.....	35
Figura 6: Ato cultural em apoio ao CEDIB.....	55
Figura 7: Localização do TIPNIS na Bolívia.....	87
Figura 8: Terra Comunitária de Origem – Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TCO-TIPNIS).....	89
Figura 9: TCO-TIPNIS: Sub-região 3 (Área de Colonização de povos indígenas de terras altas – Polígono 7).....	90
Figura 10: Mapa da Red Vial Fundamental 2018 – Bolívia.....	93
Figura 11: Mapa dos Corredores de Exportação da Bolívia.....	94
Figura 12: Trechos da Rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Moxos – Bolívia.....	96
Figura 13: IIRSA. EID do Amazonas (ampliado). Vinculação com o EID Peru-Bolívia-Brasil	98
Figura 14: Localização da cidade de San Borja. Trajeto da 8ª Marcha Indígena: Trinidad – La Paz.....	100
Figura 15: TIPNIS – Comunidades beneficiadas pela rodovia.....	106
Figura 16: Ministerio de Hidrocarburos y Energía. Bolívia, coração energético da América do Sul.....	109
Figura 17: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. Bolívia, coração da América do Sul.....	110
Figura 18: "Espinha de peixe": vista satelital da região do Chapare na Bolívia. À esquerda (canto superior), Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore. Fonte: Google Maps.....	114
Figura 19: Bolívia: mapa das áreas protegidas.....	115
Figura 20: Bolívia: áreas com potencial hidrocarburífero.....	116
Figura 21: Localização Assentamento Terra Vista – Território de Identidade Litoral Sul – Bahia (Brasil).....	121

Figura 22: Territórios de Identidade da Bahia.....	122
Figura 23: II Encontro de Mulheres da Teia – 2018.....	144
Figura 24: Programa de Desenvolvimento Econômico e Social da Mata Atlântica – Teia dos Povos / CIMA.....	145
Figura 25: Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado da Bahia. Versão preliminar (2013). Destaque nosso para a zona em que se encontra o Assentamento Terra Vista..	149
Figura 26: Localização do município de Arataca e da Região do Porto Sul na ZEE/BA – 27.....	150
Figura 27: Ordenamento Produtivo dos territórios baianos nos marcos do Planejamento Territorial do Estado – 2013.....	151
Figura 28: Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Ilhéus – Bahia.....	152
Figura 29: Projetos do Grupo 08 do Eixo de Integração e Desenvolvimento do Amazonas da IIRSA.....	153
Figura 30: Mapa base das ferrovias da VALEC – Brasil [adaptado].....	155
Figura 31: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).....	156
Figura 32: Ilustração do futuro Porto de Ilhéus.....	157
Figura 33: Quadro teórico-conceitual geral que favorecerá a visualização das formas concretas assumidas pelo modo de produção capitalista em espaços territoriais específicos.....	205
Figura 34: Quadro teórico-conceitual geral que favorecerá a visualização de espaços territoriais produzidos por outros modos de produção para além do capitalista.....	206
Figura 35: Quadro teórico-conceitual que favorecerá a visualização de modos de produção capitalista e não capitalista em espaços territoriais específicos.....	211
Figura 36: IIRSA – Eixos de Integração e Desenvolvimento.....	241
Figura 37: IIRSA – Projetos e Financiamento.....	243
Figura 38: Projetos do EID Peru-Bolívia-Brasil.....	244
Figura 39: Grupos de Projetos do EID Peru-Bolívia-Brasil.....	245
Figura 40: Grupos de Projetos do EID do Amazonas.....	246

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Concentração em frente à <i>Universidad Mayor de San Andrés</i> (UMSA) para manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 pelo governo do presidente Evo Morales. La Paz, janeiro de 2018.....	55
Fotografia 2: Bloqueio policial à manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 pelo governo do presidente Evo Morales. La Paz, janeiro de 2018.....	56
Fotografia 3: <i>Paro Médico en Bolivia</i>	57
Fotografia 4: Marcha e manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 pelo governo do presidente Evo Morales. La Paz, janeiro de 2018.....	58
Fotografia 5: Manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 em Cochabamba – Bolívia, 2018.....	59
Fotografia 6: Manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 em Cochabamba – Bolívia, 2018.....	59
Fotografia 7: " <i>21 de Febrero: Bolivia dijo no</i> ". Santa Cruz de la Sierra, 2018.....	60
Fotografia 8: Reunião com integrantes da Subcentral TIPNIS na cidade de Trinidad, fevereiro de 2018.....	62
Fotografia 9: Reunião com integrantes da Subcentral TIPNIS na cidade de Trinidad, fevereiro de 2018.....	63
Fotografia 10: Reunião com integrantes da Subcentral TIPNIS na cidade de Trinidad, fevereiro de 2018.....	63
Fotografia 11: Margem do rio Mamoré. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni – Bolívia, 2018.....	64
Fotografia 12: Família levando mercadoria para ser vendida em Trinidad. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni – Bolívia, 2018.....	64
Fotografia 13: Fluxos e transporte de produtos através dos rios. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni – Bolívia, 2018.....	65
Fotografia 14: Fluxos através dos rios. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni – Bolívia, 2018.....	65
Fotografia 15: Casa mojeña trinitária em tempos de cheia dos rios (inundaciones). Entrada no TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni – Bolívia, 2018...	66
Fotografia 16: Chegada na comunidade de Gundonovia. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni – Bolívia, 2018.....	66
Fotografia 17: Comunidade de Santa María – TIPNIS. Visita às plantações de milho e	

arroz.....	67
Fotografia 18: Marta, suas filhas e filho. Comunidade de Santa María – TIPNIS.....	67
Fotografia 19: Cozinha mojeña e as inundações: marco do início da cheia dos rios em 2018.....	67
Fotografia 20: Infraestrutura da comunidade de Santa María: painéis solares, antenas de rádio e centro comunitário de reuniões.....	69
Fotografia 21: Comunidade de Santa María – TIPNIS.....	69
Fotografia 22: Cultivos alimentares na comunidade de Santa María – TIPNIS.....	70
Fotografia 23: Margem do rio Isiboro, viagem ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad, departamento de Beni – Bolívia, 2018.....	70
Fotografia 24: Agrovila. Assentamento Terra Vista, Bahia – Brasil, 2018.....	73
Fotografia 25: Mutirão comunitário mensal. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil.....	73
Fotografia 26: Mutirão comunitário mensal. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil.....	74
Fotografia 27: Mutirão comunitário mensal. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil.....	74
Fotografia 28: Frente da Escola Municipal Florestan Fernandes. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil, 2018.....	75
Fotografia 29: Preparação do almoço de comemoração do dia das mães. Assentamento Terra Vista, 2018.....	75
Fotografia 30: Mulheres fazendo a guarda na guarita do Assentamento.....	76
Fotografia 31: Estudantes no final de mais um dia de aula. Assentamento Terra Vista, Bahia – Brasil, 2018.....	76
Fotografia 32: Centro Integrado Florestan Fernandes. Assentamento Terra Vista, Bahia – Brasil.....	77
Fotografia 33: Horta. Assentamento Terra Vista, Bahia – Brasil, 2018.....	77
Fotografia 34: Colheita do cacau. Assentamento Terra Vista, Bahia – Brasil, 2018.....	78
Fotografia 35: Museu da história Genética do Cacau do Sul da Bahia no município de Gandu.....	79
Fotografia 36: Cacau e suas variedades. Museu da história Genética do Cacau do Sul da Bahia no município de Gandu.....	79
Fotografia 37: Fábrica-Escola de Chocolate do Baixo Sul da Bahia. Município de Gandu, 2018.....	80
Fotografia 38: Processo do chocolate. Fábrica-Escola de Chocolate do Baixo Sul da Bahia. Município de Gandu, 2018.....	80
Fotografia 39: Entrada da agrofloresta criada por Ernst Götsch em fazenda de cacau	

abandonada após a crise da vassoura-de-bruxa no município de Pirai do Norte – Baixo Sul da Bahia, Brasil.....	81
Fotografia 40: Interior da agrofloresta criada por Ernst Götsch em fazenda de cacau abandonada após a crise da vassoura-de-bruxa no município de Pirai do Norte – Baixo Sul da Bahia, Brasil.....	81
Fotografia 41: I Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad – Bolívia, 1990.....	89
Fotografia 42: VIII Marcha Indígena nas proximidades da cidade de La Paz.....	97
Fotografia 43: Cerco policial ao acampamento da 8ª Marcha Indígena nas imediações de San Borja.....	99
Fotografia 44: Massacre de Chaparina (Beni) - Bolívia, 2011.....	100
Fotografia 45: Fazenda Bela Vista desapropriada para fins de Reforma Agrária (1994).....	124
Fotografia 46: Bandeira do MST na Ocupação da Fazenda Bela Vista – Arataca, 1992.....	125
Fotografia 47: Acampamento do MST na Fazenda Bela Vista – Arataca, 1992.....	125
Fotografia 48: Primeiros passos da Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda. (COOPRASUL).....	127
Fotografia 49: Beneficiamento de bananas produzidas no Assentamento.....	128
Fotografia 50: Assentadxs raspando mandioca nos primeiros anos da COOPRASUL. .	128
Fotografia 51: Plantio de abacaxi.....	129
Fotografia 52: Pesca nos tanques de piscicultura.....	130
Fotografia 53: Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos.....	131
Fotografia 54: Centro Integrado Florestan Fernandes.....	132
Fotografia 55: Vista do Assentamento antes da transição agroecológica – 1997/1999..	134
Fotografia 56: Vista do Assentamento após a transição agroecológica – 2016.....	135
Fotografia 57: Chocolate orgânico produzido no Assentamento.....	136
Fotografia 58: II Marcha de solidariedade da Teia dos Povos com o Povo Tupinambá..	139
Fotografia 59: I Mutirão dos Territórios do Baixo Sul – Comunidade de Graciosa – Março, 2016.....	140
Fotografia 60: Fábrica-Escola de Chocolate em processo de implantação – Assentamento Terra Vista, maio de 2018.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABC	Administradora Boliviana de Carreteras
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANARESCAPYS	Asociación Nacional de Regante y Sistemas Comunitarios de Agua Potable y Saneamiento
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
API	Agenda de Projetos Prioritários de Integração
APG	Asamblea del Pueblo Guaraní
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ASC	Aliança Social Continental
ATV	Assentamento Terra Vista
BALADRE	Coordinación contra la precariedad, el empobrecimiento y la exclusión
BAMIN	Bahia Mineração
BIAP	Programa de Biodiversidad y Áreas Protegidas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEDIB	Centro de Documentación y Información Bolivia
CEDLA	Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFA	Conselho Federal de Administração
CIDOB	Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia
CIES	Consejo Interamericano Económico y Social
CIMA	Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo

CMC	Convenção sobre Mudanças Climáticas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNRA	Consejo Nacional de Reforma Agraria
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMAQ	Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyu
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPRASUL	Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda.
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPEMB	Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni
CPESC	Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz
CSCB	Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia
CSUTCB	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
CZPE	Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual
EAE	Evaluación Ambiental Estrategica
EBC	Empresa Estratégica Boliviana de Construcción y Conservación de Infraestructura Civil
EPI	Economia Política Internacional
EID	Eixos de Integração e Desenvolvimento
ELZN	Ejército Zapatista de Liberación Nacional
EMC	Eficiência Marginal do Capital
ENRC	Eurasian Natural Resources
ERG	Eurasian Resources Group
EUA	Estados Unidos da América
EVTEA	Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
FICO	Ferrovia de Integração Centro-Oeste
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNMIOC-BS	Federación Nacional de Mujeres Indígenas, Originarias y Campesinas Bartolina Sisa
FNS	Ferrovia Norte-Sul

FOBOMADE	Foro Boliviano sobre Desarrollo y Medio Ambiente
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Taxas
GOU	Grupo de Oficiales del Ejército
GTZ	Sociedad Alemana para la Cooperación Técnica
IBC	Instituto Biofábrica de Cacau
IFBaiano	Instituto Federal Baiano
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INC	Instituto Nacional de Colonización
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPSP	Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos
MAPZA	Proyecto de Manejo de Áreas Protegidas y Zonas de Amortiguación
MAS	Movimiento al Socialismo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST-B	Movimiento de Trabajadores Campesinos SinTierra de Bolivia
MT	Ministério dos Transportes
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
OGM	Organismos Genéticamente Modificados
OIC	Organização Internacional do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSAL	Observatorio Social de América Latina
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBB	Peru – Bolívia – Brasil
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDES	Plan de Desarrollo Económico e Social
PDT	Política de Desenvolvimento Territorial
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Pluri – Anual

Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
REMTE	Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía
RI	Relações Internacionais
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SEP/PR	Secretaria de Portos da Presidência da República
SERNAP	Servicio Nacional de Áreas Protegidas
SI	Sistema Internacional
SIP	Sistema de Informação de Projetos
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Bolivia
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPS	Sanitary and Phytosanitary Measures
TCO	Tierra Comunitaria de Origen
TI	Território Indígena
TIPNIS	Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure
TBT	Technical Barriers to Trade
TUP	Terminal de Uso Privativo
UCR	Unión Cívica Radical
UDR	União Democrática Ruralista
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USAID	United States Agency for International Development
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia
ZAMBRA	Iniciativas Sociales desde la Lucha Social y Comunitaria
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
--------------------------	-----------

PREÂMBULO METODOLÓGICO

PENSAR AMÉRICA. CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E CONCEITUAIS PARA UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA.....	02
---	-----------

I. A tradição de pensamento ocidental moderna/colonial e a América Latina.....	03
---	-----------

I.i. Epistemologia e ciências sociais: a problemática latino-americana.....	12
---	----

I.ii. A dialética subjetividade-objetividade: o subjetivo/simbólico, os imaginários sociais e o social-histórico. Considerações sobre a teoria marxista da história.....	15
--	----

II. Para uma metodologia da etnografia: na trilha de uma antropologia filosófica....	30
---	-----------

II.i. A filosofia na América Latina como questão antropológica.....	32
---	----

II.ii. Rodolfo Kusch e a filosofia do trabalho de campo.....	38
--	----

PARTE 1 – ETNOGRÁFICA

MIRADAS MULTIESCALARES SOBRE O TERRITÓRIO INDÍGENA E PARQUE NACIONAL ISIBORO SÉCURE (TIPNIS), NA BOLÍVIA E O ASSENTAMENTO TERRA VISTA (MST – BAHIA), NO BRASIL.....	44
--	-----------

1.1. Onde se encontram o científico, o pessoal e o político: o lugar filosófico ocupado neste trabalho e seu contexto geral.....	45
--	----

1.2. Instrumentos e diálogos.....	49
-----------------------------------	----

1.3.Casos e contextos.....	82
----------------------------	----

1.3.1. O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (Bolívia).....	82
--	----

1.3.2. O caso do Assentamento Terra Vista – Arataca/Bahia (Brasil).....	116
---	-----

PARTE 2 – TEÓRICA

ESCALAS PARA UMA ANÁLISE DE ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA. .	161
---	------------

2.1. Introdução.....	162
----------------------	-----

2.2. Escala de análise da economia-mundo capitalista.....	164
---	-----

2.2.1. Algumas considerações geopolíticas.....	164
--	-----

2.2.2. Sistema-mundo e os ciclos sistêmicos de acumulação.....	166
--	-----

2.2.3. A América e o sistema-mundo moderno/colonial.....	173
--	-----

2.2.4. Capitalismo e imperialismo: teoria marxista das crises, onda larga e padrão de reprodução do capital.....	181
--	-----

2.2.5. Dinâmica de expansão do capital na América Latina	186
2.3. Escala Territorial de Análise.....	187
2.3.1. Economia política internacional e território: considerações epistemológicas.....	187
2.3.2. Economia, globalização e território: apontamentos preliminares.....	191
2.3.3. Origens agrárias do capitalismo e produção capitalista do espaço.....	196
2.3.4. Produção capitalista do espaço latino-americano: formação socioespacial dependente e renda da terra.....	202
2.3.5. Território: articulando concepções, tecendo aproximações.....	207
2.4. Escala de Análise do Estado e da Política (Pluri)nacionais.....	213
2.4.1. Sistema Internacional e Sistema Interestatal.....	213
2.4.2. O Estado e a Economia-Mundo Capitalista.....	216
2.4.3. Estado e a questão da soberania na América Latina.....	223
2.4.4. Novo constitucionalismo, plurinacionalização do Estado e a consolidação dos direitos dos povos indígenas no sistema internacional.....	227

PARTE 3 – HISTÓRICA

DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA MIRADA DESDE A IIRSA E AS LUTAS POR TERRA/TERRITÓRIO NA BOLÍVIA E NO BRASIL.....	233
3.1. Introdução.....	234
3.2. Onda Larga do Pós-Segunda Guerra Mundial e a Economia Internacional Contemporânea.....	235
3.2.1. Integração, Desenvolvimento e Infraestrutura no espaço Sul-Americano.....	238
3.3. Integração Econômica, Infraestrutura e Meio Ambiente: um exame dos entrecruzamentos institucionais entre Economia, Política e Cultura no Sistema Internacional.....	248
3.3.1. Economia Política Internacional, Sistema Internacional e Meio Ambiente. Algumas definições e entendimentos.....	250
3.3.2. Convenção sobre Diversidade Biológica (1992) e o Acordo TRIPs (1994).....	254
3.3.3. Neoeextrativismo e a irrupção de um novo padrão de conflitividade na região.....	258
3.4. Integração Econômica, Agricultura e Reforma Agrária.....	261
3.4.1. A atualização das lutas por terra/território, novos movimentos sociais e o Movimento Indígena das terras baixas da Bolívia.....	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	292

REFERÊNCIAS.....	298
APÊNDICES.....	315
Apêndice A.....	316
Apêndice B.....	318
Apêndice C.....	320
Apêndice D.....	321

APRESENTAÇÃO

Realidades locais atravessadas por dinâmicas globais. Este é o (complexo) ambiente que recebe a quem, como eu, nasce na década de 1990 em países da periferia da economia-mundo capitalista. Mais precisamente em países latino-americanos, universo privilegiado na construção deste trabalho. Seres sociais que (também) somos, este trabalho surge, por um lado, assim, do esforço por compreender os condicionantes econômicos e políticos do existir no lugar de onde vim, a comunidade Sítio Ceilão – Santanópolis/BA. Daí o recorte espacial do subcontinente Sul-Americano em específico. Por outro lado, ele reflete uma agenda de pesquisa que vai surgindo, como fruto deste esforço inicial, muito influenciada pelo primeiro contato com a “História econômica do Brasil” e as versões que ajudam a explicar a sorte de fatores que erigem o “campo” como este espaço que, apesar de toda a diversidade, oferece certas estruturas comuns em que se inscreve a existência de quem nele habita ou (man)têm fincadas as suas raízes.

Em relação a este segundo aspecto, cabem umas palavras mais. Acerca do porquê da Bolívia e do Brasil e, em especial, dos casos aqui estudados – o do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS) e o do Assentamento Terra Vista, na contemporaneidade, direta e/ou indiretamente, interpelados pela dinâmica política e econômica materializada pela iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ambos os casos nos informam sobre as violências históricas que conformam a nossa latinoamericanidade compartilhada, mas também sobre a insubordinação que elas inspiram e as formas de re-existência a que – individual e coletivamente – frente a elas, vamos tecendo para tornar possível (e boa) a vida.

A estrutura do trabalho é constituída por um preâmbulo metodológico e três partes, que gravitam em torno da experiência etnográfica e do acercamento dos casos estudados. São eles que orientam as incursões feitas, posteriormente, na segunda e terceira partes, respectivamente, nos campos da teoria e da história, na direção do objetivo geral do trabalho, que é o de compreender a dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul.

PREÂMBULO METODOLÓGICO

PENSAR AMÉRICA. CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E CONCEITUAIS PARA UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA¹

¹ Este preâmbulo foi apresentado em versão preliminar no *I Congresso Internacional de Filosofia Latino-Americana*, que ocorreu na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, entre os dias 24 e 27 de setembro de 2018, na cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil. O evento foi organizado pelo curso de Licenciatura em Filosofia do Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da referida Universidade. Ver: <<http://1ocongressofilosofialatinoamericana.blogspot.com/2018/09/resumos.html>>. E foi submetido, nesta atual versão, ao *XXXII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)* a ocorrer em Lima – Peru em dezembro de 2019. Ver: <<https://www.alasperu2019.pe/>>.

I. A tradição de pensamento ocidental moderna/colonial e a América Latina

No campo das Humanidades, pensar a América Latina implica o desafio de encontrarmos bases filosóficas que nos permitam superar a tradição de pensamento que ignora ou busca justificar o fato de que a Modernidade ocidental se sustentou no processo de invasão, dominação e colonização dos territórios que integram a chamada América. Nesta tradição de pensamento, a transição da Idade Média para a Modernidade – contexto de transição do feudalismo para o capitalismo –, marca o surgimento de novas formas de perceber e buscar conhecer o mundo, potencializando a emergência de novas correntes filosóficas, que serviram de base para novas ciências – passando a filosofia do teocentrismo para o antropocentrismo, através das transformações ocorridas no bojo do Renascimento Cultural e Científico. No mundo ocidental, durante a Idade Média (séc. V ao séc. XV), enquanto a economia baseava-se na agricultura e a sociedade era estamental, composta pelo clero, pela aristocracia (nobres) e pelos servos, a ideia de conhecimento era baseada no teocentrismo, na ideia de Deus como centro do universo e da Igreja como representação de fé e autoridade. Esta era a base das explicações e justificativas para os fenômenos naturais, culturais, econômicos; das representações artísticas (pinturas, esculturas); da Escolástica como modelo pedagógico, etc.². A conformação do que seria a Modernidade se dá, assim, na transição da economia feudal para a capitalista, estimulada pelo desenvolvimento das relações comerciais, pelas Grandes Navegações, pelos “Descobrimentos”/Colonizações (LIMA & MONTEIRO, 2017).

Como defende Zea (2005), Descartes será o filósofo que conscientizará a Europa da sua própria identidade, traçando, ademais, o próprio programa da modernidade, nos termos de uma ordem formada por “homens”³ livres e iguais entre si. Questionando os

2 “Ainda no início do século XV, a Escolástica apesar de ser um modelo pedagógico nascido no século XI, mantinha-se forte. Este paradigma teve como precursor São Tomás de Aquino que [...] soluciona as antinomias entre o aristotelismo e a filosofia cristã e elabora uma síntese entre o aristotelismo e a tradição herdeira do platonismo de Santo Agostinho” (CHIZZOTTI, 2014, p.10.) Conciliando fé e razão, cabe ressaltar que a razão da qual se fala aqui é a razão do inatismo, ideia de Platão que defende que temos ideias antes de nascer. Nessa conciliação, Tomás de Aquino não sobrepôs razão sobre a fé afirmando que “– Fé e razão provêm ambas de Deus – logo, não se podem opor realmente. – No entanto, como a razão humana não pode ter a pretensão de ser a razão absoluta, deve aceitar o controle da fé” (LIMA & MONTEIRO, 2017, p. 8-9).

3 Numa abordagem wittgensteiniana da relação entre linguagem, gênero e filosofia, Ribeiro (2013) demonstra a não neutralidade da linguagem, bem como dos valores e conceitos que ela fornece, sobre a questão de gênero. Nesse sentido, cabe aqui uma consideração sobre a recorrência com que o substantivo masculino “homem” é empregado na referência que se faz, seja no campo da Filosofia, seja no da Antropologia, à espécie humana “em geral”. Embora a questão não seja aqui diretamente abordada e este tipo de uso seja também feito ao longo do texto, ele provoca a reflexão e, em alguma medida, o tratamento da questão de gênero no processo de investigação/trabalho, indicando a importância do seu aprofundamento na

dogmas religiosos, colocando-se questões sobre o conhecimento verdadeiro, Descartes inicia o debate filosófico sobre a teoria do conhecimento, na medida em que busca “em sua consciência, em sua razão”, algo capaz de dirimir ou transcender todas as diferenças⁴:

algo firme, seguro, que ninguém possa pôr em dúvida e discutir: a razão. Razão que parte do “eu penso logo sou ou existo”; não se pode duvidar desse princípio sem racionalizar acerca da mesma dúvida. A partir deste reconhecimento racional, o indivíduo afirma sua existência, e, com ela, o mundo que em volta dele e sobre o qual deverá atuar (ZEA, 2005, p.279-280).

“O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada.” É com essa frase que Descartes inicia a primeira parte do seu Discurso do Método [2009; (1637)], espécie de sistematização da jornada intelectual a que se lança na tentativa de eleger as bases seguras sobre as quais se poderia assentar o conhecimento. Em certa medida influenciado pelo humanismo, ele parte do pressuposto de que todos os seres humanos eram dotados de certa faculdade do intelecto, capaz de lhes possibilitar a compreensão da realidade através da clara distinção entre o verdadeiro e o falso. Tal faculdade, o bom senso, ou a razão, embora estivesse presente em todas as pessoas de igual modo, seria por meio da sua aplicação prática que denotaria a expressão máxima da sua potencialidade enquanto “filtro” dos julgamentos humanos.

É nesse sentido, pois, que Descartes enfrenta a questão do desenvolvimento de um método que lhe permitisse se acercar do conhecimento de modo seguro, sem que incorresse ao erro e, portanto, através do alcance da verdade das coisas. Assim, ele formula quatro regras fundamentais que, segundo acreditava, se corretamente aplicadas, conduziriam os sujeitos à verdade. Estas regras eram a evidência, a divisão, a ordenação e a enumeração, e se relacionariam, por sua vez, respectivamente, com as tarefas de proceder com clareza e distinção diante daquilo que apareceria diretamente ao entendimento; com a subdivisão do problema em partes; com o estabelecimento de medidas e de uma ordenação do pensamento, partindo do mais simples para o mais complexo; e com a realização de uma enumeração dos dados e revisões gerais.

posteridade.

4 “Descartes foi testemunha das cruentas guerras religiosas entre católicos e protestantes, sabe da sangrenta matança de São Bartolomeu em Paris, dos sacrifícios de Giordano Bruno e Miguel Servet em prol de um fanatismo duplo que repugna a razão” (ZEA, 2005, p. 279)

Estes quatro preceitos básicos configurar-se-iam, enfim, enquanto caminho pelo qual o ser humano superaria o ceticismo que o paralisaria diante das incertezas provenientes da utilização dos sentidos e da percepção na busca pela aquisição do verdadeiro conhecimento. A partir de então, novas questões surgem para o filósofo que, assim, indaga acerca do sujeito do conhecimento, das potencialidades e limitações deste e da viabilidade da superação do ceticismo e o conseqüente alcance da verdade das coisas, questões estas superficialmente ainda consideradas no Discurso do Método [2009; (1637)] e, mais tarde, nas Meditações Metafísicas [2013; (1641)], mais profundamente explanadas pelo filósofo.

Continuando a sua jornada rumo ao estabelecimento de pressupostos científicos seguros, Descartes, considerando a falibilidade do seu método, uma vez que os sentidos humanos o podem expor a enganos, põe, na primeira meditação, em suspeita todas as suas crenças pregressas, inclusive a que o aproxima de Deus. A dúvida é adotada nesse momento pelo filósofo enquanto método, uma espécie de crivo ao qual submeterá tudo o que lhe pode, de algum modo, embotar o entendimento e, assim, comprometer-lhe o almejado encontro da verdade. Em seguida, ao avançar na resolução da questão acerca do sujeito do conhecimento, constatando, através do próprio ato de duvidar, a sua existência, e ao promover a simbólica separação entre o entendimento e a matéria biológica de que é formado o corpo humano, ele se depara com três conhecimentos certos e indubitáveis, a saber, (1) para ser enganado é preciso existir; (2) o ser que duvida é um pensamento puro; (3) o pensamento é mais facilmente cognoscível do que o corpo.

Com isso, Descartes passa a destrinchar o conhecimento a partir da criação de categorias formuladas em decorrência dos dois meios fundamentais de aquisição do conhecimento, caracterizados pelo conhecimento sensível, proveniente dos sentidos e dependente, portanto, da imaginação/representação, e o conhecimento intelectual, dotado de clareza e distinção e, por isso mesmo, considerado, pelo filósofo, superior ao sensível. Relacionado à coisa extensa, o conhecimento sensível apresenta-se, tão somente, num determinado espaço, vindo a chegar enquanto conteúdo no intelecto/entendimento humano através do intermédio dos sentidos. Este conteúdo, todavia, só pode chegar ao entendimento enquanto ideia e não como imagem da extensão que o corpo ocupa no espaço, assinalando, dessa maneira, a diferença entre as faculdades do entendimento e da imaginação.

Considerando, assim, que as ideias constituem-se como parte essencial do que, em última instância, é chegado a cada pessoa por efeito do seu contato consigo mesma e

com o mundo, e, ainda, que os conceitos de verdadeiro e de falso não podem ser aplicados a elas, Descartes considera necessária a realização de um exame das ideias e da sua natureza, vindo a elaborar, com isso, três categorias fundamentais de ideias, as inatas, as adventícias e as fictícias, provenientes, segundo aponta, da “luz natural”/razão. Elas seriam formadas a partir de dois tipos de realidade, a formal, ligada como se pode supor à forma; e a objetiva, associada ao conteúdo representativo e que comportaria, segundo o filósofo, as substâncias (finita e infinita).

No exame que elabora das ideias, o filósofo cria, ainda, uma hierarquia da perfeição destas no sentido de compreender o modo como se relacionam entre si elencando, desse modo, a partir do grau de perfeição que possuem, numa ordem decrescente, a ideia de Deus, as substâncias, os acidentes e o nada. Segundo ele, elas obedeceriam a um princípio de correspondência, onde uma ideia de menor grau de perfeição não pode criar/pensar como uma de maior grau, submetendo, por conseguinte, a categoria das substâncias finitas (onde se encontram as pessoas) à substância infinita (da qual “Deus” é o único representante) e o nada, posto, assim, enquanto ideia de menor grau de perfeição. Conforme aponta Zea (2005), a partir de Descartes, a razão passa a ser a unidade presente na diversidade de interesses e opiniões que constitui a história humana:

a razão é a única que pode mostrar o comum a todos eles, acima de tais interesses e opiniões. Se as cidades tivessem sido feitas por um único arquiteto, seriam perfeitas. Isso é demonstrado, entre outros, por Tomas Morus em sua *Utopia*. Assim seria a ordem social, política, se os homens a fizessem a partir da razão que os assemelha entre si e não a partir dos interesses que os dividem. O essencial ao homem, o que lhe faz igual a outros homens é a razão. O que os separa é sua formação, sua educação, sua cultura, biografia, situação social etc. Se isso pudesse ser superado, surgiria outra sociedade na qual todos os homens seriam livres e iguais entre si. Posteriormente, Jean Jacques Rousseau proporá uma sociedade que tenha como base um *contrato social*, que surja da vontade de todos seus membros, uma vontade apoiada na razão que “todos os homens” possuem, sem discriminação alguma. Duas grandes revoluções terão sua origem nesta filosofia, a dos Estados Unidos, em 1776, e a da França, em 1789. São revoluções que começam declarando a igualdade que guardam entre si todos os homens, a razão equitativamente repartida pela providência entre os homens (ZEA, 2005, p. 280-281).

O momento social-histórico em que vive, coincide com o período de expansão e colonização europeia sobre os mundos que coexistiam nos territórios que conformam a América Latina. A manutenção de uma ideia de igualdade entre xs humanxs foi sustentada, nesse contexto, ao se tomar as desigualdades como fenômenos acidentais, na medida em que essencialmente todas as pessoas são tornadas iguais pela razão. Acidentais como aquelas desigualdades existentes entre os povos “bárbaros” e os “civilizados”. Acidentais e, por isso mesmo, superáveis:

É o começo da utilização de outro qualificativo para os povos dominados pela expansão europeia e ocidental. São povos primitivos, isto é, povos sem experiência, quase sem história no uso da razão. Povos que podiam, por isto, ser mais originais se não fossem sobrecarregados com opiniões alheias. Propõe-se, inclusive, a superioridade do primitivo frente ao pretensioso civilizado. Disto fala, entre outros, Montaigne. Posteriormente, Rousseau falará do “bom selvagem”, ideal do homem como ideal é a cidade cartesiana, projetada por um único arquiteto. Estes são os pontos de vista de uma nascente burguesia, que não podia justificar seus desejados privilégios no passado, que tinha de abrir o caminho para o futuro (ZEA, 2005, p. 282).

Dito de outro modo, as profundas transformações sociopolíticas, culturais, religiosas e científicas, ensejadas no mundo europeu pelo expansionismo dos séculos XV e XVI inauguram o que seria um novo momento na tradição ocidental de pensamento, uma nova era; a era Moderna. O deslocamento das explicações religiosas ou metafísicas como base da construção do conhecimento em direção ao humanismo secular e ao materialismo científico realizou-se nos termos de uma espécie de revolução epistemológica, que estabeleceu as bases nas quais se assentaria a construção do conhecimento científico – contexto no qual se destacam as ideias de pensadores como Descartes, Bacon, Leibniz, Espinoza, Locke, Berkeley e Hume. Descartes, assim como Locke, assentam as bases para a constituição do que emerge das ciências humanas e sociais enquanto sujeitx modernx: sua visão de mundo e sua compreensão sobre as possibilidades, os limites e os alcances do conhecimento humano (BRITO, 2011).

Ao longo de sua produção, Locke apresenta pensamentos inovadores, capazes de amplificar, renovando o conhecimento e a mundividência das pessoas, justamente quando a Inglaterra atravessava um período de mudanças no cenário político-social e econômico. Eles vêm a dar suporte às novas perspectivas políticas, sociais e, principalmente,

filosóficas que se firmavam na sociedade a partir da Revolução Gloriosa e da posterior Declaração de Direitos entre 1688-1689. Dedicando-se à pesquisa referente ao entendimento, às limitações e às faculdades do intelecto humano, Locke, no seu “*Ensaio sobre o entendimento humano*” [1689; (1997)] propunha uma busca por conhecimento realizada através do estabelecimento de mediações, de modo que estipula limites, tanto na amplitude quanto na aplicabilidade das ideias, visando, por conseguinte, ao combate do ceticismo que imperava neste entre alguns filósofos. Ademais, ele desenvolveu sua teoria no ensaio com vistas à explicação das ideias e fundamentos regentes “da humanidade” baseado em critérios contrários ao inatismo, os quais, derivados das experiências sensitiva e reflexiva, poderiam constituir um conhecimento certo e indubitável acerca das coisas.

Mais tarde, porém, sua teoria viria a ser questionada por filósofos que desenvolveriam seus princípios com vistas à resolução de problemáticas que comprometeriam o conhecimento assentado em “bases seguras”, para, assim como ele, determinar os princípios que governam o entendimento humano e os limites da aplicação do conhecimento. Kant, por exemplo, afirmou, ao longo de sua trajetória, que o conhecimento tem origem na experiência, de fato, mas nem por isso depende unicamente dela. Segundo ele, além das percepções sensitivas e reflexivas, a mente humana dispunha ainda do mecanismo tempo/espço no processo cognitivo, responsável por adequar e ordenar as informações à mente. Assim, o tempo e o espaço não seriam propriedades das coisas e nem algo apreensível através dos sentidos, mas dispositivos do intelecto responsáveis por dar forma ao conteúdo oferecido pela experiência e, portanto, incapazes de provir da própria experiência. Ele afirmava ainda que a realidade física provém indutivamente a partir da experiência, e que seria ilegítimo atribuir ao mundo sensível princípios universais, como o da causalidade.

Locke defende em seu ensaio, no entanto, que tanto a ideia de tempo/espço quanto a de causa e efeito são “geradas” e acabam tendo fim, nas ideias recebidas pela sensação e pela reflexão. Essa “geração” se dá, segundo o filósofo, pela reunião de partículas preexistentes formando, afinal, uma coisa que ainda não existia, ou seja, são formadas por partículas que, se consideradas em conjunto, formam uma coleção de ideias simples ou “ideias complexas”. Assim, tais ideias nada mais são para ele que *relações*, através das quais (por meio das ideias apreendidas empiricamente), a mente realiza observações e considerações acerca de sua veracidade e, por fim, traz à tona ideias novas e resultantes das percepções sensitivas.

Para efeito da construção deste trabalho, interessa-nos, nesse contexto, destacar dois aspectos específicos, a saber, (1) esta narrativa eurocêntrica [hegemônica] na definição da Modernidade escamoteia a sua emergência como “*problema fundamental da identidade latino-americana*” (DUSSEL, 2005, p. 26) e (2) no campo das Ciências Humanas e Sociais, esta tradição de pensamento servirá de base para o processo de objetificação dx humanx e da natureza, expressão da própria construção europeu-ocidental de conhecimento “*que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço a partir da sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal*” (LANDER, 2000, p. 10).

Do ponto de vista do primeiro aspecto, Dussel (2005) apresenta dois conceitos de Modernidade. No primeiro, eurocêntrico, a Modernidade é apresentada como uma etapa de emancipação; como um momento de desenvolvimento das capacidades humanas proporcionado pelo esforço racional, encarado este enquanto processo crítico que marca a saída destes do estágio de “imaturidade”. Eurocêntrico, pois, parte de fenômenos sociais-históricos intra-europeus para a explicação da Modernidade, que se desenvolve, nesse sentido, em profunda ligação com processos circunscritos às dinâmicas sociopolíticas e culturais europeias, como o são a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Como estabelece o autor, a “centralidade” ocupada pela “Europa Latina” na história mundial é o “*determinante fundamental da Modernidade*”⁵. Os outros fatores que determinam a Modernidade enquanto tal:

(a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. A segunda etapa da “Modernidade”, a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV. A Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870). Esta Europa Moderna, desde 1492, “centro” da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua “periferia” (DUSSEL, 2005, p. 27).

⁵ “O que será a Europa ‘moderna’ (em direção ao Norte e ao Oeste da Grécia) não é a Grécia originária, está fora de seu horizonte, e é simplesmente o incivilizado, o não-humano. Com isso queremos deixar muito claro que a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão; é então uma manipulação conceitual posterior do ‘modelo ariano’, racista” (DUSSEL, 2005, p. 24).

Como defende Dussel, a visão eurocêntrica da Modernidade é justamente o choque, a confusão entre a universalidade abstrata, vislumbrada já por Descartes na sua estufa, e a mundialidade concreta, hegemônica numa concepção da Europa como centro. Kusch (2012, p. 381-383) sugere a consideração do lugar filosófico ocupado por Descartes em suas produções, afirmando que o “*nuestro momento supone un lugar especial*”, ao se referir às circunstâncias, ao instante existencial e, entre outras coisas, ao momento histórico que permitiram ao filósofo francês pensar o *cogito*. Como aponta, acompanha a Descartes, desde o seu “aqui e agora” um sentimento de ter direito à universalidade – mesmo não tendo – e isso condiciona, por si só, a possibilidade de pensar uma universalidade que inclua o “eu” e o(s) “outro”(s); uma universalidade “*entre lo universal que todxs dicen y mi lugar en ella*”. Nesta direção, se aproximando de uma segunda definição de modernidade, Dussel afirma:

O *ego cogito* moderno foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do luso-hispano que impôs sua vontade (a primeira “Vontade-de-poder” moderna) sobre o índio americano. A conquista do México foi o primeiro âmbito do ego moderno. A Europa (Espanha) tinha evidente superioridade sobre as culturas asteca, maia, inca, etc., em especial por suas armas de ferro – presentes em todo o horizonte euro-afrasiático. A Europa moderna, desde 1492, usará a conquista da América Latina (já que a América do Norte só entra no jogo no século XVII) como *trampolim* para tirar uma “vantagem comparativa” determinante com relação a suas antigas culturas antagônicas (turco-muçulmana, etc.). Sua superioridade será, em grande medida, fruto da acumulação de riqueza, conhecimentos, experiência, etc., que acumulará desde a conquista da América Latina. A Modernidade, como novo “paradigma” de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta (DUSSEL, 2005, p. 28).

Dussel marca a existência de uma sequência ideológica construída hegemonicamente sobre o que seria uma “história mundial”, uma pretensa história universal “(que ‘raptar’ a cultura grega como exclusivamente ‘europeia’ e ‘ocidental’) e que

pretende que desde as épocas grega e romana tais culturas foram o ‘centro’ da história mundial”, ao que completa:

Esta visão é duplamente falsa: em primeiro lugar, porque, como veremos, faticamente ainda não há uma história mundial (mas histórias justapostas e isoladas: a romana, persa, dos reinos hindus, de Sião, da China, do mundo meso-americano ou inca na América, etc.). Em segundo lugar, porque o lugar geopolítico impede-o de ser o “centro” (o Mar Vermelho ou Antioquia, lugar de término do comércio do Oriente, não são o “centro”, mas o limite ocidental do mercado euro-afrasiático). Temos assim a Europa latina do século XV, sitiada pelo mundo muçulmano, periférica e secundária no extremo ocidental do continente euro-afrasiático (DUSSEL, 2005, p. 26).



Figura 1: Sequência ideológica da Grécia à Europa Moderna

Fonte: DUSSEL, E. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO: Buenos Aires, 2005, p. 26. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=164>. Último acesso em 25 de janeiro de 2019.



Figura 2: Mundo: grandes culturas e áreas de contato em fins do século XV. Falta de base empírica para uma "história mundial"

Fonte: DUSSEL, E. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO: Buenos Aires, 2005, p. 26. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=164>. Último acesso em 25 de janeiro de 2019. **Observação:** "a seta indica a procedência do homo sapiens na América e as influências neolíticas do Pacífico; e nada mais" (DUSSEL, 2005, p. 26).

I.i. Epistemologia e ciências sociais: a problemática latino-americana

O caminho de superação do paradigma eurocêntrico que permeia a tradição de pensamento moderno/colonial, na análise e tratamento das questões sociais que tocam a América Latina pressupõe, assim, o enfrentamento de alguns desafios, de natureza metodológica, fundamentais. Como destaca Lander (2005, p. 08), a busca por alternativas à excludente e desigual conformação do mundo moderno, demanda um esforço para se desconstruir a pretensa universalidade ou naturalidade da sociedade capitalista-liberal, a partir do questionamento do caráter neutral e objetivo daquele que se constitui como principal instrumento de legitimação e naturalização dessa ordem social, a saber, "o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais". Duas, para o autor, são as dimensões constitutivas dos saberes modernos, que ajudam a explicar esta sua "eficácia neutralizadora"; dimensões que, embora conservem distintas origens históricas, se encontram diretamente imbricadas na produção de tal efeito, quais sejam, (1) as sucessivas *separações* ou *simplificações* do "real" para a/construção do conhecimento; e (2) a forma como os saberes modernos se articulam com a organização do poder – especialmente no bojo das relações "coloniais/imperiais" de poder em que se funda o mundo moderno.

Na tradição desta matriz de pensamento europeu-ocidental o processo de

conhecimento está baseada em separações que, num primeiro momento, são processadas no campo religioso – Deus (o sagrado); “Homem” (a humanidade); e Natureza –, mas que a partir do Iluminismo, com o desenvolvimento das ciências modernas, se processam com maior intensidade, na direção de um conhecimento que se pretende des-subjetivado (portanto, “objetivo”) e universal⁶. Separações que, a partir de Weber, são apreciadas enquanto constitutivas da própria modernidade cultural, num processo que marca a separação entre religião e metafísica – como visões de mundo unificadas que se cindiram – em três campos autônomos, o da ciência, o da moralidade e o das artes. Ao mesmo tempo, desta matriz de pensamento derivam traços fundamentais da sociedade moderna e da organização colonial do mundo como o são, por exemplo, a noção de propriedade privada individual de Locke – marcando a negação do direito dx colonizadx pelo colonizador, assim como do direito privado sobre os direitos coletivos – e a do universalismo da filosofia da história de Hegel, onde a história aparece como *“realização do espírito universal”* do qual, no entanto, não participam igualmente todos os povos (LANDER, 2005, p. 09-10). Como destaca o autor:

O processo que culminou com a consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal, até que estas adquirissem o caráter de formas *naturais* de vida social, teve simultaneamente uma dimensão colonial/imperial de conquista e/ou submissão de outros continentes e territórios por parte das potências europeias, e uma encarniçada luta civilizatória no interior do território europeu na qual finalmente acabou-se impondo a hegemonia do projeto liberal. Para as gerações de camponeses e trabalhadores que durante os séculos XVIII e XIX viveram na própria carne as extraordinárias e traumáticas transformações (expulsão da terra e do acesso aos recursos naturais), a ruptura com os modos anteriores de vida e de sustento – condição necessária para a criação da força de trabalho “livre” - e a imposição da disciplina do trabalho fabril, este processo foi tudo, exceto natural. As pessoas não entraram na fábrica alegremente e por sua própria vontade. Um regime de disciplina e de normatização cabal foi necessário. Além da expulsão de camponeses e de servos da terra e da criação da classe proletária, a economia moderna

⁶ Conforme aponta González (2010), estas separações entre o que seria a “ordem natural”, a “ordem humana” e a “ordem divina” conformam a base onde está assentada a diferenciação entre Natureza e Cultura, construída através da história da Antropologia enquanto disciplina científica, no bojo da Modernidade. *“É nesta época, de estabelecimento da racionalidade moderna científica, que a Natureza passa a ser considerada, por um lado, como origem de todos os seres vivos e, por conseguinte, como parte do ‘homem’, quanto por outro, e mais crucialmente, como externa a este, da qual o ser humano se diferencia. Esta cisão entre humanidade e Natureza – e ainda a outra grande cisão entre estas e Deus – possibilitava ao homem colocar ordem nesta última por meio tanto da exploração material (por exemplo, através de expedições) quanto da exploração intelectual (com o intuito de expor as leis e os princípios que a regem)”* (GONZÁLEZ, 2010, p. 49-50).

exigia uma profunda transformação dos corpos, dos indivíduos e das formas sociais (LANDER, 2005, p. 12).

A institucionalização deste modelo de organização do trabalho, dos recursos e do conjunto da vida, em diversas partes da Europa e, marcadamente, no Reino Unido, foi confrontado por ampla resistência, seja na cidade ou no campo. E o piso das ciências sociais está fundado sobre a derrota dessa resistência, ou seja, sobre as novas condições estabelecidas pelo modelo liberal de organização do trabalho e do tempo, quando este deixa de se projetar como modelo ou forma civilizatória em disputa com outra(s) que se impõe(m) na cena social. Como destaca Lander (2005), este é o contexto histórico-cultural do imaginário que é plasmado no ambiente intelectual em que se constituem as ciências sociais: a *visão de mundo* em que se firmam os pressupostos fundamentais dos conhecimentos sociais modernos. E completa:

Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a ideia de modernidade, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos (LANDER, 2005, p.13).

As ciências sociais surgem, assim, pois, num espaço-tempo específico, inscrito nas dinâmicas de cinco países liberais industriais (Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos), na segunda metade do século XIX. Wallerstein (1996 apud LANDER, 2005) ressalta que, neste contexto de surgimento das ciências sociais no bojo da tradição ocidental de pensamento, uma nova separação é a que se estabelece entre passado e presente, onde passa a *história* a estudar o passado, e outras especialidades são definidas para o estudo do presente – que é conformado por dimensões diferentes que correspondem ao *social*, ao *político* e ao *econômico*: “*concebidos propriamente como regiões ontológicas da realidade histórico-social*”. A cada uma destas dimensões (separadas) da realidade social-histórica, corresponderia “*uma disciplina das ciências*

sociais, suas tradições intelectuais, seus departamentos universitários: a sociologia, a ciência política e a economia. A antropologia e os estudos clássicos definem-se como o campo para o estudo dos ‘outros’” (LANDER, 2005, p. 13).

O que nos parece importante destacar, para o processo de construção do presente trabalho, portanto, é a presença de desafios metodológicos que acompanham o emprego da tradição de pensamento ocidental para a compreensão dos processos e fenômenos sociais que têm efeito em territórios que foram atravessados pela colonização levada a cabo sobre os povos do mundo desde a Europa. Ou seja, que a constituição histórica das disciplinas científicas desde as academias ocidentais adiciona, ao campo de investigação social na/sobre a América Latina, questões metodológicas básicas, como o são as supostas separações (1) entre sujeito e objeto – na base, esta, de uma dicotomia estabelecida entre subjetividade e objetividade; e (2) entre humanidade e natureza, ambas fundamentais na abordagem dos temas tocados pela investigação que aqui se desenvolve, na direção da criação de um ambiente propício ao florescimento de algo mais parecido com uma ecologia de saberes (Santos, 2010), num processo de construção de conhecimento que seja, ao mesmo tempo, científico e *descolonial*⁷. Num momento em que o progresso da ciência tem sido confrontado com os retratos que atestam a sua colaboração com a agudização da desigualdade social a nível mundial (Santos, 1988) e, no contexto da América Latina, com a reprodução da dinâmica centro-periferia, parece-nos fundamental considerar e compreender as justificações encontradas no seio mesmo da tradição ocidental de pensamento para a manutenção de tal ordem de coisas.

I.ii. A dialética subjetividade-objetividade: o subjetivo/simbólico, os imaginários sociais e o social-histórico. Considerações sobre a teoria marxista da história

A obra de Marx, como destaca Lane (2000), forçou uma reconsideração das concepções e definições então existentes no bojo das ciências sociais sobre o ser

⁷ Mignolo (2008, p. 304) chama de descolonial o “*pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade*”. Para o autor, “*descolonização, ou melhor, descolonialidade, significa ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais*” (Mignolo, 2008, p. 313).

humano. A partir dela, este é visto como inscrito numa contradição⁸ fundamental, expressa na sua existência enquanto ser “alienado” e enquanto sujeito da história de sua sociedade, para o conhecimento do qual a história, o cotidiano, a cultura e a sociedade se colocam então, pois, como grandes desafios. Trata-se de um ser “*inserido numa escala filogenética, segundo Darwin (1913), e uma Pessoa ontogenética, segundo Vigotski (1990), inseparáveis na constituição de uma nova espécie: Homem-Mulher*”. Uma pessoa que, desde esta perspectiva, converte-se em síntese do universal e do particular, visto que a sua individualidade se constitui, invariavelmente, na interação objetiva com seu meio físico, geográfico, histórico e social, através da qual, por meio de suas ações, terá desenvolvido o seu psiquismo⁹. Um sujeito que, do ponto de vista de uma psicologia crítica, é considerado agente de sua história, atravessado pelas contradições presentes na cultura e na sociedade, e que, na América Latina, passa a se situar no centro – sobretudo a partir dos anos 1970 – de uma psicologia social fundada na reflexão crítica e na ação comprometida socialmente, através da práxis científica como ferramenta de transformação social¹⁰.

Na concepção de ser humano e de sujeito psicológico que emerge desses campos, surge também a noção de subjetividade, “*construída na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade e suas instituições*”, através da mediação exercida pelas emoções e pela linguagem dos grupos. Tem-se, pois, que a dialética objetividade/subjetividade enquanto unidade será mediada por uma espécie de subjetividade social que, “*através de códigos afetivos e linguísticos, garantem a manutenção do status quo*” (LANE, 2002, p. 17). A autora adverte que:

A análise só estará completa se considerarmos o ser humano,

8 Contradição, segundo define a autora, “*é considerada pela dialética como a unidade de contrários, ou seja, ela se constitui em tese e sua antítese, a ser superada por uma síntese, qualitativamente diferente de ambas*” (LANE, 2000, p.11).

9 O Psiquismo humano se encontra referido empiricamente em três categorias fundamentais, consideradas, estas, mediações que lhe são constitutivas, a saber as emoções, a linguagem e o pensamento (LANE, 2002).

10 González Rey (2002, p. 21-22) comenta que “*la realidad es que el postmodernismo en sus variantes construccionistas en la psicología ha colocado la construcción como momento interactivo, como un lenguaje comprendido como pauta de interacción, pasando la ciencia a ser más una negociación entre los actores, que un proceso que, entre sus momentos, implique alguna relación con un objeto que está más allá de las pautas discursivas producidas en las relaciones sociales. (...) El construccionismo social, junto con sus peligros, nos ha traído una dimensión de la construcción del conocimiento que permaneció oculta durante mucho tiempo en las instituciones positivistas que definían la legitimidad de lo científico: el conocimiento es también, entre otro conjunto de elementos constituyentes, un proceso de construcción humana, comprometido con las instituciones, las representaciones y los interjuegos de la institución científica y de la vida social*”. **Ver também:** BLANCO, A. **Psicología de la liberación. Ingacio Martín Baró**. Editorial Trotta: Madri, 1998.

ontogeneticamente, como um ser sócio-histórico, ou seja, ele se desenvolveu através de ferramentas inventadas e de uma linguagem articulada a fim de transmitir a utilidade dessas para os seus pares. Estas relações se dão através da mediação de grupos sociais dos quais um indivíduo participa, necessariamente, a fim de garantir sua sobrevivência, assim, além de adquirir a linguagem produzida por esta sociedade, desenvolve o pensamento, os afetos e sentimentos. É neste processo de interação que se desenvolve a sua identidade, como categoria constitutiva do seu psiquismo (LANE, 2002, p. 12).

Nesse sentido, a negação das ontologias constituintes do que se nos apresenta como real implica a negação da dimensão própria desse real captado por uma subjetividade específica e, por conseguinte, da real dimensão do objeto, no processo de construção do conhecimento. González Rey (2002, p. 22) afirma que o “aparecimento”, o “revelar-se” do objeto não se dá no processo de produção de conhecimento como se se tratasse este de uma “entidade concreta”, que se revela ao ato de saber, mas *“como parte del propio proceso del conocimiento, dentro del cual aparece en dimensiones que, con frecuencia, están más allá de la conciencia y de las expectativas del propio investigador”*. Eliminar, assim, a subjetividade, não implica o desaparecimento da ontologia dos fenômenos psicológicos humanos, que são processos biológicos diretos. Mas sim a desconsideração das complexas bases da evolução natural e cultural, através da qual a humanidade logrou desenvolver uma “psique histórica e cultural”, expressa como parte, como momento constitutivo e constituinte dessa cultura, sem que nela se perca. A especificidade dessa psique reside na sua constituição social-histórica, no sujeito psicológico concreto, assim como em suas diversas formas de agrupação e institucionalização. De modo que, completa o autor:

La subjetividad la definimos como la forma ontológica de lo psíquico cuando pasa a ser definido esencialmente en la cultura, a través de los procesos de significación y de sentido subjetivo que se constituyen históricamente en los diferentes sistemas de actividad y comunicación humanas. La subjetividad no es algo dado, que *a priori* determina el curso de las acciones humanas, como por un largo tiempo fue comprendido lo psíquico desde su definición intrapsíquica: la subjetividad implica de forma simultánea lo interno y lo externo, lo intrapsíquico y lo interactivo, pues en ambos momentos se están produciendo significaciones y sentidos dentro de un mismo espacio subjetivo, en el que se integran el sujeto y la subjetividad social en múltiples

formas (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 22).

Como destaca o autor, se bem a compreensão de Freud sobre o inconsciente estava embalada por sua filosofia e representações no momento social-histórico da sua produção – situando-o, pois, como uma espécie de “entidade de armazenamento” nos marcos de um modelo bioenergético, semelhante ao das ciências naturais à época, em lugar de um fenômeno propriamente subjetivo –, esta sua definição de inconsciente inaugurou a busca pelo entendimento deste enquanto uma “zona de sentido” do objeto. É esta base que permite a percepção do inconsciente mais bem como um processo permanente da construção subjetiva, realizada através de uma visão da subjetividade como este fundamento ontológico do psiquismo humano. O status subjetivo da experiência humana seria conformado, assim, por complexos processos de sentido e significação a partir dos quais o sujeito, conformado a partir das suas necessidades, comprometido com a expressão do seu pensamento, *“elabora representaciones que también son portadoras de sentido subjetivo, en las cuales, lo simbólico social aparece como elemento constitutivo de lo simbólico individual”*. Dito de outro modo:

La subjetividad no es, como en ocasiones percibimos que es tratada, una negación de la objetividad, sino otra forma del comportamiento objetivo de lo real que no se expresa en dimensiones sensoriales evidentes, sino que se constituye en complejos sistemas de sentido subjetivo y significación que implican un esfuerzo constructivo del investigador para ser conocidos. Todas las dimensiones objetivas que caracterizan la existencia humana aparecen en la subjetividad constituidas en forma de sentidos y significados, que no son simples reflejos de una condición objetiva única del ser humano, sino de una compleja red de informaciones, instituciones, relaciones, modelos, representaciones, climas sociales, etc., que, al confrontarse con la historia del sujeto, la cual tampoco es una suma de los hechos objetivos que tuvieron lugar en su vida, dan lugar al sentido subjetivo y la significación de la experiencia (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 29).

A consideração e o emprego da categoria de subjetividade social no processo de construção do conhecimento implica, por um lado, o reconhecimento e o “resgate” do sujeito psicológico concreto, enquanto constructo teórico, elaborado no bojo da ciência psicológica, e, por outro, o desenvolvimento metodológico a partir de uma epistemologia

qualitativa, que facilite a complexa articulação da teoria com o diálogo, os instrumentos e os contextos em que o processo de investigação é desenvolvido; articulação esta que define a direção assumida no âmbito da produção de informação e de conhecimento. Neste processo, conforme destaca o autor, surgem indicadores, sob duas formas concretas de manifestação possíveis, quais sejam (1) as manifestações empíricas e (2) como resultado de uma formulação teórica geral, “a partir de la cual el investigador comienza a registrar formas de comportamiento del objeto que serían inasequibles fuera del espacio de significación que dicha construcción teórica abre sobre el objeto de estudio”. Diferentemente do que passa com os dados, sob a tradição da pesquisa quantitativa, os indicadores figuram como representação de momentos de um processo de construção em curso, cujx sujeitx é x pesquisador(a)¹¹.

Epistemologia qualitativa para uma relação dialética entre subjetividade e objetividade

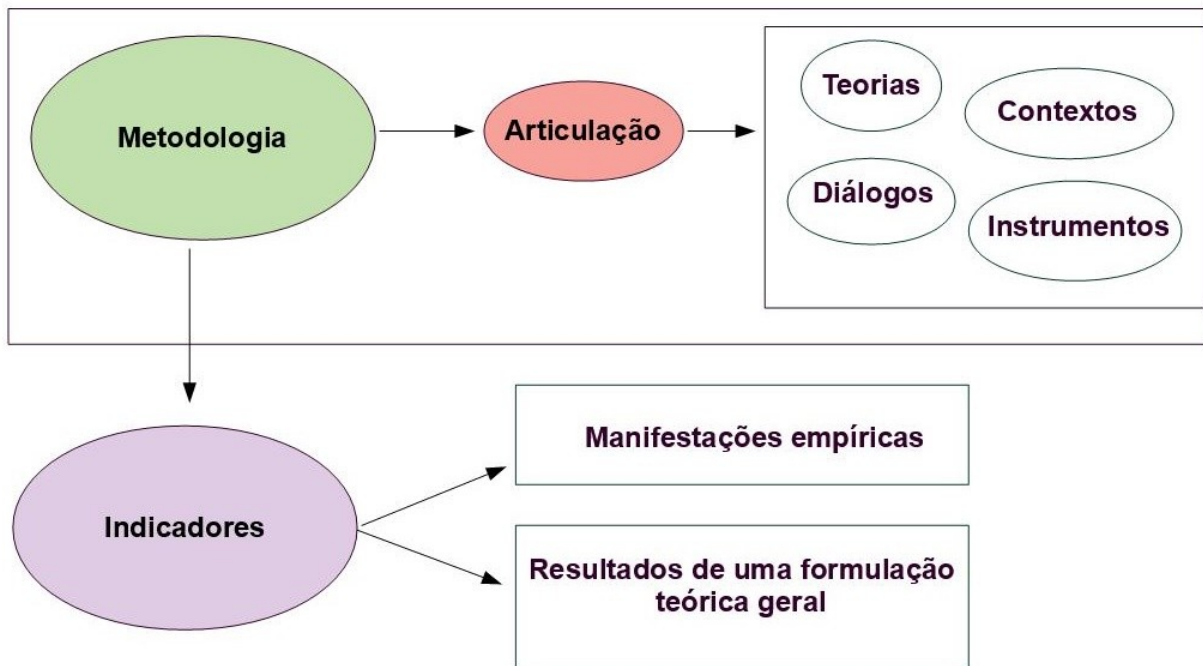


Figura 3: Desenho metodológico. Aspectos formais.

¹¹ “El proceso de producción de ideas del investigador es permanente e inseparable de la producción de indicadores sobre lo estudiado. Hemos considerado como indicadores aquellas manifestaciones de lo estudiado que sólo adquieren sentido dentro de determinada construcción hipotética del investigador, la cual se apoya de forma general en la relación entre un conjunto de elementos diferentes de lo estudiado. Los indicadores siempre tienen un carácter hipotético y definen caminos diferentes para la producción de información dentro de la investigación” (GONZÁLEZ REY, 2002, p.37).

O lugar ativo conferido a(o) pesquisador(a) no processo de produção do conhecimento nesta epistemologia qualitativa enfatiza o papel da comunicação e da interação na construção teórica da subjetividade humana, fenômenos estes que apoiam a sustentação do sujeito psicológico e da subjetividade como dimensões irreduzíveis de quem somos. E isso se dá pela sustentação simbólica da nossa ontologia no mundo social-histórico, ainda que não se esgote nela: as ações reais, coletivas ou individuais; os mais diversos produtos materiais a partir/com os quais se estruturam as sociedades, embora nem sempre sejam diretamente símbolos, eles são impossíveis sem a inscrição numa rede simbólica. Nesse sentido, como explica Castoriadis (1995, p. 142):

Encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem. Mas o encontramos igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas instituições. As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no mundo simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências, - significações, no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja, a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado.

Toda sociedade, nesse sentido, cria, constitui o seu simbolismo, mas nunca gozando de total liberdade para o fazer, uma vez que todo simbolismo se conforma a partir das *“ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais”*. Em razão das *“suas conexões naturais e históricas virtualmente limitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados”* (CASTORIADIS, 1995, p. 147). O simbolismo está arraigado, assim, ao natural e ao histórico, participando, ademais, do racional, o que significa ter em conta que, a conformação simbólica da vida e “do mundo” social-histórico “real” não se dá em associação direta a definições fechadas e transparentes dos símbolos como se pode encontrar num trabalho matemático – que, inclusive, jamais poderá encerrar-se em si mesmo. Dito de outro modo:

nada permite determinar a priori o lugar por onde passará a fronteira do simbólico, o ponto a partir do qual o simbólico invade o funcional. Não

podemos fixar nem o grau geral de simbolização, variável segundo as culturas, nem os fatores que fazem com que a simbolização se exerça com uma intensidade particular sobre tal aspecto da vida da sociedade considerada. Tentarmos indicar as razões pelas quais a ideia de que o simbolismo institucional seria uma expressão “neutra” ou “adequada” da funcionalidade, da “substância” das relações sociais subjacentes é inaceitável. Mais a bem dizer, esta ideia é sem sentido. (...) As “relações sociais reais” de que se trata são sempre instituídas, não porque tenham uma vestimenta jurídica (elas podem muito bem não tê-las em certos casos), mas porque foram estabelecidos como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas. Isso, é claro, também é válido, talvez mesmo sobretudo, para as “infra-estruturas”, as relações de produção. A relação patrão-escravo, servo-senhor, proletário-capitalista, assalariados-burocracia já é uma instituição e não pode aparecer como relação *social* sem se institucionalizar imediatamente (CASTORIADIS, 1995, p.150-151).

Depreende-se, portanto, que o simbolismo pressupõe a capacidade imaginativa; a criação de imagens; a capacidade imaginária – já que a capacidade de “*ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é*” também figura como um de seus pressupostos básicos. E o imaginário, do ponto de vista desta sua relação com o simbólico, além de depender dele para “expressar-se”, depende dele para deixar a virtualidade e passar a qualquer coisa a mais. O simbolismo é, assim, função da capacidade de estabelecimento de um vínculo permanente entre dois termos, de modo que um chegue a “representar” o outro. Quase sempre o simbólico comporta um componente, uma dimensão “real-racional”, mas esta dimensão está inextricavelmente ligada a um efetivo componente imaginário. Isso coloca para a teoria da história e para a política um problema essencial, que passa pela interrogação sobre o que, com efeito, representa aquilo que é real ou sobre aquilo que é indispensável para o pensar e para o agir. Ou seja:

Além da atividade consciente de institucionalização, as instituições encontraram sua fonte no *imaginário social*. Este imaginário deve-se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido “reunir-se”, e com o econômico-funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver. (...) A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a

dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto (CASTORIADIS, 1995, p. 159-160).

O imaginário dessa maneira, pois, está referido num tipo de solução fantasiosa das “contradições” do real – o que é verdadeiro para um tipo específico de imaginário –, mas, no que compete à tarefa de compreensão do imaginário central de uma sociedade, é insuficiente para a abordagem do fenômeno. Significa o reconhecimento da relação do imaginário com a alienação, mas também com a criação, na história. Porque:

a criação pressupõe, tanto quanto a alienação, a capacidade de doar-se aquilo que não é (o que não é dado na percepção ou o que não é dado nos encadeamentos simbólicos do pensamento racional já constituído). E não podemos distinguir o imaginário que está atuante na criação, do imaginário “pura e simplesmente”, dizendo que o primeiro “antecipa” uma realidade ainda não dada, mas “se verifica” em seguida. (...) E no plano social, que é o que aqui é nosso interesse central, a emergência de novas instituições e novas maneiras de viver, também não é uma “descoberta”, é uma constituição ativa (CASTORIADIS, 1995, p. 161-162).

Aproximando-se, assim, de uma concepção acerca do que caracterizaria o humano, desde esta perspectiva, que reconhece o simbólico como dimensão mediadora da relação do sujeito psicológico com a realidade natural e social-histórica, o autor afirma:

O homem não é essa necessidade que comporta seu “bom objeto” complementar, uma fechadura que tem sua chave (a encontrar ou fabricar). O homem só pode existir definindo-se cada vez como um conjunto de necessidades e de objetos correspondentes, mas ultrapassa sempre essas definições – e, se as ultrapassa (não somente em um virtual permanente, mas na efetividade do movimento histórico), é porque saem dele próprio, porque ele as inventa (não arbitrariamente por certo, existe sempre a natureza, o mínimo de coerência que a racionalidade exige e a história precedente), portanto, que ele as faz fazendo e se fazendo, e nenhuma definição racional, natural ou histórica permite fixá-las em definitivo

(CASTORIADIS, 1995, p. 164).

Epistemologia Qualitativa. Dimensões constitutivas do ser humano.

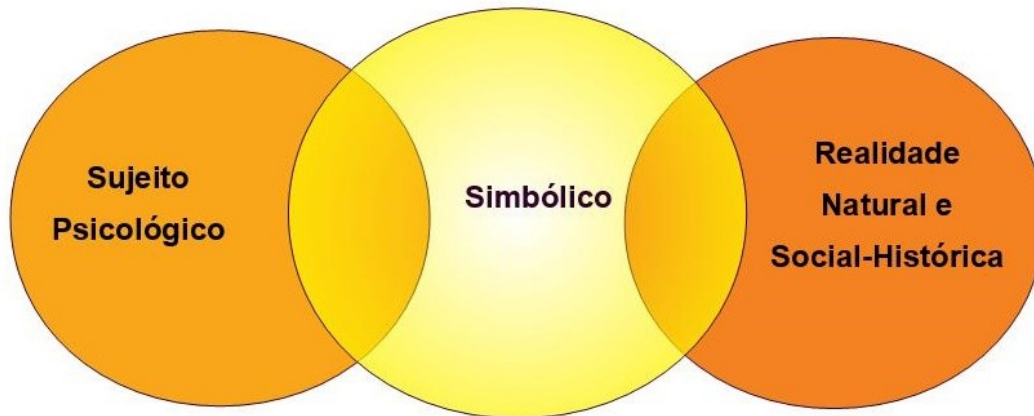


Figura 4: Desenho metodológico. Aspectos de fundo.

A partir desta concepção, a questão da sociedade e a questão da história passam a ser compreendidas com partes de uma e mesma questão; a questão do social-histórico, para a elucidação da qual o pensamento herdado, conforme aponta Castoriadis (1995), numa consideração realizada desde a tradição ocidental de pensamento, se apresenta como fragmentário¹². Esta reflexão herdada, pelo menos desde Platão, nunca chegou a considerar a questão como objeto em si mesmo, encontrando-se, este “ser próprio do social-histórico”, direcionado sempre a outros objetos e por eles absorvidos. Tomá-lo, assim, como objeto implica a “explosão” da lógica e da ontologia próprias da tradição ocidental de pensamento e das concepções dela derivadas, que “herdamos” (ou nos foram impostas pelo processo de dominação colonial). Nesse sentido, argumenta o autor:

Se o social-histórico é pensável por meio de categorias que valem para os outros entes, ele só pode ser essencialmente homogêneo a estes; seu

¹² Elucidação é definida pelo autor como “o trabalho pelo qual os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam. Também isso é uma criação social-histórica. A divisão aristotélica *theoria*, *praxis*, *poiésis* é derivada e secundária. A história é essencialmente *poiésis*, e não poesia imitativa, mas criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar/dizer se instituem também historicamente, a partir de um momento, como fazer pensante ou pensamento se fazendo. Este fazer pensante é assim por excelência quando se trata do pensamento político e da elucidação do social-histórico que ele implica.” (CASTORIADIS, 1995, p. 14).

modo de ser não coloca nenhuma questão particular, mas se deixa reabsorver pelo ser-ente total. Reciprocamente, se ser significa ser determinado, sociedade e história só são na medida em que são determinados, ao mesmo tempo, seu lugar na ordem total de ser (como resultado de causas, meio de fins, ou momento de um processo), sua ordem interna e a relação necessária dos dois; ordens, relações, necessidades que se transacionam sob a forma de categorias, isto é, de determinações de tudo o que pode ser enquanto pode ser (pensado). O melhor que assim se pode obter é a visão hegelo-marxista da sociedade e da história: soma e sequência de ações (conscientes ou não) de uma multiplicidade de sujeitos, determinadas por relações necessárias, e por meio das quais um sistema de ideias se encarna num conjunto de coisas (ou o reflete) (CASTORIADIS, 1995, p. 203).

Nesse sentido, o encontro com o marxismo é inevitável e até imediato para quem se coloca a questão da sociedade. Mais além de uma teoria específica ou de algum eventual programa político professado, o marxismo se capilarizou culturalmente de modo tal, que passou a fazer parte da *“atmosfera que respiramos vindo ao mundo social, da paisagem histórica que fixa os limites de nossas idas e vindas”*¹³. Castoriadis (1995, p. 20) aponta que Marx foi a primeira pessoa a mostrar que *“a significação de uma teoria não pode ser compreendida independentemente da prática histórica e social à qual ela corresponde, na qual ela se prolonga ou que serve para encobrir”*. A teoria marxista da história, dessa forma, apresenta-se como uma teoria científica; uma generalização capaz de ser demonstrada ou contestada a nível da investigação empírica¹⁴. Como argumenta, ninguém *“depois de Marx pode pensar a história ‘esquecendo’ que toda sociedade deve*

13 *“Mas, exatamente por esta razão, falar do marxismo tornou-se um dos mais difíceis empreendimentos. (...) Na verdade, de qual marxismo dever-se-ia falar? Do de Khrouchtchev, de Mao Tsé-tung, de Togliatti, de Thorez? Do de Castro, dos iugoslavos, dos revisionistas poloneses? Ou então dos trotskistas (e ainda aqui a geografia retoma seus direitos: trotskistas franceses e ingleses, dos Estados Unidos e da América Latina se dilaceram e se denunciam reciprocamente), dos bordiguistas, de tal ou qual grupo de extrema esquerda que acusa todos os outros de trair o espírito do ‘verdadeiro’ marxismo que só ele possuiria? Não existe somente o abismo que separa os marxismos oficiais e os marxismos de oposição. Há ainda a enorme multiplicidade de variantes, cada uma das quais a colocar-se como excluindo todas as outras. Nenhum critério simples permite reduzir esta complexidade logo de início”* (CASTORIADIS, 1995, p. 19-20).

14 *“A filosofia da história marxista é, em primeiro lugar, e sobretudo, um racionalismo objetivista. Já vimos isso na teoria marxista da história aplicada à história passada. Objeto da teoria da história é um objeto natural e o modelo que lhe é aplicado é um modelo análogo ao das ciências da natureza. Forças que agem sobre pontos de aplicação definidos produzem resultados predeterminados de acordo com um grande esquema causal que deve explicar tanto a estática como a dinâmica da história, a constituição e funcionamento de cada sociedade, assim como o desequilíbrio e perturbação que devem conduzi-las a uma nova forma”* (CASTORIADIS, 1995, p.55).

*assegurar a produção das condições materiais de sua vida, e que todos os aspectos da vida social estão profundamente ligados ao trabalho, ao modo de organização desta produção e à divisão social que lhe corresponde*¹⁵. Mas que depois de haver provocado grande impacto na maneira de se conceber o mundo histórico, logrou ser ultrapassada pela pesquisa que ela mesma tornou possível:

De fato, se a prática inspirada no marxismo foi efetivamente revolucionária, durante certas fases da história moderna, ela também foi exatamente o contrário durante outros períodos. E se esses dois fenômenos necessitam interpretação (...), subsiste que eles indicam de maneira indubitável a ambiguidade essencial que era a do marxismo. Subsiste também, e isto é ainda mais importante, que tanto na história como na política, o presente pesa infinitamente mais do que o passado. Ora, este “presente”, é que há quarenta anos, o marxismo tornou-se uma *ideologia* no próprio sentido que Marx dava a este termo: um conjunto de ideias que se refere a uma realidade, não para esclarecê-la e transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la no imaginário, que permite às pessoas dizerem uma coisa e fazerem outra, apresentarem o que não são (CASTORIADIS, 1995, p. 21).

Esta passagem das ideias de Marx à qualidade de uma “ideologia” está referida, segundo sugere o autor, a fatores como a sua transformação em dogma oficial dos poderes instituídos nos países “socialistas”, reivindicadas por governos que não necessariamente encarnam o poder da classe operária e também não chegam a ser por esta “controlados” mais do que qualquer governo burguês; a sua disseminação enquanto doutrina das diversas correntes que inspiraram; entre outros. Ao mesmo tempo, indica:

É impossível, também, tentar manter uma ortodoxia, como fazia Lukacs em 1919, limitando-a a um *método* marxista, o qual seria separável do conteúdo e, por assim dizer, indiferente quanto a este. (...) a não ser tomando o termo em sua acepção mais superficial, o método não pode ser assim separado do conteúdo, e especialmente quando se trata de uma teoria histórica e social. O método, no sentido filosófico, é apenas o conjunto operante das categorias. Uma distinção rígida entre conteúdo e método somente pode existir nas formas mais ingênuas do idealismo transcendental ou criticismo que, em seus primeiros passos, separa e opõe uma matéria ou um conteúdo infinito e indefinido e categorias que o eterno fluxo do material não pode afetar, que são a forma sem a qual este material não poderia ser captado. (CASTORIADIS, 1995, p. 23).

15 CASTORIADIS, 1995, p. 30.

Trata-se, portanto, da impossibilidade de estabelecimento de uma distinção rígida entre método e conteúdo, e aqui nos aproximamos de algumas considerações sobre a teoria marxista da história. Isso justamente se dá pelo fato de as categorias desde as quais pensamos a história só poderem ser convertidas em formas de *conhecimento* da história na medida em que estejam arraigadas ou realizadas nas formas de *vida social efetiva* e, portanto, enquanto produtos reais do desenvolvimento histórico¹⁶. O método não é separável do seu conteúdo, sendo que a teoria, como unidade em que se constitui, não é separável das exigências de uma “*ação revolucionária que, a exemplo dos grandes partidos bem como das seitas o mostra, não pode ser iluminada e guiada pelos esquemas tradicionais*” (CASTORIADIS, 1995, p. 25).

Depreende-se, portanto, que a importância central atribuída por Marx e pelo movimento marxista à economia (vista desde esta perspectiva como um sistema de relações quantificáveis e abstratas que, a partir de um determinado tipo de apropriação de recursos produtivos determina a formação, a troca e a repartição de valores) não deve servir para mascarar as outras dimensões constituintes da vida social. Mesmo no capitalismo, a economia não deixa de ser uma abstração, na medida em que a sociedade não passou por transformações a tal ponto de haver-se convertido em sociedade econômica, de modo a chegar a encarar outras relações sociais como secundárias. Trata-se da consideração da coexistência de diversos momentos ou aspectos das atividades sociais e, frente a isso, a história como criação consciente e como repetição inconsciente. Nessa direção:

É certo que a consciência humana, como agente transformador e criador na história, é essencialmente uma consciência *prática*, uma razão operante – ativa, muito mais do que reflexão teórica, à qual a prática seria anexada como o corolário de um raciocínio e da qual ela somente materializaria as consequências. Mas essa prática não é exclusivamente uma modificação do mundo material, ela é também, ainda mais, modificação das condutas dos homens e de suas relações. (...) Assim, a teoria que faz do “desenvolvimento das forças produtivas” o motor da história, pressupõe, implicitamente, um tipo invariável de motivação fundamental dos homens, a

¹⁶ “na realidade do mundo antigo, a economia não se tinha constituído como momento separado, ‘autônomo’, como dizia Marx, ‘para si’, da atividade humana. Uma verdadeira análise da economia em si e de sua importância para a sociedade só pode ocorrer a partir do século XVII, e sobretudo do século XVIII, ou seja, com o nascimento do capitalismo que, na verdade, erigiu a economia em momento dominante da vida social. E a importância central atribuída por Marx e pelos marxistas ao fator econômico traduz igualmente esta realidade histórica” (CASTORIADIS, 1995, p. 24).

grosso modo a motivação econômica: desde sempre, as sociedades humanas teriam visado (consciente ou inconscientemente, não importa) primeiro e antes de tudo, o crescimento de sua produção e de seu consumo. Mas esta ideia não é apenas materialmente falsa; ela esquece que os tipos de motivação (e os valores correspondentes que polarizam e orientam a vida dos homens) são criações sociais, que cada cultura institui valores que lhe são próprios e conforma os indivíduos em função deles (CASTORIADIS, 1995, p. 33; 37).

O que o autor sustenta, assim, é a aparente insuficiência da concepção materialista da história no exercício de compreensão dos fenômenos sociais, baseada, esta, em três elementos específicos, quais sejam, (1) a atribuição de uma evolução autônoma, além de uma significação bem fechada e bem definida do desenvolvimento da técnica como motor da história “em última análise”; (2) a submissão do conjunto da história a categorias que acompanham o desenvolvimento específico da sociedade capitalista; (3) a postulação velada de uma natureza humana por essência inalterável, cuja principal motivação seria a econômica. Isso significaria partir de um entendimento de que a história do século XIX “*não foi exclusivamente determinada por leis econômicas, e que a ação de grupos e de classes sociais pôde modificar as condições nas quais essas leis agem e através disso o seu próprio funcionamento*” (CASTORIADIS, 1995, p. 43). Ou seja, experienciar a história, enquanto ser históricx é ser *na* e *da* história do mesmo modo que ser *na* e *da* sociedade, e isso significa pensar a história em função, necessariamente, das categorias da sua época e da sua sociedade, assim como pensar a história em função de uma intenção prática ou de um projeto específico (que igualmente faz parte da história). Conforme aponta:

Do mesmo modo que somente seres naturais também naturais – podem colocar o problema de uma ciência da natureza, pois somente os seres carnaís podem ter uma experiência da natureza, somente os seres históricos podem colocar o problema do conhecimento da história como objeto de experiência. E, do mesmo modo que ter uma experiência da natureza não consiste em sair do Universo e contemplá-lo, assim também, ter uma experiência da história não consiste em considerá-la do exterior como um objeto consumado e colocado em frente – pois tal história nunca existiu e nunca será oferecida a ninguém como objeto de pesquisa. (...) Somente quando o presente está fortemente presente, é que permite ver outras coisas no passado e mais do que o próprio passado podia ver em si

mesmo. De certa maneira, é pelo fato de projetar alguma coisa sobre o passado, que Marx descobre alguma coisa (CASTORIADIS, 1995, p. 46-47; 48).

Nesse sentido, levando-se em consideração esta inevitabilidade do contato com a teoria de Marx – apesar das críticas de que é passível e os eventuais limites que conserva enquanto teoria revolucionária¹⁷ –, na medida em que nos interessamos pelos processos de ação política coletiva e as mudanças, as transformações ou revoluções socioculturais que ensejam, destacam-se, enquanto expressão do marxismo no contexto latino-americano, “o pensamento e a ação de José Carlos Mariátegui” - que, conforme aponta Quijano (2007), tem reservado o seu lugar e significado no desenvolvimento do pensamento revolucionário contemporâneo, deixando-lhe contribuições originais e perduráveis. No contexto peruano, Mariátegui testemunhou irrecusavelmente a reaproximação entre o movimento revolucionário e um proletariado – que adquire maior maturidade política e avança em direção às lutas de outros setores explorados da sociedade –, contribuindo significativamente para o nascimento das primeiras organizações sindicais e políticas nacionais, delineando a matriz tanto de uma teoria, quanto de um horizonte ou orientação estratégico-revolucionário no Peru de começos do século XX. Internacionalmente, ele revitaliza a pesquisa e a reflexão no campo do marxismo, resgatando aportes feitos por autorxs cuja herança teórica havia sido relegada a certo ostracismo, num esforço de articulação da história local à conjuntura mais ampla, mundial – tudo isso num contexto peruano bem específico de investigação, na *Sierra del Sur* do país, durante o fim do século XIX e o começo do século XX, sobre o processo de expansão da grande propriedade agrária (QUIJANO, 2007, p. XIII).

17 Sobre a crítica ao marxismo realizada por Castoriadis, mais especificamente no âmbito do grupo *Socialismo ou Barbárie* (1949-1967), Moreira (2015, p. 61) aponta que ela está ancorada num progressivo afastamento realizada pelo filósofo grego radicado na França do marxismo oficial do leste europeu, motivado pelo que percebia como o distanciamento das organizações oficiais do socialismo da época das causas populares (seja pela participação em governos «burgueses», no fenômeno de repressão a greves ou oposição a movimentos de libertação em países colonizados. A atuação do grupo, segundo indica, foi marcada, nesse cenário, pela aproximação e posterior afastamento do trotskismo: “*Para os membros do então recém-nascido grupo SB, o trotskismo, apesar de ser a principal expressão de uma política revolucionária anti-stalinista, pecava em não responder questões básicas acerca de tal problema: O que é a Rússia? O que é o Stalinismo? Quais são suas bases sociais e suas raízes econômicas? E, mais importante, como compreender a burocracia que dominara a Rússia desde a década de 1930, e no Leste Europeu desde 1945?*”. Para o autor, a busca por objetivar respostas possíveis a estas perguntas acabou contribuindo com a intensificação da crítica às organizações tradicionais marxistas assim como ao próprio núcleo epistemológico do marxismo. Segundo sustenta, esta produção conduziu, inclusive, a um afastamento crítico do grupo em relação ao marxismo enquanto teoria revolucionária (MOREIRA, 2015, p. 61).

O papel que cumpre o autor, desse modo, é o de fundar o marxismo na América Latina, concebendo a sua obra, desde o começo, como um trabalho bem situado na realidade sociopolítica nacional, orientado à organização da classe trabalhadora e à da militância no campo da luta por transformações sociais e o fim da exploração em geral. Para além dos acordos e desacordos que se possa nutrir em relação às suas formulações concretas, seja enquanto pesquisador ou dirigente político do proletariado, Mariátegui tem o status, assim, não só de um fundador do marxismo latino-americano, como também de um guia nas formulações teórico-políticas contemporâneas:

Si Mariátegui fue capaz de dejar una obra en la cual los revolucionarios de América Latina y de otros países, pueden aún encontrar y reconstruir una matriz de indiscutible fecundidad para las tareas de hoy, se debe ante todo al hecho de haber sido, entre todos los que contribuyeron a la implantación del marxismo en la América Latina de su tiempo, el que más profunda y certeramente logró apropiarse –y no importa si de modo más intuitivo que sistemático y elaborado, o cruzado con preocupaciones metafísicas– aquello que, como Melis apunta, “confiere un valor auténticamente científico (revolucionario, pues, A.Q.) al marxismo”. Esto es, su calidad de marco y punto de partida para investigar, conocer, explicar, interpretar y cambiar una realidad histórica concreta, desde dentro de ella misma (QUIJANO, 2007, p. LX).

Ainda nesta perspectiva, argumenta Bordais (2015, p. 45):

Por eso Mariátegui critica a los que ven en el marxismo “una simple teoría científica” fruto del racionalismo del siglo XIX, para él el materialismo histórico tampoco se deriva de juicios metafísicos sino de un análisis científico de la realidad social que atiende “objetivos concretos de agitación y crítica” (MARIÁTEGUI, 1967 [1959], p. 17) de los que luchan por el fin de la explotación de una clase sobre otra. Por eso también es un hombre de fe, un hombre que cree religiosamente en la salida revolucionaria siempre con los pies firmes en la tierra, siempre con la convicción de que es empresa ardua pero necesaria. La filosofía de Marx le había enseñado que el hombre no está condenado pasivamente a la fatalidad histórica, sino que el hombre era también acción y pensamiento dentro de un todo real, social y transformable.

II. Para uma metodologia da etnografia: na trilha de uma antropologia filosófica

Cardoso (1971) sugere que, desde a perspectiva de uma epistemologia cartesiana, o método se encontra reduzido a um conjunto de regras que, de *per sí*, garantiria a obtenção dos resultados buscados, identificando-se, portanto, enquanto *técnica* empregada no fazer científico. Na medida em que o(a) pesquisador(a) adere sem mais a estes padrões estabelecidos e aceitos do “método científico”, perde-se a possibilidade de uma discussão que seja mais profunda dos critérios de cientificidade então adotados, dificultando, esta sua não explicitação, a realização de uma efetiva reflexão sobre o método. Nesse sentido:

Supõe-se o método como elemento capaz de permitir desvendar o mundo, a realidade, guardando desta a sua objetividade pura e total. Dissocia-se o resultado do processo de sua obtenção, tanto mais quanto mais se for “cientista”. Isto é, reduz-se o método à técnica e supõe-se a sua neutralidade. Ela será tanto melhor, mais “científica”, quanto menos interferir. Ela é pensada como não tendo nada a ver com o conteúdo sobre o qual é aplicada. O esforço da pesquisa é apenas técnico, nada teórico. “Teórico” é unicamente o seu resultado. Sendo a técnica estritamente concreta, a neutralidade dela depende tão somente da neutralidade de quem utiliza. A partir daí o foco é centrado no pesquisador individual. O melhor cientista seria a máquina, incapaz de pensar, mas com ótimo desempenho técnico, o tanto mais quanto sofisticadas forem os seus instrumentos de formalização, das lógicas à linguagem matemática. Evidente que num mundo à mostra, em que só se precisa ir corretamente até ele para descobri-lo, é neste “ir a” que se concentram todas as atenções. Sempre há o risco de “erro” no “conhecimento”, correspondente a uma cópia mal feita, erro este sempre imputável à forma da obtenção do saber, ao método, sendo as divergências imputadas às subjetividades distintas (CARDOSO, 1971, p. 14-15).

Conforme aponta a autora, a compreensão das limitações do método cartesiano advém da contradição entre o exercício do rigor científico e o seguimento à risca de procedimentos estabelecidos – contexto no qual a experiência adquire crescente importância, no sentido da relação que permite estabelecer, com a mediação do simbólico, entre os planos do real e do teórico. O método, nesse sentido, se revela enquanto parte de um corpo teórico integrado, no qual a técnica figura como parte:

Entende-se o método como parte de um corpo teórico integrado, em que ele envolve as técnicas, dando-lhes sua razão, perguntando-lhes sobre as possibilidades e as limitações que trazem ou podem trazer às teorias a que servem, no trabalho sobre o seu objeto. A reflexão é aqui necessariamente retorno do método sobre si mesmo, questionamento dos seus próprios fundamentos, revisão crítica. Nesse sentido, ela é fundamental ao exercício da ciência. (...) Somente conduzindo o raciocínio até o plano propriamente epistemológico, distanciando-se, assim, das malhas do método como tal para atingir as suposições em que se baseiam, as bases de que parte, é que será possível compreender a formação do conhecimento e o papel que aí cabe ao método. O conhecimento é o resultado da relação entre um sujeito que se empenha em conhecer e o objeto de sua preocupação (CARDOSO, 1971, p. 3-4).

Assim, a partir da não negação da existência de um sujeito (eu) no processo de construção do conhecimento, do lugar filosófico e existencial por este ocupado e, portanto, com o borramento da fronteira que separa subjetividade e objetividade, abre-se espaço para o reconhecimento do simbólico/cultural – como parte esta constitutiva “do mundo” (tal como forjado pelos processos de colonização implementados desde a Europa; através de concepções sobre o “universal” e o “homem” derivadas da tradição ocidental de pensamento e das ciências sociais modernas; mas também para além dele). Este reconhecimento implica a sua apreciação enquanto dimensão que embala e é constitutiva ela mesma de tudo o que emerge do horizonte de sentido conformado pela “humanidade” - como aquilo que se destacaria como qualidade do que é propriamente humano, mais além de toda a diversidade e diferenças. Segundo a concepção aqui adotada, esta dimensão simbólica/subjetiva está referida na *linguagem* e nas *instituições* (mediadoras fundamentais dos processos de construção ontológica dos sujeitos e de inscrição destes na cultura e na sociedade)¹⁸, inscrita em dinâmicas e em processos geoculturais¹⁹ e geopolíticos²⁰, ligada a territórios e a formações socioespaciais específicas²¹.

18 CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade. (1975)**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

19 KUSCH, R. **Geocultura del hombre americano. (1975)**. Fundación Ross: Rosario, 2000.

20 AGNEW (2004; 2006); AMIN (2004; 2005); ARRIGHI (1996); CAIRO (2008); CAROU (1997).

21 SANTOS [2005; 2008].

Na trilha de uma Antropologia Filosófica: marcos conceituais e epistemológicos para uma análise qualitativa de economia política da América Latina

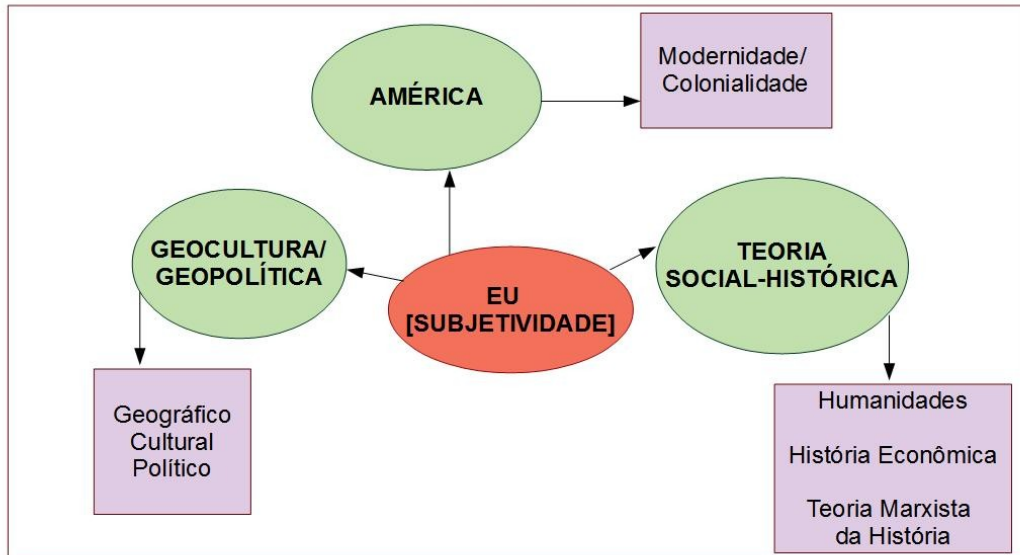


Figura 5: Horizonte de sentido que embala a construção metodológica deste trabalho. Dimensões que aportam os conteúdos do método

II.i. A Filosofia na América Latina como questão antropológica

História de um aspecto constitutivo da cultura do mundo ocidental, a história da filosofia evidencia a jornada humana orientada pelo constante perguntar; pelo constante processo de criação e recriação, de ordenação e reordenação que lhe permite escapar do nada e do caos. Para Zea (2005, p. 356), filósofo é quem “*quer saber do ser no nada, da ordem no caos. E quer saber porque nele vai o seu próprio ser, a sua existência*”, fazendo do verbo, logos ou palavra – enquanto atributo que destaca a qualidade de ser humano no mundo e no universo frente a outros entes, em toda sua potência criadora – instrumento que é a virtude de sua existência. Nesta história, o desabrochar de uma filosofia que se pretende latino-americana está ligada ao perguntar-se sobre o direito ao uso deste verbo, logos ou palavra, marcando certa expressão de um filosofar que se dá a partir de um perguntar-se pela possibilidade de uma filosofia própria ou pela própria existência desta, surgida nas margens do mundo ocidental²²; a um uso do verbo, logos ou

²² Ver: BONDY, A. S. **Existe una filosofía de nuestra América?** (1968). Siglo XXI: Cidade do México, 2006.

palavra sem mais, que se dá simplesmente a partir do perguntar e da solicitação de uma resposta. Como explica o autor:

A história de um perguntar sobre uma realidade que não nos parece, a nós latino-americanos, estar de acordo com a resposta que a filosofia tem dado para a mesma. Um perguntar que leva acasalada consigo a ideia de uma diversidade, de uma diversidade que não partiu de nós, mas com a qual nos encontramos. Quando nos perguntamos pela existência de uma filosofia americana, fazemo-lo partindo do sentimento de uma diversidade, do fato de nos percebermos e sentirmos distintos. (...) Que tipo de homens somos? Nesta pergunta estará o centro do problema, o porquê de um perguntar pelo nosso suposto direito a uma especial pergunta. E esta pergunta alude, consciente ou inconscientemente, a um perguntar que nos foi imposto nos inícios da nossa incorporação ao que o mundo ocidental chama de história universal, isto é, à história desse mundo que é e que, ao expandir-se, fez dos objetos de expansão parte de sua agressiva história. (...) Foi a Europa que iniciou a história da chamada modernidade. Uma modernidade que implica um novo redescobrimiento do homem e, ao mesmo tempo, o aparecimento de um homem que faz da sua redescoberta liberdade um instrumento ou justificativa para impô-la a outros, negando-lhes este direito. Foi a Europa que considerou o seu destino, o destino de seus homens, fazer de seu humanismo o arquétipo a alcançar por todos os entes que pudessem assemelhar-se com ele; esta Europa, tanto a cristã como a moderna, ao passar os limites de sua geografia e tropeçar com outros entes que pareciam ser homens, exigiu a estes que justificassem a sua suposta humanidade. Isto é, não fosse acompanhada de provas de que não só eram semelhantes, mas reproduções, cópias, reflexo do que o europeu considerava como humano por excelência. Nosso filosofar na América começa, assim, como uma polêmica sobre a essência do humano e a relação que pudesse ter esta essência com os raros habitantes do continente descoberto, conquistado e colonizado (ZEA, 2005, p. 357-358).

Trata-se, em outras palavras, do estabelecimento de uma subjetividade que está condicionada, na América Latina, a partir da colonização levada a cabo desde a Europa no final do século XV, pela tipificação e hierarquização dos sujeitos com base em critérios biológicos e culturais. Os debates sobre a relação entre natureza e cultura na história da Antropologia, nesse sentido, ajudam a entender essa construção – na qual tomam parte as produções evolucionistas do século XIX, as teorias antirracistas focadas na

importância da cultura, as teorias estruturalistas e sobre sexo e gênero do século XX e os estudos sobre ciência e tecnologia na contemporaneidade –, explorando com isso a problemática em torno da humanidade enquanto expressão de uma qualidade natural e não-natural; que é parte e, ao mesmo tempo, se diferencia da natureza. E são a coleta e a publicação de uma variada e significativa quantidade de dados acerca da diversidade de características e comportamentos humanos durante o período das Grandes Navegações que vão contribuir decisivamente para a criação de teorias a respeito da “natureza” humana (GONZÁLEZ, 2010). Como aponta a autora:

O fascínio e as discussões que causavam as histórias sobre primatas identificados em terras exóticas e de crianças “selvagens” criadas por animais e que não tinham a capacidade de linguagem (SINGH; ZINGG, 1942; BENZAQUEN, 2006) são exemplos de como a ambiguidade relativa à definição de humanidade e ao estado Natural e Social do homem era amplamente debatida nesta época. A exploração da proximidade e distância entre a humanidade e a natureza, com recurso a conceitos como “raça” ou “primitivos” (TYLOR, 1871; FRAZER, 1890; LEVY-BRUHL, 1910, 1922), daria lugar às primeiras discussões de cunho antropológico, mesmo antes de a disciplina ser estabelecida enquanto área própria de conhecimento ou do estabelecimento do termo Cultura enquanto característica universal, presente em todos os grupos humanos (GONZÁLEZ, 2010, p. 50).

Desde este ponto de vista, as ideias sobre hierarquias entre “diferentes tipos humanos” serão atualizadas com os princípios darwinistas do evolucionismo das espécies, no século XIX. Às visões prévias sobre as diferenças, tanto físicas quanto culturais, entre grupos humanos são acrescentadas ideias sobre evolução biológica entre as espécies, de modo que:

do casamento entre as ideias dos evolucionistas sociais sobre a progressão dos seres considerados como inferiores para formas superiores ou mais “civilizadas” e as teorias sobre a evolução física dos organismos, resultaria o denominado “racismo científico”, cujas hierarquias evolutivas giravam em torno ao conceito de “raça”. Certas “raças” eram consideradas mais “primitivas”, por isso mais próximas do estágio animal tanto em qualidades físicas quanto mentais e morais, sendo o padrão comparativo de civilização o dos povos “civilizados” do norte da Europa (GOLDBERG, 1993 apud WADE, 1997, p. 9). Por outro lado, as diferenças físicas eram parâmetro para acessar as diferenças intelectuais e morais. Desenvolveu-se assim uma parafernália de técnicas de medição e comparação de valores dos

diversos corpos, exemplificados pela craniologia e frenologia (GONZÁLEZ, 2010, p. 54).

Esta discriminação, categorização e hierarquização dos corpos e “tipos” humanos na América Latina inspirará diversas respostas, culminando na pergunta sobre o direito que temos nas terras de cá ao uso do verbo, do logos ou palavra. Isso se dá, explica Zea (2005, p. 360), pelo fato de que a filosofia ocidental moderna, “*em nome do progresso, da civilização e até em nome da Humanidade em abstrato negará, senão a plena humanidade dos latino-americanos, a sua plenitude*”. Conforme destaca, o filosofar latino-americano no século XIX se apresenta como reflexo de uma luta trágica, que pode ser compreendida como uma aspiração à civilização e uma negação da barbárie. Civilização, que é a Europa e a sua expressão na América – os Estados Unidos da América. Barbárie, como tudo o que é identificado com o “indígena”, a mestiçagem e/ou o passado colonial. E completa:

As contradições se expressam de diversas formas: Civilização ou barbárie? Republicanismo ou catolicismo? Progresso ou retrocesso? Mas todas elas aspirando assemelhar-se ao arquétipo do novo homem que vai implícito na eleição, na contradição. Negação do passado e, com o passado, negação da cultura herdada da Colônia, para ser outro, distinto do que tem sido. À emancipação política das metrópoles iberas há de seguir a emancipação mental. Isto é, o desfazer-se de todo o passado, dos hábitos e costumes que distanciaram os latino-americanos da verdadeira humanidade, da verdadeira cultura, que as fizeram cair na infra-humanidade. (...) Não importa que esta implicação resulte em uma amputação, em uma negação de si mesmo, à qual nunca foi submetido o homem arquétipo, ainda que a história deste homem tenha sido o resultado de múltiplos encontros de culturas e civilizações de inegáveis mestiçagens. Porque, pura e simplesmente, este homem nunca questionou tais fatos (ZEA, 2005, p. 364).

O autor aponta que em meados do século XIX conforma-se uma série de correntes literárias e filosóficas, que encontram lugar no bojo do romantismo latino-americano, onde fica proposto, invariavelmente, o problema de uma cultura original da América Latina; daquela América constituída a partir da colonização Ibérica²³. Esta expressão do

²³ No final do século XV, Espanha e Portugal já não se encontram num momento de mundo “*propriamente feudal*. São mais nações renascentistas: são o primeiro passo rumo à modernidade propriamente dita”

romantismo, inspirada no europeu, reflete uma aspiração à criação ou à possibilidade de uma cultura não necessariamente latino-americana, mas nacional. Se o denominador comum a este conjunto diverso de produções partia de um horizonte simbólico mais amplo, refletido desde a cultura europeia, a condição para o surgimento de uma cultura que fosse própria a esta América ibérica residiria numa necessária ruptura com a cultura colonial que funda esta América, como num processo de “emancipação mental”. Com isso:

pela primeira vez, se falará de uma filosofia americana pela sua origem, não só de quem filosofa, mas dos problemas a serem resolvidos, os quais não têm porque serem os mesmos da filosofia europeia, mas os próprios de uma realidade, da nossa realidade. No entanto, geralmente, não será este o sentido da filosofia que se expressa nesta etapa da América Latina, mas uma filosofia cuja virtude pareceria ser a de fazer dos latino-americanos homens semelhantes ao arquétipo ocidental. (...) No norte desta América tinha já surtido um colosso. Um colosso que não tinha proposto o problema da humanidade de seus homens, nem a originalidade de sua cultura, nem a possibilidade de uma filosofia que lhe fosse própria, simplesmente tinha atuado. Tinha atuado e atuaria em função de seus interesses, os interesses que fazem também, do homem um Homem. E atuando, tinha iniciado a criação de um novo império e adquiria uma nova cultura que já lhe era própria, isto é, um modo de vida que considerava original e, também, a filosofia deste modo de ser. *American way of life*, pragmatismo, enfim, tudo o que origina o homem que trata de ser o que é e não pretende assemelhar-se a ninguém (ZEA, 2005, p. 367-369).

A ruptura com o ideal de liberdade do liberalismo e a busca pela conexão com a realidade emascarada pelo positivismo, no século XX, induz a filosofia latino-americana a um retorno “à realidade”, às coisas “em si” e a um encontro com a liberdade criadora; com um modo de ser que cada exemplar da espécie humana possui pelo simples fato de humano ser:

Ao lado desta filosofia que mostrava que o homem buscado está dentro de cada homem, que o paradigma é só o próprio homem, independentemente de que seja latino-americano, norte-americano, europeu, asiático ou africano, surge, como paralela expressão, o nacionalismo. Um nacionalismo distinto do que surgiu inspirado num romantismo do século XIX. Um nacionalismo que buscará em seus povos o que a nova filosofia buscará

(DUSSEL, 1993, p. 15).

nos indivíduos. Um modo de ser próprio, um modo de ser que não tem por que ser semelhante ao de outros povos. Um modo de ser que, à medida que se afiance, se fortaleça, escapará da alienação dos novos colonialismos, da situação de subdesenvolvido, da infra-humanidade como expressão de subordinação. Um nacionalismo que se sabe distinto do que tanto na Europa como na América, originou imperialismos: europeu ou norte-americano, não importa qual. Um nacionalismo que trata de afiançar o próprio, ao mesmo tempo em que enfrenta o que lhe é alheio, no sentido de que o faz o seu instrumento, subordinando-o (ZEA, 2010, p. 370).

Esta guinada filosófica processada no cenário latino-americano no século XX, como afirma o autor, é influenciada pelo movimento nacionalista que se fortalece com a Revolução Mexicana de 1910. A Revolução ganha abrangência e capilaridade cultural na região, inspirando o surgimento de movimentos políticos e culturais em cada um dos países que a conforma. Estes movimentos revelavam um cenário onde se buscava o freio da *“nova e poderosa expansão do herdeiro do mundo ocidental”*, defendendo o fortalecimento ou ao menos a busca por fortalecer a *“sua economia, apoiando as classes médias para que façam na América Latina o mesmo que seus iguais fizeram pelos impérios da Europa Ocidental e Estados Unidos”* (ZEA, 2005, p. 370-371). A busca dos autorxs latino-americanxs nesse contexto é pelo próprio, pelo autêntico e original dos povos latino-americanos; uma originalidade que se manifesta também enquanto filosofia; enquanto verbo, logos ou palavra. O “surgimento” de outros povos e a emancipação de novas nações após a Segunda Guerra Mundial lembram e atualizam os processos sociopolíticos e culturais levados a cabo pelos latino-americanxs no século XIX. O filosofar que emerge a partir desse cenário terá de se enfrentar ou, pelo menos, de se situar num mundo forjado a partir da justificação da sua própria negação, mas de que, invariavelmente, já é parte:

Um mundo ao qual pertencem, mas no qual não podem seguir tendo papel de instrumentos, de subordinados. A expansão do mundo ocidental criou este mundo, fazendo prevalecer o seu domínio. Trata-se de um mundo que já não pode ser destruído, que deve prevalecer, mas não a ordem em que foram situados os homens e os povos. (...) A mesma filosofia ocidental oferece os elementos para que os alienados fiquem desalienados. A possibilidade de uma filosofia asiática, africana ou latino-americana aponta para esta desalienação (ZEA, 2005, p. 372).

II.ii. Rodolfo Kusch e a filosofia do trabalho de campo

Filho de mãe e pai alemães que emigraram para a cidade argentina de Buenos Aires no pós-Primeira Guerra Mundial, Gunter Rodolfo Kusch (1922-1979) é testemunha e partícipe da forte efervescência cultural que animou os arredores da *Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional de Buenos Aires*, entre as décadas de 1940 e 1950 – período em que gradua-se no curso de Filosofia. A irrupção de setores e movimentos populares com força de decisão na vida política do país exerce significativa influência neste processo, fomentando reflexões e produções diversas, ancoradas em discussões acerca de temas como identidade nacional e participação social/popular, estimulando neste então o revisionismo histórico²⁴. Este processo se dá muito influenciado, inicialmente, pela chegada da *Unión Cívica Radical* (UCR) ao governo, através da eleição do presidente Hipólito Yrigoyen (que governou nos períodos de 1916-1922 e de 1928-1930), representando, tal acontecimento, a emergência de novos setores sociais na dinâmica política de uma sociedade em franco processo de transformação – decorrente esta de fatores como a imigração transatlântica e de uma economia crescente e desigual. Estas mudanças deram lugar a uma agenda de reclames e demandas socioculturais e econômicas, com as quais boa parte da elite conservadora que havia comandado a política até então não estava preparada para lidar. A Reforma Universitária ocorrida em Córdoba, em 1918, sob o governo de Yrigoyen, nesse sentido, marcou significativamente dito cenário, manifestando-se como um movimento universitário que logo se conectou a outros movimentos que lhe eram contemporâneos, como o modernismo literário e o anti-imperialismo. Sua repercussão foi continental: num primeiro momento em países como Peru, Chile, Colômbia, Guatemala e Uruguai; e, em seguida, no pós-1930, em países como Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela e México. Tudo isso trazia à tona a inquietude de uma geração em relação à democratização das instituições nacionais (ESPASANDE, 2017, p.122)²⁵.

Em 1943 ocorre um golpe de Estado no país, levando ao poder o general Edelmiro Farrell, participando deste processo o dirigente do *Grupo de Oficiales del Ejército* (GOU), Juan Domingo Perón. Com a adoção de uma logia militar simpática ao fascismo europeu,

24 MUCHIUT, M.; ROMANO, G. & LANGON, M. (1980). **Datos biográficos de Rodolfo Kusch**. In: KUSCH, R. **Obras Completas. Tomo I**. Fundación A. Ross: Rosario, 2007.

25 Este movimento e as transformações que ensejou, em alguns casos, limitou-se ao mundo universitário. Em outro, todavia – como no caso do Peru de Mariátegui ou de Cuba –, foi incorporado nos postulados das lutas estudantis ou de outras de maior alcance, políticas e sociais nacionais (ESPASANDE, 2017).

em particular o italiano, na disputa por um *desenvolvimento* independente do país, Perón exerce os cargos de *Secretario de Trabajo y Previsión*, de *Ministro de Guerra* e de vice-presidente do país, quando em 1944 promove uma série de reformas trabalhistas, no cenário de formação de uma nova classe trabalhadora argentina, com o crescimento da indústria no pós-Segunda Guerra Mundial. Em 04 de junho de 1946 é eleito presidente do país pelo *Partido Laborista*, dando início a um longo período, caracterizado pela presença do peronismo na vida política nacional²⁶. Em meio às agitadas ocorrências políticas deste contexto em que viveu, pois, é que Kusch se confronta com a necessidade de um retorno às bases, seja para a compreensão dos problemas sociopolíticos, econômicos e culturais então manifestos no presente em que vivia (não obstante todos os avanços humanos em matéria de conhecimento e tecnologia) ou para o encontro com o significado mesmo do seu existir em Buenos Aires, e, por extensão, à existência “do homem” - tal como tratada pela filosofia ocidental –, especificamente, este “homem” na América:

Sus actividades, investigaciones y trabajos fueron consagrados a la búsqueda, primordialmente, en la base, aquí: el porteño, el hombre de barrio, el campesino, el indígena, lo que es hoy, lo que fue, su lenguaje, sus creencias, sus pensamientos y tratar de llegar a los resortes más profundos que dan sentido a su vida²⁷.

Como destaca Mignolo (2008), é a consciência mestiça que vai disparar a trajetória que conduz o filósofo argentino filho de imigrantes ao estabelecimento de uma distinção entre “ser” e “estar”, enquanto categorias e posições ontológicas distintas para o sujeito filosófico que emerge em suas obras:

a consciência mestiça para um filósofo argentino de descendência alemã, bem versado em Kant, Hegel, Nietzsche, Husserl, Heidegger, não é uma questão de sangue, mas uma questão de sentir a fratura entre ser e estar; uma sensação de estar fora do lugar, de sentir quando irá teorizar durante os anos cinquenta como a força natural da América e, nos anos sessenta e

26 Este período pode ser compreendido em etapas: “*La primera abarcó desde 1946 hasta 1974: es el peronismo con Perón. La segunda, el peronismo sin Perón, y se prolongó hasta entrado el siglo XXI. La primera etapa abarcó las dos primeras presidencias de Perón (1946-1955), sus años de exilio, su regreso y tercera presidencia desde 1973 hasta su muerte en 1974. La segunda abarcó el gobierno peronista de su viuda, Isabel Perón (1974-1976); el peronismo en el llano entre 1976 y 1989; el menemismo (1989-1999) y, por último, el gobierno de Eduardo Alberto Duhalde (2002) y de Néstor Kirchner (2003-2007) y su esposa Cristina Kirchner (2007-2015)*”. Ver: SEOANE, M. *Peronismo*. In: **Enciclopédia Latino-Americana**. Boitempo: São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/p/peronismo>>. Último acesso em 30 de março de 2019.

27 MUCHIUT, M.; ROMANO, G. & LANGON, M. (1980). op. cit., p. VII

setenta, se mover para um entendimento da filosofia aymara ou do pensamento aymara. Mas também ligando ambos, a correlação entre espaço e a densidade da vida orgânica (pampas, montanhas, selvas, florestas, rios, etc.) com cidades espalhadas e baixa densidade demográfica. Em outras palavras, Grécia e Roma (ou Jerusalém para Levinas) estão longe, muito longe, para a consciência mestiça da América. Ao contrário, a vida orgânica exuberante (alguns diriam “natureza”) e a densa memória das civilizações e cosmologias indígenas (ao invés de gregas, romanas ou hebraicas) e línguas (aymara e quechua, ao invés de grego, latim e hebraico) ofereceram na América o lugar e a memória de *quem se é (ser) e onde se está (estar)*. Assim, consciência mestiça é um conceito filosófico e não biológico. Um conceito filosófico que é impensável na história da filosofia europeia, de Tales de Mileto a Heidegger da Floresta Negra em Messkirch (MIGNOLO, 2008, p. 303).

Trata-se, para Mignolo, de reflexões levadas a cabo por Kusch justamente num momento social-histórico onde, primeiro, o progresso e o desenvolvimento justificaram na Argentina projetos e processos de organização nacional, em meados do século XIX, orientados por capitais ingleses e ideologias francesas e, segundo, quando a modernização e o desenvolvimento, passam, em meados do século XX, a ocorrer sob os auspícios das políticas estadunidenses para a América Latina – processo para o qual é emblemático o discurso do presidente Harry Truman à nação norte-americana em 1949²⁸: *“La reflexión de Kusch es una extensa y agónica meditación de la conciencia de inmigrante que a la vez rechaza el querer ser del progreso y del desarrollo”* (MIGNOLO, 2013, p. 85). Daí a sua guinada epistemológica, realizada na direção de uma antropologia filosófica, a qual, segundo defende, não se pode dar num ambiente de total assepsia, sendo fundamental, nesta construção, portanto, a tomada em consideração desse “estar” na América como uma circunstância especial do sujeito filosófico; como um dado que assume no processo de investigação, relevância e significação próprias: *“Nuestro momento supone un lugar especial”* (KUSCH, 2000, p. 381)²⁹. Ao mesmo tempo, explica o

28 Ver: PORTAL TRUMAN LIBRARY. **Truman's Inaugural Address – 20 de janeiro de 1949**. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm>. Último acesso em 30 de março de 2019.

29 *“Las de Kusch son reflexiones que solo se pudieron dar del modo en que se dieron en el momento en que el desobedece, en el momento en que su vuelca en una total desobediencia epistémica y ontológica y reflexiona a partir de la experiencia en vez de sujetar la experiencia a los dictados de las disciplinas. (...) Kusch invierte de esta manera la larga e imperial historia de la epistemología moderna, europea por cierto, afincada en la teología durante el renacimiento y en la filosofía secular y la ciencia a partir de la ilustración.*

filósofo:

asumir el lugar filosófico en América no significa tomar en cuenta ingenuamente la ubicación geográfica, porque esto de nada vale, ya que ella desaparece en la reflexión y se desvanece en su propia universalidad. En cierta manera se trata de ubicar mi reflexión en mi total residualidad, o mejor en mi defección de no contar más que con mi conciencia natural en torno a la estufa, en un lugar donde incide toda mi duda sobre cuál es realmente el eje de la universalidad que pasa por esa degradación existencial, o esta caída que supone estar calentándose junto a la estufa. En esto, mal que nos pese, la filosofía asume apenas un simple papel metodológico, la *ancilla*³⁰ de mi propia universalidad (KUSCH, 2000, p. 383).

Neste processo de investigação, recorrer ao recurso próprio ao campo da antropologia, como é o caso do trabalho de campo³¹, como ferramenta metodológica, implica (i) um problema gnosiológico – na medida em que, para o(a) pesquisador(a), se trata da tarefa de conhecer um objeto –, e (ii) supõe uma relação básica, entre observador(a) e observado(a) – o que, no caso de uma antropologia filosófica, significa uma relação entre sujeitos distintos (um do outro) e, portanto, de uma questão de interculturalidade. Como afirma:

El problema de la investigación no radica tanto en un procedimiento que consiste en encontrar la racionalidad en los objetos investigados, sino también, y eso mucho más en América, en ver hasta qué punto se logra tolerar una racionalidad diferente, propuesta, en cierta medida por el objeto. Esto se advierte especialmente en todo lo que hace al estudio de grupos humanos diferentes a la cultura urbana. En esto cabe incluir la Antropología, en tanto hace investigación de campo, lo cual implica metafóricamente la salida del cerco que pone la civilización. (...) Esto mismo convierte la investigación de una simple reiteración de una racionalidad prevista, en un problema de comunicación. Recuperar la racionalidad del sujeto observado, significa frustrar la propuesta inicial de la investigación para subordinarla a

Una necesidad, en definitiva – puesto que Kusch no lo dice pero está implícito en su análisis –, la fundación del saber en Europa, del Renacimiento a la Ilustración, fue la fundación de un saber que respondió a su propia existencia, un saber que se construyó para ahuyentar el hedor de brujas y alquimistas, de sarracenos y paganos, de indios y negros africanos” (MIGNOLO, 2013, p. 85; 86-87).

30 Serva, escrava. Sentido de dependiente.

31 “El concepto de trabajo de campo pertenece al ámbito propio de la Antropología. Supone varios componentes: por un lado el observador o investigador y por el otro el observado. Ambos mantienen una relación que consiste en el conocimiento que debe realizar el observador del observado” (KUSCH, 2000, p. 207).

la posibilidad de una comunicación (KUSCH, 2000b, p. 204; 205).

No que se refere ao primeiro aspecto, Kusch considera enquanto supostos metodológicos três áreas ou camadas a serem atingidas no processo de conhecimento de um dado fenômeno, que indicam também as dificuldades na tarefa de se chegar ao conhecimento antropológico. Estas seriam as áreas: 1) fenomênica (coleta de dados), 2) teórica (exploração de causalidades; interdisciplinaridade) e 3) genética (hipóteses; filosofia)³². Desde a perspectiva do segundo aspecto, da relação entre observador(a) e observado(a), Kusch considera que ser um *sujeito existente* implica ser um ente pensante. E o pensamento, por sua vez, move-se dentro de uma linguagem, que implica a vigência de um horizonte simbólico. Este horizonte é alimentado por tradições que funcionam dentro de um presente, facilitando o projeto de criação em direção a um futuro. Esta compreensão abre espaço para a percepção de que cada sujeito integra um cosmos, ou seja, um mundo de significação, um mundo também conhecido e habitável, chamado *cultura* – aquilo que é cultivado pelo sujeito; habitabilidade³³ ou domicílio existencial:

Contamina con sus símbolos su habitat, hace que la piedra, el árbol, la casa, el prójimo, tengan sentido. Crea así su propia economía, organiza sus instituciones, mantiene su lengua, a los efectos de mantener la constitución de su existir: lo que decimos o sea, su domicilio en el mundo. A partir de aquí es donde la situación del sujeto investigador y del sujeto observado se complica dado que tanto uno como otro se encierran en su propia cultura (KUSCH, 2000, p. 211).

Para o processo de investigação ou de realização do trabalho de campo, esta compreensão cria um problema de comunicação, estabelecido entre a cultura do sujeito observador e a cultura do sujeito observado. Trata-se do reconhecimento de um limite

32 Na área de coleta de dados, o sujeito observado é reduzido às formas que assume quando da sua manifestação, susceptíveis à descrição, como se se tratasse de um objeto. Na área teórica, são exploradas possíveis causas e possíveis motivações não expostas na área fenomênica. A terceira área, seria a de abertura de uma hipótese após realizadas as duas outras duas etapas, supondo, para tanto, a existência de um ponto central a ser considerado.

33 “*En realidad, tanto uno como otro no viven un habitat sino que habitan un paisaje. Aun cuando el sujeto observador sea un investigador, ha sometido el habitat a un horizonte simbólico sostenido en este caso por la ciencia. Esta también es en cierta medida una estructura simbólica, pero no cabe duda que un habitat como ecología o como economía, sometido a un horizonte simbólico, aun así está organizado por una ciencia, es en el fondo siempre, no un habitat real sino un paisaje. Entendemos como paisaje el habitat interpretado, sometido a un horizonte simbólico, aun cuando si trate de la ciencia*” (KUSCH, 2000, p. 211).

entre ambos, uma espécie de “terra de ninguém” que interfere diretamente na proposta que se faz o(a) observador(a), qual seja a de acercar-se e comunicar-se com o(a) observado(a). Outro aspecto consequente é a possibilidade de transcendência desse “vazio cultural” pelo(a) investigador(a), o que supõe, de algum modo, a superação da figura ou do modelo forjado pela tradição ocidental europeia:

porque comunicarse con el otro implica una reflexión a partir de la propia falta de domicilio angustiante sobre los propios principios culturales que llevarán, por ejemplo, a investigar al observador. (...) Por este motivo se plantea la posibilidad de una Antropología Filosófica Americana. La situación de observador-observante es propia de América dada su pluriculturalidad (KUSCH, 2000, p. 213).

PARTE 1

ETNOGRÁFICA

**MIRADAS MULTIESCALARES SOBRE O TERRITÓRIO INDÍGENA E PARQUE
NACIONAL ISIBORO SÉCURE (TIPNIS) NA BOLÍVIA E O ASSENTAMENTO TERRA
VISTA (MST-BAHIA) NO BRASIL**

1.1. Onde se encontram o científico, o pessoal e o político: o lugar filosófico ocupado neste trabalho e seu contexto geral

O encontro com os casos estudados nesta pesquisa se inscreve numa trajetória intelectual marcada pela busca por compreender a realidade (geo)política, socioeconômica e cultural conformadora do meu quadro de vida, a partir do Sítio Ceilão, comunidade onde nasci e vivi, até então, a maior parte da vida. Filha de trabalhadora e trabalhador rurais pequeno-proprietária(o), esta trajetória está orientada, ademais, pela busca por melhorias das condições gerais de vida minha e de minha comunidade, sobretudo em termos econômico-produtivos, após a desestruturação das formas produtivas (tradicionais) anteriormente aí vigentes. A grande influência aí, neste último aspecto, exercida pelo trabalho e pelo papel político da minha mãe, através da fundação de associações comunitárias e da sua atuação através, e para além delas. Como se pode esperar, esta busca abriu outros caminhos...

No que concerne ao âmbito científico destes, o entendimento inicial se deu sob a consideração de que, no contexto da reestruturação do capital nos anos 1970, os países da América Latina privilegiaram a integração logística e a expansão do capital, adotando, os Estados da região neste período, políticas que concorreram para tanto. Esse processo, segundo percebe Milton Santos, cria não apenas espaços luminosos, desde os eixos de integração do capital, mas também espaços opacos ou invisíveis, atravessados por eixos de conflitos socioambientais e étnicos (RIBEIRO, MELO & MELO, 2015).

A construção científica inicial do processo de conhecimento se deu, pois, num esforço de visualização, no contexto da Integração Latino-Americana, das dinâmicas socioespaciais relativas à iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) nos territórios do Brasil e da Bolívia. Ambos os países apresentavam-se como cenários consideravelmente impactados pelo processo de reestruturação produtiva, comandado pelas empresas transnacionais e pelo capital financeiro na região – embora sob condições socioculturais, econômicas e (geo)políticas distintas.

O Brasil vinha assumindo um destacado papel na IIRSA, não apenas pelo exercício de liderança política, mas também como grande aportador de recursos aí, num projeto de internacionalização de empresas do país, através do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) – marcando uma nova direção adotada pelo país em matéria de política externa na/para a região. A Bolívia, por sua vez, tinha a sua participação na IIRSA marcada pelos conflitos ambientais envolvendo as populações indígenas, que vinham reagindo à iniciativa através da elaboração de estratégias de resistência por meio de movimentos sociais³⁴.

O conhecimento sobre o caso do TIPNIS se deu em 2013, num evento que promovia o diálogo entre pensadores latino-americanos³⁵. Sem que se negasse os significados da vitória do presidente Evo Morales – eleito pelo partido *Movimiento al Socialismo* (MAS) –, e as transformações objetivas impulsionadas pelo seu governo, o conflito que tinha como centro o TIPNIS iluminava naquele então as contradições e os desafios que marcavam este primeiro governo indígena da Bolívia, no contexto de refundação do Estado-nação e de instituição aí de um Estado Plurinacional. Mais do que isso, o conflito aberto em torno do território indígena conferia concretude à complexa problemática associada às representações sobre e as formas de participação dos povos indígenas e camponeses, seja em relação à sociedade, ao Estado e/ou à vida política, nacionais na Bolívia, em específico, e na América Latina, em geral, além da problemática socioambiental que colocava em cheque o modelo de desenvolvimento baseado no padrão extrativista.

O contato com a experiência do Assentamento Terra Vista, no Brasil, por sua vez, se deu em 2016, quando estive envolvida num caso de violência e conflito em uma comunidade quilombola (sem titulação) de pescadores e pescadoras artesanais, situada na contracosta da Ilha de Itaparica-BA³⁶. Este envolvimento implicou a percepção do real

34 Ver: MELO, M. C. *A dinâmica socioespacial contemporânea da América do Sul: um olhar atento sobre os movimentos espaciais do Brasil e da Bolívia e os sentidos da cooperação. Relatório Final Iniciação Científica*. Agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.sul-sur.com/p/biblioteca.html>>. Último acesso em 23 de maio de 2019.

35 PORTAL CULT. **Encontro Pensar América: Pensadores Latino-Americanos em Diálogo**. Grupo de Interculturalidades e América Latina. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/?p=2121>>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

36 Ver: ARTIGO 19. **Organizações denunciam violência contra defensores de Direitos Humanos no Brasil**. Publicado em 14 de abril de 2016. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2016/04/14/organizacoes-denunciam-violencia-contra-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil/>>. Último acesso em 21 de julho de 2017;

PORTAL CÂMARA. **Carta Aberta do I Acampamento Marcus Matraga: um tributo à vida**. Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Publicado em 22 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/carta-aberta-do-i-acampamento-marcus-matraga-um-tributo-a-vida-Atualizacao>>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

pertencimento e ligação com os processos de regionalização e transformação dos territórios em curso na América do Sul na contemporaneidade; implicou a consciência dos impactos e rebatimentos de tais processos (geo)políticos e econômicos nas experiências mesmas das pessoas, em territórios que se apresentavam, assim, marcadamente impactados pelas contradições, por conflitividades (e a violência que lhes acompanha) em torno de disputas fundiárias³⁷ - atualizados na contemporaneidade aí por um plano de desenvolvimento territorial implementado pelo Estado que reproduz internamente os corredores de exportação da IIRSA³⁸. A experiência do Assentamento Terra Vista assinalava, neste então, a potência das iniciativas populares de (re)existência, articulação e trabalho coletivos (seja no enfrentamento aos ataques sofridos nas comunidades/espacos territoriais de vida e atuação; seja na construção de soluções para os problemas socio-produtivos que se lhes apresentavam), tudo isso através da agroecologia e da tecitura de uma *Teia dos Povos*.

Para o desenvolvimento deste trabalho no âmbito do mestrado, portanto, havia uma premissa inicial da qual se partia: a de que *o pesquisar implica um participar*. E isso significa, nas palavras de Brandão (1982, p. 11), levar a cabo um processo de através do qual se pode:

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da *sua* história. Ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de

37 Ver: Portal Justiça Global. **Brasil tem número alarmante de defensores de direitos humanos mortos em 2016**. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/brasil-tem-numero-alarmante-de-defensores-de-direitos-humanos-mortos-em-2016/>>. Último acesso em 04 de julho de 2016;

Portal Combate Racismo Ambiental. **Violência no campo baiano e brasileiro é alarmante: nota de Entidades Sociais e Movimentos Populares da Bahia e do Brasil**. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2017/03/15/violencia-no-campo-baiano-e-brasileiro-e-alarante-nota-de-entidades-sociais-e-movimentos-populares-da-bahia-e-do-brasil/>>. Último acesso em 14 de abril de 2019;

38 MELO, M. C. *Projetos de morte: a alarmante situação dos Direitos Humanos no Brasil, a IIRSA e o novo vetor de desenvolvimento do Estado da Bahia*. **Anais do II Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, p. 867-875. Universidade do Paraná – Setor Litoral: Matinhos, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15potEWFjH5To29nAef_03HHxRqU0ORPb/view>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

reconquista popular.

Nesse sentido, partindo do exame que faz da sociedade argentina nas suas explorações e reflexões sobre a América, Kusch (2000) defende que a instituição do popular e, mais especificamente, da cultura popular como objeto, no bojo da ciência, teve como um de seus efeitos, a posta em evidência de uma diferença sociocultural profunda, entre os setores médios urbanos e os assim concebidos setores populares da sociedade, vistos, desde certa perspectiva, como uma espécie de massa popular. Esta diferença (ou abismo) escamoteava o que para o autor seriam as inter-relações entre um setor e outro, residentes, estas, nas raízes; no horizonte sobre o qual descansariam os comportamentos culturais e os aparatos conceituais do que aí se apresentava enquanto sociedade nacional. Por outro lado, no cotidiano vivido estaria a fonte capaz de erigir os elementos que serviriam para a superação de dita diferença, e que fundamentariam, de tal maneira, a autenticidade da sociedade que, nestes termos, constituir-se-ia como “nacional-plural”. A consideração que faz o filósofo é a de que, do ponto de vista da produção de conhecimento com vistas à compreensão/transformação da sociedade na América, se:

conviene superar ya el período crítico en el que nos hallamos embarcados. La crítica de lo ya dado no hace más que consolidar al enemigo. Todos ya estamos de acuerdo y por eso mismo debemos ensayar la palabra nueva. Ahora bien, la experiencia de campo me ha hecho notar que lo nuevo que tenemos que decir está en lo popular y en lo indígena. Éstos nos orientan en el planteo de un nuevo verbo. Ante todo, investigar en el campo popular e indígena no implica buscar algo ajeno a uno, algo que se pueda considerar como superado, sino que se trata de un algo que encierra una faz importante de uno mismo, que, a su vez, podría generar un pensamiento nuevo. (...) La así llamada cultura occidental nos ha cercado la posibilidad de asumir nuestro absurdo y el sentido real de nuestro quehacer. (...) El trabajo de contactar con el pueblo, más que trabajo antropológico lleva entonces a descubrir lo negado. (...) La negación utilizada para América no responde entonces a una actitud metodológica, sino existencial. Mejor dicho, surge de una reflexión sobre cómo podemos totalizar nuestro pensamiento, y asumir todo el pensar a partir de lo negado por la positividad occidental (KUSCH, 2000, p. 221-222-223).

O que a experiência e as ideias de Kusch inspiram passa, assim, pelo

deslocamento ontológico do sujeito filosófico traçado pela tradição ocidental de pensamento, na medida em que aponta para um *ser* que se constitui em função do seu *estar*. Um estar que apenas *marca*; que não informa sobre a interioridade de um ente e sim sobre as suas condicionalidades, as externalidades que lhe atravessam e constituem. O fazer científico se veria, dessa maneira, revolucionado, nesta América delineada pelo filósofo – quem se abre, pois, a uma outra epistemologia. Esta, por sua parte, comportando o plural e o diverso no seio da nação, dá margem à criação de novos instrumentos e repertórios com vistas à resolução dos conflitos e problemas sociais. Por fim, na trilha dessas ideias nas quais nos apoiamos para a construção deste trabalho e, em especial, desta etnografia, considera-se, parafraseando Kusch (2000, p. 246), que:

en el crecimiento de lo popular está la sorpresa de saber alguna vez qué hay que hacer. Es un saber potencial, que surge de un silencio lleno. En esto no interviene ni la economía, ni la sociología, ni la compartimentación del saber científico en general, sino el puro crecimiento. Por eso el descubrimiento de lo popular en el fondo de América, nos lleva a un futuro imprevisto, que ninguna fuerza puede detener, o mejor dicho, no hay fuerza en esto, sino la potencia del crecimiento. Más aún, asoman formas inéditas, pero que quizás no sean tales, porque en realidad surgen de toda amplitud milagrosa de ser hombre[-mujer]³⁹.

1.2. Instrumentos e diálogos

O objetivo do trabalho de campo na Bolívia foi o de examinar a complexidade e logo melhor compreender o conflito em torno da construção de uma rodovia ligada à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que prevê o atravessamento do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS) - em sua multiescalaridade. O conflito foi disparado no ano de 2011, tendo, aparentemente sido solucionado no ano de 2012, para logo novamente voltar a emergir em 2017 e permanecer aberto até a atualidade. Pretendemos com ele, portanto, identificar e contatar os principais grupos sociais e instituições a ele associados, bem como examinar os interesses e questões que lhe permeiam e têm conferido significância nas escalas local, nacional e internacional.

A pesquisa de campo foi dividida em três momentos:

³⁹ Parte entre colchetes acrescentada por nós.

- 1) coleta de materiais bibliográficos, informações e mapeamento das instituições e sujeitos que serão entrevistados na pesquisa de campo – buscando catalogar e identificar as instituições de governo, analistas e movimentos sociais diretamente ligados ao conflito e/ou que o estão acompanhando, além de reunir as informações necessárias à posterior ida ao TIPNIS, localizado entre os departamentos de Beni e Cochabamba, numa zona de limitado acesso. Esta etapa foi realizada na cidade de La Paz, contando com o apoio de contato preestabelecido na cidade;
- 2) ainda na cidade de La Paz, previu-se a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos identificados em etapa anterior. Esperava-se explorar nesta etapa o conhecimento do conflito em suas escalas internacional e nacional. O registro das entrevistas foi feito contando com recurso audiovisual;
- 3) conhecimento do território estudado e aprofundamento das questões que perpassam o conflito em sua abrangência local, procurando acercar-nos dos grupos e sujeitos sociais que impulsionam o projeto de construção da estrada, bem como aqueles que se posicionam contrariamente a ele. Para tanto, previu-se uma ida à cidade de Cochabamba, capital do departamento homônimo; uma ida à cidade de Trindad, capital do departamento de Beni; e, finalmente, uma ida ao Território Indígena e Parque Nacional Isibóro Sécore (TIPNIS). Em cada um destes lugares foram realizadas visitas a instituições que se relacionam com e/ou acompanham o conflito, bem como entrevistas semiestruturadas com os sujeitos contatados. Do mesmo modo que na etapa anterior, as entrevistas foram, quando possível, gravadas em áudio e em vídeo.

O início das atividades da pesquisa de campo se deu no dia 18 de dezembro de 2017, na cidade de La Paz. Além da primeira reunião com o professor Mirko Orgáz García, da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA) - quem havia sido previamente contatado e apoiou na cidade a realização do trabalho –, houve a participação em um evento promovido pela reitoria da referida universidade em apoio a organizações e ativistas sociais, alvos de perseguição política no país⁴⁰.

40 Ver: PORTAL DO CENTRO LATINO-AMERICANO DE ECOLOGIA SOCIAL. **Apoyo a las voces ciudadanas independientes de CEDIB en Bolivia**. Publicado em 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://ambiental.net/2017/12/apoyo-a-las-voces-ciudadanas-independientes-de-cedib-en-bolivia/>>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

#AguanteCedib

EMERGENCIA CIUDADANA

Lunes 18 de diciembre
Remate de libros
CEDIB
Acto cultural
desde las 11:00 a.m
Atrio de la UMSA
Acto de Desagravio
19:00 Paraninfo UMSA.

“La mente libre e investigadora
del individuo es la cosa más
valiosa del mundo”.
John Steinbeck

BASTA DE HOSTIGAMIENTO Y REPRESIÓN CONTRA LAS VOCES CRÍTICAS!

Figura 5: Ato cultural em apoio ao CEDIB

Fonte: PORTAL ARQUEO BOLIVIA. Disponível em: <<http://arqueobolivia.blogspot.com/2017/12/el-cedib-y-todas-las-instituciones-que.html>>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

No dia 28 de dezembro foi realizada a primeira entrevista prevista, com Patricia Molina Carpio, engenheira agrônoma e diretora-geral do *Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo* – Fobomade. Em seguida, ao mesmo tempo em que atividades como a revisão de periódicos na Biblioteca e Arquivo Histórico da Vice-presidência, a coleta de referências bibliográficas e a solicitação de Projetos de Lei referentes ao conflito

estudado na Secretaria-Geral da Assembleia Legislativa, as demais entrevistas foram agendadas e realizadas. Durante estes dias, eram intensas as movimentações políticas no país, iniciadas em razão da promulgação da *Ley nº 1005*, que instituía um Novo Código do Sistema Penal no país, aprovado pelo governo Evo Morales e promulgada em 15 de dezembro deste ano. O novo Código Penal foi alvo de grande oposição dos trabalhadores do país, sobretudo os médicos, que protagonizaram uma greve que durou 46 dias⁴¹.

A ela se somaram diversos setores, como a Central Obrera Boliviana (COB), organizações do setor de transporte pesado, organizações estudantis e docentes, e até mesmo organizações ligadas à histórica base de apoio ao governo, como foi o caso da Associação Departamental de Produtores de Coca de La Paz (Adepcoca)⁴². Nos reclames da sociedade mobilizada em oposição às medidas do governo estava a aprovação judicial da recandidatura do presidente Evo Morales para as eleições de 2019, apesar da rejeição feita pela maioria da população em plebiscito realizado em 21 de fevereiro de 2016⁴³. Em La Paz, as manifestações foram alvo de intensa repressão policial, tornando as ruas um ambiente tenso durante este período. Diversas vezes, durante as atividades da pesquisa de campo, foi impossível o desenvolvimento das atividades previstas, em razão de bloqueios de ruas ou suspensão dos atendimentos nos órgãos de Estado.

41 Mereceu destaque no chamado *Paro médico* a presença do componente antibolivarianista, com o entoamento pela classe médica de palavras de ordem como “*Esto no es Cuba, tampoco Venezuela, esto es Bolivia y Bolivia se respeta*”, alimentando as teses sobre o intervencionismo imperialista por parte dos Estados Unidos no atual contexto de oposição ao governo Evo Morales. Ver: PORTAL CNN. “**Esto es Bolivia, no Venezuela**”: **manifestantes del paro médico en La Paz**. Por Guillermo Arduino, publicado em 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/video/cnnee-panorama-paro-medico-bolivia-protestas/>>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

42 Ver: PORTAL NOTICIAS DE BOLIVIA. **ADEPCOCA apoya el paro medico y viceministro Siles extrañado por el rechazo del Preacuerdo**. 2018. (5 min. 26s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SzUKQ-UxZrY>>. Último acesso em 23 de maio de 2019;

PORTAL LA RAZÓN. **Médicos llevan 42 días de paro y transporte suma presión contra el Código**. Por Carlos Corz: La Paz, 03 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Medicos-transporte-Codigo-Penal-Bolivia-presion-paro-bloqueo_0_2849715022.html>. Último acesso em 14 de abril de 2019;

PORTAL SPUTNIK. **Central obrera boliviana anuncia paro nacional en apoyo a la protesta de médicos**. La Paz, 29 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://mundo.sputniknews.com/america-latina/201712291075108265-america-latina-protesta-sanidad/>>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

43 Ver: PORTAL BBC. **El Tribunal Constitucional de Bolivia autoriza a Evo Morales a buscar la reelección como presidente sin límites**. BBC Mundo, 29 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-42159445>>. Último acesso em 14 de abril de 2019;

REVISTA CORREO DEL ALBA. **Bolivia, Evo y la encrucijada de la repostulación**. Nº 69, p. 04-17, novembro-dezembro. La Paz, 2017.

Algumas vezes foi necessária a fuga de bloqueios ou investidas da polícia, nem sempre sendo possível escapar das bombas de gás lacrimogêneo por ela empregada.



Fotografia 1. Concentração em frente à *Universidad Mayor de San Andrés* para manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 pelo governo do presidente Evo Morales. La Paz, janeiro de 2018.



Fotografia 2: Bloqueio policial à manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 pelo governo do presidente Evo Morales. La Paz, janeiro de 2018.



Fotografia 3: Paro Médico en Bolivia.

Fonte: PORTAL TELESUR. **Más de 800.000 consultas suspendidas por paro médico en Bolivia.** Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/Mas-de-800.000-consultas-suspendidas-por-paro-medico-en-Bolivia-20171227-0081.html>>. Último acesso em 13 de maio de 2019.



Fotografia 4: Marcha e manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 pelo governo do presidente Evo Morales. La Paz, janeiro de 2018.



Fotografia 5: Manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 em Cochabamba - Bolívia, 2018.



Fotografia 6: Manifestação contra a promulgação da Lei nº 1005 em Cochabamba - Bolívia, 2018.



Fotografía 7: "21 de Febrero: Bolivia dijo no". Santa Cruz de la Sierra, 2018.

No dia 08 de janeiro de 2018 foi realizada a entrevista a Silvia Molina Carpio, pesquisadora do Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario – CEDLA; no dia 09/01 foi entrevistado Pablo Villegas, pesquisador do *Centro de Documentación y Información Bolivia* – CEDIB; no 16/01 aconteceu a conversa com Jaime Arieta Tellez, responsável pela comunicação da *Administradora Boliviana de Carreteras* – ABC; em 17/01 foi entrevistado Wilde Roberto Camacho Salazar, chefe de gestão e projetos do Vice-ministério de Transporte, coordenador nacional da Bolívia na IIRSA-COSIPLAN; e em 19/01, na última entrevista realizada em La Paz, foi entrevistado Roger Carvajal Saravia, docente da área de biomedicina experimental na *Universidad Mayor de San*

Andrés e ex vice-ministro de Ciência e Tecnologia do país na primeira gestão do presidente Evo Morales.

De 20 a 24 de janeiro as atividades da pesquisa de campo passaram a ocorrer na cidade de Cochabamba, onde foi entrevistada nos dias 23 e 24 Sarela Paz Patiño, socióloga e pesquisadora da *Universidad Mayor de San Simón* (UMSS). Na ocasião foram obtidas informações e contatos para o passo seguinte da pesquisa, que ocorreu entre os dias 31 de janeiro e 10 de fevereiro no departamento de Beni. Assim, no dia 01 de fevereiro houve a reunião com Fabián Gil e Marqueza Teco presidentes, respectivamente, da Subcentral e da Organização de Mulheres do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure – TIPNIS, além de outras pessoas e representações do mesmo território, como Cecilia Moyoviri, na cidade de Trinidad. No dia 04/02 houve a ida ao TIPNIS. Nos dias 06 e 07, já havendo ingressado ao território, foram realizadas visitas, conversas e entrevistas nas comunidades de *27 de Mayo*, *Villa de Carmen del Remanso*, *Gundonovia*, *Santa María* e *Nueva Canaán*. Em Gundonovia foram entrevistadxs Ovidio Teco, ex-presidente da *Asociación de Chocolateros Sauce TIPNIS*, e sua esposa, Angela. Em Santa María as entrevistas foram a Marcelino, que foi secretário da referida associação e seu irmão Leóncio, ambos mojeños trinitários e produtores de chocolate; além de don Lucho, corregedor mojeño, desta comunidade, e sua esposa e dueña Matilde, indígena yuracaré e produtora de cacau.



Fotografia 8: Reunião com integrantes da Subcentral TIPNIS na cidade de Trinidad, fevereiro de 2018.



Fotografia 9: Reunião com integrantes da Subcentral TIPNIS na cidade de Trinidad, fevereiro de 2018.



Fotografia 10: Reunião com integrantes da Subcentral TIPNIS na cidade de Trinidad, fevereiro de 2018.



Fotografia 11: Margem do rio Mamoré. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni - Bolívia, 2018.



Fotografia 12: Família levando mercadoria para ser vendida em Trinidad. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni - Bolívia, 2018.



Fotografia 13: Fluxos e transporte de produtos através dos rios. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni - Bolívia, 2018.



Fotografia 14: Fluxos através dos rios. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni - Bolívia, 2018.



Fotografia 15: Casa mojeña trinitária em tempos de cheia dos rios (inundaciones). Entrada no TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni - Bolívia, 2018.



Fotografia 16: Chegada na comunidade de Gundonovia. Viagem rumo ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad. Departamento de Beni - Bolívia, 2018.



Fotografia 17: Comunidade de Santa María - TIPNIS. Visita às plantações de milho e arroz.



Fotografia 18: Marta, suas filhas e filho. Comunidade de Santa María - TIPNIS.



Fotografia 19: Cozinha mojeña e inundaciones: marco do início da cheia dos rios em 2018.



Fotografia 20: Infraestrutura da comunidade de Santa María: painéis solares, antenas de rádio e centro comunitário de reuniões.



Fotografia 21: Comunidade de Santa María - TIPNIS.



Fotografia 22: Cultivos alimentares na comunidade de Santa María - TIPNIS.



Fotografia 23: Margem do rio Isiboro, viagem ao TIPNIS desde a cidade de Trinidad, departamento de Beni - Bolívia, 2018.

Na Bahia (Brasil) o trabalho de campo foi realizado num esforço por conhecer os aspectos históricos da luta por terra/território no Assentamento Terra Vista e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia e no Brasil; as estratégias de desenvolvimento e planejamento territorial aí adotadas, sobretudo as relacionadas à questão econômico-produtiva; bem como por acompanhar a política de impulsionamento de uma aliança entre os povos, através da atuação da/na Teia dos Povos. Tudo isso, buscando relacionar àquilo que desta experiência se remeteria à ideia de integração da América Latina, para uma integração dos povos, e o bem viver. O início das atividades da pesquisa de campo se deu no dia 07 de maio de 2018, na ida ao Assentamento Terra Vista, que está localizado no município baiano de Arataca, há cerca de 400 km de Salvador, onde passei 08 dias.

A chegada no Assentamento Terra Vista se deu na noite de 07 de maio de 2018. Fui recebida na casa de Solange e Joelson, que vivem com seus dois filhos. Solange me contou um pouco sobre as articulações que desde o Assentamento vêm impulsionando. Duas das mais recentes foram o *I Encontro de Mulheres da Teia dos Povos*, realizado no Assentamento, no mês de março, e o *Encontro de formação de mulheres*, realizado no final de abril na comunidade de Graciosa – onde nos conhecemos durante o 1º Mutirão dos Territórios do Baixo Sul (Bahia), ocorrido em março de 2016. Dela recebi indicações de pessoas a quem procurar no dia seguinte: Capixaba, Sálvio, Seu Lourival (Louro), Isaque... Decidi organizar a pesquisa de campo no Assentamento em três blocos de questões, ou dimensões: uma **histórica**, atravessada pelo eixo de luta por terra/território; outra **produtiva**, atravessada pelo tema do desenvolvimento territorial local; e a terceira mais diretamente ligada ao processo de **articulação** com outras experiências de luta que se desenvolvem nos marcos da Teia dos Povos, e se inserem no eixo de integração dos povos.

Durante este período, além do exame e coleta de materiais do arquivo histórico e da recorrida da área do Assentamento para o conhecimento dos seus limites territoriais, assim como dos modos de vida aí presentes, ocorreram as seguintes atividades: no dia 08 de maio, entrevista a Luís Carlos, diretor do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos; a Sálvio, assentado, técnico em Agroecologia formado na 1ª turma do Assentamento, e que atua prestando assistência técnica nas áreas de agricultura deste, responsável pelas pesquisas em torno do cacau e da implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAF's); a Lourival (Louro Camacã ou Seu

Louro), representante de uma das cinco famílias que estiveram no território quando este era apenas um acampamento e, portanto, fundador do Assentamento; trabalhador rural, e produtor agroecológico de cacau; e a Carlos Alberto (Bob), que forma parte da coordenação do setor de comunicação da Regional Sul do MST – BA. Na manhã da quarta-feira, dia 09 de maio, houve a realização de um mutirão, no qual xs moradorxs se reuniram para realizarem as tarefas de interesse coletivo então pendentes, a exemplo da poda de árvores, da capina de roçados, limpeza e organização dos espaços comuns, etc., mas também para limpeza, reforma e preparação de um espaço (que estava abandonado há um tempo) na comunidade para a realização de um almoço coletivo a ocorrer no dia das mães e, posteriormente, a sua conversão em espaço cultural comunitário permanente. Na oportunidade entrevistei Cristina, quem coordenava o mutirão e somava-se à coordenação do Assentamento para contribuir com a área cultural. À tarde, entrevistei, durante uma pausa do trabalho nas barcaças de secagem das amêndoas do cacau, a Seu Louro, Airton (Capixaba) e Devaldo (Nego), além de Gilvan, quem desenvolve atividades de psicultura e de produção do *Chocolate Terra Vista*. No dia seguinte (10/05) visitei a sede do município de Arataca, situada a cerca de 05 km do Terra Vista. Com o município de Una, Arataca compartilha uma Unidade de Conservação federal, o Parque Nacional da Serra das Lontras⁴⁴, no entorno do qual fica o Assentamento Terra Vista. No dia 11 de maio foram entrevistados Roque Andrade, diretor da Escola Municipal – Centro Integrado Florestan Fernandes, e Joelson Ferreira de Oliveira, fundador do Assentamento e parte da sua atual coordenação. O sábado, dia 12 de maio foi dia de entrevista a Isaque Oliveira de Jesus, assentado, trabalhador rural agroecológico; a André Hermógenes dos Santos, assentado e trabalhador rural agroecológico; bem como de realização do segundo momento de entrevista a Joelson Ferreira. No domingo, dia de celebração do dia das mães, foi realizada a entrevista a Solange Brito, integrante da coordenação do Assentamento e da Teia dos Povos; assim como a Teresa da Silva Santos, assentada, trabalhadora rural agroecológica e integrante da coordenação do Assentamento. O último dia foi reservado para o acompanhamento do trabalho de colheita do cacau e do subsequente processo de fabricação do chocolate.

44 Ver: ICMBio. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação – Mata Atlântica: Parna da Serra das Lontras**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2209-parna-da-serra-das-lontras>>. Último acesso em 26 de abril de 2019.



Fotografia 24: Agrovila. Assentamento Terra Vista, Bahia - Brasil, 2018.



Fotografia 25: Mutirão comunitário mensal. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil.



Fotografia 26: Mutirão comunitário mensal. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil.



Fotografia 27: Mutirão comunitário mensal. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil.



Fotografia 28: Frente da Escola Municipal Florestan Fernandes. Assentamento Terra Vista, Bahia-Brasil, 2018.



Fotografia 29: Preparação do almoço de comemoração do dia das mães. Assentamento Terra Vista, 2018.



Fotografia 30: Mulheres fazendo a guarda na guarita do Assentamento.



Fotografia 31: Estudantes no final de mais um dia de aula. Assentamento Terra Vista, Bahia - Brasil, 2018.



Fotografia 32: Centro Integrado Florestan Fernandes. Assentamento Terra Vista, Bahia - Brasil



Fotografia 33: Horta. Assentamento Terra Vista, Bahia - Brasil, 2018.



Fotografia 34: Colheita do cacau. Assentamento Terra Vista, Bahia - Brasil, 2018.

No dia 11 de maio se deu a saída do Assentamento Terra Vista, em direção a Pirai do Norte, para uma visita à experiência de pesquisa e produção sob o método da agricultura sintrópica, desenvolvida pelo suíço Ernst Götsch. No caminho foi realizada uma visita ao Museu da História Genética do Cacau e Fábrica-Escola de Chocolate Dr. Edvaldo Magalhães Sampaio, na cidade de Gandu. A entrevista a Ernst Götsch aconteceu no dia 16 de maio.



Fotografia 35: Museu da história Genética do Cacau do Sul da Bahia no município de Gandu.



Fotografia 36: Cacau e suas variedades. Museu da história Genética do Cacau do Sul da Bahia no município de Gandu



Fotografia 37: Fábrica-Escola de Chocolate do Baixo Sul da Bahia. Município de Gandu, 2018.



Fotografia 38: Processo do chocolate. Fábrica-Escola de Chocolate do Baixo Sul da Bahia. Município de Gandu, 2018.



Fotografia 39: Entrada da agrofloresta criada por Ernst Götsch em fazenda de cacau abandonada após a crise da vassoura-de-bruxa no município de Pirai do Norte - Baixo Sul da Bahia, Brasil.



Fotografia 40: Interior da agrofloresta criada por Ernst Götsch em fazenda de cacau abandonada após a crise da vassoura-de-bruxa no município de Pirai do Norte - Baixo Sul da Bahia, Brasil.

Durante este trabalho de campo foi realizada ainda a entrevista à professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenadora do grupo de pesquisa Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GEOGRAFAR), a dra. Guiomar Inez Germani. Em 19 de junho de 2019, foi entrevistado o professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, o dr. Nilson Araújo de Souza. Os instrumentos empregados na realização desta etapa da pesquisa (ofícios, roteiros de entrevistas, termos de consentimento, etc.) se encontram na seção de anexos, na parte final do trabalho. As entrevistas foram realizadas através de questionários semiestruturados, registradas por meio de recursos audiovisuais e concedidas mediante apresentação e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias.

1.3. Casos e contextos

1.3.1. O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure – TIPNIS, na Bolívia

O primeiro caso que buscamos melhor compreender, no escopo desta pesquisa, foi o do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), que tem lugar na Bolívia. Trata-se de um conflito envolvendo os povos indígenas (*Mojeños*, *Yuracarés* e *Chimanes*) que habitam o referido território e, pelo menos desde os anos 1990, estão em processo de organização, luta e reivindicação frente ao governo e a sociedade nacionais pela defesa da integridade do seu território, pela manutenção dos seus modos de vida, e, conseqüentemente, pelo direito ao pleno exercício, desde aí, da sua cidadania⁴⁵. O TIPNIS compreende áreas nas províncias José Ballivián, Pedro Marbán e Mojos, no departamento do Beni e nas províncias de Ayopaya e Chapare, no departamento de Cochabamba. Segundo informações do Viceministerio de Tierras (2009), vivem aí aproximadamente 1.500 famílias, totalizando uma população também aproximada de 7.000 habitantes⁴⁶, organizadas em 64 comunidades.

Diante da institucionalidade do Estado, o território goza das garantias e prerrogativas de uma dupla categoria, a de Parque Nacional, criado como tal em 22 de novembro de 1965⁴⁷ e de território indígena, reconhecido em 24 de setembro de 1990, como conquista e resultado, este último, da primeira grande marcha indígena protagonizada por esses povos no mesmo ano. Este reconhecimento se deu no governo Jaime Paz Zamora que, ademais, reconhece os assentamentos de campesinxs

45 Como destaca Ardaya (1998), o salto qualitativo adquirido nos anos 1990 por este movimento de resistência no TIPNIS pode ser considerado o resultado de um acúmulo de experiências, especialmente a partir das formas de r-existência buscadas para enfrentar as expulsões que tiveram efeito com a expansão das fazendas de criação de gado no departamento boliviano do Beni, a partir de 1950. Como efeito desta expansão e das expulsões de que foram vítimas os povos indígenas da região (mais precisamente os povos mojeños), um lento e contínuo processo de organização foi tendo lugar – especialmente desde a cidade de Trinidad, na zona que ficou conhecida como “*Cabildo Indígenal de Trinidad*” - implicando, posteriormente, a articulação com organizações como a *Central de los Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia* (CIDOB) – Confederação, na contemporaneidade –, criada em 1982 na cidade de Santa Cruz, afiliada à *Coordinadora Indígena de la Cuenca Amazónica* (COICA).

46 Ver: Viceministerio de Tierras – Unidad de Promoción Indígena y Campesina. **Boletín n. 111**. La Paz: 12 de junho de 2009.

47 Ver: **Decreto Ley nº 07401**. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/leg-decr-gob-00484-1965.pdf>>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

colonizadores no interior do parque (determinando a criação de uma “linha vermelha” para evitar outros novos), e estabelece que todo e qualquer projeto a ser desenvolvido dentro dos seus limites (construção e obras de desenvolvimento, particularmente de estradas e polidutos) deverá contar, previamente, com estudo de impacto ambiental, bem como com a consulta e a participação da organização indígena da área⁴⁸. Como consequência, a gestão da TIOC-TIPNIS, legalmente, é baseada numa coadministração entre o *Servicio Nacional de Áreas Protegidas* (SERNAP) e a Subcentral TIPNIS⁴⁹.

Em 25 de abril de 1997, no governo Gonzalo Sánchez de Lozada, foi outorgado à Subcentral TIPNIS o *Título Ejecutorial* (provisório) de *Tierras Comunitarias de Origen*⁵⁰ (TCO-NAL-000002), resultado da promulgação, em outubro de 1996, da lei de criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Lei INRA). A extensão territorial foi definida nesse momento por uma superfície de 1.236.296 hectares⁵¹. Em fevereiro de 2009, já no governo do presidente Evo Morales Ayma, a titulação definitiva finalmente é realizada, estabelecendo para a TCO-TIPNIS uma superfície de 1.091.656 hectares, mediante a Resolução Suprema 230292⁵² e o *Título Ejecutorial* TCO-NAL-000229⁵³.

48 **Decreto Supremo nº 22610**. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-22610.xhtml>>.

49 Com base no artigo 64 da lei nº1333 de 27 de abril de 1992 e o artigo 23 do Decreto Supremo nº 24781 de 31 de julho de 1997 (Regulamento de Áreas Protegidas). Ver: **Anteproyecto de Ley de Declaratoria de Intangibilidad y Protección del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS)**. PL-754/2011-2012. Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, Cámara de Diputados, 2011.

50 No ano de 2010, mediante o Decreto Supremo nº 727 assinado pelo presidente em exercício, Álvaro Marcelo García Linera, foi iniciado no país um trâmite administrativo de conversão da categoria “*Tierra Comunitaria de Origen – TCO*” em “*Territorio Indígena Originario Campesino – TIOC*”, nos marcos da Nova Constituição promulgada em 2009.

51 Ver: PORTAL TIPNIS BOLIVIA. **Título Ejecutorial de Tierras Comunitarias de Origen TCO-NAL-000002**. Presidencia de la República: La Paz, 1997. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/leg-tco-inra-00249-1998.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

52 Ver: PORTAL GACETA OFICIAL DE BOLIVIA. **Resolución Suprema 230292**. Disponível em: <<http://gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/resoluciones/ultimasResoluciones/page:641/ayuda:La%20b%C3%Basqueda%20se%20realizar%C3%A1%20en%20el%20LISTADO%20DE%20ULTIMAS%20RESOLUCIONES>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

53 Ver: PORTAL TIPNIS BOLIVIA. **Título Ejecutorial TIPNIS**. INRA: La Paz, 2009. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/leg-tco-inra-00121-2009.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

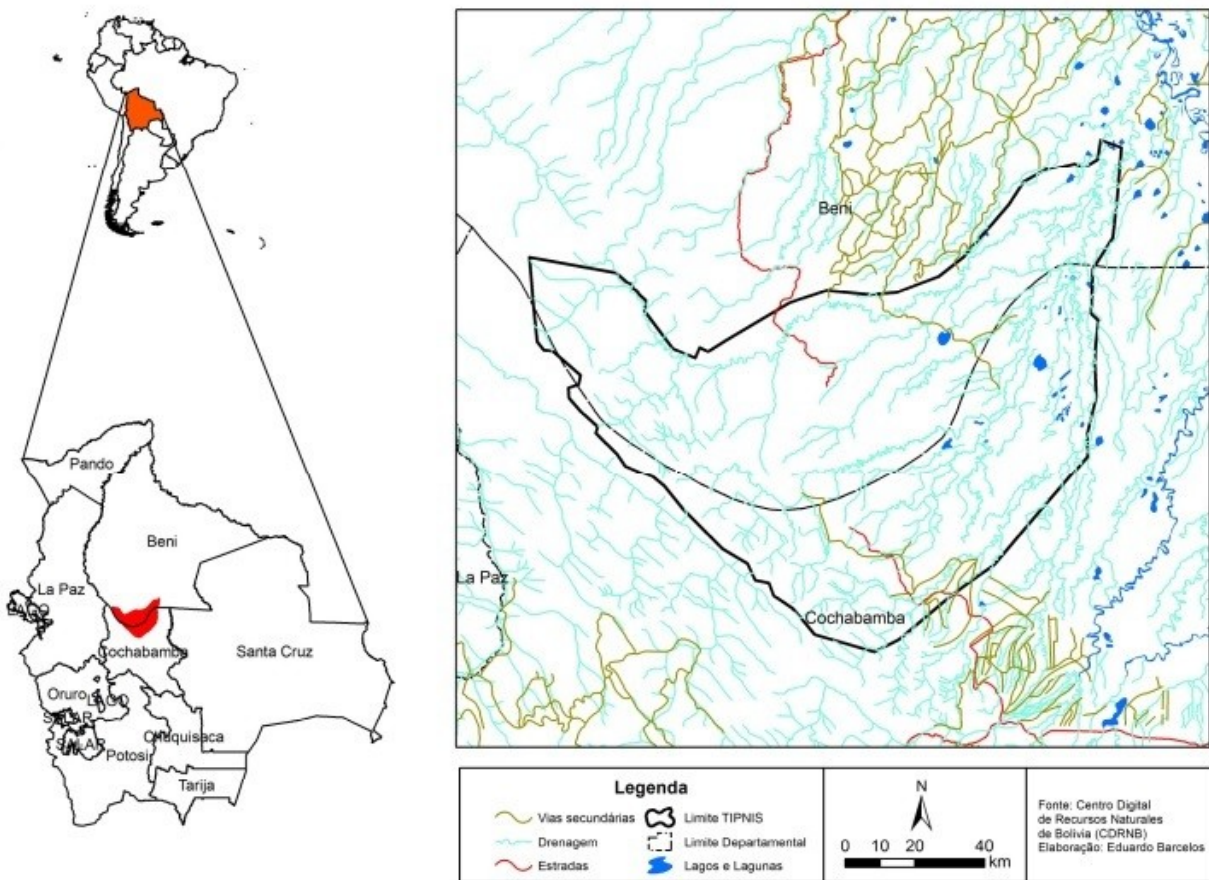


Figura 6: Localização do TIPNIS na Bolívia.

Fonte: PORTO-GONÇALVES & SANTIAGO. **Encrucijada latinoamericana en Bolívia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias**. Disponível em:

<<https://www.cedib.org/wp-content/uploads/2013/05/El-conflicto-del-TIPNIS-y-sus-implicaciones.pdf>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

Do ponto de vista dos aspectos socio-organizativos no interior da TCO-TIPNIS, no entanto, existem três organizações: a Subcentral TIPNIS, que oficialmente representa a toda a área; a Subcentral Sécore, que representa a todas as comunidades ao longo deste rio (até San Vicente, com exceção das comunidades de Tres de Mayo e Coquinal); e o *Consejo Indígena del Sur* (CONISUR), organização que representa parte das comunidades da sub-região sul da área (SURKIN, 2002) – junto com centrais e sindicatos colonos filiados à Federação de Colonizadores do Trópico de Cochabamba⁵⁴. A

⁵⁴ “La principal característica de esta sub-región es la presencia e influencia de una gran cantidad de colonos collas [isto é, povos indígenas de terras altas. Termo utilizado em oposição a “camba”, empregado genericamente para identificar os povos de terras baixas bolivianas]. En este contexto hay severos conflictos de tenencia de tierra ya que la presencia de los colonos limita el acceso de las comunidades indígenas a tierras. En términos de acceso a tierras varias comunidades indígenas de esta sub-región se encuentran en condiciones bastante precarias. Por ejemplo la comunidad de Limo ocupa unas cuantas parcelas cedidas por un colono y Santísima Trinidad también se encuentra rodeado por colonos. En este contexto los indígenas no pueden dejar sus chacos en barbecho ya que no existen tierras donde

convivência entre indígenas e colonxs está atravessada, assim, por contradições em torno das formas organizativas e produtivas, além do sistema de propriedade da terra, bases do conflito interétnico disparado com a colonização e o estabelecimento de assentamentos na área. Segundo o resumo ejecutivo de Avaliação Ambiental Estratégica do TIPNIS (2011):

El Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure, TIPNIS, actualmente es un espacio donde conviven dos modelos de desarrollo muy diferentes: el modelo indígena desarrollado en los actuales límites de la Tierra Comunitaria de Origen (TCO) (se han identificado al menos tres sistemas de vida) y el modelo colono desarrollado en el “Polígono 7” (sistema de vida colono) y que es, en definitiva, una continuidad de la colonización del trópico cochabambino iniciada varias décadas atrás y, en el caso específico de esta área en el año 1983 – 1987, como resultado de la sequía que se produjo en el país entre 1982 – 1983 Y posteriormente como resultado del proceso de relocalización de los mineros, luego del cierre de la COMIBOL. Por contrapartida, se cuenta con un medioambiente conservado, mega diverso y que mantiene una importante función reguladora de la región (SERNAP, RUMBOL SRL, 2011, p. 4).

Ainda nesta direção, Paz (2011, p. 9) explica que:

En la lectura constitucional profundamente nacionalista de la época, las tierras de las tribus selvícolas en realidad formaban parte de lo que se consideraba tierra fiscal; es decir, tierra de dominio y propiedad del Estado. Así, éste podía decidir acerca de su destino. Uno de los grandes proyectos estatales implementados después de la revolución de 1952 fue justamente la marcha hacia el oriente boliviano (SORUCO, 2008), la ocupación de tierras en los llanos amazónicos y chaqueños de Bolivia que buscaba consolidar una agroindustria exportadora en la región de Santa Cruz (caña, algodón, girasol, soya) y, a su vez, implementar planes y programas de colonización a la región de los yungas por parte de sectores campesinos andinos ya que éstos iban a verse expuestos rápidamente a un proceso de parcelación y empobrecimiento de su economía campesina (LASERNA, 1987). El contingente de campesinos colonizadores a los yungas bolivianos estuvo conformado por quechuas y aymaras que buscaron expandir sus iniciativas agrarias en tierras bajas y el Chapare se convirtió en uno de los lugares de destino.

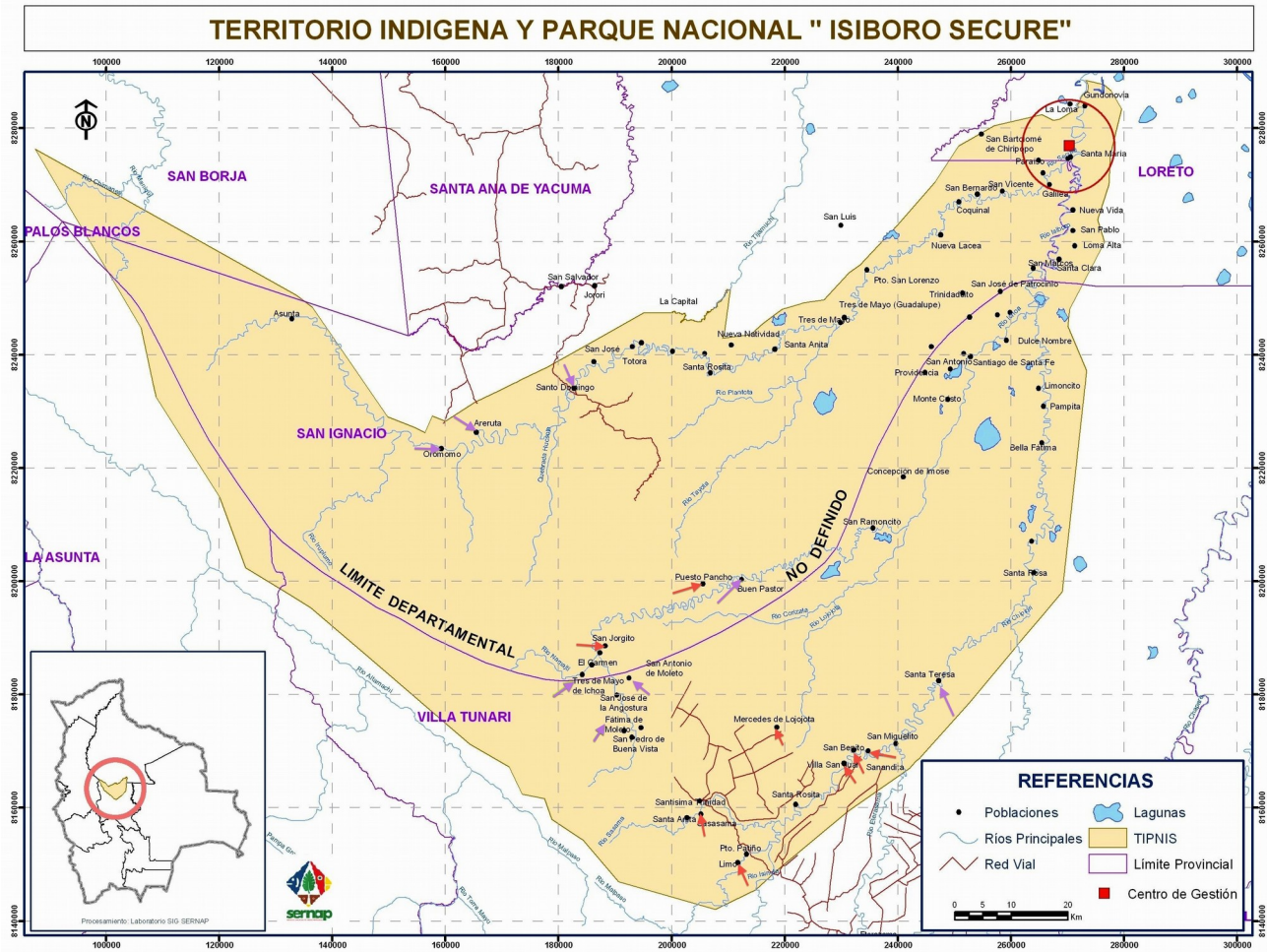


Figura 7: Terra Comunitária de Origem - Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TCO-TIPNIS)

Fonte: PORTAL WOBORDERS. About Conisur, organization of TIPNIS indigenous in the colonized areas. Disponível em: <<https://woborders.blog/2011/12/29/about-conisur/>>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

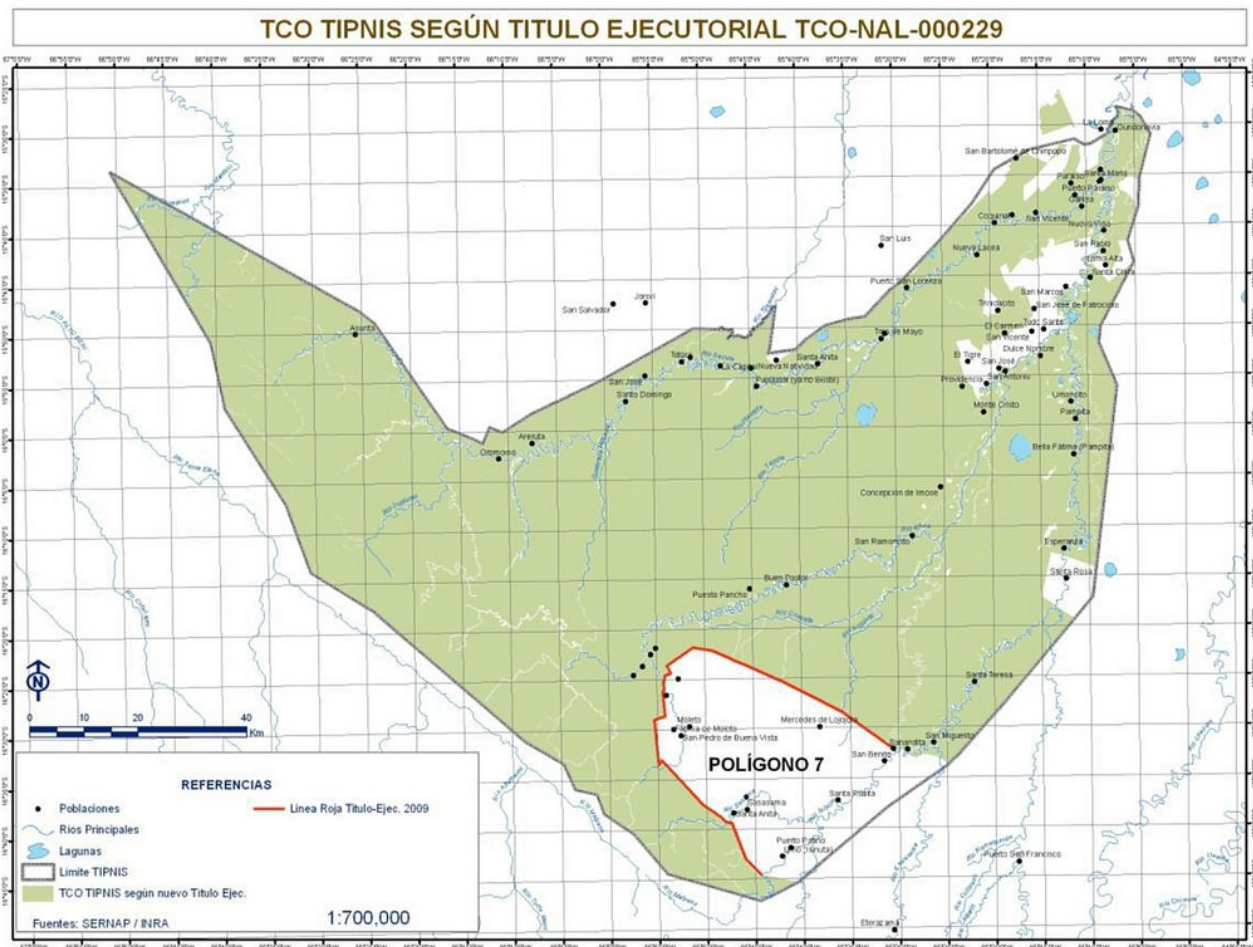


Figura 8: TCO-TIPNIS: Sub-região 3 (Área de Colonização de povos indígenas de terras altas - Polígono 7)

Fonte: PORTAL WOBORDERS. **About Conisur, organization of TIPNIS indigenous in the colonized areas.** Disponível em: <<https://woborders.blog/2011/12/29/about-conisur/>>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

Desde a “*I Marcha por el Territorio y la Dignidad*” ocorrida entre agosto e setembro de 1990, onde estava em questão o reclame por terra e território, bem como a consolidação do já então Parque Nacional também como Território Indígena, os conflitos que atravessam o território vêm se atualizando e complexificando. Don Lucho, uma das pessoas entrevistadas na comunidade de Santa María, lembra que para esta 1ª Marcha foi decisivo o papel da liderança indígena Marcial Fabricano, quem atuou fortemente na mobilização das pessoas, convocando os corregedores (autoridades comunitárias) de cada comunidade para tanto. Marcelino, também residente nesta comunidade, ressalta que é longa a história do TIPNIS, que já foi controlado por grandes proprietários de terra que comandavam um regime patronal em que as populações indígenas eram submetidas a trabalhos forçados, sob pena de açoite e outras formas de violência em caso de descumprimento de qualquer exigência que lhes era feita. Esta realidade se manteve até

a Revolução de 1952 e a sua posterior conversão em Parque Nacional. Ademais, além das propriedades privadas e atividades extrativas que historicamente interferem na continuidade do território, afetando a acessibilidade aos recursos naturais (fazendas de criação de gado, madeireiras, explorações petrolíferas, pesca com bomba, etc.), com a consolidação de assentamentos na zona de amortecimento do Parque (no chamado Polígono 7) em 2003, por parte do *Instituto Nacional de Reforma Agrária* (INRA), tem-se a institucionalização do conflito com colonizadorxs (e sindicatos) cocaleirxs no interior do Território.



Fotografia 41: I Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad - Bolívia, 1990

Fonte: PORTAL ERBOL. **23 años de la primera marcha indígena. Teco: seguimos en la lucha que nuestros padres iniciaron.** Erbol, 15 de agosto de 2013. Disponível em: https://erbol.com.bo/noticia/indigenas/15082013/teco_seguimos_en_la_lucha_que_nuestros_padres_iniciaron. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

Somado a isso, tem-se, em 2007, o início de construção de uma estrada por parte de ditxs colonizadorxs, com a previsão de atravessar o parque nacional e território indígena e o dividir em duas partes, intensificando aí a conflitividade⁵⁵. A estrada, em realidade, desde o ano de 2003, integra o projeto de criação de um Sistema Nacional de Rodovias, instituído no governo do presidente Hugo Banzer Suarez, mediante o Decreto Supremo nº 25134 de 21 de agosto de 1998⁵⁶. A sua incorporação ao projeto se dá na

⁵⁵ Ver: **Informe de asentamientos ilegales y desalojo al interior del TIPNIS (2005-2009)**. Servicio Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP), 2009. Disponível em: <https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/inf-sernap-snap-00283-2009.pdf>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

⁵⁶ PORTAL JURÍDICO LEXIVOX. **Decreto Supremo nº 25134.** Disponível em:

atualização por que passa este no ano de 2003, no governo do então presidente Carlos Diego Mesa Gisbert, através do Decreto Supremo nº 26996 de 17 de abril⁵⁷. Em 2006 o projeto sofre novas modificações, sob a gestão do presidente Evo Morales Ayma, e passa à coordenação da então criada *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC). Se torna parte, assim, do projeto de consolidação da *Red Vial Fundamental* do país, vetor do macro setor econômico-produtivo – um dos eixos estratégicos estruturantes do *Plan Nacional de Desarrollo (PND): Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien*⁵⁸.

<<https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-25134.xhtm>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

57“Que el [Decreto Supremo Nº 25134](#) de 31 de agosto de 1998, establece el Sistema Nacional de Carreteras conformado por la Red Fundamental, Departamentales y Municipales, así como, la definición de las rutas de la Red Fundamental de Carreteras.

Que para lograr la integración e insertar a la actividad económica del País las zonas deprimidas del norte del Departamento de Cochabamba y del sur del Departamento del Beni, es necesario vincular las ciudades de Cochabamba y Trinidad, a través del Tramo Villa Tunari y San Ignacio de Moxos.

Que de conformidad a los incisos a) y d) del Artículo 2 del [Decreto Supremo Nº 25134](#), la Red Fundamental de Carreteras debe vincular las capitales de Departamento y cumplir las condiciones de protección ambiental.

Que el Servicio Nacional de Caminos responsable de la Red Fundamental de Carreteras, deberá buscar los estudios de Preinversión e Inversión, los mismos que de acuerdo a la [Ley Nº 1333](#) de 27 de abril de 1992 del Medio Ambiente, deben contar necesariamente con los estudios de Impacto Ambiental, tomando debida cuenta, la inmediatez del Parque Nacional Isiboro – Sécuré”.

PORTAL JURÍDICO LEXIVOX. **Decreto Supremo nº 26996**. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-26996.html>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

58 PORTAL WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien**. Disponível em: <<https://extranet.who.int/nutrition/gina/sites/default/files/BOL%202006%20-%20Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

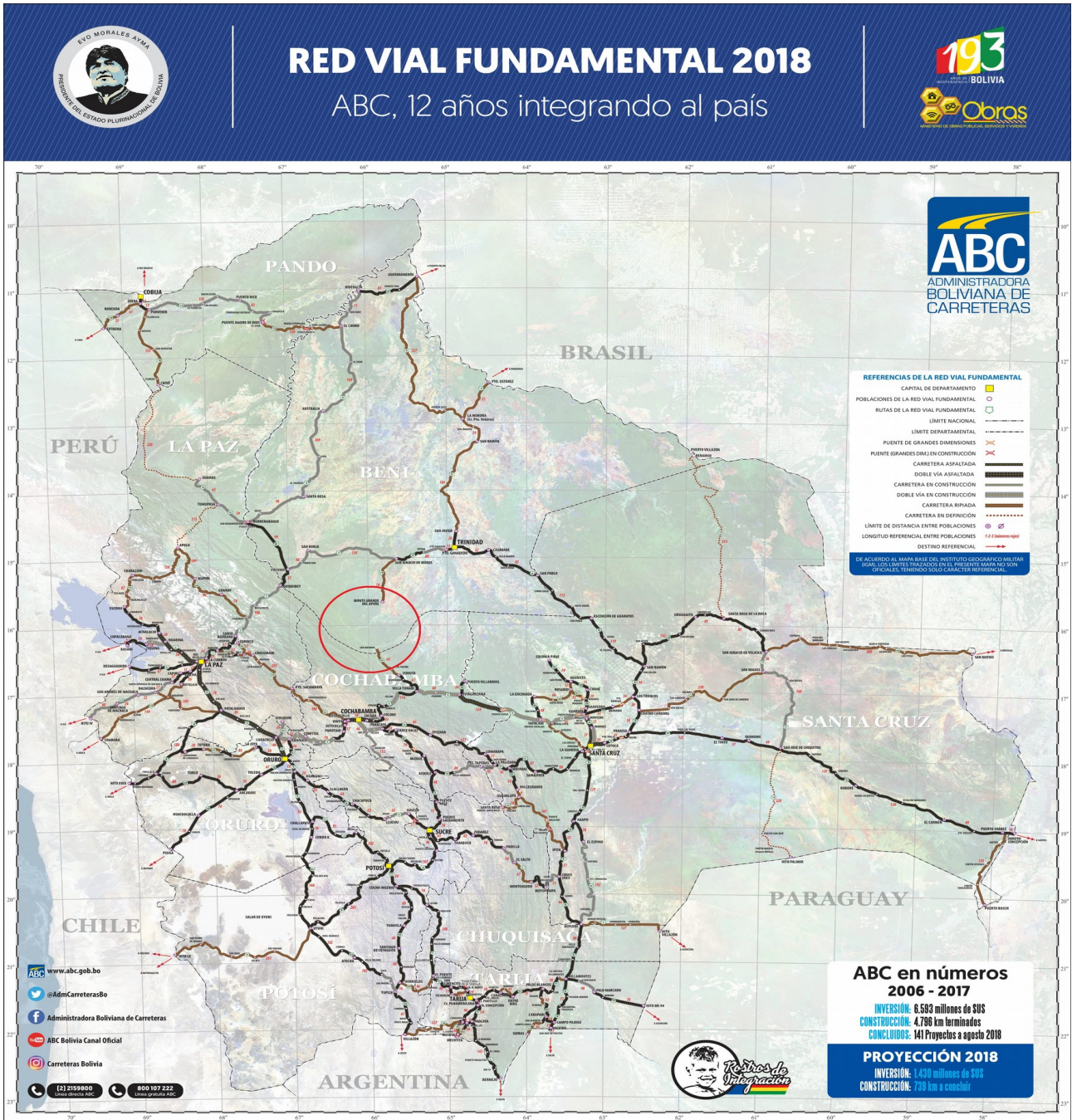


Figura 9: Mapa da Red Vial Fundamental 2018 – Bolívia

Fonte: Administradora Boliviana de Carreteras. Disponível em: <http://www.abc.gob.bo/wp-content/uploads/2018/08/mapa_abc_2018_web.pdf>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

Reforçando, assim, a histórica conflitividade que marca (e dificulta) a existência dos povos *mojeños*, *yuracarés* e *chimanes* no interior da TCO-TIPNIS, esta rodovia, constituída pelo trecho *Villa Tunari-San Ignacio de Moxos (Ruta Fundamental 24)* plasma no território os interesses e o horizonte de desenvolvimento dos grupos de poder em

questão. Do ponto de vista do macro setor econômico-produtivo impulsionado pelo plano de desenvolvimento do governo Evo Morales Ayma (convertido em projeto de Estado através do PND), a rodovia, além de estabelecer uma conexão direta entre os departamentos de Beni e Cochabamba, consolidará a conexão entre três importantes corredores de exportação do país, quais sejam os Corredores Oeste-Norte, o Norte-Sul e o Leste-Oeste, fortalecendo, dessa maneira, a centralidade regional exercida pela cidade de Trinidad, capital departamental do Beni.



Figura 10: Mapa dos Corredores de Exportação da Bolívia

Fonte: Administradora Boliviana de Carreteras. Disponível em: <<https://www.slideserve.com/purity/transporte-en-bolivia>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

No ano de 2008 a *Administradora Boliviana de Carreteras* lança o Documento Base de Contratação (DBC) para obras com financiamento gerido pelo proponente, na

modalidade “chave na mão” (*turnkey contract*), iniciando o processo de licitação pública internacional (LPI nº 001/2008) para a construção da *Ruta F-24*⁵⁹. A obra, que já havia sido objeto de um concurso nacional de propostas (CPN nº 015/2007) - cancelado posteriormente em 2008 (Resolução Administrativa nº ABC/030/2008) pela inviabilidade em razão dos altos custos nela envolvidos⁶⁰ –, foi adjudicada em agosto do mesmo ano pela ABC à Empresa Construtora brasileira OAS Ltda.⁶¹, mediante o contrato ABC nº 218/08 GTC-OBR-BNDES. Em 22 de agosto de 2009, orientado pelos objetivos e sentidos da integração regional⁶², foi assinado, pelos presidentes Evo Morales Ayma e Luiz Inácio Lula da Silva, o protocolo de financiamento da obra pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil – aprovado em lei na Bolívia no dia 07 de maio de 2011. O contrato de colaboração financeira entre o Estado boliviano e o BNDES foi no valor de 332 milhões de dólares, com a realização das operações de crédito prevista por meio do Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)⁶³. Os custos totais dos estudos, desenho e construção da rodovia perfaz um valor de 415.000.425,39 milhões de dólares, num projeto que totaliza o valor de 442.150.425,39 milhões de dólares. A extensão da rodovia é de 306 quilômetros, dividida, esta, em três trechos: (1) Villa Tunari – Isinuta com 47 km de extensão (em construção); (2) Isinuta – Monte Grande del Ampere com 117 km de extensão (em litígio); e (3) Monte Grande del Ampere – San Ignacio de Moxos com 82 km

59 PORTAL TIPNIS BOLÍVIA. **Documento base de contratación para la contratación de obras con financiamiento gestionado por el proponente, bajo la modalidad de llave en mano**. Administradora Boliviana de Carreteras: La Paz, 2008. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/leg-cont-abc-00539-2008.pdf>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

60 Ver: PORTAL TIPNIS BOLÍVIA. **Contraloría General del Estado a Presidente Ejecutivo de la ABC sobre carretera Villa Tunari – San Ignacio de Moxos**. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/pri-carta-cge-00536-2010.pdf>>; Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

61 Ver: PORTAL OAS. **ABC – Carretera Villa Tunari – San Ignacio de Moxos**. Disponível em: <http://www.oas.com.br/main.jsp?lumPageId=4028AA063E66D5F8013E6BF6542C4B29&lumA=1&lumII=4028AA063E66D5F8013E6BF654314B3B&locale=pt_BR&doui_processActionId=setLocaleProcessAction>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

62 PORTAL ITAMARATY. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de assinatura de atos, Chimoré, 22 de agosto de 2009**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10820-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-assinatura-de-atos-chimore-22-de-agosto-de-2009>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

63 PORTAL JURÍDICO LEXIVOX. **Ley nº 112, 07 de mayo de 2011**. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N112.xhtml>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

de extensão (em construção)⁶⁴, para os quais os estudos de impactos ambientais (EIA) não foram concluídos, constando apenas os referentes aos trechos 1 e 2. O contrato posteriormente foi alvo de processo administrativo em razão de denúncia por parte da *Asociación de Ingenieros al Servicio de la Comunidad* (Insercom) de Cochabamba, que apontou inconsistência técnica e econômica no projeto⁶⁵.



Figura 11: Trechos da Rodovia Villa Tunari - San Ignacio de Moxos – Bolívia

Fonte: Proyecto carretero Villa Tunari – San Ignacio de Moxos. Administradora Boliviana de Carreteras, sem data. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/mdf-pres-abc-00723-0000.pdf>>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

Do ponto de vista dos interesses geoestratégicos do Brasil no país – plasmados nas obras de infraestrutura da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) –, a consolidação dos corredores da *Red Vial* da Bolívia significarão a

64 PORTAL TIPNIS BOLÍVIA. **Proyecto carretero Villa Tunari – San Ignacio de Moxos**. Administradora Boliviana de Carreteras, sem data. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/mdf-pres-abc-00723-0000.pdf>>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

65 Ver: PORTAL TIPNIS BOLÍVIA. **INSERCOM – Ingenieros al Servicio de la Comunidad Velando por el Desarrollo del País**. Disponível em: <<http://www.tipnisesvida.net/INCONSISTENCIA.pdf>>; Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

redução dos custos logísticos das exportações do país, sobretudo para o setor agroexportador das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – vinculadas todas elas pelos projetos dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) Peru-Bolívia-Brasil e do Amazonas⁶⁶. Este modelo de integração priorizado (nacional e regionalmente) tipifica a Bolívia enquanto país de trânsito⁶⁷, rota de acesso aos portos do Chile e do Peru, suscitando a discussão no país – para o qual a infraestrutura se apresenta como tema tão caro – sobre os atravessamentos ideológicos da relação “estradas e desenvolvimento” que, desde as ferrovias implementadas no começo do século XX, tem sido aí sustentada, em profunda sintonia com a economia extrativista e agro-mineira⁶⁸.



Figura 12: IIRSA. EID do Amazonas ampliado. Vinculação com o EID Peru-Bolívia-Brasil

Fonte: CASTRO, J. V.; PARIMBELLI, M. **Ejes de Integración: elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas Ampliado**. Abril, 2013. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_amazonas_ampliado.pdf. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

66 Ver: Mapa base das ferrovias da VALEC na sessão abaixo, sobre o caso do Assentamento Terra Vista.

67 CARPIO, S. M. **Corredor Norte: nación integrada o país de tránsito**. FOBOMADE: La Paz, 2010.

68 NAVA, P. V. **Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los recursos naturales**. CEDIB: Cochabamba, 2013.

Com a liberação do financiamento do BNDES⁶⁹ e a autorização da construção da rodovia através da lei nº 112 em maio de 2011, tem início um largo e intenso processo de resistência por parte da população indígena da TCO-TIPNIS, apoiada por diversas organizações indígenas do país – além de personalidades e instituições nacionais e internacionais ligadas à defesa do meio ambiente e dos direitos humanos –, num conflito que se encontra aberto até a atualidade. Em julho de 2011 a IV Comissão Nacional da *Confederación de los Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia* (CIDOB) fez a convocatória para a VIII Marcha Indígena “*Por la defensa del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure, por los territorios, la vida, dignidad y los derechos de los pueblos indígenas*”, que teve início na cidade de Trinidad no dia 15 de agosto deste ano, chegando à cidade de La Paz em 19 de outubro, somando-se a ela também, entre outras, a principal organização indígena de terras altas, o *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu* (CONAMAQ). Foram 602 km percorridos, numa marcha que durou pouco mais de dois meses (GUZMÁN, 2012).

69 O financiamento do BNDES à referida obra na Bolívia foi objeto de polêmica na Bolívia e no Brasil. Neste último país, foi alvo de um [requerimento](#) realizado pelo deputado Roberto de Lucena (PV/SP) dirigido ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 2011, solicitando a imediata suspensão do repasse dos recursos do BNDES para a construção da rodovia na Bolívia. O banco brasileiro foi [denunciado por sua participação nesta obra](#), ainda, pelas ONGs Conectas Direitos Humanos (Brasil), *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* – CEDLA (Bolívia) e *Global Witness* (Internacional) em 20 de outubro de 2015. O financiamento do BNDES foi efetivamente cancelado, apresentando o banco um “[EXTRATO DO DISTRATO AO CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA MEDIANTE DESCONTO DE TÍTULOS DE CRÉDITO Nº 10.2.1999.1, CELEBRADO ENTRE O BNDES E O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA COM A INTERVENIÊNCIA DA CONSTRUTORA OAS LTDA. E DA ADMINISTRADORA BOLIVIANA DE CARRETERAS](#)”.



Fotografia 42: VIII Marcha Indígena nas proximidades da cidade de La Paz

Fonte: PORTAL LA RAZÓN. **Cidob de reúne para analizar el lugar de partida de la IX marcha indígena.** Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Cidob-analizar-partida-IX-indigena_0_1601839861.html>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

Ainda a caminho de La Paz, entre a tarde do dia 25 e a madrugada do dia 26 de setembro, houve uma intervenção policial no acampamento onde se encontravam xs marchistas, nas imediações da cidade de San Borja (Chaparina), que marcou, pelo terror e pela violência empregadxs, a 8ª Marcha Indígena. O objetivo da intervenção era impedir que a marcha chegasse à cidade de La Paz, para o que foi realizado um ataque com gás lacrimogêneo ao acampamento – oportunidade na qual as principais lideranças da marcha foram detidas e cerca de 240 pessoas foram levadas em ônibus sem placas de controle, primeiro para a cidade de San Borja, daí a Yucumo e depois à cidade Rurrenabaque, onde seriam transportadas em aviões a um destino que, após haverem passado horas cativxs dentro do ônibus, não lograram saber qual era.

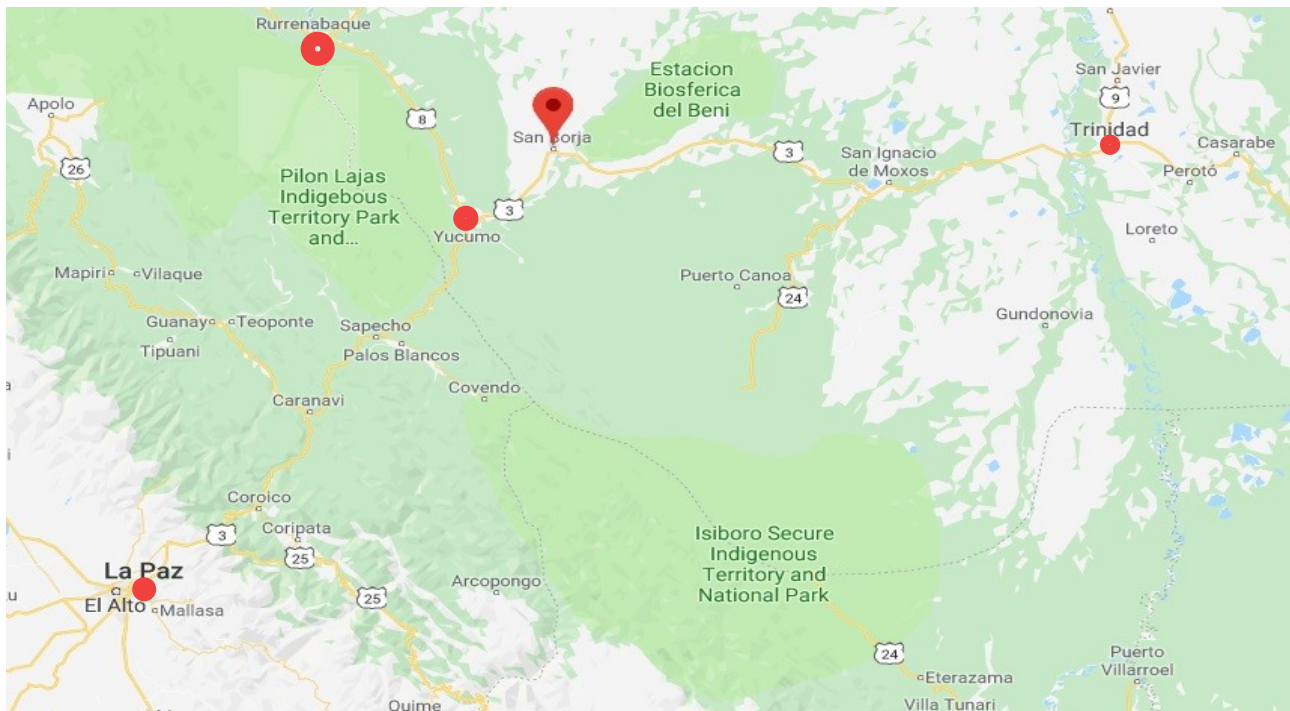


Figura 13: Localização da cidade de San Borja. Trajeto da 8ª Marcha Indígena: Trinidad - La Paz

Fonte: Google Maps

Por ocasião de um bloqueio à estrada realizado na cidade de San Borja em solidariedade à marcha, algumas pessoas conseguiram fugir e foram abrigadas numa Igreja do lugar. Motoristas que acompanhavam a marcha também atuaram no resgate de pessoas que haviam conseguido escapar do cerco policial ao acampamento durante a intervenção, desde a noite do dia 25 até a manhã do dia 27. Enquanto os ônibus estavam estacionados nas imediações do aeroporto de Rurrenabaque, sob a custódia de centenas de policiais esperando os aviões que transportariam xs marchistas, a população desta cidade (centenas de indígenas e outrxs habitantes) se dirigiram à pista de pouso e fizeram fogueiras com madeiras e pneus para impedir o pouso das aeronaves. Frente a esta ação inesperada de solidariedade à marcha e após uma suposta chamada telefônica de La Paz, a polícia liberou as pessoas que estavam presas nos ônibus e, com esforço, dias depois a marcha logrou ser retomada. Nesta intervenção/repressão policial, além das memórias do grande terror, ficaram aproximadamente 74 pessoas feridas e uma investigação inacabada, sem que responsáveis pela autorização da intervenção policial tenham sido devidamente identificadxs (FUNDACIÓN TERRA, 2012).



Fotografia 43: Cerco policial ao acampamento da 8ª Marcha Indígena nas imediações de San Borja

Fonte: Marcha indígena por el TIPNIS: la lucha **em** defensa de los territorios. Fundación Tierra: La Paz, 2012.



Fotografia 44: Massacre de Chaparina (Beni) - Bolívia, 2011

Fonte: PORTAL LA RAZÓN. **García afirma que no sabía del operativo en Chaparina.** Disponível em: <http://m.la-razon.com/nacional/seguridad_nacional/Garcia-afirma-sabia-operativo-Chaparina_0_1816018422.html>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

Em torno desta 8ª marcha, uma série de fatos tiveram efeito, gerando sérias implicações para o governo nacional. Após este episódio de Chaparina, por exemplo, foi divulgada em 27 de setembro uma “*Resolución de la VIII Gran Marcha Indígena por la Defensa del TIPNIS, los Territorios, la Vida y la Dignidad y los Derechos de los Pueblos Indígenas*”, assinada por representantes do Comitê organizativo da Marcha, da Subcentral TIPNIS, da Organização Indígena Chiquitana (OICH), da Central de Mulheres Indígenas do Beni (CMIB), da Central de Povos Indígenas do Beni (CPIB), da Confederação Nacional de Mulheres Indígenas da Bolívia (CNAMIB) e do Conselho Nacional de *Ayllus* e *Markas* do *Qullasuyu* (CONAMAQ), que indicam as tensões postas no relacionamento entre ditos povos e organizações e o governo nacional:

Que el 25 de septiembre será recordado como el día de la vergüenza en la

Bolivia Plurinacional, porque es la primera vez en la historia que una marcha indígena ha sido intervenida y violentamente reprimida.

Que la represión criminal, premeditada y planificada desde el Gobierno nacional, realizada a la VIII Marcha Indígena no tiene razón de ser ni justificación posible, pues se realizó sin justificación ni argumento para desatar semejante atropello.

Que nuestro sentimiento es de indignación, por tanto abuso y violencia contra nosotros y nosotras; y de congoja también por la situación en que nos encontramos, con heridos, desaparecidos y desarraigados de nuestras familias y humillados por el trato recibido, discriminatorio y altamente racista. Que agradecemos el levantamiento del pueblo de San Borja, impidiendo que avancen las flotas y camionetas en que llevaban a nuestros hermanos secuestrados hacia rumbo desconocido, así como la triunfal liberación que el pueblo de Rurrenabaque nos regaló, junto a los vecinos de San Buenaventura y Tumupaza, así como hermanos Mosevenes, Tacanas y Thsimanes, quienes en una acción audaz tomaron el aeropuerto para impedir nuestro forzado traslado hacia destinos desconocidos, en aviones fletados por la Fuerza Aérea Boliviana. A esos valientes hermanos y hermanas nuestro eterno agradecimiento.

Que consideramos que algunos ministros de Estado, con argumentaciones totalmente inconsistentes, han salido descaradamente a justificar la represión policial como un acto de preservación del orden público, o quisieron descargarse de la responsabilidad de las decisiones tomadas por las autoridades de alto mando.

Que la represión que sufrimos refleja también la impotencia del Gobierno ante el fracaso de la gestión de un conflicto en el que privilegió la descalificación calumniosa a la dirigencia, la persecución a las ONG que nos apoyan, el pago a compañeros para que se salgan de la marcha, las propuestas de diálogo falso, la consulta pública ilegal e inconstitucional en el TIPNIS (realizada de forma extemporánea y sin la dirigencia que se encuentra en la marcha), así como la descalificación permanente a nuestra marcha, a la forma de organizarnos y hacer nuestros planteamientos en nuestra plataforma de 16 puntos; sumado a esto el bloqueo Yucumo, montado, manipulado, sostenido, resguardado y defendido en todo momento por el Gobierno y la Policía, que tenía el objetivo de frenarnos indefinidamente hasta dividirnos y debilitarnos (PAGINA SIETE, 2011)⁷⁰.

⁷⁰ Ver: PORTAL SOMOS SUR. **Resolución de la VIII Gran Marcha Indígena por la Defensa del TIPNIS, los Territorios, la Vida y la Dignidad y los Derechos de los Pueblos Indígenas**. Pagina Siete: 30 de Setembro de 2011. Disponible em: <https://www.somosur.net/documentos/ResolucionVIII_Marcha270911.pdf>. Último acceso em 11 de janeiro de 2019.

Para os fins deste trabalho, interessa-nos destacar a batalha legislativa que se estabelece a partir de então, com a chegada da Marcha a La Paz e a apresentação da sua plataforma de 16 pontos ao governo nacional⁷¹. Desde então tem-se a promulgação e a revogação de diversas leis no país sobre o tema do TIPNIS e da construção da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Moxos, tudo isso em função das correlações de força que se estabelecem e o peso político que adquirem em cada momento, chegando este processo até a contemporaneidade. Nesse sentido, tem-se, como resultado da 8ª Marcha, a promulgação, em 24 de outubro de 2011, da *Ley nº 180 de Protección del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS)*, declarando-o zona intangível, como patrimônio sociocultural e natural, zona de preservação ecológica, reprodução histórica e habitat dos povos indígenas chimanes, yuracarés e mojeños, e dispondo, ademais, que nem a rodovia em questão e nenhuma outra seria construída em seu interior⁷².

Em fevereiro de 2012, no entanto, o governo nacional promulga a *Ley nº 222*, que decreta a abertura de um processo de consulta aos povos indígenas do TIPNIS para definir se o território “*debe ser zona intangible o no, para viabilizar el desarrollo de las actividades de los pueblos indígenas Mojeño-Trinitario, Chimane y Yuracaré, así como la construcción de la Carretera Villa Tunari – San Ignacio de Moxos*”⁷³, em cumprimento, desta vez, ao estabelecido nos acordos internacionais ratificados pelo país, como o são a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Com isso, a *IV Comisión Nacional de los Pueblos Indígenas*, em conjunto com as organizações regionais filiadas à CIDOB, lançaram no dia 11 de abril uma plataforma composta por sete demandas, convocando a IX Marcha Indígena, a ser iniciada no dia 25 de abril desde Chaparina – num ato em memória da repressão policial à Marcha do ano anterior.

71 PORTAL SERVINDI. **Plataforma de demandas de la VIII Gran Marcha Indígena por la defensa del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure TIPNIS, por los territorios, la vida, dignidad y los derechos de los pueblos indígenas del oriente, chaco y amazonia boliviana.** CIDOB: Santa Cruz de la Sierra, 2011. Disponível em: <<http://www.servindi.org/pdf/16-demandas-de-la-marcha-en-defensa-del-TIPNIS2.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

72 PORTAL SENADO. **Ley 180.** Disponível em: <http://senado.gob.bo/sites/default/files/leyessenadores/Ley%28180%29_0.PDF>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

73 Ver: PORTAL ILO. **LEY nº 222.** Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia: La Paz, 2012. Disponível em: <<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/90419/104219/F1680548618/BOL90419.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

Além de temas mais amplos, relacionados à terra/território (titulação imediata das TCOs em trâmite e desalojo dos assentamentos e ocupações ilegais em territórios e comunidades indígenas), ao meio ambiente, à sanção aos responsáveis pela repressão da 8ª marcha, ao cumprimento dos acordos nela feitos e ao desenvolvimento e ajuste normativo, a IX Marcha se posicionou diretamente sobre o TIPNIS, enfatizando a exigência do cumprimento, aplicação e do respeito pleno à vigência da lei nº 180 de proteção ao TIPNIS que proíbe a construção da rodovia, e pela aprovação imediata do seu regulamento; a revogação da lei nº 222 e a retirada imediata dos barcos da Armada Boliviana, assim como de militares e funcionários encarregados de executar a consulta no TIPNIS; a aplicação e o cumprimento das normas e/ou regulações sobre Áreas Protegidas e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo⁷⁴. Não houve, no entanto, diálogo com o governo nacional – que não recebeu a Marcha e as suas demandas⁷⁵.

O processo de consulta foi iniciado no território no segundo semestre de 2012 e, não obstante o relatório final do processo, publicado pelos *Ministerios de Obras Públicas Servicios y Viviendas* e de *Medio Ambiente y Aguas*⁷⁶, se sustenta que nele houve inconsistências – por exemplo, a associação da construção da rodovia à promoção do “desenvolvimento” do território, que teria nele a oferta de serviços de saúde, educação e projetos na área de turismo condicionados a dita construção – e que não expressa, portanto, o desejo efetivo da população do TIPNIS, com suas organizações e representações orgânicas, que historicamente vêm marchando em defesa do território em sua integralidade⁷⁷. A tensão que, mais uma vez, se manifesta nesta etapa do conflito é

⁷⁴ PORTAL SOMOS SUR. **Plataforma de demandas de la 9na. Marcha Indígena**. CIDOB: Santa Cruz de la Sierra, 2012. Disponível em: <https://somossur.net/documentos/CIDOB_demandas_9na_marcha.pdf>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

⁷⁵ PORTAL BOLPRESS. **Manifiesto público al Señor Presidente, al pueblo paceño y a Bolivia toda. Manifiesto de la IX Marcha Indígena al pueblo de La Paz y a Bolivia toda**. La Paz, 2012. Disponível em: <<https://www.bolpress.com/?Cod=2012070507>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

⁷⁶ Ver: ESCÓBAR, V. S.; GUTIÉRREZ, J. A. Z. **Informe final del proceso de Consulta Previa, Libre e Informada a los pueblos Moxeño-Trinitario, Yuracaré y Chimane del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS)**. Ministerio de Obras Públicas Servicios y Viviendas; Ministerio de Medio Ambiente y Aguas: 2012. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/inf-consu-min-00047-2012.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

⁷⁷ Ver: PORTAL TIPNIS BOLIVIA. **Informe del recorrido realizado por las comunidades del TIPNIS**. Subcentral TIPNIS – Comisión de Recorrido: Dezembro, 2012. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/inf-consu-subt-00111-2012.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019;

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE DERECHOS HUMANOS (FIDH). **Bolivia: informe de verificación de la consulta realizada en el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore**. FIDH; Asamblea

sobretudo com as organizações da sub-região sul do território, no Polígono 7, impulsionada pelas ações do *Consejo Indígena del Sur* (CONISUR), que se posicionou, enquanto organização indígena, em oposição às 8ª e 9ª Marcha em favor da construção da rodovia. A franja sul do território, zona produtiva cocaleira, efetivamente se beneficiará diretamente com a estrada, que passará a mais de 50 km de distância da maior parte das comunidades que conformam o território, em sua maioria localizadas às margens dos rios Isiboro, Sécore e Ichoa.

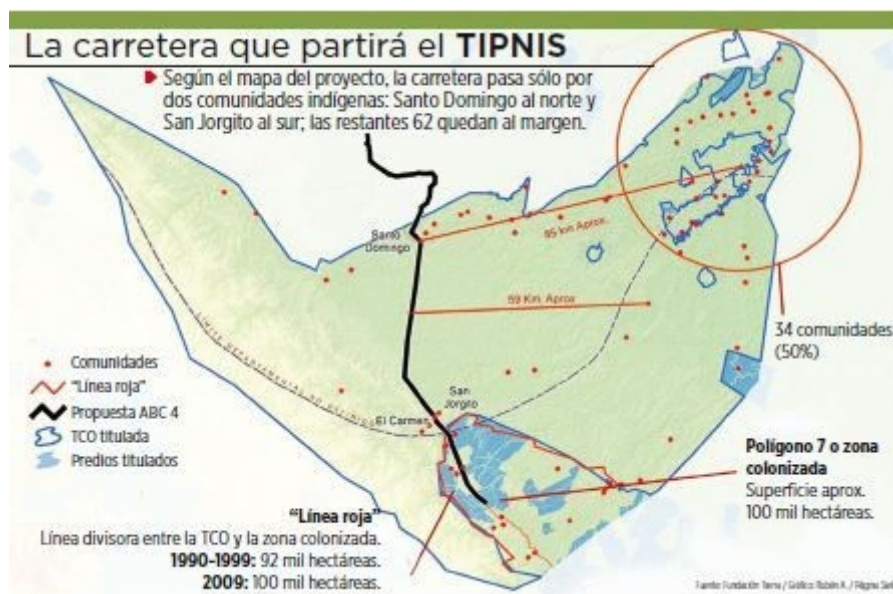


Figura 14: TIPNIS - Comunidades beneficiadas pela rodovia

Fonte: PORTAL PAGINA SIETE. **Actual trazo de ruta por TIPNIS está alejado de 64 comunidades.** Disponível em: <<https://www.paginasiete.bo/nacional/2017/8/13/actual-trazo-ruta-tipnis-esta-alejado-comunidades-148168.html>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

No dia 13 de agosto de 2017 foi promulgada a Ley nº 969 de “*Protección, Desarrollo Integral y Sustentable del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore*”, revogando a ley nº 180, que garantia a intangibilidade do território e proibia a construção da rodovia no seu interior⁷⁸. Nos dias 07 e 08 de novembro deste ano, o caso *Permanente de Derechos Humanos de Bolivia* (APDHB): Abril, 2013. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/inf-ddhh-fidh-00637-2013.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

⁷⁸ PORTAL SENADO. **Ley de 13 de agosto de 2017 nº 969.** Disponível em: <<http://senado.gob.bo/sites/default/files/leyesdiputados/LEY%20N%C2%B0%20969-2017.PDF>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

foi levado à quarta sessão do *Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza* – realizada em Bonn (Alemanha) - pelo presidente da Subcentral TIPNIS, Fabián Gil e a presidenta da Organização de Mulheres do TIPNIS, Marqueza Teco, sob a denúncia de violação dos direitos da *Madre Tierra* contra o Estado Plurinacional da Bolívia, em função do projeto de construção da rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Moxos e todas as violências cometidas ao longo deste processo. Entre 14 e 24 de agosto de 2018 foi enviada ao país uma Comissão Internacional de Observadores para verificar *in situ* as denúncias apresentadas que, em seu relatório de decisão final sobre o caso do TIPNIS, ressalta a incompatibilidade entre o modelo extrativista e a Declaração Universal de Direitos da Mãe Terra, bem como a responsabilidade particular dos governos da região amazônica para estabelecer e aplicar normas e leis eficazes para a defesa, a proteção e a conservação dos direitos deste bioma. Recomenda, ainda, a responsabilização daqueles que lhes causem danos, além do empoderamento dos seres humanos e das instituições que defendam os direitos da Amazônia e de todos os seres dentro dele⁷⁹.

Merece destaque o fato de que o Tribunal Internacional dos Direitos da Mãe Terra foi criado a partir da *I Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra* realizada em Tiquipaya (Cochabamba – Bolívia) em 20 de abril de 2010, promovido, na oportunidade, pelo presidente Evo Morales Ayma. Como destaca material publicado pela Coordinadora de Defensa de los Territorios (2018, p. 3)⁸⁰:

En Bolivia, los derechos de la naturaleza están reconocidos en la Ley 71 de 21 de diciembre de 2010 de 'Derechos de la Madre Tierra'. El 20 de abril de 2010, en la Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra en Tiquipaya (Cochabamba), más de 35 mil personas adoptaron la Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra. Esta Declaración establece que la naturaleza tiene derecho a existir, a regenerarse (poder reproducirse y curarse por sí misma), y a la restauración (que se reparen los daños que se le han hecho).

Desde o ponto de vista da oficialidade do Estado, o principal argumento econômico

⁷⁹ Ver: PORTAL THE RIGHTS OF NATURE. **Decisión N° 1/2018**. Disponível em: <<http://therightsofnature.org/wp-content/uploads/2018/03/BONN-2018-TIPNIS-Espa%C3%B1ol.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

⁸⁰ Ver: PORTAL TIPNIS BOLIVIA. **De Tiquipaya a Bonn: Cómo el Estado boliviano está violando los derechos de la naturaleza em el TIPNIS**. Junho, 2018. Disponível em: <<https://tipnisbolivia.org.files.wordpress.com/2018/10/mdf-ctll-cdt-00480-2018.pdf>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

justificador da rodovia que (potencialmente) atravessará o TIPNIS está relacionado ao setor externo, de exportações e de comércio (nacional e internacional) do país. Segundo explica Wilde Camacho Salazar, chefe de gestão e projetos do Vice-ministério de Transporte, coordenador nacional da Bolívia na IIRSA-COSIPLAN, do ponto de vista da criação de infraestrutura e da promoção da integração rodoviária, está em vias de construção e consolidação aquilo que seria a “coluna vertebral” do país, responsável por integrar internamente a Bolívia e externamente esta a outros países. Trata-se da criação de uma rede vial de integração bioceânica, como uma espécie de “canal do Panamá do século XXI” que, a seu ver, favorecerá a integração comercial sul-americana. Conforme se pode verificar através do Sistema de Informação de Projetos (SIP) da IIRSA, aponta ele, existem agendas de projetos de curto, médio, e longo prazo, sendo que no grupo de projetos de longo prazo estão incluídos projetos rodoviários do país que integram os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) nas agendas de 2016-2020 e 2020-2025, numa estratégia de dinamização de vias e rodovias estancadas (que atrapalhavam as atividades de comércio) adotada a partir das gestões do governo Evo Morales. Desde esta perspectiva, quanto mais corredores, melhor.

Neste sentido, salienta o representante da Bolívia na IIRSA, a rodovia atravessando o TIPNIS resulta ser de vital importância para o comércio interior e exterior do país. Integrando as cadeias produtivas dos departamentos de Beni e Cochabamba, contribuindo, ademais, com os setores mais dinâmicos da economia exportadora boliviana na contemporaneidade, concentrados no oriente do país (especialmente nos eixos em torno da cidade de Santa Cruz – com os produtos agrícolas dos *valles* orientais; e os mercados com o Brasil, sustentado pela região dos *llanos* –, e da cidade de Trinidad com o departamento de Pando). Com a redução da participação do ocidente na economia geral do país, em consequência da decadência da mineração nos Andes e o prevailecimento aí do turismo como novo setor dinâmico, o direcionamento para a região oriental está associada, além disso, à estratégia de promoção da Bolívia como “coração energético” da América do Sul.



Figura 15: Ministerio de Hidrocarburos y Energía. Bolivia, corazón energético da América do Sul.

Fonte: ISSU. Disponível em:
 <https://issuu.com/ministeriodehidrocarburos/docs/separata_corazon_energetico_de_suda>. Último acesso em 03 de maio de 2019.



Figura 16: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas.
Bolívia, coração da América do Sul.

Fonte: Portal Noticias de Bolivia. Disponível em:
<<http://noticiasdesdebolivia.blogspot.com/2015/12/gobierno-ejecuto-85-de-inversion-publica.html>>. Último acesso em 03 de maio de 2019.

Frente ao questionamento a respeito do tratamento, por parte do governo, da questão em torno da legislação ambiental que permeia o conflito (uma vez que se trata, o TIPNIS, de uma Área Protegida – Parque Nacional e Território Indígena), Salazar afirma que, do ponto de vista da dimensão técnica, não há alternativa viável de construção da rodovia, sem que se dê o previsto atravessamento. A proposta elaborada pelo *Colegio de Ingenieros de Cochabamba*, segundo aponta, é inviável por apresentar uma rota muito mais extensa, comprometendo a função básica, dentro das muitas funções que possui uma rodovia, que é, numa estratégia econômico-produtiva, fazer com que o passageiro chegue no menor tempo possível ao seu destino. Conforme afirma, no traçado alternativo elaborado pelo grupo ligado à *Sociedad de Ingenieros de Bolivia* (SIB), encontra-se um menor número de comunidades a serem beneficiadas pelo projeto.

O que se pretende, portanto, é a realização de uma construção com impactos mínimos, prevendo-se, para tanto, modificações e melhorias no projeto, que deverá ser executado até 2025 – agenda que o governo do MAS pretende executar, por meio da eleição de Evo Morales para o seu (possível) quarto mandato consecutivo. Nesse sentido, a suspensão da intangibilidade do Parque concorreria para a correção dos prejuízos enfrentados pelas pessoas residentes aí, no que concerne à oferta de serviços básicos, permitindo a construção de infraestrutura para o escoamento de produção nacional e

internacional, com danos mínimos ao meio ambiente. Com o fim da participação brasileira no projeto – através do cancelamento do contrato com o BNDES e a saída das construtoras de mesma nacionalidade por problemas como o atraso na finalização das obras –, há uma reconfiguração destes projetos em matéria de financiamento, figurando o CAF e o BID como os maiores aportadores de recursos. Tem-se também a maior presença dos contratos com a China: tratam-se de oportunidades de negócios que oferecem, segundo aponta, oportunidades de financiamento com maiores facilidades, melhores condições e tempos.

O projeto da estrada, no entanto, é polêmico e, como destaca Silvia Molina Carpio, não nasce no governo Evo. Neste governo, no entanto, é quando mais avança, sobretudo após a visita do presidente Lula ao país em 2009, prevendo-se, com a estrada, o atravessamento da zona núcleo da área protegida. O que ela expressa, desse modo, são interesses regionais, locais e internacionais em torno da construção, situando o TIPNIS como uma zona estratégica de recursos para setores madeireiros, para as fazendas de criação de gado (sobretudo, estas duas atividades, na região norte do país, a partir do departamento de Beni), para as colonizações cocaleiras, mas também para as concessões petrolíferas, com a presença aí de empresas como a espanhola REPSOL S.A., a brasileira Petrobras e a Petroandina – conformada, esta última, pelas estatais boliviana, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* (YPFB) e venezuelana, a Petróleos de Venezuela (PDVSA).

Partindo da consideração das relações internacionais, assim, aponta a pesquisadora, a rodovia sobre o TIPNIS apresenta-se como uma rota importante, responsável por vincular dois grandes eixos da IIRSA, o interoceânico central – que é um dos eixos mais importantes da iniciativa, saindo da cidade de Santos, no litoral atlântico brasileiro, passando por Puerto Suárez, na Bolívia, chegando aos portos do Chile e Peru – e o eixo Peru-Bolívia-Brasil, que se dirige ao norte amazônico, num ramal que abarcaria as cidades de Trinidad e Puerto Ustáñez na Bolívia, chegando até a fronteira brasileira com o estado de Rondônia. Ou seja, ainda que não esteja, de fato, na carteira de projetos da IIRSA, a rodovia figura como uma espécie de projeto âncora, consolidando a vinculação do eixo interoceânico central com as savanas do Beni, bem como com a zona de controle de chuvas, de manejo de bacias hidrográficas, onde se encontra importante aquífero do país e, por isso mesmo, uma área protegida. Esta situação coloca em foco duas questões principais: por um lado, todo o tema das estradas e das políticas de transporte no país – inauguradas, estas últimas, no governo Sánchez de Losada, a partir

de 1993, sob o lema “*cambio para todos*”, onde se define, segundo aponta a pesquisadora, a Bolívia como país de trânsito e provedor energético para a região – e, por outro, todo o tema ambiental que atravessa a construção da rodovia, evidenciando um dos aspectos centrais do conflito que, nas palavras de Patricia Molina, se estabelece entre o déficit de conexões e a conservação de ecossistemas no país.

Desde a perspectiva do primeiro aspecto – do tema das rodovias na Bolívia –, várias visões das pessoas entrevistadas ressaltam o fato de não se tratar, a rodovia sobre o TIPNIS, simplesmente, de uma rota de conexão entre duas zonas até então isoladas ou mesmo de uma rota para a promoção do desenvolvimento local. Nesse sentido, como aponta Silvia Molina Carpio, ao priorizar a união entre capitais de departamentos e depois a união com as fronteiras do país, em detrimento das rodovias vicinais, as rodovias da *Red Vial Fundamental* marcam no território a espacialidade da visão exportadora do país e, conseqüentemente, os setores que com ela serão efetivamente beneficiados. A via pelo TIPNIS apresenta-se como uma rodovia de alto nível, diferente de simples caminhos de acesso. Trata-se de uma rodovia de penetração, que não responde diretamente aos pleitos e interesses das populações indígenas originárias de terras baixas que habitam o território, mas às necessidades de conexão com a fronteira norte do país. Segundo argumenta, esta vinculação com a parte norte, amazônica, sempre esteve presente: seja durante o ciclo da seringueira e da borracha na região (que estabelecia conexões com a economia nacional e internacional); seja depois da abertura para a instalação de fazendas de criação de gado nas regiões do Beni, que estavam plenamente conectadas às regiões mineiras do país, às quais proviam. Ou seja, as permanentes conexões econômicas e sociais entre os Andes e a Amazônia, embora nem sempre mantidas pelo Estado em condições adequadas, são elevadas a um novo patamar quando os interesses do agronegócio e das petroleiras passam a se sobressair na região, mas também no contexto em que a atenção internacional está voltada para a Amazônia.

Ainda do ponto de vista das vias e caminhos na Bolívia, Pablo Villegas Nava destaca a relação que mantêm com os sistemas e ciclos econômico-comerciais do país, num processo de integração que se baseia na conformação de um setor de transporte (ferroviário) que é disparada em razão de dois tratados de guerra, assinados com o Brasil (1903) e com o Chile (1904). Desde então, os diversos modais de transporte na Bolívia estariam estruturados como coluna vertebral de sistemas econômicos específicos, sendo a IIRSA para o pesquisador, assim, a coluna vertebral do neoliberalismo na região. Mesmo sob estas condições, a criação destas vias foi promovida como projetos para o

desenvolvimento do país, subsidiadas, inicialmente, por capitais ingleses (controlando os trens) e posteriormente estadunidenses (com o controle das rodovias e da abertura de caminhos).

Mais especificamente em relação à estrada sobre o TIPNIS, aproximando-nos, desse modo, do segundo aspecto, relativo às suas implicações ambientais, Roger Carvajal Saravia indica que toda estrada que atravessa uma floresta implica em desmatamento – fato já comprovado na Bolívia, segundo aponta, com o surgimento das chamadas “espinhas de peixe”, como aconteceu, por exemplo, com a região do Chapare. Se é verdade que ao lado das rodovias se estabelecem outros caminhos e este processo contribui para o desmatamento, isso tenderá a se estender desta região limítrofe para o TIPNIS. Conforme enfatiza, este Território é a região na Bolívia e uma das regiões na América em que mais chove, por sua localização geográfica. Ele está, justamente, num lugar da Amazônia onde os ventos que vêm do Atlântico (as massas úmidas da Amazônia Legal) se chocam contra os contrafortes andinos. Neste ponto, a Cordilheira faz uma inflexão, ou seja: ela vem de norte a sul e nesta região vai de oeste a leste. Com isso, os ventos que fluem para dentro da Cordilheira se chocam, conformam essa massa de ar, condensam e aí caem, passando parte da água para o outro lado, fluindo por Cochabamba, Sucre e Oruro, permitindo a umidade no altiplano. Se se desmata este lugar, este processo deixa de ocorrer, pois a floresta contribui para a condensação. Se ela desaparece, dando lugar a monocultivos ou pastos, este ciclo é igualmente interrompido, comprometendo as águas que provêm o altiplano, o TIPNIS e possivelmente também a região do Madidi. Além disso, destaca o ex-vice-ministro de Ciência e Tecnologia do país, o desmatamento e a transformação espacial implica em desestruturação dos modos de vida, das identidades étnicas e, conseqüentemente, dos conhecimentos ancestrais então disponíveis.

A estrada pelo TIPNIS, segundo defende, cumpriria a função principal de permitir a penetração dos produtores locais à área, motivados estes pelo esgotamento das terras da região do Chapare. Tratar-se-ia, desse modo, de uma rodovia de acesso a mais terras férteis para a semeadura de coca e de soja; com maiores recursos para a atividade madeireira; áreas de expansão para a atividade pecuária – conforme se pode depreender a partir do processo de desenvolvimento do oriente boliviano (em expansão neste então), já que a antiga floresta deu lugar ao monocultivo extensivo de soja, com o emprego de altas quantidades de pesticida, desertificando a terra. Este processo teria um agravante, salienta, que está relacionado ao fato de que boa parte da riqueza aí gerada não fica no

país, dado que os setores são hegemonicamente comandados por estrangeirxs (especialmente brasileirxs).

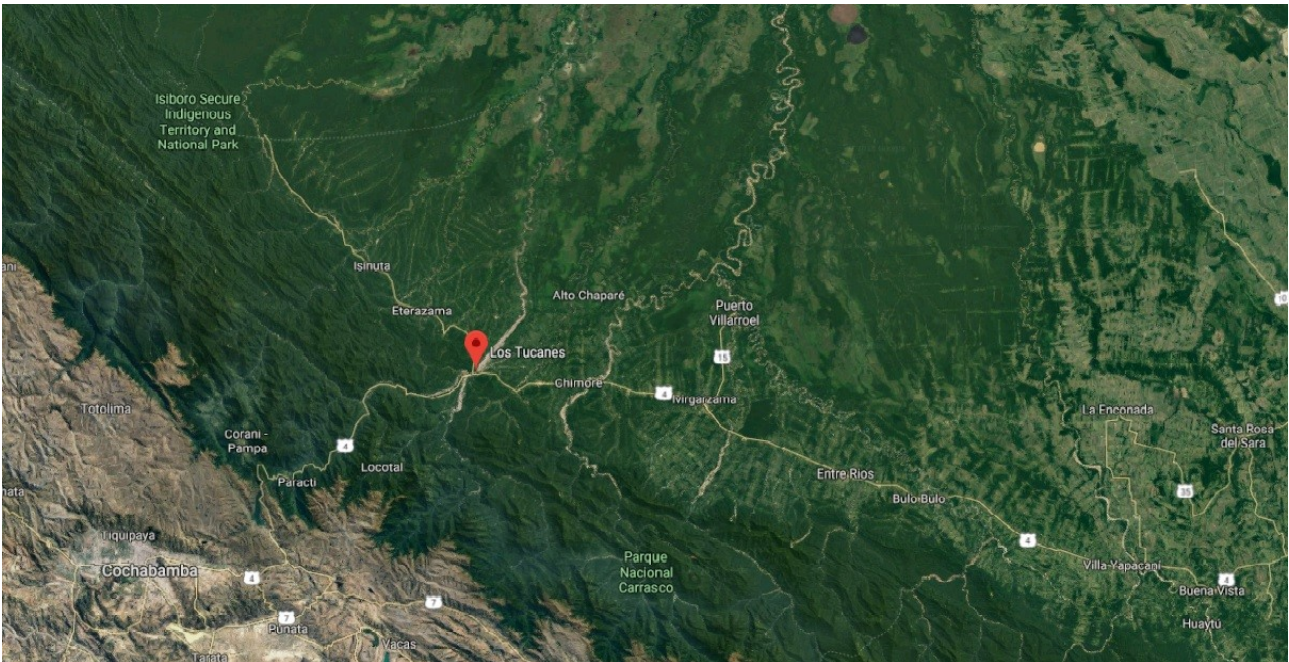


Figura 17: "Espinha de peixe": vista satelital da região do Chapare na Bolívia. À esquerda (canto superior), Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécre. Fonte: Google Maps.

A visão é corroborada por Patricia Molina, quem sustenta que os cinco eixos rodoviários ou corredores de exportação do país interligados à IIRSA consistem em vias, basicamente, de atravessamento e não de desenvolvimento, uma vez que são traçadas tendo em conta escalas internacionais, sem considerar interesses locais diretos. Segundo defende, uma rodovia, para que implique em desenvolvimento local, precisaria ser feita por partes. E nestas partes haveria que se ir trabalhando com as instituições, organizações, capacidades, inovações, pois ela mesma pode implicar a desestruturação de arranjos produtivos pré-existentes, forçar migrações, etc. O foco deste processo, no entanto, parece estar situado em questão distinta: num momento em que o setor dinâmico da economia impulsionado pelo Estado passa da mineração à exploração hidrocarburífera, como aponta Pablo Villegas, coincide que as principais reservas deste bem natural no país se encontram em zonas de proteção ambiental e de territórios indígenas.

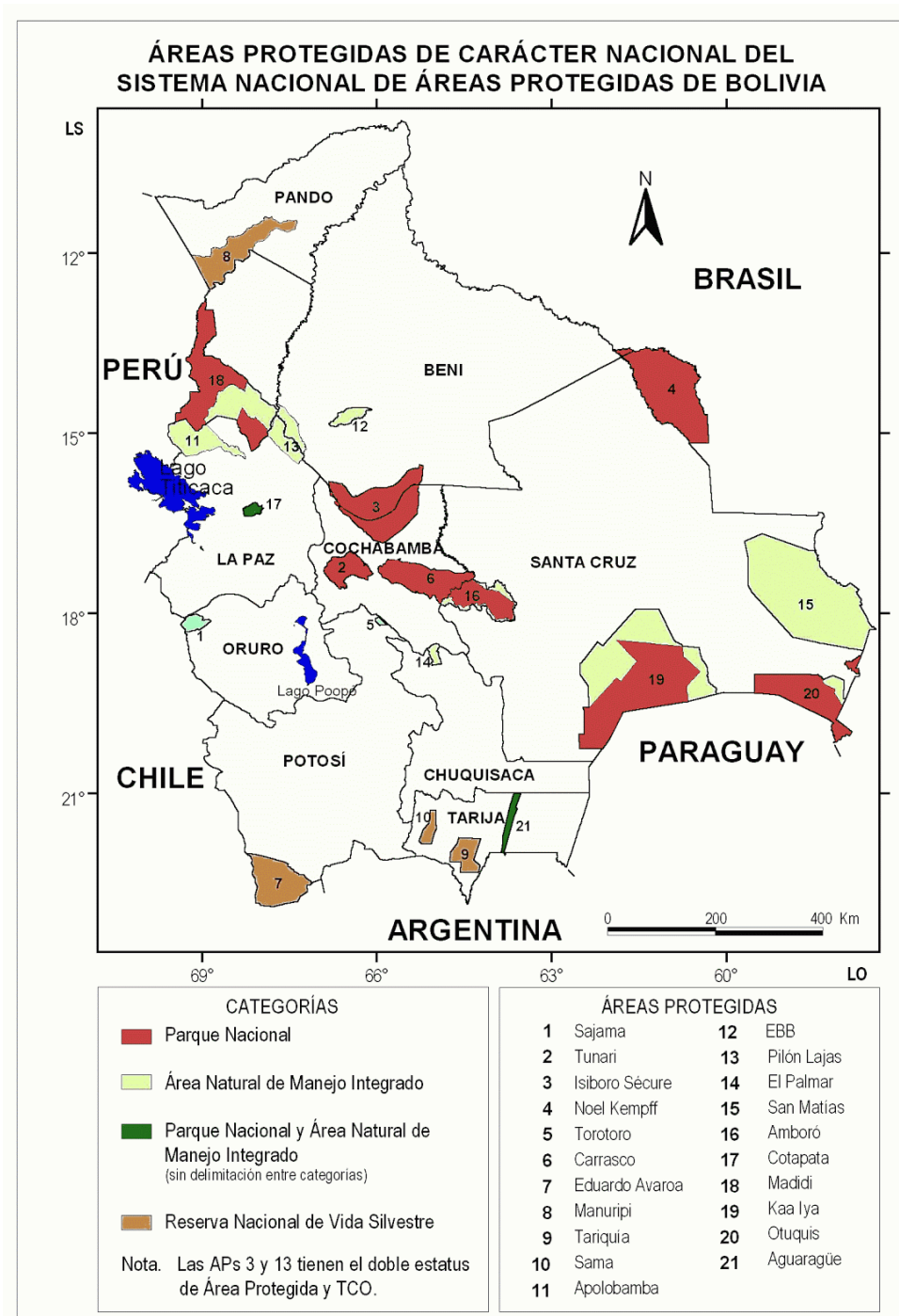


Figura 18: Bolivia: mapa das áreas protegidas.

Fonte: Observatorio de industrias extractivas y derechos colectivos. Disponível em: <<http://oiedc.blogspot.com/2013/05/indigenas-preocupados-por-anuncio-de.html>>. Último acesso em 03 de maio de 2019.

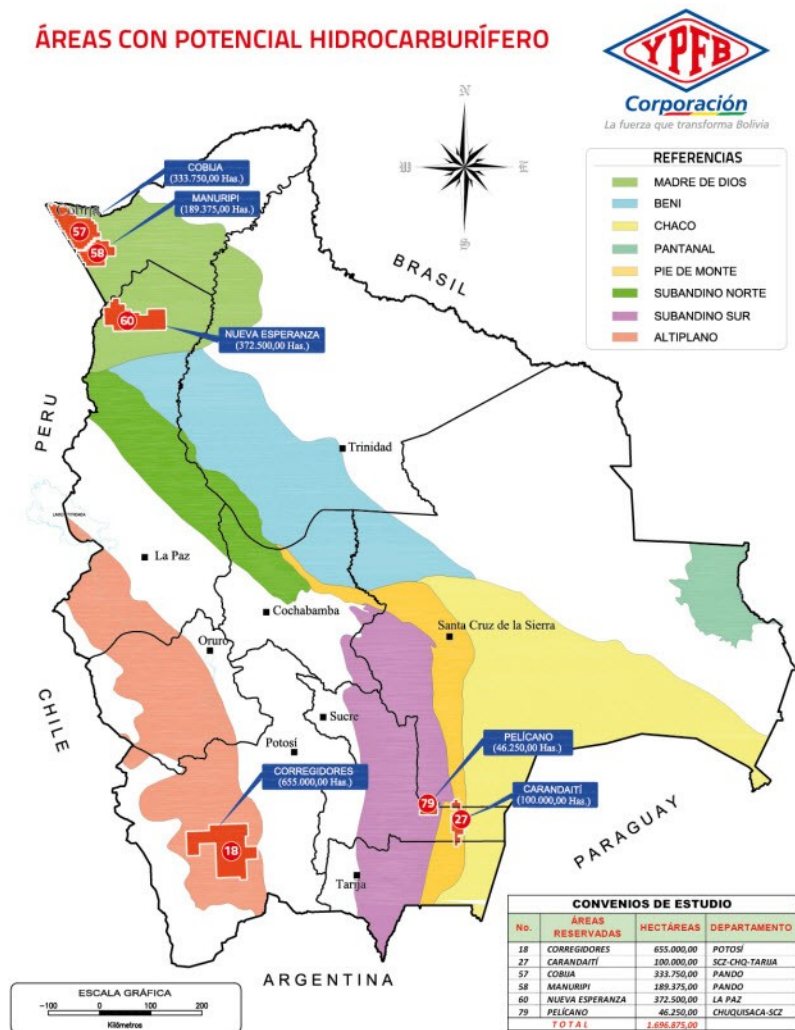


Figura 19: Bolívia: áreas com potencial hidrocarburiífero.

Fonte: *Observatorio Boliviano de los Recursos Naturales.*
Disponível em:

<<http://recursosnaturales-ceadl.blogspot.com/2016/10/hidrocarburo-s-bolivia-sin-inversiones.html>>. Último acesso em 03 de maio de 2019.

Este horizonte estratégico de desenvolvimento vai em direção oposta ao que então foi proposto no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado em 2006, quando o presidente Evo Morales assume o poder, no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do país. Envolvido direto na elaboração do 1º Plano de Ciência e Tecnologia neste contexto, e primeiro vice-ministro a ocupar o cargo, Roger Carvajal Saravia aponta que este se baseava então em três elementos principais, nos marcos do *vivir bien*, através dos quais a ciência e a tecnologia poderiam contribuir para o desenvolvimento. Tratar-se-ia, desse modo, de (1) armar um sistema produtivo de inovação; (2) desenvolver

o que seriam os “recursos humanos” do país; e (3) aproveitar de maneira sustentável a biodiversidade da Bolívia, que é uma das mais importantes do mundo, através de um plano de desenvolvimento industrial tendo-a como base. Segundo defende, a diversidade biológica seria o maior e principal recurso do país, para além dos hidrocarburetos e dos minerais. A utilização deste recurso estaria subordinado, segundo defende, todavia, a dois tipos de conhecimentos básicos: (1) o conhecimento científico; e (2) o conhecimento ancestral ou tradicional.

Este último, embora historicamente desvalorizado, do ponto de vista da cultura ocidental, subsidiaria a extração na natureza de substâncias com valor de mercado. Nesse sentido, a superação do extrativismo passaria pelo desenvolvimento da indústria de transformação no país, baseada no uso sustentável da biodiversidade, num processo que fosse capaz de gerar riqueza, mas que também permitisse ao Estado retribuir aos que deram o conhecimento; àquels que historicamente contribuem para a conservação das florestas, sem que isso significasse a aculturação ou a expulsão destes de seus territórios, mas sim que pudessem melhorar, no que quisessem, os seus modos de vida, sem que tivessem violentadas ou negadas as suas identidades. Apesar das disposições iniciais para a promoção de transformações profundas no país, mediante o Plano de Desenvolvimento de 2006, no que concerne à superação da dependência energética e da exportação de produtos primários, o máximo que se conseguiu avançar nesta direção, no caso de alguns produtos específicos, salienta, foi o beneficiamento – como no caso dos minerais, que passaram da forma “concentrada” aos lingotes; ou o gás, que é exportado também sob a forma de ureia ou amoníaco.

Desde esta perspectiva de desenvolvimento, baseada no valor estratégico da biodiversidade, dos conhecimentos ancestrais e nas formas sustentáveis de produção em sintonia com os tempos e formas de regeneração da natureza na floresta, o argumento que justificou a suspensão da intangibilidade do TIPNIS não se sustenta. Ou seja, há compatibilidade entre os princípios de conservação previstos nas legislações ambientais que estruturam o sistema nacional de áreas protegidas (SNAP) e o respeito aos modos de vida locais e dos usos tradicionais do território – como se pode avaliar a partir do desenvolvimento do Plano de Manejo da área, sobretudo com a produção cacauera e de aproveitamento do couro de jacaré⁸¹. Se, por um lado, com a promulgação da lei de intangibilidade estabeleceu-se limites às atividades produtivas preexistentes e já

81 PORTAL TIPNIS BOLIVIA. **Plan de Manejo Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécre.** Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/ges-plan-sernap-00120-2004.pdf>>. Último acesso em 04 de maio de 2019.

consolidadas, como destaca Silvia Molina Carpio, a decisão do governo de a suspender em 2017 concorreu para a legitimação de ações prévias que já vinham sendo implementadas na direção da construção da estrada.

Segundo a pesquisadora, com o fim da participação brasileira no projeto, o Estado boliviano avança no sentido de (1) levantar a intangibilidade de toda a área (parque, território indígena e polígono sete); e (2) de estabelecer, através da *Empresa Estratégica Boliviana de Construcción y Conservación de Infraestructura Civil* (EBC), três importantes pontes, uma delas já efetivamente no interior do território indígena. Na medida em que se avança também nos tramos 1 e 3 da rodovia, aumenta-se a pressão pelas regiões sul e norte do território, revelando os desafios postos para a articulação indígena em defesa do TIPNIS frente a um processo integrador que, enfatiza, não cessa; que não freia.

Ela afirma que, quando muitos achavam que a IIRSA não seria uma experiência de sucesso, nos últimos anos observa-se que ela avançou de modo expressivo, especialmente em função da liderança exercida pelo Brasil. Se com o enfraquecimento dos governos progressistas a iniciativa se viu debilitada, tem-se que novos atores vão surgindo, como é o caso dos capitais chineses. Ela argumenta que, mesmo neste momento crítico, onde se promove o enfraquecimento da institucionalidade do Estado, de flexibilização e supressão de normas ambientais e sociais; de transformação e redução das normas trabalhistas, este processo de integração infraestrutural não parou. E completa: se bem este processo de crescimento da direita radical nos países da região em geral, trouxe desafios consideráveis que se estenderam para as organizações sociais e acadêmicas, envolvidas fortemente em processos políticos complexos, estes outros processos econômicos (de dominação e transformação dos territórios) seguem avançando sem que para eles tenhamos logrado encontrar respostas efetivas.

1.3.2. O caso do Assentamento Terra Vista – Arataca/Bahia (Brasil)

O Assentamento Terra Vista está localizado no município de Arataca, no estado da Bahia (Brasil), no Território de Identidade (TI) Litoral Sul⁸², a cerca de 100 km de Ilhéus e 500 km de Salvador, capital do estado. Este TI é o que possui um dos maiores núcleos de assentamentos do estado, abarcando cerca de 2.564 famílias⁸³.

82 O *Território de Identidade Litoral Sul* é formado por 27 municípios: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju da Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Como destaca Serpa (2015, p.20-24): “A alteridade regional/territorial passa a ser o critério de fundo da regionalização institucional do estado da Bahia a partir de 2007, em substituição à regionalizações anteriores, de regiões econômicas ou eixos de desenvolvimento. (...) No início de 2007 o fórum Baiano de Agricultura Familiar reivindicou o reconhecimento, a adoção e o estabelecimento dos 26 territórios de identidade da Bahia como diretriz básica de planejamento público estadual, junto ao secretário do planejamento estadual e sua equipe. (...) O processo de regionalização se norteou por procedimentos que pretendiam ‘revelar’ os diferentes territórios inspirados na regionalização do país em territórios rurais pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2003. (...) Assim, os territórios rurais passam a ser a unidade de planejamento das políticas de desenvolvimento territorial do Brasil. (...) A política dos territórios como unidades de planejamento é o que vai nortear, também, o lançamento, pelo governo federal, do programa *Territórios da Cidadania*, em fevereiro de 2008”.

Sobre os Territórios da Cidadania ver: PORTAL MDA. **Territórios da Cidadania**. Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

83 Ver: MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul**. Bahia, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio090.pdf>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

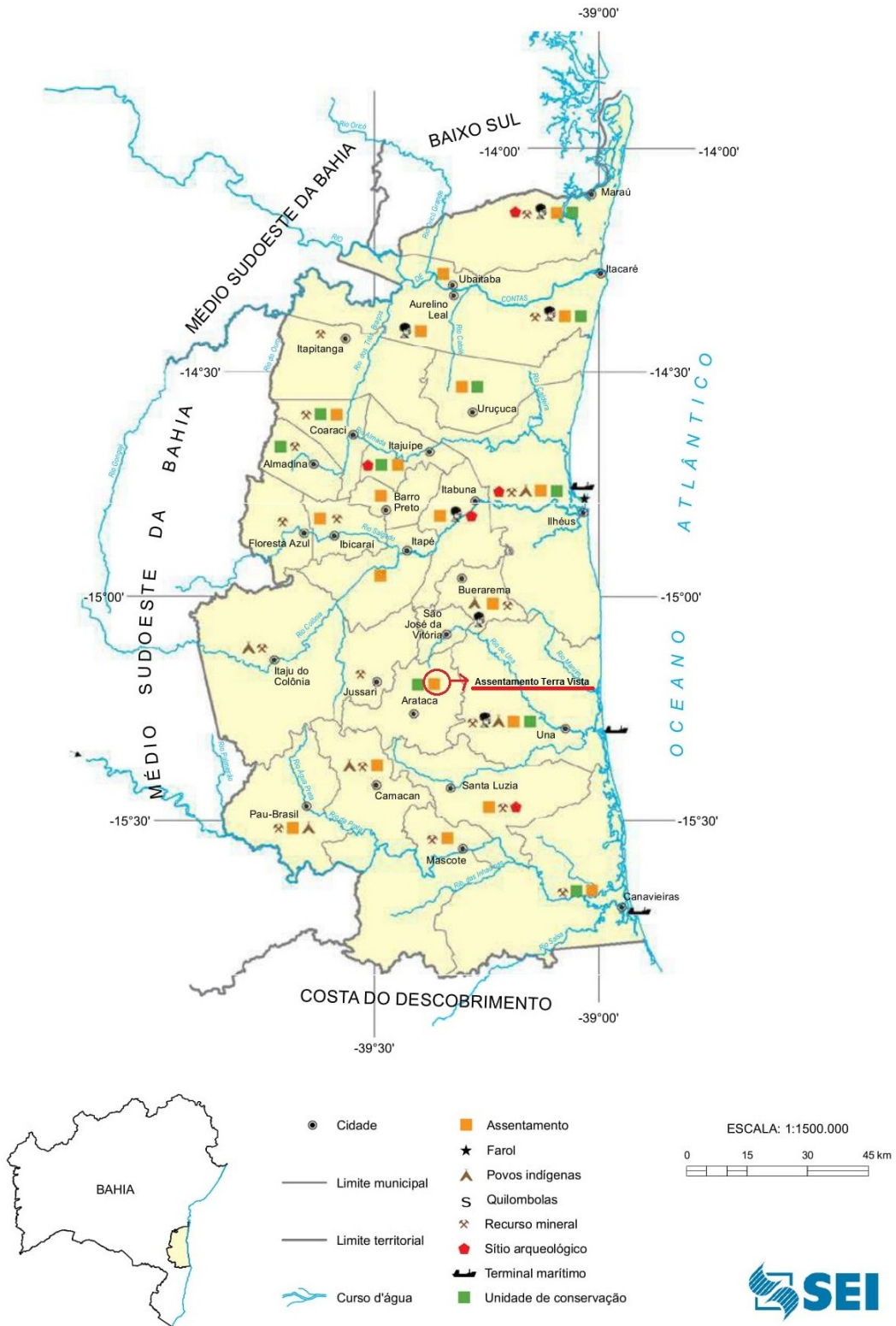


Figura 20: Localização Assentamento Terra Vista - Território de Identidade Litoral Sul - Bahia (Brasil)

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Perfil dos Territórios de Identidade.** SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI): Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

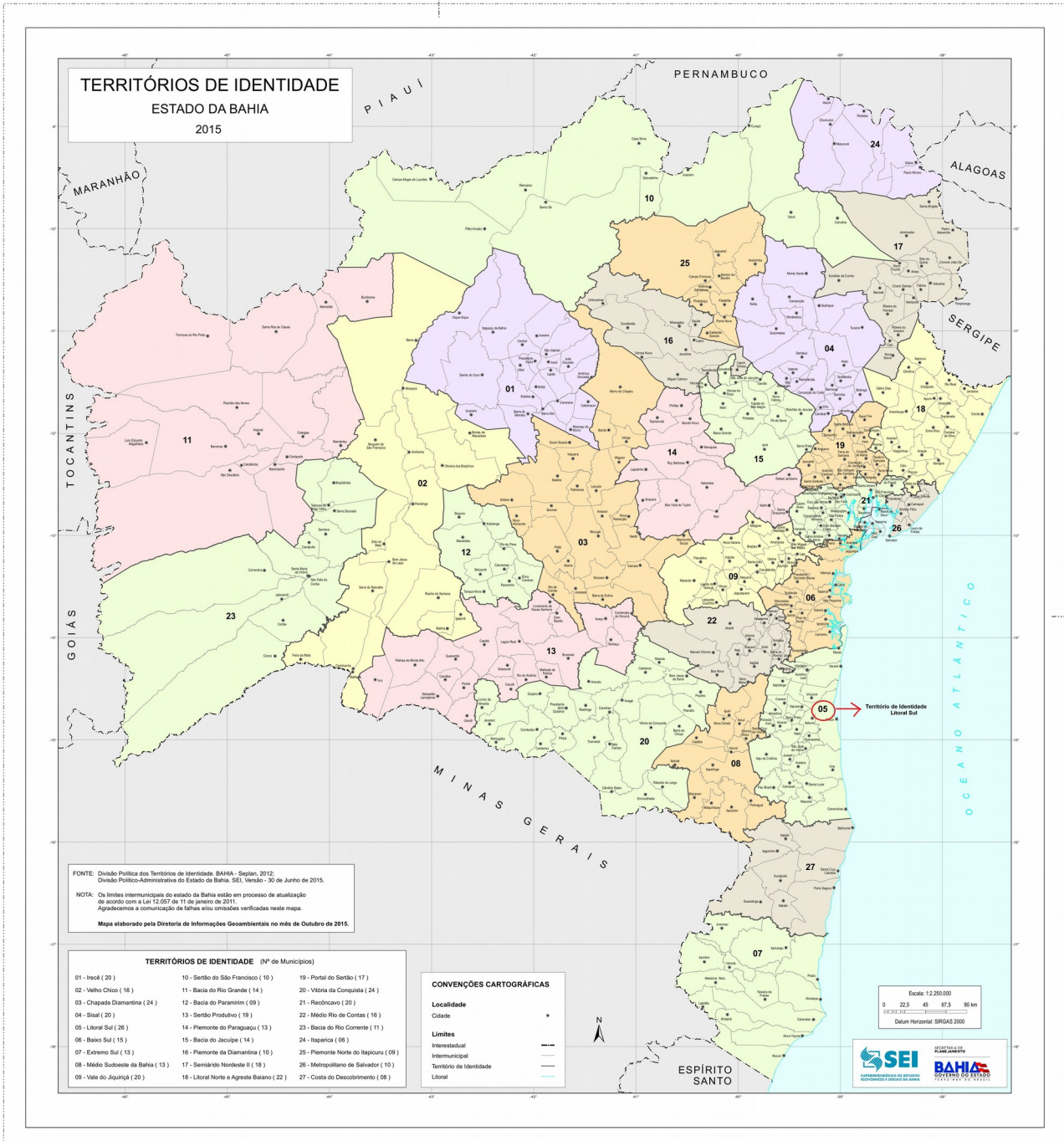


Figura 21: Territórios de Identidade da Bahia

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Territórios de Identidade Estado da Bahia (2015)**. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/territ_ident_2v25m_2015.pdf>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

O Assentamento tem a sua história ligada à luta dos trabalhadores rurais afetados pela crise da economia do cacau e à fundação – com as primeiras ocupações de fazendas improdutivas – do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia, o que ocorreu na região sul do estado⁸⁴. Como aponta Marinho (2016), a produção de cacau na Bahia é iniciada no século XVIII como alternativa de produtos exportáveis para a economia canavieira então em crise. Somente no final do século XIX este se converte em produto de destaque na pauta exportadora do estado, superando, em termos de produção e de valor, as produções de fumo e de açúcar. Os capitais advindos da produção cacauífera sustentaram o estabelecimento de uma dinâmica produtiva nesta região capaz de estimular o seu crescimento populacional através da migração; a incorporação de serviços e infraestrutura para atender às demandas da produção e da comercialização do produto; a entrada (e até o predomínio) do capital externo na atividade – através das casas exportadoras; a instalação de casas bancárias em cidades como Ilhéus e Itabuna (principais centros comerciais regionais); tudo isso fomentando e ampliando a arrecadação de impostos por parte dos municípios e do Estado, formando uma base econômica regional inexistente até então (LIMA, 2016).

Passando a ocupar, assim, posição de destaque na pauta de exportação dos produtos agropecuários brasileiros, o cacau apresentou-se, durante anos, como uma das principais culturas para a balança comercial do país e a principal para a balança comercial da Bahia – cenário que colocou o Brasil, entre 1896 e 1930 como o seu maior produtor mundial. Com a crise de 1929, no entanto, e as dificuldades advindas para o setor exportador – abalado pelo instável contexto econômico internacional, marcado posteriormente pela deflagração da Segunda Guerra Mundial –, tem efeito uma crise que atinge também o setor, implicando na queda da produtividade brasileira até meados da década de 1960, quando este passa a gozar de maiores incentivos do Governo Federal e experimenta um crescimento relativo – embora não mais como no ciclo anterior (OLIVEIRA et. al., 2016, p. 144). Conforme explica Marinho (2016, p. 272):

A primeira etapa do ciclo de cacau para exportação inicia-se em 1890, dura até 1931, e caracteriza-se pela falta de qualquer intervenção governamental ou proteção ao cacauicultor, sendo as casas de exportação e a figura do intermediário os agentes que comandam a cacauicultura baiana. A segunda etapa tem início em 1931 com a primeira “intervenção efetiva” do Estado na

84 O surgimento institucional do MST se deu no ano de 1984 no 1º Encontro Nacional, realizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Ver: PORTAL MST. **Surge o MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

economia cacauera da Bahia, com a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB). Esse segundo ciclo termina em 1957, com a segunda “intervenção efetiva” - criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera (Ceplac)⁸⁵.

O processo de modernização por que passou a lavoura cacauera, sobretudo após a criação da Ceplac e a promulgação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural⁸⁶ promove, no entanto, mudanças significativas nas relações de trabalho que então estruturavam dita produção. Como destaca Lima (2011), moradorxs e assalariadxs permanentes foram convertidxs em trabalhadorxs “volantes”, ou seja, passaram à qualidade de diaristas e empreiteirxs, o que significou a perda do lugar de moradia antes então assegurado. Segundo explica o autor, no regime de empreitada tem-se que xs trabalhadorxs, junto com a família, colocam a sua força de trabalho a serviço de vários contratos, a fim de garantir maior renda diante das novas necessidades – como o são aluguel (em geral em condições precárias nas periferias dos municípios cacauicultores), bens de subsistência e transporte. Já na década de 1980 até meados da década de 1990 a economia do cacau no sul do estado atravessa um período de prolongada crise,

85 O autor destaca que dois foram os princípios orientadores da criação do ICB em 1931. O primeiro era de caráter emergencial, visando amenizar as dificuldades financeiras decorrentes da crise internacional de 1929 – que afetou o setor produtivo de exportação como um todo –, buscando reestabelecer o ritmo das atividades de produção e comércio que haviam sido desorganizados pelos efeitos da crise. O segundo estava relacionado ao apoio permanente à lavoura, propondo a adoção de políticas econômicas capazes de garantir o desenvolvimento da atividade produtiva em bases mais sólidas, na direção da defesa sanitária, do fomento à lavoura, do comércio e da industrialização do cacau. Ele defende que a criação do ICB reflete a situação que se configura no país neste então: “*A transferência do eixo da acumulação do setor agrícola para o industrial determina a redefinição de papéis. Cabe ao setor rural exportador, através da expansão ‘extensiva’ da produção, gerar as divisas para o processo industrial. Tal transferência é acobertada pela política cambial nitidamente favorável à indústria. Nesse novo pacto, os grandes proprietários rurais tiveram como recompensa a manutenção da estrutura fundiária e a não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural*” (MARINHO, 2016, p. 279). Sobre a criação da Ceplac, o autor afirma que esta ofereceu o suporte necessário, a partir dos anos 1960, para a “modernização conservadora” da cacauicultura, utilizando, sobretudo, “dois tipos de inovação: a) *inovação físico-química, que modifica as condições naturais do solo, eleva a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico*” - o chamado “pacote tecnológico da Ceplac”; “b) *inovação biológica, que afeta a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo através da redução do período de trabalho e potencialização das inovações*” - Programa de Renovação dos Cacauais Decadentes. Ao que completa: “*A viabilidade financeira para a concretização da denominada modernização conservadora, no caso do cacau, respalda-se na política monetária do Governo Federal que, através da instituição do Crédito Rural, em 1965, concretiza a concessão de grande volume de crédito, taxas de juros reais negativas, prazos e carências elásticas, favorecendo especialmente os médios e grandes produtores rurais*” (MARINHO, 2016, p. 282-283).

86 “*Denominação dada à Lei nº 4.214, promulgada em 2 de março de 1963 e publicada no Diário Oficial no dia 18 do mesmo mês. O estatuto significou a extensão da legislação social ao trabalhador rural, fornecendo as bases para a organização sindical do campo brasileiro*”. Ver: PORTAL CPDOC – FGV. Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

estimulada por fatores externos – ligados à redução dos preços internacionais em razão do aumento da produção mundial (sobretudo de países da África) e aos estoques nos países produtores – e por fatores internos, como o esgotamento de solos, períodos de estiagem e a proliferação da doença conhecida como “vassoura-de-bruxa” (OLIVEIRA et. al., 2016).

Deflagrada, assim, a crise, tem-se a desestruturação das bases socioeconômicas regionais, abatendo-se, esta, sobre a renda proveniente dos cacauais, comprometendo o mercado regional, bem como os níveis de emprego e renda da população. Do ponto de vista dos produtores, sem condições econômico-financeiras para seguirem produzindo, muitos deles encerram as atividades das fazendas, gerando, por conseguinte, a dispensa em massa de trabalhadores. Do ponto de vista destes últimos, o desemprego e as condições precárias de vida vão estimular o início das lutas pelas terras improdutivas na região (LIMA, 2016). D'Icarahy (2016) aponta que, pelo menos desde o ano de 1980 se tem registros de ocupações de fazendas e conflitos fundiários envolvendo posseiros e proprietários de terras no extremo sul da Bahia. Segundo aponta, em 1983, com a realização da Campanha Nacional pela Reforma Agrária⁸⁷, tem-se, na cidade de Teixeira de Freitas, uma concentração pela Reforma Agrária que reúne cerca de 3.000 trabalhadores. Nesse sentido, explica Freitas (2017, p. 5):

Para a concretização desse processo, foram fundamentais as ações políticas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na década de 1960, no vácuo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira (SILVA, 1981), ocorreu – de forma articulada com o Sertão Pernambucano – a espacialização das “Ligas Camponesas” no Sul Bahia. Na década de 1980, com a expansão da cacauicultura pela ocupação indiscriminada das terras devolutas e invasão de posses camponesas constituídas nas áreas de fronteiras, espacializou-se a “Luta dos Posseiros”. No contexto da redemocratização, a partir de 1985, o acúmulo de forças favoreceu a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Assim, entre os anos de 1986 e 1987, foram implantados os primeiros projetos de assentamentos rurais de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia: sete projetos, perfazendo o total de 336 famílias assentadas e a área de 10.169,23 ha.

⁸⁷ Organizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a linha 6 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ver: PORTAL BASE.D-P-H. **CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-278.html>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

É nesse contexto, pois, que têm efeito a formação do MST no estado da Bahia e as primeiras ações organizadas de ocupação de terras improdutivas ligadas à economia cacaueteira em crise, bem como a fundação do Assentamento Terra Vista (ATV). O Assentamento é fruto da primeira ocupação da Fazenda Bela Vista, realizada no dia 08 de março de 1992 sob o embalo de uma dupla prerrogativa do Movimento então: (1) além de ocupar e resistir, importava também *produzir*; e, por isso mesmo, (2) escolher áreas potencialmente produtivas, em localização estratégica, próxima aos grandes centros e às rodovias da região. Conforme relata Joelson Ferreira⁸⁸, um dos fundadores do Assentamento e membro da sua atual coordenação, até a efetiva desapropriação da Fazenda (declarada de interesse social para fins de reforma agrária mediante Decreto de 29 de outubro de 1993, no governo Itamar Franco⁸⁹), as 300 famílias que a ocuparam em 1992 foram alvo de 5 despejos, realizados pela Polícia Militar do Estado – a quem, junto com pistoleiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR), tiveram de enfrentar para sustentar a permanência no território⁹⁰.

Solange Brito afirma, nesta direção, que a criação do Assentamento Terra Vista coincide com a formação da segunda regional do MST na Bahia – a Regional Sul – processo que se dá a partir da primeira ocupação feita pelo movimento na cidade de Camamu, estabelecendo o acampamento Mariana, numa área muito boa, mas ainda pouco estratégica, uma vez que estava distante das principais rodovias e dos centros regionais de poder. Nesse sentido, em meados de 1991, cinco militantes são deslocados para a região, com o objetivo de consolidar o trabalho de base e de preparar aí a próxima ocupação, chegando até a fazenda Bela Vista. Ele surge, assim, sendo pensado enquanto assentamento modelo, a partir do qual se queria mostrar para a sociedade que o MST, além de ocupar terras, tinha também projetos (e iniciativas) para o

88 Entrevista realizada em maio de 2018.

89 PORTAL PLANALTO. **Decreto de 29 de outubro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CclVIL_03/DNN/Anterior%20a%202000/1993/Dnn1808.htm>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.

90 Conforme narra o entrevistado, os 5 despejos que sofreram foi marcado por forte conflitividade. De um lado, uma união selada entre fazendeiros, a imprensa, o poder judiciário e o próprio Estado. De outro, as 360 famílias traçando estratégias de enfrentamento e resistência. Como forma de resistência, foram organizados grupos armados para enfrentar os pistoleiros ligados à UDR, e grupos compostos com mulheres e crianças para os enfrentamentos à polícia. Apesar da violência e da recorrência dos despejos, nenhuma morte foi registrada e com a 6ª ocupação por eles realizadas, já não houve despejo.

desenvolvimento dessas áreas. Segundo aponta, a pressão foi tão forte, que nem todas as famílias que participaram das primeiras ocupações resistiram... Tratava-se de pessoas que haviam se somado ao movimento em busca de terra, de trabalho e, chegando lá, eram espancadas, sofriam despejos e eram obrigadas a vagar pelas rodovias, pela cidade mais próxima (Arataca)... Em determinado momento decidiam não mais passar por esse tipo de humilhação. Como o MST tinha esse projeto grandioso de transformação da área em referência, em modelo, passou a deslocar famílias de outras ocupações que também estavam em luta pela terra, mas em áreas até então ainda não convertidas em assentamentos, como os acampamentos Luanda, Nova Ipiranga, etc.



Fotografia 45: Fazenda Bela Vista desapropriada para fins de Reforma Agrária – 1994

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista

Após este duro processo inicial, o Assentamento é criado em 27 de março de 1995 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com uma área de 756, 0314 hectares, contanto então com apenas 53 famílias (após os despejos sistemáticos, muitas delas desistiram da ocupação)⁹¹. Nesta perspectiva, a primeira decisão coletiva tomada, a partir da emissão de posse e criação do ATV, enfatiza Solange, foi o deslocamento de famílias para esta área, que havia sido praticamente esvaziada durante as sucessivas ocupações motivadas pelos conflitos, despejos e reintegrações de posse anteriores.

91 Ver: PORTAL INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implementação. BA0065000 PA TERRA VISTA.** Página 58 de 336. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Último acesso em 12 de janeiro de 2019.



Fotografia 47: Acampamento do MST na Fazenda Bela Vista - Arataca, 1992

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 46: Bandeira do MST na Ocupação da Fazenda Bela Vista - Arataca, 1992

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista

Uma vez conquistado o território, o desafio que passaram a encarar xs assentadxs foi a construção mesma deste. Quando saiu a imissão de posse do Terra Vista, em 1995, estas famílias foram para lá deslocadas, e então começou-se a encarar o outro desafio, que tinha a ver com a definição da propriedade da terra. Solange conta que na ocasião foi realizado um grande seminário, que durou uma semana, para definir os rumos do Assentamento. Neste processo houve uma divisão, na qual dois projetos distintos passaram a ser disputados – questão que seguiu alimentando profundas discussões e disputas, se intensificando com a crise econômica em razão da falência da cooperativa no ano de 2000, quando 25 famílias foram reassentadas em áreas onde a divisão da terra foi feita por lotes e não pelo trabalho, como então ficou definido no Terra Vista. O caminho assumido neste assentamento foi, assim, como explica Joelson Ferreira, o de um projeto

de desenvolvimento pautado pela coletividade da terra, mirando a um horizonte em que se poderia incorporar tecnologia para dar novo sentido ao trabalho, para além do capitalismo e do sistema escravista.

Os avanços verificados no curso dessas discussões e disputas se estenderam, além da propriedade da terra, para o tratamento de temas como os de gênero e juventude; trabalho; a existência ou bem viver nos territórios conquistados; soberania alimentar; renda e permanência no campo; educação para uma perspectiva agroecológica – na qual se priorizaria o tratamento da relação entre humanos, com a terra e os outros seres a partir da lógica da colaboração. Tratava-se de pensar a transformação dos modos de vida na direção de uma sociedade para além do capital. Todo este movimento concorreu para alçar o Terra Vista como símbolo de luta contra o capital e a propriedade privada da terra, pautado pelo desenho de novas relações com a terra e a natureza, através da agroecologia.

Ou seja, do ponto de vista da *propriedade da terra e do ordenamento territorial* do Assentamento, após muitas discussões e até graves conflitos internos, optou-se por uma *divisão pelo trabalho*, de modo que cada assentadx teve garantida a sua parte individual para morar e cultivar, mas o território como um todo foi ordenado a partir de atividades produtivas coletivas, mantendo, ademais, uma área de 313 hectares de Mata Atlântica preservada. O *modelo socio-organizativo* baseou-se na conformação de uma *coordenação geral*, estabelecendo-se *assembleias* periódicas como espaço de discussão e deliberação, bem como o trabalho coletivo regular, através de *mutirões*, para garantir a organização e a manutenção das áreas comuns. Como *pilares do desenvolvimento territorial*, foram adotadas:

- **soberania alimentar:** pela garantia de uma alimentação saudável, diversificada e baseada na cultura alimentar dos povos da Mata Atlântica, por meio da recuperação de sementes crioulas, do cultivo de hortaliças, frutas, da criação de pequenos animais e da recuperação de plantas nativas – Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's);
- **sustentabilidade econômica:** para garantir uma renda média, por meio da venda dos excedentes de frutíferas e da produção de cacau orgânico e chocolate fino, com objetivo de elevar a renda de 2 para 5 salários mínimos por família; e
- **democratização da educação:** para garantir a escolarização de crianças, jovens e adultos até o nível médio dentro do próprio território. Garantir o acesso à educação

superior até o doutorado, além de respeitar e valorizar os diversos conhecimentos produzidos pelos ancestrais⁹².

Assim, ainda do ponto de vista do ordenamento territorial e produtivo do Assentamento, foram construídos, a partir de 1994, um viveiro com capacidade para produção de 150 mil mudas por ano, 80 hectares de pasto, 7,5 hectares de lâminas d'água para piscicultura e as demais terras estão divididas pela força de trabalho de cada família, com a produção de culturas diversificadas. Outra parte da área é destinada a agrovilas (moradias)⁹³. Neste mesmo ano foi criada a *Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda.* (COOPRASUL), iniciando xs assentadxs a produzir no ano seguinte, adotando, todavia, o modelo convencional de agricultura. Em 1998 foi criada no Assentamento a primeira escola de educação básica, o *Centro Integrado Florestan Fernandes* – atendendo os níveis da educação infantil, do ensino fundamental I, do ensino fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) –, que recebe estudantes não apenas do Assentamento como também de outras partes do município. Em 2010 foi inaugurada a segunda escola, dessa vez estadual, o *Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos*, que atende cerca de oito municípios do Território Litoral Sul, com cursos nas áreas de Agroecologia, Meio Ambiente, Zootecnia, Informática, Agroindústria, Alimentos, Segurança do Trabalho, e o Técnico em Agroecologia, na modalidade “alternância” através dos Programas de Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e de Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (PROSUB)⁹⁴.

De acordo com a professora Guiomar Inez Germani, o seu encontro com a experiência do Assentamento Terra Vista se deu em decorrência do trabalho de acompanhamento dos movimentos sociais na disputa por terra/território no Brasil, e mais especificamente da busca por compreender os processos de organização/produção do espaço nos assentamentos de reforma agrária, no momento posterior à conquista dessa terra/território em disputa, sobretudo no estado da Bahia – região em que passou a atuar depois de ter vivido-trabalhado os conflitos em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, nesse contexto, os fenômenos e fatos que concorreram para a fundação do

92 Material de Divulgação para o *Salon du Chocolat*, feira anual da indústria internacional de chocolate, em sua edição de 2017, ocorrida em Paris, na França. Disponível no acervo do Assentamento.

93 Ibid.

94 Ver: PORTAL MST. **A luta pela educação no Assentamento Terra Vista**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/10/24/a-luta-pela-educacao-no-assentamento-terra-vista.html>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Paraná⁹⁵. Nesse sentido, fazendo referência aos conceitos de Milton Santos, a geógrafa aponta que, na forma espacial diferenciada do Assentamento Terra Vista revelava-se uma estrutura e um processo: já quando da sua fundação, a forma do Assentamento expressava um desenho muito diferente dos outros, que refletia uma proposta política e social igualmente diferenciada: existia no projeto apenas a poligonal, sem que houvesse uma divisão por lotes.

Ela enfatiza que não se tratava apenas de um desenho ou de uma organização diferenciadas, mas de uma ocupação do espaço e de realização da vida aí de modo singular. O Assentamento correspondia a toda a poligonal conformada pela fazenda desapropriada e não a lotes individuais; era o primeiro Assentamento do MST implantado na região cacauzeira e, portanto, numa região nobre, naturalmente boa e não adversa, onde se havia constituído um forte poder econômico e político – apesar da crise da vassoura de bruxa ocorrida na década anterior –; e que figurava, tempos após a sua criação, também como “menina dos olhos” do governo do Estado. Outro ponto em que se destacava a experiência do Terra Vista era relativa à questão produtiva, que a divisão territorial ali ensejada dava conta desta questão, estabelecendo uma unidade coletiva, gerida pelo coletivo, e não a partir do parcelamento da terra. Ou seja, tem-se, conforme argumenta a geógrafa, a construção de um Assentamento que é um território, confirmado em seu modelo pelos territórios quilombolas, através de um processo de regularização fundiária coletiva. Além disso, destaca, a questão da educação também projeta o Terra Vista de modo diferenciado: os espaços de formação aí criados extrapolam ao público do Assentamento, consolidando-se, este, como um centro de educação para a região.

⁹⁵ Ver: Projeto Integrado de Pesquisa “**A Geografia dos Assentamentos na Área Rural**” - Projeto **GEOGRAFAR**. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/>>; e GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Ulbra; Edufba: Canoas; Salvador, 2003.



Fotografia 48: Primeiros passos da Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda. (COOPRASUL)

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 49: Beneficiamento de bananas produzidas no Assentamento

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 50: Assentadxs raspando mandioca nos primeiros anos da COOPRASUL

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 51: Plantio de abacaxi

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 52: Pesca nos tanques de piscicultura

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 53: Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos

Fonte: Acervo próprio



Fotografia 54: Centro Integrado Florestan Fernandes

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista

Todas estas realizações se deram de maneira lenta, a partir de muita luta e negociação, com contradições e nem todas elas, inclusive, sendo bem-sucedidas – seguindo vigente na atualidade o desafio de concretizar os pilares que orientam a construção do Assentamento⁹⁶. O que Solange destaca é que, obviamente, existe uma série de desgastes em todo esse percurso, em torno da construção desta coletividade, mas que até a atualidade existe a consciência de que se não se trabalha de forma coletiva, não se avança, sendo este o projeto que marca o Terra Vista e encanta quem o

⁹⁶ Existem trabalhos que apontam, por exemplo, os desafios postos ao desenvolvimento da agricultura familiar no Assentamento (Ver: OLIVEIRA, T. O. B.; et. al. **Consumo, beneficiamento e comercialização de frutas no Assentamento Terra Vista – Arataca-BA**. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt05/4/campos_telmara_kalid_ricardo_silva_junior_milton_moraes_maria_olimpia.pdf>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019) e a persistente precariedade das condições de vida dxs assentadxs após todas essas construções, demonstrando a não concretizada eficiência deste, que é estruturado enquanto *Assentamento-modelo* no estado (Ver: LIMA, S. R. R. **Terra, trabalho e autonomia – condições de produção e reprodução de assentados no Terra Vista da “região cacauieira” da Bahia**. Recife, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9175>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019).

conhece. E este horizonte amplo foi traçado no bojo daquele primeiro seminário, daquela assembleia geral, antes que cada pessoa tivesse acesso, cada uma, ao seu pedaço de terra. A partir dele foi aprovado o modelo coletivo, de modo que até a atualidade as áreas não são demarcadas com cercas e o que vale, para o uso das áreas individualmente é a força de trabalho.

Como afirma, a luta do Movimento é para além da cerca, mas também para além do capital. Quando se quebra a cerca é a maior revolução, mas a partir do momento que se conquista a terra, vêm outros desafios. O desafio, portanto, não é só o da luta pela terra, é pela reforma agrária. Mas, indaga ela, qual a reforma agrária que queremos? E daí se segue a luta pela educação, pela saúde, por tudo... E em cada um desses pilares existe uma luta árdua, complicada. Uma das mais complicadas é esta do processo organizativo da terra, porque terra é poder e a história já indica isso. A outra que também é árdua é a pela educação, porque com a terra se organiza a produção – a partir do momento que se tem consciência do poder que a terra tem. A partir daí vem a preocupação com a questão da soberania alimentar; com a necessidade de se criar uma autonomia através da terra; a sua própria autonomia para não depender do Estado. E a criação desta autonomia se dá através da terra.

A cooperativa, por exemplo, viveu tempos prolongados de crise, chegando até um momento de quebra efetiva, após sucessivos problemas produtivos (superprodução e perda de significativas quantidades de banana sem que conseguissem escoar produtos oriundos do seu beneficiamento; superprodução de farinha de mandioca; doença na lavoura de abacaxi; falta de mercados para escoar a produção, etc.), o que implicou, por conseguinte, na impossibilidade de concretização das pautas que afinal foram estabelecidas como pilares do Assentamento. Diante disso, no ano de 2000, a busca por soluções concorre para o encontro com formas mais sustentáveis de produção, de entendimento e cuidado da natureza e dos solos. Nesse sentido, pois, é que foi posta em marcha a transição agroecológica do Assentamento, esta que se estabelece como marco dos caminhos de desenvolvimento aí então adotados.

Após a realização de profundas discussões (e disputas) internas acerca do modelo produtivo a ser adotado em matéria de agricultura (a utilização ou não de agroquímicos, a derrubada e queima de árvores no processo de cultivo e o compromisso com formas agroecológicas de produção), de processos formativos⁹⁷ e da posta em prática no

⁹⁷ Neste processo foram determinantes apoios de figuras como a engenheira agrônoma Ana Maria

Assentamento dos conhecimentos adquiridos, as transformações começam a ganhar corpo. Sálvio, assentado e integrante da coordenação, indica que esta transição foi proporcionando o diferencial da produção do ATV dentro do MST. Ele destaca que antes, xs moradorxs pensavam em produzir, mas de maneira convencional, sem pensar mais profundamente sobre o como. Após o fracasso das últimas iniciativas e a falência da cooperativa, repensou-se o modo de produção e também os pontos de comércio e as formas de escoamento do que se produziria. Conforme aponta, não se pensava até então a produção nos marcos da saúde e do bem-estar de quem consumia, em produtos mais saudáveis; mais sustentáveis... Nesse contexto foi quando surgiu a agroecologia.

Esta transição se deu, inicialmente, com a leitura e discussão do livro "*Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*" da agrônoma Ana Primavesi e a aprendizagem sobre a conservação dos solos. O que ela relatava, destaca Sálvio, da sua leitura e contexto de vida, citando algumas das experiências e artigos, indicava que o solo bem manejado poderia apresentar melhores resultados na agricultura. Houve aulas também com outros pensadores da área, como Ernst Götsch, quem apresentou no assentamento, na teoria e na prática, o trabalho que há anos vem desenvolvendo nos termos de uma agricultura sintrópica. Ele afirma que os conhecimentos adquiridos através desses contatos e dessas formações foram aplicados no Assentamento de maneira diferenciada. Não se tratou de uma reprodução direta das práticas e experiências dessas pessoas de referência, mas uma junção destes saberes com aqueles preexistentes. Uniu-se com aquilo que as pessoas mais velhas já faziam quando não tinham acesso agroquímicos.

Nesta perspectiva, Solange enfatiza que inicialmente não havia, desde o Terra Vista, o contato e a interlocução com outras experiências e grupos, como comunidades indígenas, por exemplo, exceto em encontros ou atividades do MST. Neste processo de transição agroecológica, no entanto, houve o entendimento de que era necessário se aproximar das comunidades tradicionais, enquanto fonte de conhecimentos ancestrais que contribuiriam com a experiência. A transição foi fruto deste processo, partindo-se de noções iniciais. Só depois, em 2008, é que foram criados os cursos no Assentamento, de agropecuária e engenharia agrônoma com viés agroecológico, através do Pronera. Isso conferiu uma base científica ao processo, de modo que mesmo quem não estudava, tinha Primavesi com suas obras sobre o manejo ecológico dos solos; o agricultor e pesquisador suíço radicado na Bahia Ernst Götsch, com seu trabalho sobre os princípios da agricultura sintrópica; do Instituto de Permacultura da Bahia, entre outros.

a possibilidade de chegar na escola e tirar dúvidas, se informar melhor. Em 2009 foi aberta uma nova escola, o Colégio Estadual Milton Santos, em que se ofertou o ensino formal de nível técnico e em agroecologia.

O problema, chama atenção Sálvio, foi que xs professorxs que chegaram não necessariamente tinham formação agroecológica, de maneira que resultou ocorrer neste processo uma formação de estudantes junto com a formação dxs próprixs professorxs, que aprendiam juntxs. Daí veio a sinergia que permitiu que se criasse no Assentamento um manejo agroecológico diferenciado na região, convertendo o Assentamento em referência em agroecologia. Em 2009 foi também o ano em que foi pensada a obtenção do selo orgânico, para a qual foi necessária a análise de toda a área, o levantamento de informações, a realização de adequações, saindo pois a certificação, paga pela contribuição de todxs xs assentadxs. Com isso, suspendeu-se o uso de agroquímicos e a adubação dos cultivos passou a se basear em compostagem e na utilização de esterco animal. Como destaca material de divulgação do Assentamento⁹⁸, a partir de 2005:

A agroecologia tornou-se a matriz produtiva do assentamento. A comunidade passou a ter selo orgânico, certificado pelo Instituto Bio Dinâmica (IBD). Foi implantada uma rede de sementes com agricultores tradicionais – indígenas, quilombolas e outrxs agricultorxs familiares de diversos estados brasileiros. Com o Instituto Cabruca e atualmente com o Instituto Biofábrica de Cacau, a produção de cacau aumentou de 12 arrobas por hectare para 93 arrobas por hectare, triplicando a produção. [Em 2012] A comunidade iniciou a produção do chocolate fino Terra Vista por meio da agricultura orgânica, com amêndoas tipo superior, de alta qualidade. O Rio Aliança foi reflorestado pelas famílias assentadas e foram realizados investimentos na piscicultura, na agroindústria processadora e beneficiadora de frutas da Mata Atlântica.

98 Op. Cit.



Fotografia 55: Vista do Assentamento antes da transição agroecológica – 1997/1999

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 56: Vista do Assentamento após a transição agroecológica – 2016

Fonte: Acervo do Assentamento Terra Vista



Fotografia 57: Chocolate orgânico produzido no Assentamento

Fonte: Acervo próprio

No que concerne aos objetivos deste trabalho, interessa-nos destacar dois aspectos específicos desta experiência do Assentamento Terra Vista, a saber (1) o caminho da concertação política como estratégia adotada pelos assentados para fins de promoção do desenvolvimento territorial local – conformando, desta maneira, o ambiente propício para a construção de variados projetos e parcerias (esta, sim, inquestionavelmente bem-sucedida) sejam elas com a institucionalidade do Estado, com instituições, Universidades ou com a sociedade civil de modo geral; e (2) o contexto regional em que se inscreve dita experiência, que revela as contradições que acompanham o atual processo de planejamento territorial de Estado e os horizontes (conflitantes) de desenvolvimento por ele delineados (seja em escala regional, nacional e/ou internacional).

Do ponto de vista do primeiro aspecto, ou seja, da estratégia de concertação política adotada pelos assentados como via para a construção do território a partir das suas prioridades de desenvolvimento, merecem destaque alguns projetos implementados desde o ATV. O primeiro deles são as **Jornadas de Agroecologia da Bahia**, evento que

tem o objetivo de “*contribuir com o empoderamento e auxiliar o desenvolvimento sustentável e socioeconômico dos povos e comunidades tradicionais residentes no território baiano em particular, mas, também brasileiro e latino-americano*”⁹⁹. Desde este ano o evento é promovido pelo Assentamento, e vêm se constituindo como espaço de afirmação do compromisso com o modo de vida agroecológico, articulando “*segmentos como acampamentos, assentamentos, quilombolas, indígenas, mestres e lideranças de tradição oral, pequenos produtores, estudantes, pesquisadores e profissionais em Agroecologia*”¹⁰⁰. As Jornadas reúnem em média 2.000 pessoas em cada edição, e já chegou à sua 5ª – realizada esta na cidade de Porto Seguro (Terra dos Pataxó), de 19 a 23 de abril de 2017¹⁰¹. A partir dos diálogos continuados desta I Jornada de Agroecologia, é formada a **Teia dos Povos**, “*um Movimento Agroecológico inserido nos movimentos e comunidades, promotor de mudanças para uma nova sociedade a partir da emancipação, autonomia e dignidade do ser humano, da Mãe Terra e das suas sementes*”, com o objetivo de “*traçar a agenda de ações anuais que auxiliam no desenvolvimento, empoderamento e emancipação das comunidades integradoras*”, tudo isso através do estabelecimento de parcerias e elos¹⁰².

Como afirma Solange, a Jornada de Agroecologia surge da tentativa de recuperação de conhecimentos ancestrais que haviam sido perdidos há muitos anos e também do esforço de promover diálogos não apenas com assentados de reforma agrária, mas também com outros povos, sobretudo indígenas e quilombolas. Na primeira Jornada estiveram reunidas quase 1.000 pessoas no Assentamento e, nos debates, discussões e plenárias, saiu a ideia e a necessidade de construção de uma Teia, que servisse como articulação entre os povos. Houve neste então uma confusão, um tumulto, sobre a criação de outro movimento, para além do MST. Ela explica que nesse sentido há uma clara consciência de que o Assentamento é fruto da luta deste/neste Movimento,

99 Ver: PORTAL TEIA DOS POVOS. **A Jornada de Agroecologia da Bahia**. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/jornada-de-agroecologia/>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

100 Ibid. Ver também: PORTAL TEIA DOS POVOS. **Carta da I Jornada de Agroecologia**. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/2013/12/12/carta-da-i-jornada-de-agroecologia/>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

101 PORTAL JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA. **Carta final da V Jornada de Agroecologia da Bahia**. Porto Seguro, 2017. Disponível em: <<http://jornadadeagroecologiadabahia.blogspot.com/2017/05/carta-final-da-v-jornada-de.html>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2017.

102 PORTAL TEIA DOS POVOS. **A Teia**. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/a-teia/>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

sendo esta uma identidade que não se perde dentro das articulações com outros povos. A Teia é uma articulação em torno da agroecologia, e dentro dela se pode travar diversos debates, como o da educação, do fortalecimento da aliança entre os povos, da soberania alimentar, do cultivo de sementes crioulas, indo-se, inclusive, de encontro às multinacionais e grandes empresas que se vão apropriando das sementes.

Nesse sentido, Joelson também esclarece que não se trata a Teia de mais um movimento social e que não tem esta premissa, a de se converter em movimento social¹⁰³. Trata-se, ela, de uma articulação que aproxima movimentos sociais distintos, instituições, estudantes, professores, universidades... Uma articulação para, em torno dos três pilares ou premissas centrais, gerar uma hegemonia para além do capital. Formada por todos aqueles e todas aquelas que lutam na esperança de contrapor o capital são com quem se busca compartilhar experiências, ideias e dialogar, na construção de um movimento nacional, e internacional se possível, nesta perspectiva contra-hegemônica. Em termos organizativos, explica, a Teia se tem estruturado por meio de (1) núcleos de base – constituídos por movimentos não organizados em termo de luta e de produção; (2) elos; e (3) jornadas de agroecologia, quando se realizam as grandes assembleias desta articulação. A Teia se constitui para ele, assim, enquanto espaço de construção do processo revolucionário brasileiro, que, segundo lhe parece, só será possível por meio de uma aliança negra, indígena e popular. A sua função é a de articular os movimentos, elos e núcleos de base nesta perspectiva.

A criação desta Teia dos Povos se deu, como indica Joelson, em parceria com a *Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais* do estado do Maranhão, adotando uma forma de organização em duas frentes principais, quais sejam (1) política, através de mobilizações e organizações desta natureza; e (2) econômica e social. Nesse sentido, tem-se para ela a transposição das premissas e pilares que sustentam o ATV, como o são a soberania alimentar, a educação e a geração de renda. Vão nesta direção projetos como o de recuperação e implantação de 400.000 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e cacau cabruca na Mata Atlântica da Bahia e o de criação de quatro grandes escolas (a do Arco, Flecha e Maracá, voltada às especificidades dos povos indígenas; a

¹⁰³ No contexto de criação da Teia dos Povos a partir da experiência do Assentamento Terra Vista, houve tensionamento e crítica da direção do MST, por achar que esta iniciativa caminhava para se estabelecer como movimento. Do ponto de vista da realidade dos assentamentos, Joelson aponta que a articulação se justifica pela necessidade de atendimento a questões bem concretas, como o são a garantia da soberania alimentar; a geração de renda; e a construção de um projeto de educação emancipador, tudo isso pensando e repensando a categoria trabalho. Trabalhar para quê? Indaga... Tem de haver um significado.

das Águas, voltadas às comunidades de pescadoras e pescadores artesanais; a do Terreiro e do Tambor, voltadas às comunidades dos povos quilombolas; e a da Floresta, do Cacau e do Chocolate, que se articula com as outras através de princípios econômicos para além do capital). Esta última escola, segundo aponta o membro da coordenação do ATV, dirige-se, mais amplamente, à construção de uma unidade latino-americana que inclua a questão étnico-racial, através do potencial integrador do cacau entre os países da região, tecendo com isso uma aliança negra, indígena e popular – setores da sociedade estes que estão historicamente mais diretamente ligados a dita produção.

Assim, além das Jornadas, são realizadas outras atividades no âmbito da Teia dos Povos, como **Marchas**¹⁰⁴, a participação e organização de **Mutirões**¹⁰⁵ e encontros – a exemplo do **Encontro de Mulheres da Teia**, atualmente em sua segunda edição¹⁰⁶. Em parceria com o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA)¹⁰⁷, a Teia dos Povos inicia em 2017 o **projeto de recuperação e implantação de 400.000 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e cacau cabruca**¹⁰⁸ na Mata Atlântica da Bahia,

104 Ver: PORTAL TEIA DOS POVOS. **Solidariedade e Diálogo – II Marcha da Teia dos Povos**. Setembro, 2016. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/2016/09/26/solidariedade-e-dialogo-ii-marcha-da-teia-dos-povos/>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

105 Ver: PORTAL TEIA DOS POVOS. **Mutirão em Defesa da Mata Atlântica da Teia dos Povos**. Dezembro, 2017. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/2017/12/12/mutirao-em-defesa-da-mata-atlantica-da-teia-dos-povos/>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

106 Ver: PORTAL UFSB. **II Encontro de Mulheres da Teia**. Março, 2018. Disponível em: <<https://www.ufsb.edu.br/i hac/ultimas-noticias/96-ii-encontro-de-mulheres-da-teia>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

107 “os consórcios públicos, enquanto entidade de abrangência territorial, passam a ser considerados pelo governo estadual uma alternativa para a resolução de problemas comuns entre os municípios, o fortalecimento das relações interfederativas, além de proporcionar a retomada da perspectiva do desenvolvimento regional. A estratégia estadual de apoio à formação dos consórcios públicos está fundamentada nas seguintes premissas: criação de Consórcios multifinalitários, por considerar inviável a formação de diversos consórcios temáticos, tanto em termos de gestão quanto econômicos; adoção do Território de identidade como regionalização de referência, visto que são unidades de planejamento das políticas públicas do estado; incorporação do Controle social na estrutura administrativa do Consórcio, através de Conselho Consultivo, composto de representantes de amplos segmentos da sociedade civil”. Ver: CARVALHO, S. M. L. de; XAVIER, T. dos. S.; PINTO, F. L. B. **Trajetória dos consórcios públicos baianos: oportunidades e desafios para uma política de desenvolvimento territorial**. IX congresso CONSAD de Gestão Pública: Brasília, 2016, p. 5. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-36-02.pdf>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

108 “Cacau-Cabruca é um sistema ecológico de cultivo agroflorestal. Baseia-se na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico, implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações mesológicas com os sistemas remanescentes”. Ver: PORTAL CEPLAC. **Cacau-Cabruca – um modelo sustentável de agricultura tropical**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/sistema_agro.htm>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

através do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social da Mata Atlântica, lançado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) em fevereiro do mesmo ano¹⁰⁹.



Fotografia 58: II Marcha de solidariedade da Teia dos Povos com o Povo Tupinambá

Fonte: PORTAL TEIA DOS POVOS. Disponível em:
<<http://teiadospovos.redelivre.org.br/2016/09/26/solidariedade-e-dialogo-ii-marcha-da-teia-dos-povos/>>.
Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

¹⁰⁹ PORTAL SDR-BA. **Programa de Desenvolvimento Econômico e Social da Mata Atlântica é lançado neste sábado.** Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/2017/02/1415/Programa-de-Desenvolvimento-Economico-e-Social-da-Mata-Atlantica-e-lancado-neste-sabado.html>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.



Fotografia 59: I Mutirão dos Territórios do Baixo Sul – Comunidade de Graciosa - Março, 2016

Fonte: Comunidade de Graciosa. **Em defesa do Território Pesqueiro.** Disponível em: <https://www.facebook.com/Graciosa.comunidade.pesqueira/photos/a.1709771285707947/1709805549037854/?type=3&theater>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.



Figura 22: II Encontro de Mulheres da Teia – 2018

Fonte: PORTAL UFSB. Disponível em: <<https://www.ufsb.edu.br/ihac/ultimas-noticias/96-ii-encontro-de-mulheres-da-teia>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

Desde 2013, a TEIA dos Povos e o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA) vêm construindo um programa de recuperação de 200 mil hectares de Cacau Cabruca e implantação de outros 200 mil hectares de Sistemas Agroflorestais. Serão 92 municípios contemplados com a revitalização e ampliação de uma grande economia de base na Mata Atlântica.

O projeto visa proteger o bioma Mata Atlântica no estado da Bahia, conservando as espécies nativas de plantas e a fauna e construindo um bem viver para os povos da floresta, os extrativistas, assentados da reforma agrária, pequenos e médios agricultores familiares e todos aqueles que acreditam no potencial do Cacau Cabruca..

O programa será executado nos próximos 8 anos, alavancando projetos de educação, inovação tecnológica e agroindustrialização, unificados com o turismo e a valorização da cultura e dos ativos regionais dos territórios inseridos no Sistema Cabruca, que na Bahia compõe o bioma Mata Atlântica, do Recôncavo ao Extremo Sul do estado.

“O que nos une é maior do que o que nos separa”

TEIA
DOS POVOS

CIMA
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA

Figura 23: Programa de Desenvolvimento Econômico e Social da Mata Atlântica – Teia dos Povos / CIMA

Fonte: PORTAL TEIA DOS POVOS. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/files/2017/02/Panfleto-01.jpg>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019

Através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Assentamento conta com um

curso de Engenharia Agrônômica com ênfase em Agroecologia (bacharelado), que teve a primeira turma, com 39 estudantes oriundos de assentamentos, formada em 2013, no Centro Integrado Florestan Fernandes¹¹⁰. Ainda através do Pronera, em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), é oferecido no Assentamento o **curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Agroecologia Aplicada à Agricultura Familiar**, nos moldes de Residência Agrária, instalado aí no ano de 2013. A primeira turma, composta por 37 estudantes provenientes de assentamentos de reforma agrária e prestadores de assistência técnica a trabalhadores de assentados e agricultores familiares, foi formada no ano de 2015, tendo o curso contado com a parceria, ademais, do Instituto Federal Baiano (IFBaiano) – campus Uruçuca¹¹¹. Finalmente, em setembro de 2018, é inaugurada no Assentamento, pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, a **Fábrica Escola do Chocolate – Unidade Litoral Sul**. O projeto é implantado em apoio ao Centro de Educação Profissional já existente na comunidade e deve funcionar com um laboratório para os estudantes dos cursos técnicos de nível médio, através da realização de aulas práticas, projetos, pesquisas e intervenções sociais que visem ao aperfeiçoamento da formação profissional nas áreas de Agroindústria e Alimentos. Além disso, acompanha o projeto a proposta de abertura do espaço à comunidade como um todo, através da oferta de capacitações e certificações de trabalhadores, bem como para beneficiamento do cacau produzido. A unidade é a 3ª de mesma natureza implantada na região sul do estado¹¹².

110 PORTAL INCRA. **Engenheiros agrônomos filhos de assentados são graduados na Bahia**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/engenheiros-agronomos-filhos-de-assentados-sao-graduados-na-bahia>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

111 PORTAL UESC. **UESC entrega títulos aos primeiros especialistas em Agroecologia pelo Pronera**. Disponível em: <http://www.uesc.br/noticias/?acao=exibir&cod_noticia=3247>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

112 Ver: PORTAL UNA NEWS. **Arataca: Secretaria da Educação do Estado implanta Fábrica-Escola do Chocolate**. Disponível em: <<https://unanews.com.br/2018/09/arataca-secretaria-da-educacao-do-estado-implanta-fabrica-escola-do-chocolate.html>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.



Fotografia 60: Fábrica-Escola de Chocolate em processo de implantação - Assentamento Terra Vista, maio de 2018

Fonte: Acervo próprio

Do ponto de vista do segundo aspecto que nos interessa destacar no tocante ao Assentamento Terra Vista e, portanto, da dinâmica mais ampla em que se inscreve, tem-se, a partir do ano de 2013, a adoção pelo Estado da Bahia do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/BA) como instrumento de planejamento, gestão e ordenamento territorial de caráter estratégico, em cujos critérios e diretrizes passam a ser baseadas as políticas públicas estaduais dirigidas à promoção do que estabelece enquanto “desenvolvimento socioeconômico sustentável e bem-estar da população”. Estabelecido mediante o Decreto nº 14530 de 04 de junho do referido ano¹¹³, em seu Artigo 27-B fica definido que o ZEE/BA tem o objetivo de:

orientar o planejamento, a gestão, as atividades e as decisões do poder público, do setor privado e da sociedade em geral, relacionadas ao uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações do meio físico, biótico e socioeconômico, visando a implementação prática do desenvolvimento sustentável.

113 PORTAL LEGISWEB. Decreto nº 14530 de 04 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=255024>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

A elaboração de dito Zoneamento, segundo é definido pelo Decreto, fica a critério de uma equipe técnica designada, responsável por esboçar uma versão preliminar, que terá a sua aprovação após ser apresentada e discutida (1º) por órgãos e entidades da Administração Pública do estado, (2º) por setores da sociedade e do poder público em audiências públicas e (3º) pelos conselhos estaduais de políticas afins, para que então haja a *“sistematização pela equipe técnica das contribuições, observando a possibilidade de, no que couber, incorporá-las ao documento sistematizado do ZEE/BA”* (DECRETO nº 14530, inciso V do Art. 27-E). Nesse sentido, na versão preliminar de dito documento, tem-se a incorporação da região em que se encontra o Assentamento na Zona Ecológica-Econômica *27-Planaltos e Serra Pré-Litorâneas*. Esta região, segundo aponta estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), deverá ser significativamente impactada pela criação do Complexo Porto Sul/FIOL:

especialmente sobre a biodiversidade e na qualidade das águas, supressão de vegetação e remodelagem do relevo, que ocasionam redução de habitats, seccionamento de corredores de fauna, pressão sobre a biodiversidade e assoreamento das águas (SISTEMA FIEB, 2015)¹¹⁴.

ZONA 27: Planaltos e Serras Pré-Litorâneas

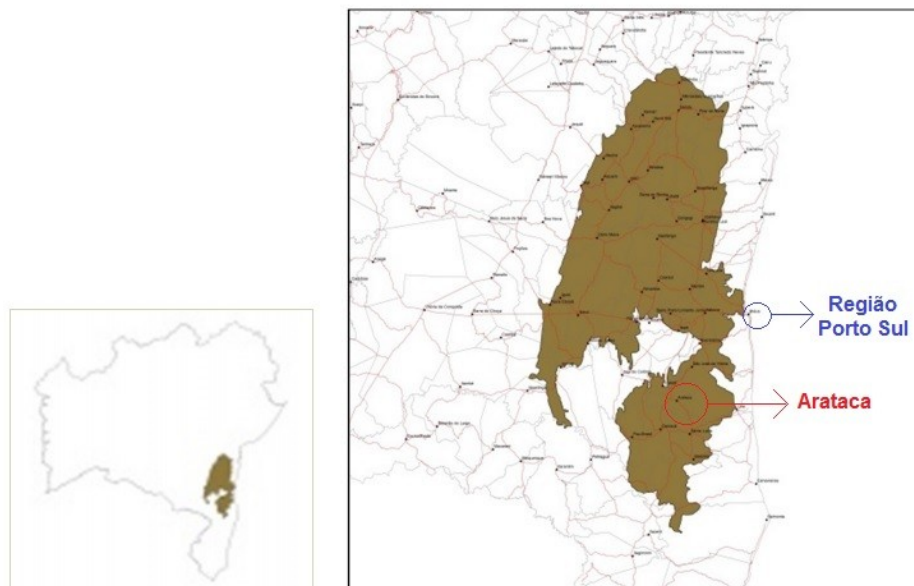


Figura 25: Localização do município de Arataca e da Região do Porto Sul na ZEE/BA – 27

Fonte: PORTAL ZEE/BA. Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar. Características Zona 27. [Adaptado]. Disponível em: <<http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2013/10/diretrizespdf/diretrizeszona27.pdf>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

Segundo o documento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do projeto¹¹⁵, o processo de implantação do “Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mineiro-Industrial da Região Cacaueira – Complexo Porto Sul”, surge enquanto demanda do Governo do Estado da Bahia, na gestão Jaques Wagner, para o escoamento da produção de minérios e de produtos agrícolas, promovendo a associação de empreendimentos vinculados à rota da siderurgia, agregando valor, assim, e ampliando as vantagens competitivas da economia do estado. A demanda surge no mesmo contexto em que o Brasil, nas últimas décadas, vai se consolidando como grande exportador de *commodities* no cenário internacional, basicamente de minérios e grãos agrícolas. Contexto este de aumento das demandas internacionais, sobretudo dos mercados asiáticos emergentes, oferecendo novas oportunidades de negócio para os países com

115 GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/CENTRO DE TECNOLOGIA (CT/UFRJ). **Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mineiro-Industrial da Região Cacaueira – COMPLEXO PORTO SUL [Produto 2: Marco Referencial e Quadro de Referência Estratégico]**. Instituto do Meio Ambiente [atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA]/Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA): Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/AAE_PortoSul_Produto_2_Porto_Sul_Final_Marco_Referencia_l.pdf>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

capacidade de produtiva.



- Aceleração dos fluxos econômicos e informacionais**
- Maior importância do mercado interno**
- Redistribuição da renda**
- Maior pressão sobre a infra estrutura**
- Limitações do poder municipal**

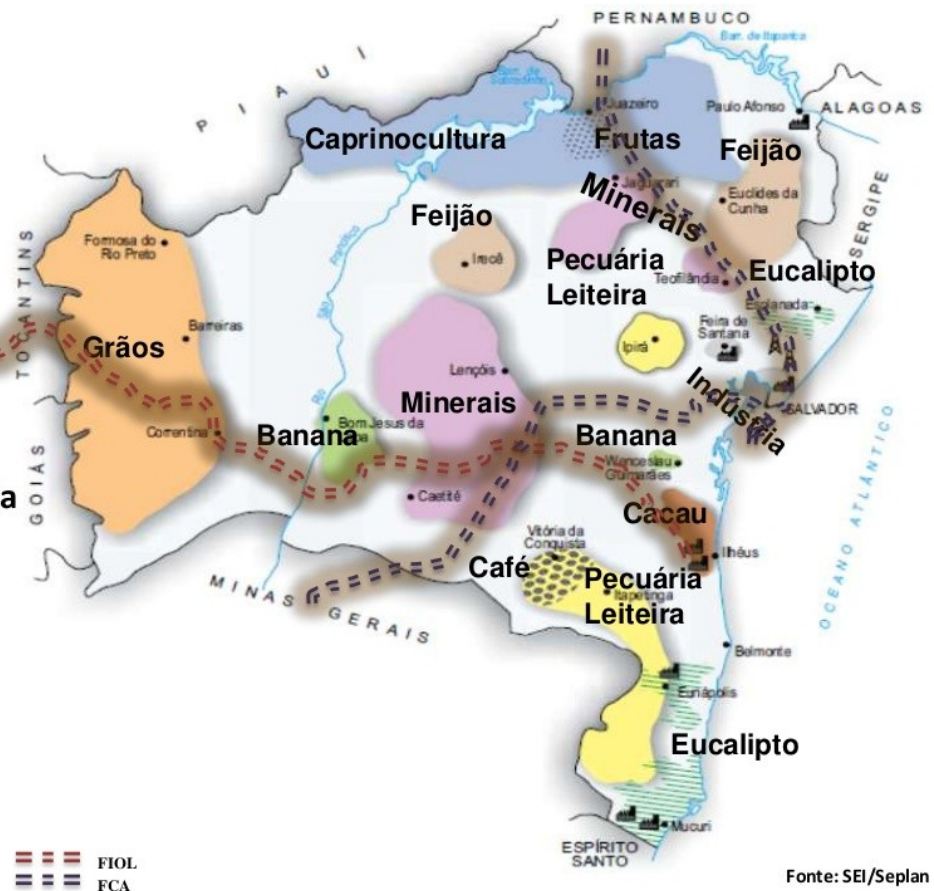


Figura 26: Ordenamento Produtivo dos territórios baianos nos marcos do Planejamento Territorial do Estado - 2013

Fonte: Planejamento Territorial do Estado da Bahia [Apresentação do então Secretário do Planejamento José Sérgio Gabrielli de Azevedo]. Publicada em maio de 2013. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/romeutemporal/planejamento-territorial-do-estado-da-bahia-0205>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019.

Ainda segundo o documento, o objetivo do governo com a criação do Complexo Porto Sul é a correção das carências de infraestrutura do estado, e interligar, dentro de uma nova estratégia logística, as áreas produtoras de grãos do oeste e as reservas de ferro do sudoeste a uma estrutura portuária que permita o escoamento de grandes volumes. Parte do projeto, assim, passa por converter a cidade de Ilhéus – base para a instalação do Porto Sul – numa Zona de Processamento de Exportações (ZPE), como estratégia de apropriação local do valor agregado sobre as produções primárias, buscando evitar que os investimentos ao projeto sirva tão somente ao envio de *commodities* para o mercado mundial (AAE, 2008).

Com efeito, o projeto de criação de uma Zona de Processamento para Exportação em Ilhéus existe pelo menos desde o final da década de 1980, quando foi aprovado mediante Decreto nº 97.703 de 28 de abril de 1989 no governo José Sarney¹¹⁶, sob a administração da empresa ZPE Bahia S.A., numa área então prevista de 225 hectares¹¹⁷. O projeto, que passou por atualizações desde então – atraindo, inclusive, o interesse de empresários chineses –, encontra-se atualmente em fase de implantação, com previsão de conclusão para dezembro de 2019¹¹⁸. A Zona apoia-se em obras de infraestrutura com a construção em andamento na região, como é o caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e do Porto Sul, ambas ligadas à iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).



Figura 27: Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Ilhéus – Bahia

Fonte: PORTAL MDIC. **ZPE BAHIA – Zona de Processamento de Exportação.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/czpe/Eventos/ZPE_Agroneg%C3%B3cio/ZPE_de_Ilh%C3%A9us_caracter%C3%Adsticas_e_oportunidades_de_investimento_ZPE_de_Ilh%C3%A9us_Ot%C3%A1vio_Pimentel.pdf>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

As obras integram o *Grupo 08 – Conexão Ferroviária Porto Velho – Nordeste Meridional do Brasil* do Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) do Amazonas de dita iniciativa, grupo este que cumpre a função estratégica de reduzir os custos logísticos

116 PORTAL PLANALTO. **Decreto nº 97.703 de 28 de abril de 1989.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97703.htm>. Último acesso em 13 de janeiro de 2009.

117 PORTAL MDIC. **ZPE – Zonas de Processamento de Exportação (Situação Atual).** Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE): Setembro, 2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1412792231.pdf>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

118 PORTAL ABRAZPE. **Aprovado o plano de trabalho da ZPE de Ilhéus.** Disponível em: <<http://www.abrazpe.org.br/index.php/2018/09/05/aprovado-o-plano-de-trabalho-da-zpe-de-ilheus/>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

vinculados à distribuição de produtos e ao abastecimento de insumos, facilitando o acesso aos mercados regionais e aos portos dos oceanos Atlântico e Pacífico, incentivando, para tanto, o modal ferroviário de transporte¹¹⁹.

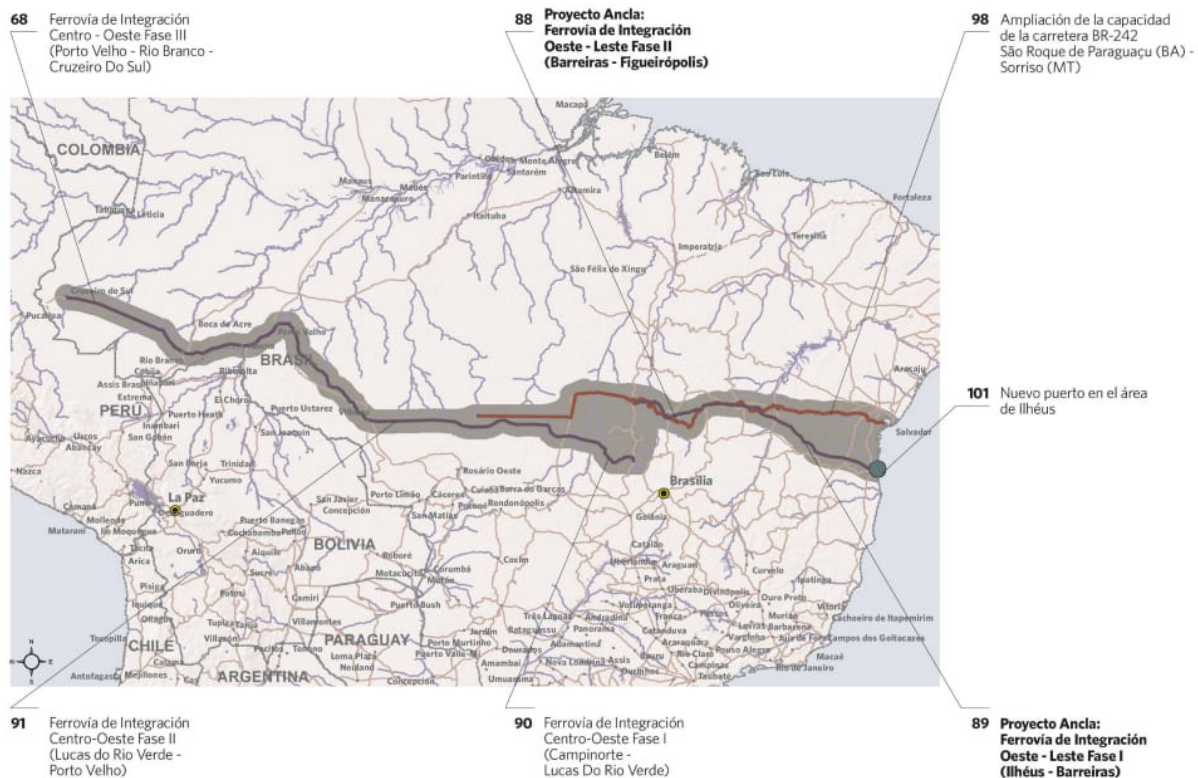


Figura 28: Projetos do Grupo 08 do Eixo de Integração e Desenvolvimento do Amazonas da IIRSA

Fonte: PORTAL IIRSA. Ficha do Grupo 08. Disponível em:

<https://www.geosur.info/geosur/iirsa/pdf/es/q8_ama.jpg>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

O projeto âncora do Grupo – em torno do qual este é conformado e que viabiliza a sinergia entre os diversos projetos que lhe compõem – é a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), que terá aproximadamente 1.527 km de extensão e ligará o futuro porto de Ilhéus à cidade de Figueirópolis (TO), ponto no qual se conectará à Ferrovia Norte-Sul (FNS)¹²⁰. O projeto está dividido em dois trechos, sendo o primeiro Ilhéus-Barreiras (FIOL FASE I) e o segundo Barreiras-Figueirópolis (FIOL FASE II). Embora os projetos (tanto a FIOL quanto o Porto Sul) estejam integrados à IIRSA sob a coordenação do Ministério do

¹¹⁹ Ver: PORTAL IIRSA. **Ficha do Grupo 08**. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/proyectos/FichaGrupo.aspx?h=49>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

¹²⁰ A FNS cortará os estados brasileiros do Maranhão, Tocantins e Goiás, partindo de Açailândia (MA) até Anápolis (GO). Ver: VALEC. **Ferrovia Norte-Sul**. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-norte-sul>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

Planejamento e a responsabilidade do Ministério de Transporte, a construção da FIOLE está concessionada à *VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.*, “*uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, nos termos previstos na Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008*”, que cumpre a função social de construção e exploração de infraestrutura ferroviária no país (PORTAL VALEC, 2019)¹²¹. Além da FIOLE e da FNS, Está projetada, ademais, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), que cresce a partir da FNS chegando até a cidade de Boqueirão da Esperança, no estado do Acre. Juntas, estas ferrovias além de atender as regiões já consolidadas do agronegócio do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, apoiarão a criação da última fronteira agrícola do país, que envolve partes dos estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e da Bahia (MaToPiBa).

¹²¹ Ver: PORTAL VALEC. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/a-valec/institucional/quem-somos>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.



Figura 29: Mapa base das ferrovias da VALEC – Brasil [adaptado].

Fonte: PORTAL VALEC. Mapa das ferrovias. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/images/ferrovias-mapas/mapa-principal/mapa-base.jpg>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

Nesses termos, a FIOF se materializa enquanto projeto geoestratégico nacional, e, na Bahia, se apresenta enquanto importante corredor de escoamento de minério do sul do estado (nas regiões de Caetitê e Tanhaçu) e de grãos do oeste. Seu objetivo, segundo a empresa, é o de estabelecer alternativas mais econômicas para tais fluxos de carga – e outros de longa distância –, interligar a malha ferroviária brasileira, favorecendo a multimodalidade e os investimentos no seu entorno, propondo uma nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de minérios por meio do terminal portuário de Ilhéus (PORTAL VALEC, 2019). O investimento total previsto para a

construção é da ordem de R\$ 6,4 bilhões. O trecho Barreiras-Figueirópolis se encontra em fase de pré-execução, enquanto o trecho 1 (Ilhéus-Caetité) está em fase de conclusão, no âmbito, agora, do “*Programa Avançar*”, lançado pelo Governo Federal na gestão Michel Temer em 2017¹²².



Figura 30: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)

Fonte: PORTAL VALEC. **A Ferrovia de Integração Oeste-Leste**. Disponível em:

<<http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/a-ferrovia-de-integracao-oeste-leste>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

A criação do Porto Sul, por fim, se inscreve nessa estratégia de escoamento de cargas trazidas pela FIOL, tanto da região produtora de grãos (Barreiras) quanto da região produtora de minérios (Caetité). Para tanto está prevista a construção de dois novos terminais portuários (Anúncio Público nº 016/2013), através de Sociedade de Propósito Específico (SPE), onde o Estado da Bahia será sócio minoritário junto com outras empresas privadas. Serão eles o Terminal de Uso Privativo (TUP) Porto Sul e o TUP BAMIN¹²³, realizados mediante dois distintos contratos de adesão com investimento

122 Ver: PORTAL AVANÇAR. **Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA e Ponte sobre o Rio São Francisco**. Disponível em: <<https://avancar.gov.br/avancar-web/empreendimentos/91744/visualizar?ref=busca>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

123 Com seu principal foco na mesma região marcada pelos conflitos fundiários no estado, a região de Caetité/BA, a Empresa Bahia Mineração, através do “*empreendimento denominado Projeto Pedra de Ferro pretende produzir 18 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, ser uma das mineradoras mais modernas do mundo e contribuir para transformar a Bahia no terceiro maior produtor de minério de ferro do Brasil*”. Sediada em Salvador e com escritórios estratégicos nas cidades de Ilhéus e Belo Horizonte (MG), a empresa tem as suas ações controladas pelo “*Eurasian Resources Group (ERG), um dos principais produtores de recursos naturais que incorporou os ativos da ENRC (Eurasian Natural Resources Corporation)*”. Ver: PORTAL BAMIN. Quem somos/Onde estamos/Acionista. Disponível em: <<https://www.bamin.com.br/index.php>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019. Ver também: MAPA DE CONFLITOS. **BA – Comunidades lutam para reivindicar seus direitos e acelerar os processos de certificação e titulação de terras, contra especulação e energia eólica**. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ba-comunidades-lutam-para-reivindicar-seus-direitos-e-acelerar-os-processos-de-certificacao-e-de-titulacao-de-terras-contr-especulacao-e-energia-eolica>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

privado: (1) contrato de adesão 03/2014 da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) com o Governo do Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, para construção de terminal de uso privativo; e (2) contrato de adesão 03/2014 da SEP-PR e ANTAQ com a Empresa Bahia Mineração, pessoa jurídica de direito privado. Para o projeto, que se encontra em fase de pré-execução e já conta com estudos de viabilidade (EVTEA), estudo de carga e licença ambiental, se prevê o investimento privado/corporativo da ordem de R\$ 5,6 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões para o TUP do Governo da Bahia e R\$ 2 bilhões para o TUP da BAMIN (IIRSA, 2019)¹²⁴.



Figura 31: Ilustração do futuro Porto de Ilhéus

Fonte: PORTAL MDIC. **ZPE BAHIA – Zona de Processamento de Exportação.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/czpe/Eventos/ZPE_Agroneg%C3%B3cio/ZPE_de_Ilh%C3%A9us_caracter%C3%Adsticas_e_oportunidades_de_investimento_ZPE_de_Ilh%C3%A9us_Ot%C3%A1vio_Pimentel.pdf>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

Todos estes projetos estão no bojo da instituição da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), que entrou em vigência no ano de 2014, enquanto política de Estado na Bahia, firmada em suas diretrizes e princípios através da Lei 13.214. A iniciativa legítima e

¹²⁴ PORTAL IIRSA. **Ficha del Proyecto – Nuevo Puerto en el área de Ilhéus.** Disponível em: <http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1404#>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

acompanha o movimento de busca pela promoção do desenvolvimento do espaço rural que emerge no âmbito da questão agrária no país, ao mesmo tempo que a amplia, ao adicionar ao escopo das políticas problemáticas e agentes sociais próprios do espaço urbano (SANTOS & OLIVEIRA, 2015). Esta política, que nacionalmente tem origem no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário no ano de 2003, é estruturada no estado tomando como base o processo de regionalização institucional que substitui a abordagem estritamente econômica do conceito de região por uma abordagem sociocultural, representada pelos Territórios de Identidade (SERPA, 2015).

Neste sentido, um dos objetivos centrais da PDT do Estado da Bahia é a promoção de um desenvolvimento territorial que seja democrático, sustentável e solidário, capaz de promover a descentralização dos recursos da capital e da sua região metropolitana, combatendo a desigualdade que ainda caracteriza o estado. Para tanto, estão nela previstos diversos instrumentos, dentre os quais se destaca o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) que, vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), se apresenta enquanto mecanismo de fundamentação da gestão participativa dos territórios, através do qual se espera fortalecer a inclusão e a participação social (SEPLAN, n.d.)¹²⁵.

Refletindo sobre este processo de desenvolvimento territorial institucional de Estado e os aportes feitos por meio dele à experiência de desenvolvimento territorial local do Assentamento Terra Vista, a professora Guiomar define os define enquanto “migalhas” - especialmente quando se compara às ações de apoio ao agronegócio em volume de recursos, observando a ambiguidade da ação do Estado ao representar os interesses de um setor hegemônico. E é a partir desta consideração que ela discute a questão da criação da PDT a partir da sua experiência de trabalho na antiga Região Econômica do Médio São Francisco, convertido, a partir da PDT, em Território do Velho Chico – território com as maiores extensões de terra e o maior número de famílias do estado. Segundo aponta, a proposta política de desenvolvimento territorial se implanta descolada do território, não levando em consideração o que existe neste território que ela está delimitando.

As contradições se manifestam, enfatiza, não apenas no tocante à delimitação dos territórios, mas no próprio nome “território de identidade”. Como explica, território, como categoria cara à geografia, já implica a consideração da questão do poder e, nesse

125 Ver: SEPLAN. **Política Territorial**. [online]. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>>. Último acesso em 31 de março de 2017.

sentido, a PDT se implanta acima do território e sobre ele paira, desconhecendo totalmente como se dão as relações de poder nessa área em que se insere. É uma regionalização de planejamento do Estado que recebe a denominação de território de identidade, tentando identificar quais são essas identidades, mas que não chega nenhum momento a se questionar como estas identidades estão territorializadas: como estão neste chão em que se ancoram e de quem é este chão. Em outras palavras, salienta, a política populariza e simplifica esta noção de território, tirando-lhe a sua força; utiliza e populariza o conceito de identidade despolitizando-a, sobretudo porque se se pensa identidades como “quilombola”, comunidades de “fundo e fecho de pasto”... todos estes grupos sociais extrativistas que têm uma identidade constituída em seu processo de vida, mas que se afirma quando elas precisam lutar para defender seus territórios e modos de vida. Identidade, segundo ressalta, é antes de tudo política.

Não se pode esquecer, conforme se lhe afigura, que a PDT permite (1) uma alocação de recursos mais discutida com o entorno; onde é mais viável aplicar determinados recursos; (2) possibilita a construção de solidariedades entre os poderes (municipal, estadual e até nacional); (3) cria possibilidades de manifestação dos grupos constituídos na sociedade através de uma estrutura de representação nos Conselhos Territoriais¹²⁶... Mas, questiona ela, são, de fato, efetivos os espaços dos Conselhos para a definição da alocação dos recursos? Conforme responde, seja pelas formas de participação e representação nos Conselhos, seja pela forma de disputa pelos recursos (por meio de editais), se compromete a capacidade de acesso de movimentos e pessoas em geral – espaço no qual se desaparece também a questão da reforma agrária. Para ela, enfim, ao mesmo tempo em que a implantação da PDT e dos Conselhos Territoriais inauguram no estado uma nova experiência ou a posta em prática de novos recursos de planejamento de Estado, estabelecendo a possibilidade de arranjos e concertações distintas, tem-se que as decisões de poder não passam necessariamente por estes espaços como, se deu, por exemplo, no caso do Conselho Territorial do Litoral Sul com projetos como o Porto Sul e a FIOLE.

126 Sobre os Conselhos Territoriais, ver: PORTAL SEPLAN. **Política Territorial**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55> >. Último acesso em 12 de maio de 2019.

PARTE 2

TEÓRICA

ESCALAS PARA UMA ANÁLISE DE ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA

2.1. Introdução

Buscaremos, nesta parte do trabalho, estabelecer um *corpus* teórico, um modelo de análise que favoreça a compreensão da dinâmica contemporânea de expansão do capital no espaço/tempo do sistema-mundo moderno/colonial¹²⁷. Sobretudo os elementos históricos e conceituais que tratam de explicar a inserção subordinada da América Latina na economia-mundo capitalista, bem como as implicações sociopolíticas desse processo e suas atuais problemáticas-chave. Privilegia-se nesse estudo uma abordagem interdisciplinar situada no campo das Humanidades, no esforço de articular reflexões que levam em conta em suas formulações a natureza contraditória e conflitiva do sistema econômico capitalista em algumas das suas escalas de abrangência¹²⁸, assim como os consequentes desafios que adiciona ao caminho de construção de um horizonte político de autonomia e justiça social na região.

Partimos do pressuposto de que o capitalismo, mais do que um sistema econômico, corresponde a um tipo de sociedade e que, portanto, a compreensão das lógicas que orientam a sua expansão enquanto tal implica o esforço não somente de recomposição da sua história “factual” ou dos traços que lhes são estruturais enquanto sistema econômico-produtivo, mas também um exame de natureza epistemológica: das teorias, dos sentidos, das visões que condicionam a sua abordagem, bem como das relações sociais que estas composições engendraram/engendram.

No que concerne à América Latina, nesse sentido, a tarefa aqui empreendida expressa o esforço de se considerar criticamente as implicações geopolíticas dos discursos que a localizam numa posição subordinada no sistema-mundo. Discursos que, de modo geral, têm as suas raízes, conforme aponta Agnew (2005), fundadas no

127 Sistema-mundo moderno/colonial é uma metáfora empregada por Walter Mignolo (2005) para pensar questões relativas à geopolítica da América Latina tomando como referência fundamental o passado colonial que a institui enquanto tal e os efeitos desse processo na contemporaneidade – sobretudo aqueles que tocam a questão da produção de conhecimento na/sobre a região. Embora parta da noção de sistema-mundo moderno, proposta por Immanuel Wallerstein e dialogue com a reconstrução feita por Giovanni Arrighi da história do capitalismo, o autor se distancia dessas elaborações, na medida em que incorpora em suas análises a colonialidade do poder (QUIJANO, 1998) e a diferença colonial (MIGNOLO, 2000). Nesse sentido, sustenta: “A metáfora tem a vantagem de convocar um quadro histórico e relacional de reflexões que escapam à ideologia nacional sob a qual foi forjado o imaginário continental e subcontinental, tanto na Europa quanto nas Américas, nos últimos duzentos anos” (MIGNOLO, 2005, p.36).

128 Brandão (p. 165, 2009) lembra que “entre as transformações sistêmicas no capitalismo e suas repercussões no território, não há determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações teóricas e históricas delicadas entre essas duas dinâmicas”.

imaginário da “descoberta” europeia da totalidade do mundo. O autor alerta para a necessidade de se ter em conta que este imaginário baseia-se numa

imposición práctica construida históricamente sobre un mundo complejo y diverso, que es más acertado interpretar como un mosaico de lugares vinculados y diferenciados de diversas formas que como un simple reflejo de la disputa de «identidades» e «intereses» geopolíticos de Estados que se han convertido en fetiches (Agnew, 2005: p. 93).

Assim, se reconhecemos a importância de compreender os processos econômicos bem como as visões e teorias que, desde as Grandes Navegações, trataram de “fundar” e situar a América Latina no complexo jogo de poder que, de hegemonia em hegemonia, vai configurando e caracterizando as relações internacionais, buscamos aqui reunir um arcabouço teórico que favoreça a visualização da dinâmica do capital em algumas das escalas em que se manifesta e, portanto, permita a emergência de outras lógicas organizativas da vida nos territórios que constituem essa totalidade a que chamamos América Latina.

Do ponto de vista metodológico, o primeiro movimento será o de definir as escalas espaciais a partir das quais abordaremos a dinâmica de expansão do capital na região. Vista como “*um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares*” (BRANDÃO, 2009, p. 172), as escalas espaciais serão definidas aqui a partir das contradições que se expressam na dinâmica de expansão do capital, mais precisamente aquelas concernentes aos cenários da Economia-Mundo Capitalista, do Estado e da Política (Pluri)nacionais, bem como aquelas ligadas ao processo de Territorialização do capital, através da Produção Capitalista do Espaço. Este recurso nos parece imprescindível para a compreensão dos casos específicos que dão sentido e justificam este trabalho – fenômenos e processos locais atravessados pela multiescalaridade –, na medida que se inscrevem em dinâmicas mais amplas, sejam elas regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

2.2. Escala de análise da Economia-Mundo Capitalista¹²⁹

2.2.1. Algumas considerações geopolíticas

Ao se tomar como ponto de partida os processos econômicos para o exame da inserção da América Latina no sistema-mundo, somos automaticamente remetidos a uma história que encontra o seu solo na Europa, bem como nos fenômenos sociopolíticos e culturais que, desde aí, impulsionaram o surgimento do capitalismo enquanto sistema econômico mundial. Uma história radicada no mundo do poder, da conquista e, por conseguinte, da guerra – de onde vem a “*força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista*” (FIORI, 2009, p. 161).

O desafio de compreensão da dinâmica de expansão do capital na América Latina passa, assim, pela necessidade de se considerar as implicações geopolíticas desse processo de expansão dos mercados, levado a cabo desde a Europa no final do século XV. Processo que, por um lado, inaugura um sistema-mundo configurado a partir da existência de *centros* - que se apoiam na instituição de uma aliança entre uma hegemonia burguesa nacional e um Estado que corresponde aos seus interesses – e de periferias – constituídas por países e regiões que têm a sua dinâmica interna condicionada à inserção subordinada no sistema econômico internacional, apresentando, assim, uma limitada capacidade para assumir internamente o controle sobre o processo de acumulação (AMIN, p. 83, 2005)¹³⁰. Por outro lado, deve-se ter em conta que a dominação colonial em que se apoiou dita expansão europeia engendrou ela mesma um “imaginário do sistema-mundo moderno/colonial” (MIGNOLO, 2005), surgido como efeito da:

129 Versão preliminar desta parte da dissertação apresentada no 4º *Seminário de Relações Internacionais*, ocorrido entre os dias 27 e 28 de setembro de 2018 na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, na cidade de Foz do Iguaçu. Evento organizado pela Associação Brasileira de Relações Internacionais. Ver: <<https://www.seminario2018.abri.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=3>>.

130 “*Por lo menos desde su reformulación por la teoría de la dependencia (sea en su vertiente radical cepalina o en la marxista), centro y periferia (o economías desarrolladas y economías dependientes, como lo señaló más exactamente esta teoría) son las dos caras de un único y mismo proceso: la expansión del capitalismo como sistema mundial, que a lo largo de su historia genera regiones y naciones diferenciadas del punto de vista de la capacidad de apropiarse de valor (el centro) y otras de ser despojadas de valor (la periferia). Estamos así frente a un asunto relacional, no sólo de posición geográfica (Norte-Sur) o de mayor o menor avance (primer mundo-tercer mundo), sino de destinos ligados, pero diferenciados, poniendo de manifiesto un sistema, el capitalista, que se despliega heterogeneizando los espacios territoriales y propiciando desigualdades de todo tipo*” (OSÓRIO, 2004, p. 142).

complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactadas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (MIGNOLO, 2005, p.7).

Esse imaginário é, pois, a base na qual estão alicerçadas as teorias e discursos que pensaram/pensam a América Latina como mera região marginal do mundo, que desumanizaram/desumanizam seus povos, que esvaziaram/esvaziam os seus espaços e territórios de vida, que ignoraram/ignoram as lógicas outras de organização da vida em sociedade que nela se apresenta. Nesse sentido, completa Cairo (2008: p. 234):

A Geopolítica é uma disciplina nascida na Europa, como tantas outras, mas que tem um viés eurocêntrico ainda maior que outras. Os autores anglo-saxões e alemães que desenharam a representação do espaço mundial dominante ao longo do século XX pensaram a América Latina como uma região de importância marginal no mundo, que sempre estava vinculada à área de influência da potência marítima (Mackinder), à pan-região centrada nos Estados Unidos (Haushofer), ou ao mundo livre (Kennan).

Dito de outro modo, toda produção de conhecimento é tributária de um espaço lógico que lhe antecipa, justifica e lhe confere sentido(s); toda produção de conhecimento se inscreve num universo linguístico-epistêmico que lhe outorga sentidos e valor e, portanto, também os modelos geopolíticos, ao forjarem determinadas representações do espaço, devem ser apreciados e situados nos termos de uma *geopolítica do conhecimento*. Esta compreensão produz borramentos na fronteira que separa o simbólico do real e adiciona ao processo de elaboração do presente trabalho o desafio de articular a análise histórica aos sistemas de pensamento que lhe são relativos, sem que percamos de vista o entendimento de tratar-se, esta, de uma tarefa sempre condicionada aos limites de uma subjetividade arraigada ao solo em que é gestada¹³¹.

131 Para Kusch (2000), vem do pensamento o gérmen primeiro dos contextos simbólicos que embalam a realidade e os fazeres cotidianos. Este entendimento sela para o filósofo a concepção do pensamento como uma resultante da intersecção entre o geográfico e o cultural, adicionando ao campo da filosofia a questão de se é possível se chegar a um pensamento que não esteja condicionado ao seu "solo". Desde esta perspectiva, o pensamento (como nós), condicionado à gravidade da terra e aos limites da própria cultura em que é gestado, ainda assim nos permite tocar o fio daquilo que é essencial em cada realidade no mesmo embalo que envolve os sentidos do nosso simples [nela] estar.

Trata-se mais precisamente da distinção entre os planos do real – dos acontecimentos, tal como se dão no mundo social-histórico, em sua complexidade; da tensão entre a natureza do fenômeno tal como manifesto e os limites próprios de quem percebe/conta; e do simbólico – dos valores, dos fundamentos ético-políticos que orientam quem escreve (CASTORIADIS, 1995). Isso traduz a urgência de se perceber a complexidade e a pluralidade de vozes componentes dessa sociedade hegemônica – que tem a sua pedra de toque no sistema econômico-produtivo que lhe constitui. A opção adotada aqui, neste sentido, passa pelo exame da natureza conflitiva e contraditória desse sistema econômico, privilegiando perspectivas teóricas sensíveis aos conflitos que este sistema comporta e aos processos de resistência que acompanham a sua expansão. Como lembra Souza (2013, p. 225), “*A reprodução do capital, por ser a reprodução ampliada de suas contradições, supõe a afirmação e a negação do capital. Estudá-la é tratá-la nos dois aspectos.*”

2.2.2. Sistema-Mundo e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação

A economia-mundo é definida por Wallerstein (1984) como um sistema econômico concreto e específico, que tem no século XV o seu marco inicial fundamental¹³², chegando até a contemporaneidade. A caracterização desse sistema é feita pelo autor tomando em conta a autonomia relativa da reprodução deste frente a forças externas, a existência de padrões passíveis de explicação na sua dinâmica interna, a sua natureza histórica, e o fato de que a lógica da sua dinâmica está condicionada e ajuda a explicar ela mesma as características que este sistema conserva. Como sistema, essa economia pode ser compreendida ainda, conforme salienta o autor, a partir das suas estruturas, que se manifestam ciclicamente, num ritmo expresso por meio de padrões repetitivos que respondem a tendências seculares desse sistema. Estas tendências apresentar-se-iam, assim, como o que, segundo aponta, alguns chamam de “turbulências de bifurcação” ou

¹³² “*Suas fronteiras espaciais incluíam originalmente a Europa (ou a maioria desta) e a América ibérica, mas eventualmente se estenderam para incluir todo o globo terrestre*” (WALLERSTEIN, 1984, p. 1). Jaime Osório (2004, p. 127) destaca que, para Wallerstein (2001), o processo de expansão e conformação do sistema capitalista mundial pode ser compreendido em três “momentos”, sendo o primeiro – período de sua criação original – entre 1450 e 1650, quando o sistema mundial moderno chegou a incluir a maior parte da Europa, exceto Rússia e o Império Otomano e algumas partes da América; um segundo, de grande expansão, entre 1750 e 1850, quando foram incorporados especialmente os impérios russo e otomano, Ásia meridional e partes da África ocidental e o restante da América; e um terceiro entre 1850 e 1900, quando principalmente a Ásia oriental, várias zonas do sudeste africano e a Oceania foram incorporadas à divisão internacional do trabalho.

“transformação de quantidade em qualidade” - o que define enquanto espécies de *ponto*, desde o qual se torna impossível a disposição de mecanismos capazes de restaurar ou reparar os deslocamentos estruturais do sistema.

A operacionalidade ou a concretude desse sistema reside para o autor no modo de produção capitalista, estruturado a partir de uma divisão social do trabalho e sustentado por uma superestrutura política formada por um conjunto superposto de Estados soberanos. Com a sua lógica marcadamente orientada à acumulação infinita, o sistema capitalista, na medida em que engendra um modo de produção baseado numa divisão específica do trabalho, estabelece as bases que alimentam a tensão centro/periferia, estruturadas a partir da troca desigual. A existência dos Estados soberanos nesse sistema encontra-se condicionada pela posição que ocupam na rede que é o sistema interestatal. Desde esta perspectiva, esse sistema tem o seu funcionamento organizado a partir da lógica de equilíbrio de poder, que atua como um mecanismo garantidor de que nenhum Estado poderá transformar o sistema em algum tipo de império mundial com suas fronteiras demarcadas pela própria divisão do trabalho (WALLERSTEIN, 1984).

O equilíbrio de poder não impede, todavia, o surgimento de Estados com projeção hegemônica nesse sistema. Esta hegemonia, aponta o autor, apresenta-se como efeito do desequilíbrio na permanente disputa entre o que seriam “superpotências”, cenário no qual uma potência específica tem o poder de em grande medida impor seus interesses e regras nos âmbitos econômico, militar, político, cultural e diplomático de outros países. Conforme salienta, a base material desse poder encontra-se (embora não apenas aí) na habilidade que possuem as empresas com sedes nessas potências de atuar mais eficientemente nas três principais áreas das economias nacionais dos países em que estão instaladas, quais sejam, a área de produção agro-industrial, a área de comércio e a de finanças. O conceito de hegemonia serviria para expressar, assim, as relações de rivalidade entre grandes potências, como “*um fenômeno que surge em circunstâncias que podem ser especificadas e cumpre um papel significativo no desenvolvimento histórico da economia-mundo capitalista*” (WALLERSTEIN, p.2, 1984).

É neste sentido, pois, que o autor destaca “*três instâncias de hegemonia*” na economia-mundo, a saber, a das Províncias Unidas (meados do século XVII), a do Reino Unido (meados do século XIX) e a dos Estados Unidos (meados do século XX), apresentando, ao mesmo tempo, os elementos que permitem aproximar estes três distintos fenômenos nos termos dos elementos que lhes são comuns. Tem-se, desse

modo, (1) uma sequência de conquista e perda de eficiência – denotando que a hegemonia pode ser compreendida como um período curto no qual determinada potência apresenta vantagem simultânea nas três áreas ou esferas da economia (agro-indústria, comércio e finanças); (2) a implementação de políticas e ideologias por parte da potência hegemônica (como o liberalismo global e o “livre fluxo” de fatores da produção na escala da economia-mundo); (3) a determinação do padrão do poderio mundial, elemento que é sustentado pelo autor no fato de que em cada um dos três casos a hegemonia fora consequência de uma guerra mundial de 30 anos¹³³; e (4) a reestruturação do sistema interestatal ensejada por cada uma destas guerras (Westfália, o Concerto da Europa, a Organização das Nações Unidas – ONU e Bretton Woods), alinhada à necessidade relativa de estabilidade da potência hegemônica emergente (WALLERSTEIN, p. 3, 1984).

O que se desvela para o autor, desse modo, é que o padrão de supremacia temporária e queda das potências hegemônicas no sistema interestatal figura como dimensão do papel crucial que cumpre o maquinário político na sustentação do capitalismo como modo de produção privilegiado na economia-mundo. Nesses termos, o capitalismo seria definido, num primeiro plano, pelo fluxo *parcialmente* livre dos fatores produtivos e, num segundo, pela interferência *seletiva* do aparato político no mercado¹³⁴. Nesse sentido, aponta:

O que define mais fundamentalmente o capitalismo é seu ímpeto pela acumulação infinita de capital. As interferências “selecionadas” são aquelas que avançam nesse processo de acumulação. Porém existem dois problemas com a “interferência”. Ela tem um custo e, portanto, o benefício de qualquer interferência é um benefício apenas na medida que estiver acima desse custo. As situações nas quais os benefícios estejam disponíveis sem a necessidade de nenhuma “interferência” são obviamente preferíveis, uma vez que minimizam o desconto dos custos daquela interferência. A interferência também sempre favorece um grupo de acumuladores em detrimento de outro, e este sempre procurará ir contra o primeiro. Essas duas considerações circunscrevem a política de hegemonia

133 “A Guerra Mundial Alfa seria a Guerra dos Trinta anos entre 1618 e 1648, quando os interesses holandeses triunfaram sobre os habsburgos na economia-mundo. A Guerra Mundial Beta foram as guerras napoleônicas entre 1792 e 1815, quando os interesses britânicos triunfaram sobre os franceses. A Guerra Mundial Gama foram as extensas guerras euro-asiáticas de 1914 a 1945, quando os interesses estadunidenses triunfaram sobre a Alemanha” (WALLERSTEIN, 1984, p. 3).

134 Wallerstein (1984, p. 4) aponta a existência de “dois mitos sobre o capitalismo disseminados por seus principais ideólogos (e estranhamente aceitos por seus críticos do século XIX). O primeiro é que o capitalismo é definido pelo livre fluxo dos fatores de produção. O segundo é definido pela não-interferência do aparato político no ‘mercado’”.

no sistema interestatal (WALLERSTEIN, p. 4, 1984).

Tal como sugere, esses custos provenientes da interferência estatal na economia, para qualquer empresa, podem ser sentidos de duas maneiras distintas. A primeira se dá em termos financeiros, na medida em que o Estado tem o poder de arrecadação de impostos diretos, através de pagamentos a ele feitos pelas empresas (afetando a taxa de lucro) e de impostos indiretos (podendo afetar a taxa de lucro, uma vez que interfere na competitividade de produtos determinados). A segunda está relacionada às regras que tem poder o Estado para decretar no tocante ao fluxo de capital, trabalho ou bens, podendo este estabelecer preços mínimos ou preços máximos¹³⁵. Assim, afirma Wallerstein (1984, p.5), o ajuste “*entre ímpeto competitivo e interferência estatal leva a acumulação de capital a uma pressão contínua*”, frente a qual tudo contribui para reforçar a sinergia, numa potência hegemônica, entre os planos empresarial, burocrático e – com determinado atraso, indica – o da classe trabalhadora. O sistema interestatal seria, desde esta perspectiva, a expressão mesma do ímpeto pela acumulação infinita de capital própria ao capitalismo, enquanto forma política por ele mesmo engendrada.

Para Arrighi (p. 14, 1996), a expansão do poder capitalista em curso desde o século XV está relacionada – para além da “competição interestatal pelo capital circulante” propugnada por Weber –, à criação de “*estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realiza a acumulação de capital em escala mundial*”. Num exame das condições sistêmicas em que tem efeito a reorganização da economia capitalista mundial em bases novas e mais amplas, o autor considera a clara percepção, difundida no campo intelectual, da última grande transformação por que passou a economia capitalista mundial. Segundo aponta, parecia predominar na década de 1970 o entendimento de que os processos de mudança na forma como funcionava o capitalismo em escala local e global estavam relacionados a uma realocação de tais processos, num deslocamento desde países e regiões de alta renda para os de baixa renda, enquanto nos anos 1980, por outro lado, parecia ocorrer novamente a centralização do capital em países e regiões de renda alta. De um jeito ou de outro, o autor afirma se verificar, a partir dos anos 1970, uma tendência de aumento da mobilidade geográfica do capital no

¹³⁵ Os custos, ainda que altos, poderão ser positivamente aproveitados por empresários específicos, caso a intervenção estatal venha a implicar em custos relativamente mais altos para a concorrência (WALLERSTEIN, 1984, p.5).

contexto da economia capitalista mundial, associada a mudanças ocorridas na organização dos processos de produção e troca (ARRIGHI, p. 1-2, 1996).

Partindo, assim, da ideia de “*expansão financeira como sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista*” (expansões financeiras reiteradas) posposta por Fernand Braudel – quem apresenta a “flexibilidade” e o “ecletismo” como características que essencialmente marcam o capitalismo durante toda a sua história, em lugar das formas concretas assumidas por este em espaços e tempos determinados –, Arrighi (1996) cria a noção de *ciclos sistêmicos de acumulação*, apresentada como uma derivação lógica da relação instrumental que estabelece o capitalismo com as dimensões do comércio e da produção¹³⁶. Nesse sentido, salienta, as expansões financeiras figurariam como uma espécie de *sintoma* de um cenário onde as negociações financeiras passam a atender mais eficientemente a necessidade de aumento do fluxo monetário que alimenta a acumulação capitalista do que, propriamente, os investimentos de moeda na expansão da produção e do comércio. E explica:

a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimentos e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um *completo ciclo sistêmico de acumulação* (DMD') (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Os ciclos sistêmicos seriam compostos, assim, por “*fases de mudanças contínuas*,

¹³⁶ A referência feita pelo autor a Braudel se dá na medida em que considera o capitalismo como “a camada superior ‘não especializada’ da hierarquia do mundo do comércio”. Nessa camada é que residiriam, como aponta, os “lucros em larga escala” obtidos não apenas através do “monopólio” das atividades econômicas mais lucrativas, como também pelo poder que dispõe, a classe capitalista, de contar com a necessária flexibilidade para “*deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação*” (ARRIGHI, 1996, p. 8).

que seguem uma via única, alternando-se com fases de mudanças descontínuas, que vão de uma via para outra”, onde as fases DM de expansão material constituir-se-iam por “fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma via única de desenvolvimento” e as fases MD’ de expansão financeira implicariam em “fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (ARRIGHI, 1996, p. 9). Em outras palavras:

As expansões e reestruturações da economia capitalista mundial têm ocorrido, antes, sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem posicionados para tirar proveito das consequências dos atos de outros agentes. O que entendemos como regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião sistêmico do fim da Idade Média, até a sua dimensão global (ARRIGHI, 1996, p.10).

É dessa maneira, pois, que o autor destaca a existência de quatro ciclos sistêmicos de acumulação, num esforço de identificar os padrões de recorrência e evolução que os aproximam, bem como aquilo que considera as anomalias da fase de expansão financeira do ciclo atual¹³⁷. Estes seriam (1) o ciclo genovês, que vai do século XV ao início do século XVII; (2) o ciclo holandês, que inicia no final do século XVI até passada a maior parte do século XVIII; (3) o ciclo britânico, que vai da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e (4) o ciclo norte-americano, que se estende do final do século XIX até a contemporaneidade (ARRIGHI, p. 6, 1996). O destaque dado pelo autor aí passa pelo papel do Estado nesse processo de conformação e crise de cada um dos ciclos sistêmicos de acumulação. Conforme aponta, o triunfo do capitalismo é função mesma do grau da sua identificação com o Estado, a quem, em cada crise dos ciclos de acumulação, coube controlar ou buscar controlar as mais abundantes fontes de capital,

¹³⁷ O caráter “anômalo” desta fase está relacionado para o autor ao fato de o capitalismo ter-se erguido “acima das estruturas da economia de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro” (ARRIGHI, 1996, p. 11).

tendendo, concomitantemente, a “*adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior*” (ARRIGHI, p. 14, 1996). Segundo argumenta, a concorrência interestatal se apresentou como um elemento crucial de toda e qualquer etapa de expansão financeira, assim como na criação de organizações governamentais e empresariais a fim de conduzir a economia mundial capitalista através de suas fases sucessivas de expansão material, contexto do qual emerge a noção de hegemonia mundial.

Para o autor, a hegemonia mundial seria, pois, expressão da capacidade que tem determinado Estado de exercício das “*funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas*” (ARRIGHI, p. 27, 1996). A partir da análise dos ciclos sistêmicos de acumulação, indica que o exercício da hegemonia sempre implicou em alguma forma de “*ação transformadora*” capaz de alterar o modo de funcionamento de tal sistema. A forma de poder expressa através do exercício da hegemonia assim, salienta, vai mais além da simples “*dominação*”, chegando mais bem a manifestar-se como um “*poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’*”. Na sua concepção de hegemonia, esta aparece como “*o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflito*” (ARRIGHI, 1996, p. 27-28), de modo que o exercício da hegemonia por parte de um Estado dominante no sistema interestatal manifestar-se-ia na medida em que este lidera os demais Estados numa direção correspondente aos seus interesses e, ao mesmo tempo, é encarado como se buscasse a concreção de interesses gerais¹³⁸.

Reiterando o fato, assim, de que o sistema mundial moderno formou-se e expandiu-se em consequência de recorrentes e profundas reestruturações sob a liderança e o governo de sucessivos Estados hegemônicos, Arrighi sustenta que a competição interestatal e interempresarial pode apresentar-se de distintas formas, o que tem implicações diretas no modo de funcionamento deste sistema – entendido pelo autor

138 O autor passa em revista a concepção de Maquiavel, para quem o poder aparece como uma combinação de consentimento (enquanto sinônimo de liderança moral) e coerção (expressão mesma do uso da força ou a ameaça de), passando pela concepção gramsciana, segundo a qual “*entre o consentimento e a força situa-se a corrupção/fraude (que é característica de certas situações em que é difícil exercer a função hegemônica e em que o uso da força é arriscado demais)*” (GRAMSCI, 1971, p. 80 apud ARRIGHI, 1996, p. 28). Arrighi considera que a fraude e a corrupção não são suficientes para “clarear” aquilo que seria a zona “opaca” entre a coerção e o consentimento, mas explica que “*até que venhamos explorar essa área através da construção de ciclos sistêmicos de acumulação, presumiremos que entre a coerção e o consentimento não reside nenhuma fonte autônoma de poder mundial*” (ARRIGHI, 1996, p. 28).

como *forma de governo e de acumulação*. Isso revela, sugere, a necessidade de se especificar os modos específicos como a concorrência interestatal e a interempresarial assume e se modificam ao longo do tempo. Capitalismo e o sistema interestatal moderno estariam vinculados para o autor, assim, pela unidade contraditória – sobre a qual adverte:

Central para esse entendimento é a definição de “capitalismo” e “territorialismo” como modos opostos de governo ou de lógica de poder. Os governantes territorialistas identificam o poder como a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de extensão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão do seu controle sobre recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital (ARRIGHI, p. 33, 1996).

Capitalismo e territorialismo são apresentados pelo autor, dessa forma, como “*estratégias alternativas de formação do Estado*”. Nesta última, o controle do capital circulante seria o meio através do qual pode o Estado cumprir o seu objetivo de controle territorial e populacional. Na estratégia capitalista, por outro lado, o controle do território e da população se converte em meio de consecução do seu objetivo de controle do capital circulante (ARRIGHI, 1996, p. 34).

2.2.3. A América e o Sistema-Mundo Moderno/Colonial

As condições de emergência de uma economia mundializada remontam, assim, ao final do século XV e mais precisamente ao século XVI, com a conformação do circuito comercial do Atlântico – tornado possível a partir do processo de invasão e conquista dos territórios que conformariam a assim chamada América¹³⁹. Isso implica considerar que, não obstante a potência e a operacionalidade da noção de sistema-mundo moderno na compreensão do fenômeno de formação e expansão da economia capitalista em escala

¹³⁹ América, nesse sentido, “*nunca fue un continente que hubiese que descubrir sino una invención forjada durante el proceso de la historia colonial europea y la consolidación y expansión de las ideas e instituciones occidentales*” (MIGNOLO, 2007, p. 28).

mundial, a sua elaboração tal como feita por Wallerstein parte de uma concepção de sistema-mundo gestada a partir do seu próprio imaginário, alicerçado este, portanto, na história “positiva” da modernidade ocidental. Nesse sentido, ao justificar a tomada da noção de sistema-mundo moderno/colonial como categoria analítica mais apropriada à compreensão da realidade latino-americana Mignolo (2005, p. 36) explica:

O que ora afirmo é que a metáfora de sistema-mundo moderno não traz à tona a colonialidade do poder (Quijano, 1997) e a diferença colonial (Mignolo, 1999; 2000). Consequentemente, só concebe o sistema mundo moderno do ponto de vista de seu próprio imaginário, mas não do ponto de vista do imaginário conflitivo que surge com e da diferença colonial. As rebeliões indígenas e a produção cultural ameríndia, do século XVI em diante e a Revolução Haitiana, no início do século XIX, são momentos constitutivos do imaginário do mundo moderno/colonial e não meras ocorrências num mundo construído do ponto de vista do discurso hispânico (por exemplo, o debate Sepúlveda/Las Casas sobre a natureza do ameríndio, no qual o ameríndio não teve a oportunidade de dar sua opinião; ou a Revolução Francesa, considerada por Wallerstein (1991a; 1991b; 1995) momento fundacional da geocultura do sistema mundo moderno). Neste sentido, a contribuição de Aníbal Quijano, no artigo escrito a quatro mãos com Wallerstein (Quijano e Wallerstein, 1992) representa um giro teórico fundamental ao traçar as condições sob as quais a colonialidade do poder (Quijano, 1997; 1998) foi e continua sendo uma estratégia da “modernidade” desde o momento da expansão da cristandade para além do Mediterrâneo (América, Ásia), que contribuiu para a autodefinição da Europa, e foi parte indissociável do capitalismo, desde o século XVI. Este momento na construção do imaginário colonial, que será mais tarde retomado e transformado pela Inglaterra e pela França no projeto da “missão civilizadora”, não aparece na história do capitalismo contada por Arrighi (1994)¹⁴⁰.

Por outro lado, do ponto de vista das relações econômicas internacionais praticadas desde a Europa, estabelecem-se – como efeito mesmo da expansão do mundo ocidental potencializado pelas Grandes Navegações nesse período a partir de fins do

140 Sobre este autor, Mignolo explica: “Na reconstrução de Arrighi, a história do capitalismo é vista ‘dentro’ (na Europa), ou de dentro para fora (da Europa para as Colônias) e, por isso, a colonialidade do poder é invisível. A consequência é que o capitalismo, como a modernidade, aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza” (MIGNOLO, 2005, p.36).

século XV – relações comerciais entre várias partes do mundo. Nesse sentido, assiste-se a um momento histórico-social onde sobrevivem formas sociais próprias do período feudal (que atrapalhavam o progresso do livre comércio dentro de cada país) e a prática do protecionismo no comércio internacional (o que bloqueava a possibilidade da prática do livre comércio entre países). Desde esta perspectiva, conforme aponta Souza (2009, p.16):

Seria impossível a expansão capitalista sem que houvesse liberdade de produção e comercialização, que os franceses sintetizaram nas expressões *laissez-faire*, *laissez-passez*, isto é deixa fazer, deixa passar – deixa produzir, deixa circular. No feudalismo, o feudo rural monopolizava a produção primária, as corporações de ofício monopolizavam a produção de manufaturas e as companhias de comércio monopolizavam o comércio exterior. Teria que acabar com os monopólios feudais para o capitalismo vicejar.

Conforme aponta o autor, a adoção do protecionismo à época tinha como fundamento a doutrina econômica que predominou na tradição ocidental do século XV ao XVIII – da qual emergiu a elaboração da primeira teoria do comércio exterior. Na base desta doutrina mercantilista estava a limitação das importações como estratégia de obtenção de superávits comerciais necessários ao acúmulo de metais preciosos. À Coroa/ ao Estado cabia, aí, a criação de uma série de mecanismos (podendo chegar a proibições), capazes de coibir as importações e assegurar a manutenção do poder de compra e, por extensão, de riqueza – estratégia que não necessariamente objetivava a proteção da atividade econômica interna de produtos estrangeiros, apesar de também o ser (SOUZA, 2009, p. 17).

É nesse contexto, pois, que escreve Adam Smith – fundador da Economia Política –, quem aborda a questão da produção da riqueza no contexto de uma economia capitalista através de “*Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*” ou simplesmente “*A Riqueza das Nações*”, publicado em 1776. Souza (2009, p.18) explica que a riqueza, para Smith, não era medida pela quantidade de dinheiro ou de metais preciosos acumulados, mas por aquilo que podia comprar o dinheiro possuído, ou seja, seria medida pelo valor de troca do total acumulado. A produção e o aumento da riqueza no interior de uma nação seriam função, assim, da maior quantidade de trabalho disponível e de uma maior divisão do trabalho. Ou seja, partia do pressuposto de que se

cada país se especializasse nas atividades econômicas em que era mais eficiente e, ademais, se houvesse a prática do livre comércio entre os diversos países, todos ganhariam e, por extensão, todos se tornariam mais ricos – fundamento este da chamada teoria das vantagens absolutas¹⁴¹.

Em se tratando de América Latina, tem-se nesse intervalo entre o final do século XV e o século XVIII, por um lado, a vinculação da lógica produtiva extrativista ao processo de acumulação e reprodução do capital (Furtado, 1987; Svampa, 2013) e, por outro, a associação da divisão do trabalho à então suposta hierarquia racial entre os humanos – lógica essa estruturante da colonialidade do poder que segue na contemporaneidade a atravessar o escopo das relações sociais dos países marcados pelo processo de colonização (QUIJANO, 1997). Muito embora não se tenha nesse momento histórico a conformação de uma economia propriamente capitalista e parte do cenário sociopolítico europeu estivesse fortemente marcado pela problemática da formação/consolidação dos Estados nacionais, um dos traços que lhe são próprios já se apresentava então enquanto realidade. Trata-se do fenômeno de construção concomitante de “centros dominantes” e “periferias dominadas”, apontado por Amin (2004) como lógica que faz do capitalismo um sistema polarizante – e, portanto, imperialista – por natureza. Nesse sentido, aponta:

O primeiro momento desse desenvolvimento devastador do imperialismo foi organizado em torno da conquista das Américas, no quadro do sistema mercantilista da Europa atlântica da época. As devastações desse primeiro capítulo da expansão capitalista mundial (genocídio dos índios, tráfico de escravos africanos) produziram – com atraso – as forças de libertação que questionaram as lógicas que as comandavam. A primeira revolução do continente foi a dos escravos de São Domingos (atualmente Haiti), no fim do século XVIII, seguida mais de um século depois pela revolução mexicana dos anos 1910, e cinquenta anos mais tarde pela de Cuba. E, se não enumero aqui a famosa “revolução americana”, nem a das colônias espanholas que rapidamente se seguiu, é porque, nesses casos, tratou-se apenas de uma transferência de poder de decisão das metrópoles para os

141 Esta teoria será mais tarde desenvolvida por seu discípulo, David Ricardo, quem publica em 1817 *Princípios de Economia Política e Tributação*. Para Ricardo, muito embora possa uma economia ser mais eficiente na produção de todos os produtos que consome, “o comércio internacional seria possível e vantajoso para todos” (SOUZA, 2009, p. 19). Ele adota a quantidade de trabalhadoras como medida de valor (assim como dos custos) em detrimento das horas de trabalho. Isso significa que o que determinaria as relações comerciais internacionais não seria a vantagem absoluta, mas a vantagem relativa ou comparativa: “Em lugar de considerar como critério para a possibilidade de troca entre países o valor ou custo absoluto de cada produto, considera inicialmente a relação de troca, isto é, o preço relativo entre os produtos dentro de um mesmo país para, só então, comparar com o outro país” (SOUZA, 2009, p. 21), numa lógica em que se troca “mais trabalho por menos trabalho”.

colonos para fazer a mesma coisa, ou seja, dar continuidade ao mesmo projeto com ainda mais brutalidade – sem ter que dividir os lucros com as “mães pátrias” de origem (AMIN, 2005, p. 84).

Essa visão adotada pelo autor, situando o imperialismo enquanto traço intrínseco ao capitalismo desde a sua mais remota origem, marca uma ruptura com certa perspectiva clássica que o define enquanto “fase superior” ou expressão do mais alto desenvolvimento desse sistema econômico (LENIN, 1916). Em Lenin, todavia, se encontram chaves fundamentais para a compreensão do movimento do capital na fase de efetiva mundialização da economia capitalista – esta que Amin considera a segunda fase de expansão imperialista –, resultado das profundas significações econômicas que confere ao termo. Conforme aponta Gouvêa (2016, p. 80):

a indicação do imperialismo como fase do desenvolvimento capitalista em um grupo de países aparece recorrentemente na literatura marxista, inclusive na obra de Lenin. No revolucionário russo, contudo, jamais é dissociada da compreensão desta relação entre desenvolvimento em um grupo de países e inauguração de uma “época do imperialismo” na história universal, que particulariza o desenvolvimento capitalista em sua totalidade, em todos os países e internamente aos países. Trata-se de uma indicação fundamental para a compreensão da periodização desta fase do capitalismo e inclusive para a compreensão da transformação na transferência de valor (embora Lenin não aborde adequadamente esta categoria), na medida em que identifica corretamente a materialidade do imperialismo, na historicidade do movimento da própria sociabilidade capitalista.

Para Silva (2017, p. 39), por outro lado:

Do ponto de vista epistemológico, a teoria do imperialismo é a ferramenta de continuidade da análise do movimento do capital no plano concreto da economia política mundial, a partir de um contexto histórico específico que é o do surgimento do capital monopolista, sobretudo a partir dos anos setenta do século XIX. Isto coloca na essência da teoria do imperialismo a fase do capital monopolista, em oposição à do capital concorrencial e versa explicar as determinações que levaram tal fase a ser definida no plano concreto, isto é, num contexto de crise, de alianças de classes específicas

(particularmente, do capital produtivo ao bancário), de exportações de capitais e de demonstração de relações de forças no plano político mundial que se reverberou em guerras interimperialistas e partilhas territoriais.

Nesse sentido, pode-se considerar a formação e o desenvolvimento da economia mundial como fenômeno compreendido em duas etapas, quais sejam (1) a partir de 1820 e, sobretudo, de 1840, com a intensificação da exportação de mercadorias levada a cabo desde a Inglaterra, após a primeira Revolução Industrial e (2) a partir de 1870 com o avanço da monopolização no interior das economias centrais, potencializado pela segunda Revolução Industrial (SOUZA, 2009). Do ponto de vista das relações econômicas internacionais, destacam-se, aí, na primeira etapa, algumas transformações ocorridas nesse período, tais como a eliminação de barreiras ao comércio exterior através da prática da livre concorrência e do livre comércio e a conformação da divisão internacional do trabalho, na qual a Inglaterra se encarregava da produção e exportação de produtos industriais e os países ditos periféricos e as então colônias produziam e exportavam produtos primários. O autor aponta, ainda, que na época em que a Inglaterra propôs o livre comércio nas suas relações internacionais estavam sendo formados Estados nacionais na Europa (Alemanha e Itália), na Ásia (Japão) e nas Américas (países latino-americanos e Estados Unidos). Nesse contexto, duas foram as formas de reação à proposta inglesa: por um lado, os países que haviam iniciado o “crescimento industrial”¹⁴² que optaram pela não adesão ao livre comércio e a manutenção ou prática do protecionismo – e, por outro lado, os países que, por decisão própria ou por pressão da Inglaterra, ingressaram no sistema de livre comércio (SOUZA, 2009, p. 2).

A partir da Segunda Revolução Industrial (1870), ocorre que a prática do protecionismo e a exportação de capitais se tornam preponderantes nas relações econômicas internacionais, num fluxo que dirige capitais excedentes dos países do centro da economia capitalista às regiões do mundo constituídas como sua periferia, numa corrida por controle dos mercados e das fontes de matérias-primas (SOUZA, 2009). O que Lenin descreve, assim, traduz-se numa espécie de sequência lógico-histórica na qual o processo de acumulação de capital engendra a concentração e a centralização do capital; a combinação de ambas gera a monopolização da economia - que ocorre tanto na

¹⁴² “Crescimento industrial seria um estágio anterior à industrialização propriamente dita. Trata-se da ‘implantação da grande indústria em poucos ramos, sem que isso revolucione a estrutura produtiva em seu conjunto’ (OLIVEIRA, 2003, 216). Esse primeiro estágio normalmente se caracteriza pela implantação da indústria têxtil” (SOUZA, 2009, p. 2).

indústria quanto nos bancos; da fusão dos monopólios industriais com os bancários, sob comando destes últimos, nasce o capital financeiro; a partir daí, a exportação de capitais passa a preponderar sobre a exportação de mercadorias e se completa a divisão do mundo entre as grandes potências, elevando o capitalismo a uma nova etapa: o imperialismo. Ao mesmo tempo, a luta por nova redivisão do mundo intensifica o caráter bélico do capitalismo.

Em outras palavras, esse conjunto de transformações que acompanharam o desenvolvimento industrial iniciado na Inglaterra produziu rebatimentos em todo o cenário geopolítico baseado na partilha do mundo realizada desde a Europa. A nova estrutura capitalista voltada para o mercado mundial e para a conquista de territórios que tem efeito ao longo do século XIX acabou por estimular o desenvolvimento de novas invenções e o aperfeiçoamento das técnicas existentes, visando ao aumento da produtividade e ao barateamento dos produtos para vencer a competição entre as empresas. Como argumenta Gouvêa (2016, p. 82):

Do ponto de vista da análise das determinações aí implicadas em termos da produção e apropriação de valor (tendo em vista o caráter subordinante da expansão capitalista), é possível identificar como determinantes a constituição de um “mercado mundial” e o papel fundamental da mercantilização dos produtos oriundos de países dependentes, como base da generalização da lei do valor. A confrontação, na esfera de circulação e na qualidade de mercadorias, de uma amplitude maior de produtos que incorporam distintas condições produtivas amplia a transferência de valor (agora determinada inclusive entre países latino-americanos e EUA ou Europa). Esta, somada ao aspecto qualitativo destas mercadorias – que constituíram fundamentalmente matérias-primas –, cria as bases para o aprofundamento do processo de industrialização na Europa, em uma clara unidade entre “história do desenvolvimento capitalista em cada região” e “história universal”. Cria as bases, também, para a expansão das relações de produção especificamente capitalistas na Europa e nos próprios países dependentes (nos quais, via de regra até meados do século XIX, apesar dos produtos do trabalho passarem a constituir mercadorias – visando majoritariamente ao mercado externo – as relações sociais sob as quais eram produzidos não eram especificamente capitalistas).

À medida que essa disputa entre os países europeus tomava corpo, o domínio dos

continentes africano e asiático, entre outros territórios, apareceu como alternativa. Tendo em vista todas as possíveis vantagens advindas com a colonização destes territórios, sua efetiva ocupação e exploração passou a ser cogitada pelas potências europeias de fins do século XIX e início do século XX que, como justificativa ideológica a essa iniciativa, adotaram princípios do darwinismo social (LIMA & PEDRO, 2005). Segundo Amin (2005, p. 84):

O segundo momento da devastação imperialista foi construído com base na revolução industrial e se manifestou pela submissão colonial da Ásia e da África. “Abrir os mercados” e apoderar-se das reservas naturais do globo eram as reais motivações, como é sabido hoje em dia. A agressão imperialista mais uma vez produziu as forças que combateram o projeto: as revoluções socialistas (da Rússia, da China, não por acaso situadas nas periferias vítimas da expansão imperialista e polarizadora do capitalismo realmente existente) e as revoluções de libertação nacional. Sua vitória impôs meio século de intervalo – o pós segunda guerra mundial – que contribuiu para a ilusão de que finalmente o capitalismo – obrigado a se ajustar a essas condições – estaria conseguindo se civilizar.

Assim, muito embora de forma diferenciada, a América Latina também esteve subordinada ao seguimento do desenvolvimento capitalista, ora encabeçado na região pela Inglaterra. A penetração do capital imperialista se deu aí por dois meios essenciais: através de empréstimos (públicos ou privados) ou dos investimentos diretos de capital – o que mantinha os países latino-americanos, ainda que politicamente independentes em relação a Portugal e Espanha, atrelados economicamente às nações industrializadas (LIMA & PEDRO, 2005). Segundo Souza (2009), a adesão ao livre comércio foi a atitude predominante do conjunto latino-americano de países frente a Inglaterra de então. Esta atitude atendia aos interesses, por um lado, das oligarquias agrárias, que exportavam produtos primários para este país e de lá importavam produtos manufaturados e, por outro, de uma elite política *criolla* entusiasmada com os ideais “libertários” das revoluções burguesas europeias. No que concerne a este conjunto de países, Souza (2009) observa que o crescimento de suas economias se deu sem maiores problemas até a Primeira Guerra Mundial, vindo a colapsar junto com a Grande Depressão de 1929. Por outro lado, com relação aos países que não aderiram ao livre comércio com a Inglaterra neste período, o autor aponta que:

a França, que já se formara antes enquanto nação, foi a primeira a reagir

contra a proposta inglesa do livre-cambismo [...]. Mas outros países que se encontravam em situação econômica semelhante reagiram da mesma forma. Inicialmente, Estados Unidos e Alemanha e, posteriormente, Japão, Rússia e Itália. O que havia de comum entre esses países, sobretudo França, EUA e Alemanha, era o fato de possuírem condições mais favoráveis à industrialização e de haverem começado antes a implantação de certos setores industriais de tecnologia mais simples, como a indústria têxtil, caracterizando o que foi designado de “crescimento industrial”. A França, os EUA e a Alemanha só se tornaram nações industriais propriamente ditas no período de 1840 a 1870; o mesmo ocorreu com Japão, Itália e Rússia entre as décadas de 1870 e 1890 (SOUZA, p.3, 2009).

Conforme aponta Chonchol (2003), verifica-se na América Latina, entre fins do século XIX e início do século XX, a ampliação da capacidade produtivo-exportadora (através do desenvolvimento da agroindústria) voltada para o mercado europeu, o enriquecimento das elites nacionais, historicamente associadas aos ganhos coloniais, bem como a consolidação e reafirmação do latifúndio na estrutura produtiva agrícola. Nesse sentido, sintetiza Furtado (1987, p.64):

La inserción de los países latinoamericanos en las nuevas líneas en expansión del comercio internacional tomó impulso a partir de los años cuarenta del siglo pasado [XIX]. En este proceso de inserción se configuran tres tipos de economía exportadora de productos primarios: a) economía exportadora de productos agrícolas de clima templado; b) economía exportadora de productos agrícolas tropicales, y c) economía exportadora de productos minerales. En cada una de ellas el comercio exterior contribuyó a configurar una estructura económica particular, cuyas características deben ser tenidas en cuenta en el estudio de su evolución posterior.

2.2.4. Capitalismo e Imperialismo: Onda Larga, Teoria Marxista das Crises e Padrão de Reprodução do Capital

Na medida em que traduz algo da mecânica própria do capital na fase que inaugura uma divisão internacional do trabalho, Lenin põe à disposição uma importante

condicionante da noção de padrão de reprodução do capital, proposta pela tradição da teoria marxista da dependência para se pensar a realidade político-econômica latino-americana. Suas postulações, nesse sentido, abrem caminho para um debate teórico sobre a forma como a economia capitalista se reproduz num determinado espaço/tempo e para a compreensão das contraditórias transformações do capital ocorridas no início de um novo ciclo de acumulação do sistema-mundo moderno/colonial, iniciado desde as economias centrais. Compete à economia enquanto campo teórico, a partir de então, explicar aí a forma de inserção de cada país no sistema capitalista, a dinâmica das forças produtivas, as formas de extração de excedente econômico, as relações entre os setores produtivos, o padrão de distribuição de renda e realização de mercadorias, as formas de ação do Estado na economia... (Souza, 2009: p. 28).

Para Souza (2009), desde 1820 a dinâmica da economia capitalista mundial expressa-se de forma cíclica, em períodos de reanimação, prosperidade e crise. Segundo explica, autores como R. Malthus, Marx, Keynes, etc., apresentaram esta dinâmica cíclica do capitalismo como consequência inevitável das próprias contradições que lhe constituem. Nesta perspectiva, a concepção marxista das crises é aquela que parte da concepção materialista e dialética da história, sendo, no marxismo, a tendência decrescente da taxa geral de lucro o elemento central das crises. Esta é a principal forma sob a qual opera a lei do valor no capitalismo – lei econômica fundamental que rege a sociedade burguesa, evidenciando o modo como nela operam as contradições nas quais se estrutura.

Em economias baseadas na produção mercantil, o valor se expressa como uma relação social. Em outras palavras, o valor emerge, enquanto categoria, como uma forma social própria a uma sociedade estruturada a partir da divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho. E a forma específica a partir da qual funciona a lei do valor sob o modo capitalista de produção é a produção de mais-valia, “*lei absoluta deste modo de produção*” (SOUZA, p. 193, 2013). Neste sentido, explica:

o valor, que é uma relação social entre distintos possuidores privados de mercadorias, assume uma determinação específica no modo de produção capitalista: é sobretudo a relação entre o possuidor dos meios de produção e de vida e o possuidor da força de trabalho; é a mais-valia que se extrai desta relação no processo de produção; é, de um lado, a valorização do

valor, o acréscimo do capital e, de outro, a exploração do trabalho; é, por conseguinte, o próprio capital, que só é capital na medida em que se autovaloriza e explora. Neste sentido, o capital, como materialização do valor na sociedade burguesa, é essencialmente uma relação social de produção e exploração (SOUZA, 2013, p. 193).

Enquanto relação social de produção, o capital, na medida em que expresso nos termos de um valor que se autovaloriza, manifesta-se não apenas enquanto relações de classe, mas também através do seu próprio movimento. Desse modo, o processo de produção e o de circulação constituem-se em unidade: *“na unidade contraditória entre o processo de produção e o de circulação estão as possibilidades gerais das crises, mas não a crise em si. A ruptura entre estes dois processos se manifesta na sobreprodução, que é o fenômeno básico da crise”* (SOUZA, p.201, 2013). E explica:

A superprodução de capital é o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapassa as necessidades de valorização do capital, e a crise é a forma como o capital, ao destruir forças produtivas, busca contê-las dentro de limites adequados a si mesmo, impondo assim sua lei férrea de valorização. E, como o capital é uma relação de produção e exploração, a sobreacumulação e as crises são o momento em que as forças produtivas entram em contradição com as relações sociais de produção (SOUZA, 2013, p. 212).

Ciclo longo ou *onda larga* são os conceitos empregados para precisar, neste sentido, a relação entre os períodos de expansão ou declínio do padrão de reprodução do capital num dado contexto social e o movimento próprio desse sistema, servindo para situar temporal e espacialmente, dessa maneira, cada país em relação às economias centrais no sistema mundial (Souza, 2013). Segundo aponta, a primeira formulação do entendimento de que existia, no capitalismo, um “ciclo maior”, mais longo que o ciclo industrial periódico é de autoria do russo Alexander Parvus – entendimento que será desenvolvido mais tarde por Karl Kautsky¹⁴³. Souza (2009) explica que o emprego da noção de onda larga, desde esta perspectiva, nada mais seria do que situar e

¹⁴³ “Kautsky assumiu essa posição [a da existência de um ‘ciclo maior’ na economia capitalista] e procurou demonstrar que, historicamente, a economia capitalista se desenvolveu de acordo com esses ‘grandes períodos’. Descobriu, além disso, que na base de cada período de expansão da onda larga (‘embate e luta’), era possível encontrar eventos como conquistas coloniais e intensas inovações tecnológicas. Ao contrário, nos períodos de depressão econômica, haviam progredido as lutas por mudanças” (SOUZA, 2009, p. 30)

compreender temporalmente o ciclo de “vida e morte” de um padrão de reprodução. Cada onda larga corresponderia, assim, a um distinto padrão de reprodução. E explica:

Na verdade, não é possível demonstrar essa regularidade interna do ciclo longo. Sua duração depende das forças impulsionadoras e do grau de contradição que encerra o padrão de reprodução correspondente. As forças impulsionadoras iniciais, conforme percebeu Kautsky, são externas à dinâmica própria de acumulação de capital, ainda que façam parte da sua lógica de expansão, como guerras, conquistas coloniais, etc. Estas são forças impulsionadoras iniciais à medida que, ao destruírem profundamente forças produtivas acumuladas ou estenderem o mercado mundial, propiciam uma tal elevação da taxa de lucro que permite a incorporação no processo produtivo de descobertas tecnológicas realizadas no período anterior e que pode até se converter em verdadeiras revoluções tecnológicas (SOUZA, 2009, p. 30).

Assim sendo, pode-se visualizar a dinâmica de expansão do capital na economia-mundo, enquanto processo social-histórico, em dois momentos ou em duas ondas largas específicas. A primeira – entre o século XIX e o período que vai da Primeira até a Segunda Guerra Mundiais – marcada pela hegemonia britânica e a subsequente disputa desta entre os países europeus, e uma segunda – a partir da Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje – marcada pela ascensão dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica no cenário econômico capitalista mundial (Souza, 2009). Dada a natureza cíclica do desenvolvimento capitalista, as ondas largas tendem a se manifestar através de períodos de expansão (reanimação, prosperidade) e de crise econômica, permitindo-nos distinguir, assim, dois tipos de crise sob o capitalismo:

Além das crises cíclicas, costumam ocorrer crises do próprio padrão de reprodução. Denominam-se estas crises de *crises estruturais*¹⁴⁴, que somente se superam por meio de modificações substanciais no próprio padrão de reprodução. Dadas as dificuldades destas modificações, tais crises tendem a ser mais prolongadas que as crises cíclicas (Souza, 2013, p. 226).

Crise, assim, de natureza econômica com profundos significados e implicações

¹⁴⁴ “O específico de uma crise estrutural é que o processo de acumulação não pode recomeçar até que se eliminem ou contrabalancem os obstáculos. Geralmente esta solução significa que se produzirá uma transformação básica nas relações entre as classes, entre as frações do capital e entre o capital e as forças produtivas” (CASTELLS, p. 85, 1978 apud SOUZA, p. 29, 2009).

sociopolíticas e culturais. Furtado (p. 5, 1980) nota que “o *progresso técnico* [no qual se ancoram os países centrais para reestruturar as economias abaladas pela crise] *em realidade, cobre o conjunto das transformações sociais que tornam possível a persistência do processo de acumulação, por conseguinte, a reprodução da sociedade capitalista*” (Furtado, 1980, p. 11). Nesse sentido, Souza (2013, p. 225) esclarece que:

ainda que as leis básicas da reprodução do capital se mantenham, é natural que, em um período *dado* e em um espaço *dado*, o capital se reproduza de *determinada* maneira, distinta em alguns aspectos do modo como se reproduz em *outro* período e em *outro* espaço. Isto tem a ver com o “ambiente” social, econômico, político e cultural em que se desenvolve o capital. É necessário captar estas especificidades da reprodução do capital para entender melhor a sociedade que se está tratando. O conceito que ajuda a captar estas especificidades é o de *padrão de reprodução*.

Acontece que a expressão do padrão de reprodução do capital, embora traduza as contradições presentes em cada sociedade de um modo peculiar, revela também as contradições presentes nas economias centrais – quem estabelece a lógica da reprodução mundial do capital. Cada país expressará seu padrão de reprodução a partir das condições oferecidas pela sua inserção no sistema mundial, estando, assim, sempre susceptível ao movimento de expansão e crise, conforme se expressa neste ambiente, o sistema capitalista. A forma de desenvolvimento assumida pelo capitalismo em cada período histórico condicionará a profundidade e as formas de manifestação das suas crises, bem como os termos em que se darão a destruição de capacidade produtiva e a criação de condições para as mudanças necessárias (SOUZA, 2009). No que concerne especificamente às economias marcadas pelo fenômeno da dependência, o autor aponta:

a onda larga que se desenvolve nas economias dependentes tem também sua dinâmica condicionada, em última instância, ainda que não mecanicamente, pela onda larga da economia mundial. Cada país dependente se condiciona a esse ciclo longo segundo sua forma de inserção no sistema capitalista mundial. Isto é assim porque as condições gerais do ciclo longo só ocorrem em nível mundial, ainda que possam iniciar-se em um determinado e importante centro do sistema capitalista (SOUZA, 2009, p. 31).

2.2.5. Dinâmica de Expansão do Capital na América Latina

A partir do exposto, pode-se compreender a dinâmica de expansão do capital na América Latina, tomada em escala da economia-mundo, como um fenômeno ancorado na primeira partilha realizada pela Europa do mundo entre os séculos XV e XVI. Marini (1973) sugere que o conhecimento da forma particular adotada pelo capitalismo na América Latina invariavelmente nos remete a este momento específico – que, ademais, cumpriu um papel relevante na formação da economia capitalista mundial. O autor destaca o modo como a exploração dos gêneros exóticos e os metais preciosos, especialmente com a descoberta do ouro brasileiro a partir do século XVIII, contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e expansão das formas de pagamento e, com isso, para o desenvolvimento dos capitais comerciais e bancários que sustentaram o sistema de manufaturas europeu e a criação da grande indústria. Já no século XIX, enquanto os países latino-americanos empreendem o processo de independentização em relação à Portugal e Espanha e a Inglaterra acolhe o florescimento da sua indústria, ocorre uma mudança qualitativa nessa relação.

Ou seja, as relações dos países da América Latina com os centros capitalistas europeus passam a se inscrever numa estrutura definida, a partir da Revolução Industrial inglesa, baseada numa divisão internacional do trabalho. Estrutura que engendra ela mesma uma relação de subordinação; de dependência entre nações formalmente independentes onde as relações de produção são modificadas ou mesmo recriadas para garantir a reprodução ampliada do capital nos países centrais da economia capitalista. O que Marini (1973) sustenta, assim, é que, muito embora haja uma continuidade entre a situação colonial e a situação de dependência, elas não se confundem. Apenas no século XIX, e especificamente a partir de 1840, é que as relações internacionais dos países latino-americanos se articulam com e contribuem para a emergência de uma economia capitalista em escala mundial. Este fenômeno, pois, está relacionado aos processos de formação do sistema de divisão internacional do trabalho, de industrialização tardia vivido pelas nações que se industrializaram ainda no século XIX após a Inglaterra e à consolidação de um circuito econômico mundial baseado predominantemente na exportação de capitais e no capital monopolista (Souza, 2009, p.1).

2.3. Escala Territorial de Análise

2.3.1. Economia Política Internacional e Território: considerações epistemológicas

A partir da segunda metade da década de 1990 tem-se o aumento das abordagens teóricas do território em geral e das fronteiras em particular à hora de se analisar as origens dos conflitos no cenário da política mundial – fato que potencializa a convergência entre estudos dos campos das Relações Internacionais (RI) e da Geografia Política. Agnew (2006) relata que, para além das perspectivas mais estereotipadas adotadas quando da abordagem do território e das fronteiras em dito cenário, podem ser destacadas pelo menos três tendências intelectuais dentre os estudos que vão nessa direção. Estas tendências manifestar-se-iam, em primeiro lugar, através de uma maior resistência ao simples estadocentrismo e a articulação de alternativas à figura deste (ainda que o ressurgimento do Estado acesse, de algum modo, as perspectivas construtivistas e do realismo nas RI), em segundo, a persistência de uma imaginação geográfica própria ao campo da política mundial ainda condicionada a exemplos históricos que estão caindo em desuso – como no caso do chamado “paradigma da Guerra Fria” –, e uma terceira tendência marcada pela reorientação da discussão sobre a espacialidade da política mundial, com destaque para o distanciamento de abordagens polarizadoras em favor daquelas que buscam explorar o modo como sujeitos ligados a um território específico relacionam-se entre si e com as redes e fluxos que os interpelam (AGNEW, 2006).

Estas tendências, segundo aponta, não coincidem, invariavelmente, com o fenômeno de erosão da soberania territorial estatal¹⁴⁵, mas funcionam antes como uma espécie de *“tipología de las principales formas en las que se ejerce actualmente la soberanía para tener en cuenta: (1) su construcción social; (2) su asociación con la subordinación jerárquica, y (3) su despliegue en formas territoriales y no territoriales”* (AGNEW, 2006, p. 88). Elas podem ser encaradas, assim, como alternativas ao limite da ideia de “autoridade exclusiva exercida por um Estado sobre um território determinado” que conforma a concepção da teoria política moderna que surge de Westfália e é

145 Essa erosão ocorreu apenas nos Estados das economias ditas periféricas na economia capitalista mundial. Nos países centrais da acumulação nesta economia, ocorreu o contrário: o fortalecimento dos estados nacionais. Ver: DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo: São Paulo, 2016.

desenvolvida posteriormente com o Iluminismo e os ideais românticos da autoridade popular e o patriotismo (AGNEW, 2006). A dupla dimensionalidade em que são concebidas ditas tendências permitem definir, por um lado, o alcance da autonomia do Estado e, por outro, o grau de territorialidade da sua prática.

É neste sentido, pois, que Agnew (2006) elabora um quadro referencial a partir de quatro casos exemplares do modo como a soberania é exercida de forma efetiva no tempo e no espaço, salientando, naturalmente, o fato de que estes exemplos de regimes de soberania não esgotam as diversas experiências no mundo real manifestas. Em linhas gerais, um primeiro regime seria o clássico caso em que a soberania do Estado é exercida através do poder despótico e infraestrutural dentro de um território encerrado entre fronteiras, com elevado grau de autoridade política estatal efetiva, destacando aí o caso da China. Um segundo, o chamado por Agnew (2006) regime imperialista, caracterizar-se-ia em oposição ao clássico, revelando um cenário onde a autoridade do Estado estaria gravemente questionada pela dependência e a manipulação externas, bem como pela má administração crônica. Ademais, estaria, neste regime, a territorialidade do Estado sujeita a ameaças separatistas, insurgências locais e a uma insuficiente integração infraestrutural. Disso resultaria o débil poder infraestrutural que manejam os Estados sob tal regime, assim como o fato de o poder despótico encontrar-se, por vezes, em mãos externas – como de instituições como o Banco Mundial. Este seria o caso do qual se aproximariam países do Oriente Médio, África Subsaariana e América Latina (AGNEW, 2006, p. 89).

Um terceiro exemplo de regime de soberania seria, na perspectiva do autor, o integrativo, representado pela experiência da União Europeia, onde a soberania apresenta complexidades relacionadas à coexistência entre diferentes planos ou instâncias de governo (Internacional, nacional, regional). E o quarto exemplo, o regime globalista, do qual os Estados Unidos seriam a sua expressão mais característica. Nesse caso a soberania é exercida pelo país:

dentro de sus fronteras nacionales nominales y más allá de ellas y por medio de entidades internacionales en las cuales son particularmente influyentes (como el FMI). Lo cierto es que Gran Bretaña adoptó en el siglo XIX una versión de dicho régimen. Pero en ambos casos, se han hecho intentos de enganchar otros estados a su régimen, por cooptación y aceptación o por coerción (AGNEW, 2006, p. 90).

Como efeitos da globalização sobre a territorialidade da soberania estatal, o autor destaca ainda as diversas formas em que a própria soberania monetária pode funcionar de maneira efetiva em tempo e espaços distintos. Essa distinção entre os modos como a globalização se cruza com a territorialidade estatal sob as atuais condições político-econômicas globais é por ele apresentada como uma maneira de *“medir las diferencias del significado de soberanía en el tiempo y el espacio y por ende de movernos más allá del debate estéril sobre si se está socavando alguna especie de «soberanía estatal» universal”* (AGNEW, 2006, p. 91). E conclui:

Cuando dejan de funcionar los presupuestos sobre la naturaleza fija y universal de la territorialidad para asignar un lugar a la soberanía, comenzamos a ver, para bien o para mal, que existe una autoridad política más allá de la construcción soberana del espacio territorial (AGNEW, p.91, 2006).

Preciado & Uc, por outro lado, escrevem no ano de 2012 apontando transformações nos esquemas e orientações dos sistemas políticos na América Latina, estabelecendo relação de causalidade deste fenômeno com processos sociais históricos que tiveram efeito no cenário sociopolítico contemporâneo da região. Exemplos disso são a relativa inclinação à esquerda no mapa eleitoral, a presença de correntes políticas diferenciadas no interior dos Estados nacionais, a emergência de blocos supranacionais com uma nova projeção geopolítica, o reajuste das alianças norte-sul e fortalecimento das alianças sul-sul, a consolidação dos atores da sociedade civil na escala nacional, mezzoregional e supranacional e a refundação do Estado na geografia política latino-americana (PRECIADO & UC, 2012, p. 1). Para estes autores, houve, a partir da década de 1970, certo crescimento sincrônico dos estudos nos campos da geopolítica clássica e no de uma geopolítica crítica, em que eram priorizados os enfoques revisionistas, críticos ou “radicais”. Este fenômeno deu origem a interpretações mais complexas e contemporâneas sobre o geográfico e o político, revalorizando, ao mesmo tempo, a importância das escalas para se *“lograr análisis más sofisticados sobre el poder y el papel del Estado, especialmente en situaciones de conflicto”* (PRECIADO & UC, 2012, p. 2).

Ao apresentar, assim, novas práticas e dinâmicas espaciais que caracterizam os cenários contemporâneos da América Latina, os autores digridem à Escola francesa de

geopolítica, destacando a sua contribuição no reconhecimento dos diversos estratos da sociedade, implicados nos processos de espacialização do poder. Já na América Latina, a emergência de novos discursos espaciais implicaram na redefinição de muitas das práticas espaciais vigentes até fins do século XX. Frente ao resultante desajuste entre representações espaciais hegemônicas e práticas alternativas no espaço territorial regional, os autores destacam as projeções geopolíticas e geoeconômicas que alcançaram aí os blocos supranacionais, as redes transnacionais da sociedade civil organizada através de projetos críticos ao esquema econômico neoliberal, os reajustes nas alianças norte-sul e as novas alianças sul-sul, além das novas especificidades espaciais dos grupos de direita ou reacionários à emergência e instalação no poder de uma esquerda política ou progressista (PRECIADO & UC, 2012, p. 5-6).

Do mesmo modo, conforme aponta Carou (1997), desde o campo da Geografia Política podem ser destacados pelo menos seis novos enfoques de análise da política territorial surgidos com força a partir das transformações por que passam as Ciências Sociais desde os anos 1970. Estes enfoques são agrupados pelo autor em seis áreas específicas, a saber, a de análise da política territorial, centrados – *grosso modo* – na explicação dos processos políticos que se produzem entre diferentes partes dos Estados-nação; a da geografia dos bens públicos e da eleição racional, baseada em grande medida na Economia Política neopositivista, concebendo as decisões eleitorais como fundamentais para a compreensão das preferências e escolhas dos consumidores – tendo aí o indivíduo como unidade básica de análise; a das geografias políticas marxistas e neomarxistas, partindo do pressuposto de que a geografia política de um Estado não pode ser explicada sem que se tenha em conta a economia capitalista, que influi e circunscreve sua ação; da geografia política humanística, que toma o indivíduo como parte integrante fundamental da explicação no campo das Ciências Sociais, enfatizando as dimensões fenomenológicas e experienciais da realidade social a partir de uma dupla via, a primeira considerando o caráter contingente do Estado – qualquer Estado – e dele como instituição, e a segunda os vínculos das estruturas interestatais com a ação do ser humano; da geografia do poder, centrada na análise espacial das relações de poder; e a das teorias geográfico-políticas pós-modernas ou pós-estruturalistas (CAROU, 1997, p. 49-50).

2.3.2. Economia, Globalização e Território: apontamentos preliminares

As mudanças por que passa a economia mundial a partir da década de 1980 se manifestam, segundo a concepção que orienta este trabalho (que será desenvolvida mais abaixo), como resposta à crise do padrão de reprodução do capital e da onda larga de pós-guerra, deflagrada na virada dos anos de 1960 para os de 1970. Este processo, no entanto, pode ser refletido a partir de uma gama ampla de produções, que conservam filiações teórico-políticas as mais diversas. O que buscamos fazer, nesta seção, é aproximar e articular concepções que nos parecem úteis para a compreensão dos processos de territorialização do capital nesta nova etapa de acumulação e reprodução em escala mundial “inaugurada” com o pós-Segunda Guerra Mundial.

Muito embora nos apoiemos nas abordagens econômicas do fenômeno – que o qualificam nos termos dos processos de mundialização e, mais precisamente, de regionalização que passam orientar as agendas econômicas e políticas dos países a partir de então, parece-nos razoável ter em conta algumas concepções mais próximas aos campos da geografia e da sociologia nesse esforço que empreendemos – e que justifica a adoção de uma escala territorial de análise – de compreensão da produção capitalista do espaço. Estas concepções, como se poderá acompanhar, abordam, em geral, este fenômeno nos marcos da noção de *globalização* – daí, para nós, a “*preliminaridade*” que marca algo dos apontamentos aqui realizados. No fundamental, assim, ficamos com as formas que engendram e como se manifestam nos *lugares*, os processos macroeconômicos e políticos estudados. Como lembra Santos (2005, p. 169), o “mundo” [ou o “mundial”]:

é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir uma produtividade maior a uma dada produção. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, nesse ou naquele lugar, das condições locais que garantem eficácia aos respectivos processos. O lugar oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma.

Embora possa ser compreendida enquanto processo histórico que atravessa a realidade dos países latino-americanos desde o processo de colonização por que passaram, o fenômeno de modernização passa aos termos de uma modernização tecnológica a partir da década de 1970, no pós-Segunda Guerra Mundial. Santos (2008, p.33) distingue três grandes períodos característicos dos processos de modernização que tiveram efeito no bojo da civilização Ocidental, quais sejam, (1) iniciado no fim do XV e início do XVI, chegando até a Revolução Industrial (marcado pela revolução dos transportes marítimos); (2) entre meados do século XVIII e meados do século XX – cujos efeitos se fazem sentir depois de 1870 (com a Revolução Industrial e a de seus suportes – depois de 1870); e o que se estende até a contemporaneidade, iniciado depois da Segunda Guerra Mundial (Revolução Tecnológica).

O autor indica que no atual estágio do progresso técnico, com as profundas transformações ocorridas na composição técnica do capital, ocorre uma rápida e drástica redução da demanda de mão de obra, especialmente nos setores mais impactados pela modernização. Este fenômeno sustenta, assim, um mecanismo de “*modernização, exclusão e marginalização*” (TAVARES & SERRA, 1970, p. 52 apud SANTOS, 1979), que revela a dialética concreta que lhe atravessa e, por conseguinte, a existência de dois subsistemas na totalidade representada pela dimensão econômica de determinados espaços territoriais impactados pela modernização tecnológica – apresentados pelo autor enquanto circuitos específicos da economia:

O circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica, mais bem representada atualmente nos monopólios. O essencial das relações do circuito superior não é controlado dentro da cidade ou de sua região de influência e sim dentro da estrutura do país ou de países estrangeiros. O circuito inferior é formado de atividades de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades estão profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com a sua região (SANTOS, 1979, p. 34-35).

Ao conceitualizar os dois circuitos da economia o autor tem em mente o espaço territorial urbano, mas também uma tradição epistemológica dual que concebe a

diferenciação entre setores “moderno” e “tradicional” na análise econômica dos países ditos periféricos, em relação à qual estabelece um contraponto. Em sua concepção, o tradicional deixa de ser tratado enquanto sinônimo de atraso, em anteposição ao moderno, chegando mais bem a figurar como um circuito particular da economia, condicionado, em grande medida, ao contexto rural, e conformado por povos e comunidades tradicionais¹⁴⁶. Ao considerar que o espaço dito atrasado “*utiliza-se, em parte, da modernização para reproduzir socialmente sua existência*” é que Milton Santos adota então o termo *inferior* em vez de *tradicional* (RIBEIRO, MELO & SILVA, 2013, p. 9).

Desde esta perspectiva:

O “circuito superior” ou circuito moderno, ou ainda, os “espaços luminosos” originam-se do processo de modernização da região com um forte peso dos monopólios em sua dinâmica¹⁴⁷. É comandado pelas variáveis mais modernas do centro da economia mundial. Estão incluídas aí as investigações sobre o comércio, a indústria, o progresso tecnológico, os bancos, as firmas multinacionais e o Estado. [...] O circuito inferior é a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo, das fábricas a partir da implantação dos modelos flexíveis, da perda de participação das empresas nas cadeias produtivas globais, da modernização dos serviços urbanos e de todas as formas que a modernização tenta homogeneizar a esfera de consumo (RIBEIRO, MELO & SILVA, 2013, p. 9-10).

Sassen (2016, p. 26), por sua vez, na leitura que faz do processo de reorganização da economia capitalista após a Segunda Guerra Mundial, aponta que, nessa época, as características essenciais das economias ocidentais de mercado eram “*a intensidade do capital fixo, a produção padronizada e a construção de novas unidades de habitação nas cidades, subúrbios e localidades*”, sendo este um padrão marcante em diversos países

146 Ribeiro, Melo & Silva (2013, p. 11) se referenciam em Escobar (2005) para explicar que “*há uma diversidade imensa de sociabilidades, crenças e processos produtivos entre esses povos, uma riqueza que dificulta agrupá-los. Para esses povos o mundo natural está integrado ao mundo social, e pode ser pensado em termos de uma lógica social e cultural, como o parentesco, o parentesco estendido, e o gênero vernáculo ou analógico. Pela natureza de sua compreensão de mundo, do universo como totalidade, possuem um forte arraigamento espacial, concebendo a terra como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações. No contexto da riqueza de linguagens também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas*”.

147 “[...] os espaços luminosos [...] seriam produtos da razão que amplifica estrategicamente os comandos da modernidade. Denotam a força da racionalização emanada do pensamento instrumental, que, ao selecionar o que tem ou não valor, é capaz de seduzir e convencer. Os espaços luminosos engrandecem a visão, oferecendo materializações imediatas e indícios da visão de mundo desejada e desejável” (RIBEIRO, 2012, p. 67 apud RIBEIRO, MELO & SILVA, 2013).

das Américas, da África, da Europa e da Ásia, especialmente no Japão e naqueles que integram o bloco dos chamados Tigres Asiáticos. A autora aponta que o crescimento econômico verificado nesse período convergiu para uma ampla expansão das classes médias no interior dos países em geral, e se bem não foi suficiente para superar problemas como a desigualdade social, as formas de discriminação e o racismo, logrou reduzir as tendências sistêmicas à extrema desigualdade, na medida em que teve efeito a partir do estabelecimento de um regime de economia estruturado desde a produção e o consumo em massa. Ademais, esse crescimento econômico se deu acompanhado do florescimento do que chama “formas culturais”, moldando com isso estruturas da vida cotidiana, como se mostrou evidente nos casos dos Estados Unidos e do Japão, onde a cultura da grande classe média dos subúrbios favoreceu o consumo em massa e, por extensão, a padronização da produção (SASSEN, 2016).

Verifica-se nesse período, ademais, segundo narra a autora, uma convergência entre a indústria e políticas governamentais, apresentando-se esta primeira como o principal setor das economias de mercado ao longo de boa parte do século XX. A criação de manufaturas em massa igualmente acompanhava a ampliação da classe média, oferecendo-lhe condições econômicas para tanto, posto que:

“(1) facilitou a organização dos trabalhadores, sendo o sindicalismo seu formato mais comum; (2) era baseada em grande parte no consumo doméstico, e por isso os níveis salariais eram importantes, porque criavam uma demanda efetiva em economias que eram, na maioria, relativamente fechadas; e (3) os níveis salariais relativamente altos e os benefícios sociais típicos dos setores industriais mais importantes tornaram-se um modelo para setores mais amplos da economia, mesmo aqueles que não eram sindicalizados ou industriais” (SASSEN, 2016, p. 27).

Esta realidade, conforme segue explicando a autora, encontra-se parcialmente destruída já nos anos 1990, fenômeno estimulado pelo Fim da Guerra Fria. Na reorganização do capitalismo que tem efeito então, salienta, tem-se a abertura de terreno global para “*novos modos ou muito ampliados de extração de lucros em domínios improváveis, como as hipotecas subprime de casas modestas, ou por meio de instrumentos improváveis, como os credit default swaps (permutas de descumprimento creditício), que foram um elemento-chave do sistema bancário paralelo*” (SASSEN, 2016, p. 27). Duas seriam para a autora, assim, as lógicas que atravessam essa reorganização

ou reestruturação do capitalismo global, que tem efeito a partir da década 1980¹⁴⁸, sendo a primeira sistêmica e associada às políticas econômicas e de (des)regulamentação da maior parte dos países, em que se destacam as privatizações e a eliminação de tarifas sobre importações – patente nas economias capitalistas, em diferentes graus de país a país – por meio da alteração e do desaparecimento de limites entre os arranjos fiscais e monetários¹⁴⁹; e a segunda ligada à *“transformação de áreas cada vez maiores do mundo em zonas extremas para esses modos novos ou muito maiores de extração de lucros”*, em que se destacam as cidades globais e os espaços para o trabalho terceirizado. *“Cada um deles é uma espécie de denso cenário local que contém as diversas condições de que as firmas globais necessitam, embora cada um o faça em etapas muito diferentes do processo econômico global”* (SASSEN, p. 28, 2016).

Esses dois tipos de espaços estão situados, para a autora, entre os fatores de maior valor estratégico na conformação da economia global contemporânea – assim como setores intermediários, a exemplo do setor de transportes –, de modo que estes são também:

os lugares que tornam visíveis as múltiplas desregulamentações e garantias de contrato desenvolvidas e implementadas por governos ao redor do mundo, e pelos principais órgãos internacionais, que se beneficiaram delas – em ambos os casos, trabalho na maior parte pago pelos contribuintes de quase todo o mundo (SASSEN, p. 29, 2016).

Os efeitos desse processo se tornam visíveis sobretudo a partir da década de 2000, com o aumento dos lucros corporativos como parte das receitas tributárias federais, implicando no aumento da parcela de impostos individuais e na diminuição de impostos corporativos. A trilha seguida pelos governos nesse período é de endividamento crescente – dos governos das economias centrais pelo menos –, visível como percentagem do PIB, estimulado também pelo aumento da evasão fiscal – favorecido pela utilização de novos

148 O crescimento industrial da China é encarado por Sassen (2016, p. 27-28) como intrinsecamente ligado a essa nova fase do capitalismo global iniciada nos anos 1980, ajudando a explicar, sugere, por que o crescimento industrial aí não necessariamente levou a uma expansão significativa das classes média e trabalhadora.

149 Fazendas e ambientes de extração de recursos, ambos com vistas principalmente à exportação, apresentam-se igualmente, desde a concepção da autora, como cenários locais responsáveis por oferecer às firmas globais parte dos mais avançados insumos de que necessitam. A terceirização, por sua vez, corresponde a espaços locais de produção padronizada de componentes – call centers e trabalho administrativo padronizado, por exemplo – sempre de forma maciça e padronizada (SASSEN, 2016, p. 28).

instrumentos de contabilidade, financeiros e legais complexos (SASSEN, 2016, p. 30-31). Dito de outro modo, a dinâmica dos espaços da globalização, tal como observada por Santos (2005, p. 151):

supõe adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, só autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas, dada a competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as outras. Uma vez mais, todos os subespaços mostram essa presença simultânea de horizontalidades e verticalidades.

E completa:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns (SANTOS, 2005, p. 142).

2.3.3. Origens Agrárias do Capitalismo e Produção Capitalista do Espaço

Há processos em andamento, portanto, que definem os espaços regionais, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais (HARVEY, 2005, 145).

Adotando posição distinta àquela que marca os estudos sobre o capitalismo no âmbito da cultura ocidental (identificando-o com cidades e comércio urbano), Wood (2000, p. 13) parte do reconhecimento de que “o capitalismo, com todo o seu impulso específico de acumular e buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo”, requerendo

“não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais” para examinar as suas origens agrárias. Para a autora, quem considera que a diferença essencial entre as sociedades pré-capitalistas e as capitalistas reside nas relações de trabalho ligadas à terra e, mais precisamente, naquelas estabelecidas entre os que trabalham e os que se apropriam do trabalho, *“somente no capitalismo a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos”* (WOOD, 2000, p. 14).

Esta relação, condicionada pelo fato de os trabalhadores se encontrarem na situação de expropriados e dependentes da venda de sua força de trabalho para garantirem a sua reprodução e o provimento de seus meios de trabalho, é mediada pelo mercado, visto pela autora como dotado de características específicas dentro do capitalismo. Considerando o fato de que nesse sistema, virtualmente, tudo é mercadoria e que capital e trabalho dependem aí do mercado para a manutenção da sua reprodução, este adquire um papel específico na sociedade capitalista, *“não apenas como um simples mecanismo de intercâmbio ou distribuição, mas como o principal determinante e regulador da reprodução social”* (WOOD, 2000, p. 14). O seu surgimento como tal, salienta, pressupõe a sua penetração na produção de alimentos – item básico de primeira necessidade –, e os imperativos de competição, acumulação e maximização do lucro que esta dependência do mercado gera (como espécies de “leis do movimento”),

significam que o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam – permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente (WOOD, 2000, p. 14).

Até o século XVII e mais além dele, como aponta, a maior parte do mundo, inclusive a Europa, encontrava-se imune aos imperativos do mercado. Isso implica em considerar que, não obstante a existência de um amplo sistema de comércio de escala mundial, a lógica que orientava o seu florescimento baseava-se nas noções de *“lucro por meio da venda”* e de *“comprar barato para vender caro”*, em lugar da competição e acumulação. As relações de comércio estavam mais diretamente ligadas aos chamados artigos de luxo, voltadas ao atendimento das necessidades e padrões de consumo das

classes dominantes, destacando-se aí, assim, a não existência de um mercado de massas com a oferta de produtos baratos para o consumo cotidiano (WOOD, 2000, p. 15). Este, por exemplo, é o caso da França, onde nesse período a maior parte da população era composta por camponesxs que permaneciam com a posse da terra. O acesso que tinham aos meios de produção e à terra em particular bloqueava a dependência do mercado e a conseqüente venda nele da força de trabalho como uma mercadoria, apoiando-se a classe dominante aí em cargos públicos, extraindo sobretrabalho dxs camponesxs através de impostos (WOOD, 2000).

Esta situação não era a mesma na Inglaterra, que desde o século XVI adotara uma nova direção de desenvolvimento em relação às suas congêneres europeias. Nesse período, embora já houvessem Estados em maior ou menor medida unificados sob o regime monárquico (como Espanha e França), nenhum poderia ser comparado com a Inglaterra, que tem o seu processo de unificação no curso do século XI, e à época já contava com uma expressiva rede de estradas e vias de transportes marítimos e fluviais, além de contar, na cidade de Londres, com a projeção de um mercado nacional em desenvolvimento (WOOD, 2000, p. 17). A autora situa a agricultura como a base material dessa economia inglesa emergente, na qual, por um lado a classe dominante – em aliança com a monarquia – tinha a sua participação garantida num Estado com forte poder centralizador e, por outro, onde uma parcela importante do território nacional estava sob a propriedade de grandes senhores de terra – expressão mesma da alta concentração fundiária que há muito tempo marcava o campo inglês¹⁵⁰.

Tinha-se, assim, um cenário em que o sistema de relações de propriedade, através da concentração de terras, implicava numa lógica produtiva estruturada a partir do trabalho de arrendatárixs (em lugar de camponesxs-proprietárixs) e, ao mesmo tempo, em que os ganhos dxs proprietárixs passam a depender sobremaneira do grau de produtividade de quem arrendava a terra. A dependência do mercado por parte dxs agricultorxs, nesse caso, dá-se não somente na etapa de realização da produção através

150 A autora aponta que o processo de concentração fundiária inglês ocorreu com força entre os séculos XVI e XVIII através de grandes ondas de expropriação. Este processo, levado a cabo sob a forma de “cercamentos”, isto é, a passagem de terras comunais à propriedade privada, começa na Inglaterra no século XII e completa-se no século XIX, sendo aí o século XVI um marco expressivo. Sobressai-se nesse período a pressão por extinguir-se os direitos baseados em costumes que interferiam na acumulação capitalista – o que, do ponto de vista dxs proprietárixs e arrendatárixs, significavam um impasse para o uso produtivo e lucrativo da terra. Essa pressão (aparente nos casos que chegaram aos tribunais, bem como nos conflitos que aí tiveram lugar) se expressava através das disputas da propriedade comunal com o objetivo de garantir a sua apropriação privada, na eliminação de uma série de direitos de uso sobre terras privadas ou através do questionamento do acesso à terra por parte de pequenos camponeses que não possuísssem títulos inequívocos de domínio (WOOD, 2000, p. 21).

da venda, mas para o acesso mesmo à terra e aos meios de produção, dando origem à época a um mercado de aluguel de terras no qual arrendatários potenciais tinham de competir entre si (WOOD, 2000, p. 18). Nesse sentido, a autora destaca o modo como a agricultura de algumas regiões da Inglaterra no século XVI reúne uma combinação de fatores que chegam a determinar a direção da economia nacional como um todo, generalizando assim, sobretudo através dos chamados melhoramentos (*improvements*), a lógica do aumento da produtividade da terra visando o lucro. Em análise da teorização do conceito realizada por John Locke em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* de 1689, a autora aponta que:

se lermos cuidadosamente o capítulo de Locke sobre a propriedade, veremos com clareza que o que está em questão não é o trabalho enquanto tal, mas a utilização da propriedade de modo produtivo e lucrativo, seu “melhoramento”. Um proprietário (ou senhor da terra) empreendedor, disposto a realizar os “melhoramentos” fundamenta seu direito à propriedade não pelo seu trabalho direto, mas pela exploração produtiva da sua terra pelo trabalho de outras pessoas. Terras sem “melhoramentos”, terra que não se torna produtiva e lucrativa (como, por exemplo, as terras dos indígenas nas Américas) constituem desperdício e, como tal, estabelecem o direito e até mesmo o dever de aqueles decididos a “melhorá-las” se apropriarem dela (WOOD, 2000, p. 21-22).

Ou seja, essa mesma ética dos melhoramentos, posta em prática através dos cercamentos, podia justificar a expropriação não apenas nas colônias como também na metrópole inglesa, num movimento de extinção dos direitos de uso fundados em costumes através dos quais muitas pessoas estruturavam suas vidas. Assim posto, esse cenário lança luz à afirmação de Hobsbawm (2011) de que a resistência ao desenvolvimento do capitalismo deixa de ser efetiva na Grã-Bretanha por volta de fins do século XVII. Se, por um lado, tem-se neste país – como expressão mesma do desenvolvimento capitalista e do caráter revolucionário que o fenômeno aí adquire – a *“eliminação do campesinato; uma proporção de homens e mulheres que ganham a vida unicamente com o trabalho assalariado maior que em qualquer outra parte; a urbanização mais cedo e provavelmente maior que em todos os outros lugares”* (HOBSBAWM, 2011, p. 4), verifica-se, por outro, ao se analisar suas origens agrárias, que (1) *“não eram comerciantes nem ‘industriais’ os condutores desse processo”* e (2) *“as pressões*

competitivas e as novas 'leis do movimento' que as acompanhavam dependiam numa primeira instância não da existência de uma massa proletária, mas da existência de arrendatários dependentes do mercado” (WOOD, 2000, p. 23-24)¹⁵¹.

Em outras palavras, esse cenário apresentado por Wood (2000) revela a presença da dinâmica específica do capitalismo no setor agrícola da economia inglesa antes mesmo da proletarização em massa da força de trabalho, sendo esta, concomitantemente, fator decisivo para tanto. Reside, assim, no processo de desenvolvimento da agricultura inglesa a força geradora não apenas de uma massa de expropriados disposta a pôr à venda a sua força de trabalho em troca de um salário, como também de um amplo mercado de consumo para os bens de uso diário – têxteis e alimentos – que sustentou o processo de industrialização que aí teve efeito. Ademais, estas imbricadas relações existentes entre a apropriação privada da terra e o processo de reorganização territorial que ela supõe no contexto de desenvolvimento do primeiro capitalismo do mundo antecipam algo do entendimento da *geografia da acumulação capitalista* e, por conseguinte, das formas gerais de territorialização da economia capitalista, horizonte rumo ao qual nos vamos dirigindo.

Harvey (2005a) sugere que a compreensão da forma através da qual o capitalismo produz espaço supõe a aceitação da dimensão expansiva que lhe é própria, antevista esta por Marx na sua teoria da acumulação. Segundo ele, a expansão geográfica e a reorganização espacial apresentar-se-iam, desse modo, como saída para a incapacidade de desvalorização (ou destruição) dos excedentes de capital e força de trabalho gerados através das crises de superprodução que marcam a dinâmica de dito sistema econômico-produtivo através da chamada tendência decrescente da taxa de lucros. A expansão geográfica e a reorganização espacial, compreendidas aí nos termos de um “ajuste espacial”, implicariam em “ajustes temporais”, na medida em que tendem a requerer *“investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo) que demorariam muitos anos para realizar seu valor através da atividade produtiva que apoiavam”* (HARVEY, 2005^a, p. 10).

Supõe, ademais, a especificação do modo como este fenômeno [a natureza

¹⁵¹ Isso não implica desconsiderar, conforme aponta Wood (2000), o trabalho assalariado como parte da “tríade” fundamental das relações capitalistas delineada por Marx e outros, mesmo no contexto do capitalismo agrário inglês – especialmente nas regiões leste e sudeste do país em que se destacava a produtividade agrícola. Nesta tríade estariam estruturadas, assim, as relações entre proprietários de terras vivendo da renda da terra capitalista, arrendatários capitalistas vivendo dos lucros e trabalhadores vivendo de salários.

expansiva do capitalismo antevista por Marx na sua teoria da acumulação] se relaciona com a teoria do imperialismo de Lenin, dado o efeito que possui este de “exportação” para as áreas periféricas de algumas das tensões originadas no campo da luta de classes no interior dos centros de acumulação. Seja para escapar dos efeitos da luta de classes num espaço-tempo específico ou para repatriar os superlucros que permitirão amainar as tensões com a força de trabalho interna através de incrementos materiais, a expansão geográfica seria aí condição fundamental (HARVEY, 2005b). Nesse caso, a expansão, bem como a concentração geográficas são ambas consideradas resultados do esforço mesmo de criação de novas possibilidades de acumulação de capital¹⁵², de modo que:

A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à “derrubada das barreiras espaciais” e, no fim, até à “anulação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005b, p. 51).

Dito de outra forma, as crises estruturais do capitalismo, compreendidas pelo autor como “*crises temporais do investimento de capital fixo*”, expressam-se não apenas como alguma sorte de ordem e racionalidade no fluxo de desenvolvimento do capitalismo como também enquanto reformas periódicas do espaço geográfico com vistas à sua adaptação à necessária acumulação adicional e, portanto, à superação da tendência à queda da taxa de lucros, na medida em que forçam a expansão da capacidade produtiva e a renovação das bases da acumulação adicional (HARVEY, 2005b)¹⁵³. A expansão geográfica inscreve-se, nesse contexto (associada a outros elementos como a penetração do capital em

¹⁵² “A necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção em alguns grandes centros urbanos, que se tornam as oficinas da produção capitalista (MARX, 1976, vol. 1: 352; MARX, 1973: 587). A ‘anulação do espaço pelo tempo’ se realiza, nesse caso, pela localização ‘racional’ das atividades, umas em relação às outras, a fim de reduzir, em particular, os custos de movimentação dos produtos intermediários” (HARVEY, 2005b, p. 50).

¹⁵³ E completa: “Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos, que, tipicamente, produzem o terreno de reprodução para o fascismo. A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada. Tudo o que precisará acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista, será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação” (HARVEY, 2005b, p. 45).

outras esferas de atividade, a criação de novos desejos e necessidades através de uma organização do consumo compatível com a acumulação, assim como a facilitação e o estímulo ao crescimento populacional em compatibilidade com a acumulação a longo prazo), como resposta à necessidade de criação de um novo patamar de demanda efetiva que possibilite o aumento da capacidade de absorção de produtos¹⁵⁴. Expansão significa, dessa maneira, tanto *“intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial”* (HARVEY, 2005b, p. 46) quanto expansão geográfica.

O apelo à teoria do imperialismo é feito pelo autor, nesse sentido, na medida em que esta oferece elementos para a compreensão dos modos pelos quais o capitalismo cria novos espaços para a acumulação (HARVEY, 2005b, p. 63). Ele argumenta que, se, por um lado, Marx logrou situar a intensificação e a expansão como dimensões concomitantemente necessárias à acumulação, a teoria do imperialismo, por outro – embora seja empregada por vezes como uma espécie de teoria *“usada para explicar o modo pelo qual as forças conflitantes e os interesses de classes se relacionam em situações históricas específicas”* (HARVEY, 2005, p. 63) – ilustra ela mesma a tendência própria ao capitalismo de superação das barreiras espaciais e de anulação do espaço pelo tempo (tendência que, conforme afirma, Marx deriva da teoria da acumulação). A especificação dos modos como uma teoria e outra se relacionam, dessa maneira, sugere o esclarecimento do modo como o sistema capitalista de produção se expressa em cada realidade social-histórica concreta e a tomada em conta da *“influência mediadora das estruturas políticas, ideológicas, militares e outras, que, embora devam ser organizadas de modo coerente em relação ao curso da acumulação de capital, não são determinadas unicamente por isso”* (HARVEY, 2005b, p. 64).

2.3.4. Produção Capitalista do Espaço Latino-Americano: formação socioespacial dependente e renda da terra

Partindo do conceito de formação socioespacial proposto por Milton Santos para expressar a capacidade que tem o espaço de tornar manifestas as condições históricas

¹⁵⁴ O autor destaca que a expansão da capacidade produtiva e a renovação das condições de acumulação adicional tende a apresentar algumas características, para além do aumento da demanda efetiva expandida por produtos, a saber, (1) o aumento da produtividade da mão de obra através do emprego de máquinas e equipamentos com elevado grau de sofisticação; (2) a diminuição do custo da mão de obra em decorrência do aumento do “exército de reserva” em razão da crise; e (3) a atração do excedente de capital por linhas novas de produção mais lucrativas (HARVEY, 2005, p. 45).

em que se apoia a produção social no modo capitalista de produção, Aruto (2015) propõe o conceito de formação socioespacial dependente, como forma de compreensão das *“transformações históricas que se operam entre e dentro das formações socioespaciais”* (ARUTO, 2015, p. xi) latino-americanas, abrindo espaço para o emprego e a articulação de diferentes escalas espaciais (por exemplo, nação e região) na análise do contexto específico das relações de produção que aí têm efeito. Ele sustenta que a especificidade marcante das nações da América Latina na unidade representada pelo modo capitalista de produção pode ser explicada nos marcos da superexploração da força de trabalho, através da qual o espaço é estruturado de modo a oferecer *“condições à reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor”* (ARUTO, 2015, p. xi).

Esta formulação da superexploração da força de trabalho foi originalmente proposta por Ruy Mauro Marini como a principal característica da dependência, que fundamenta as relações centro-periferia na economia-mundo capitalista. O autor a explica fazendo referência a três mecanismos básicos a partir dos quais se estruturam as economias dos países latino-americanos, a saber, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Estes mecanismos, sustenta, engendram um modo de produção que, paradoxalmente, não se baseia no desenvolvimento da sua capacidade produtiva, mas sim (e exclusivamente) na maior exploração do trabalhador(a). Ao que explica:

el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirlo en el plano de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el de la producción interna. El aumento de la intensidad del trabajo aparece, en esta perspectiva, como un aumento de plusvalía, logrado mediante una mayor explotación del trabajador y no del incremento de su capacidad productiva. Lo mismo se podría decir de la prolongación de la jornada de trabajo, es decir, del aumento de la plusvalía absoluta en su forma clásica; a diferencia del primero, se trata aquí de aumentar simplemente el tiempo de trabajo excedente, que es aquel en el que el obrero sigue produciendo después de haber creado un valor equivalente al de los medios de subsistencia para su propio consumo. Habría que señalar, finalmente, un tercer procedimiento, que consiste en reducir el consumo del obrero más allá de su límite normal,

por lo cual “el fondo necesario de consumo del obrero se convierte de hecho, dentro de ciertos límites, en un fondo de acumulación de capital”, lo cual implica un modo específico de aumentar el tiempo de trabajo excedente (MARINI, 1973, p. 124-125).

Gomes Júnior & Aruto (2016), por seu turno, relacionam o fenômeno de apropriação da renda da terra à compreensão da reprodução do capital nas economias latino-americanas, definindo-lhe como um elemento a mais para se ter em conta quando da apreciação da manutenção da dependência na região, estando a sua aparição condicionada ao padrão de reprodução do capital então vigente. A elevação da renda da terra como chave de compreensão da reprodução da dependência econômica através da produção do território também ocorre em Guerreiro & Pereira (2017) que, tomando o caso brasileiro, posicionam a categoria na análise do ciclo das *commodities*, articulando-a para tanto, ao fenômeno de expansão das fronteiras urbanas, sugerindo, de tal modo, novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Apontam, aí, para a significativa intensificação e extensão do uso da terra nos contextos urbano e rural formal ou informalmente, no esforço de relacionar esta dinâmica à especificidade do movimento do capital no país, bem como em suas relações com o sistema mundial. Sugerem, dessa forma, ademais, uma lente de análise crítica dos governos progressistas na América Latina, bem como contradições e limites da estratégia de promoção do desenvolvimento autônomo adotado.

A formulação do conceito de formação socioespacial é feita por Milton Santos a partir da noção marxista de formação econômico-social, forjada como tentativa de captar as formas sociais concretas que têm efeito num determinado modo de produção. Ele explica que o interesse a respeito das formações econômico-sociais “*está na possibilidade que tais estudos oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução*” (SANTOS, 2005, p. 25). Nesse sentido, Aruto (2015) aponta que enquanto Marx (1996; 1985) e Lenin (s.d.) a definem como expressão do desenvolvimento de formações espaciais que sintetizam a totalidade das relações sociais e se baseiam nas relações de produção sob um processo histórico-natural diacrônico, Luporini e Sereni estabelecem uma relação dialética entre o modo de produção e a formação social, tomadas como unidade e diversidade. Estes autores acreditavam, segundo afirma, que existia no seio de cada sociedade uma determinada

produção social que, encarada aí enquanto totalidade, conferiria sentido a todas as demais produções – embora não tenham chegado a considerar apropriadamente a natureza desigual e expansiva do modo capitalista de produção (HERZOG, 1976 apud ARUTO, 2015).

Milton Santos (1979 apud ARUTO, 2015), por sua vez, adiciona à apreciação da “formação econômico-social” a dimensão espacial como parte que dela – de todas e qualquer uma delas – é fundamental, assinalando, com isso, desde uma concepção dialética, o lugar e a importância da categoria no campo metodológico das Ciências Sociais. O espaço, desde esta concepção:

é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho. Os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *praxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS, 2005, p. 34).

É desse modo que o geógrafo dá corpo, pois, segundo sugere Aruto (2015), ao conceito de formação socioespacial, argumentando para tanto que:

a concretização dos modos de produção em várias formas sociais somente é possível pelo seu movimento conflituoso sobre uma determinada base territorial historicamente determinada, onde as “formas sociais” seriam uma expressão desses modos de produção e guardariam as suas especificidades (ARUTO, 2015, p. 33).

Estabelece-se aí uma relação de interdependência, que articula produção, formação social e espaço. Espaço e formação social aparecem como funções de um espaço particular; de um território. A relação de produção permitiria precisar, desse modo, a dinâmica e as determinações do modo capitalista de produção sobre o espaço territorial – encarado este por Santos (1979 apud ARUTO, 2015), enquanto construção e fato histórico-social conformado a partir das inter-relações com as sociedades global e local (ARUTO, 2015). Depreende-se, portanto, uma dupla relação: onde, por um lado – tal

como representado na figura 1 –, como o modo capitalista de produção engendra ele mesmo formas sociais a ele específicas, que ganham expressão na medida em que, por sua natureza fenomênica, estão plasmadas num determinado espaço territorial.



Figura 32: Quadro teórico-conceitual geral que favorecerá a visualização das formas concretas assumidas pelo modo de produção capitalista em espaços territoriais específicos

Por outro, conforme aparece na figura 2, no espaço territorial é que se encontrarão plasmadas as formas sociais engendradas por outros modos de produção que não o capitalista.



Figura 33: Quadro teórico-conceitual geral que favorecerá a visualização de espaços territoriais produzidos por outros modos de produção para além do capitalista

2.3.5. Território: articulando concepções, tecendo aproximações

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. [...] O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida (SANTOS, 2005, p. 137).

Desde a perspectiva da promoção do desenvolvimento, Ribeiro & Loiola (2009) sugerem o território como um campo que se abre ao diálogo entre diversos saberes e conhecimentos, permitindo, desse modo, aproximações mais consistentes da realidade social. As autoras destacam o emprego da categoria no esforço de compreensão dos desafios postos ao processo de desenvolvimento na contemporaneidade, concebida desde uma perspectiva multiescalar. Partem aí do entendimento de que as transformações por que passa a economia capitalista no final do século XX coloca em questão, concomitantemente, os pressupostos e instrumentos que então davam suporte à intervenção sobre a realidade e à gestão social, pelos efeitos mesmo que produz nas dinâmicas social, econômica, cultural e ambiental. Situam a importância da abordagem do

território, assim, no bojo de surgimento do chamado “paradigma da complexidade”, do qual parte a crítica aos limites do desenvolvimento e do progresso buscados através da aplicação das ciências modernas, sobretudo quando considerados os entraves à potencialização da concorrência dos países ditos subdesenvolvidos nos mercados globais e, ao mesmo tempo, à ampliação do bem-estar e da qualidade de vida de suas populações¹⁵⁵.

As autoras sugerem, ainda, que a ampla preocupação com o desenvolvimento – leia-se crescimento econômico – que marcou o *mainstream* da Economia a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, ajuda a explicar em partes a limitada atenção oferecida ao conceito de espaço na disciplina, que era representado aí, frequentemente, nos termos da variável *distância*, levando-se em conta apenas os seus efeitos sobre os custos gerais da produção (PECQUER & ZIMMERMANN, 2005 apud RIBEIRO & LOIOLA, 2009). A busca pela incorporação de variáveis não apenas econômicas no processo de desenvolvimento permeou o campo da Economia Industrial à época, conforme apontam, por exemplo, sendo a abordagem sensível a temas como o aprendizado sobre o território, incluindo seus aspectos políticos, culturais e sociais, mas ainda orientada especificamente à promoção do desenvolvimento¹⁵⁶. A lógica espacial inaugurada a partir dos anos 1970 com a emergência do que chamam “paradigma” tecnoeconômico, fundada na (1) concentração e centralização das decisões estratégicas; (2) a descentralização do gerenciamento organizacional; e (3) as inter-relações espaciais possíveis a partir dos fluxos de informações – condicionados em função das estruturas de poder e da

155 “A complexidade é o reconhecimento de que múltiplas relações, ao constituírem estados de ‘organização’, uma ordem, uma hierarquia, ensejam, ao mesmo tempo, o aparecimento de processos contrários a essa organização. [...] Tal assertiva expande o debate acadêmico no campo da economia para incluir uma perspectiva genuinamente social centrada na interação das pessoas reais e não em pessoas idealizadas, e superar negligências em relação às estruturas sociais presentes em abordagens econômicas ortodoxas” (RIBEIRO & LOIOLA, 2009, p. 192).

156 As autoras destacam no texto as implicações da associação do tema do desenvolvimento ao território nos termos de políticas de “desenvolvimento local a partir de arranjos produtivos locais – APLs”, bem como o perigo da sua mistificação e generalização, apontando para a fragilidade dos modelos universalistas e o risco de abordagem do local como solução para problemas que superam essa dimensão. Nesse contexto, embora o conceito de território seja adotado e a sua importância seja ressaltada nas redes de aprendizado, o desafio de conformação das políticas na realidade social será tanto menos persistente quanto mais se incorporarem as bases epistemológicas que favoreçam campos mais férteis de diálogos, levando à compreensão das dinâmicas de desenvolvimento territorial (RIBEIRO & LOIOLA, 2009). Segundo apontam, desde uma perspectiva integrativa, a Economia Industrial tem proposto os conceitos de *Clusters*, Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Nesses dois últimos, a valorização da dimensão espacial e a ampliação das fronteiras da Economia se dão nos termos do “*papel central da inovação e do aprendizado interativos como fatores de competitividade sustentada, apresentando-se como alternativas àqueles tipos de aglomeração produtiva que focam setores econômicos e empresas individuais.*” (RIBEIRO & LOIOLA, 2009, p. 218).

infraestrutura disponível –, foi acompanhada pela conformação de uma nova matriz de relações espaciais e de acumulação (RIBEIRO & LOIOLA, 2009, p. 193)¹⁵⁷.

É nesse contexto, pois, que o local passa a ser incorporado às cadeias globais de produção, figurando, ao mesmo tempo, como campo privilegiado das teorias do desenvolvimento, em articulação com a dimensão temporal¹⁵⁸. Ou seja, na medida em que “*incorpora o conceito de território, a Economia busca compreender a dinâmica local, as relações de poder, que são fundamentais para responder às necessidades de expansão do capital no contexto local*” (RIBEIRO & LOIOLA, 2009, p. 213). Pela complexidade e interdisciplinaridade que supõe, assim como as imbricadas relações que sustenta nos ambientes locais, o território emerge para as autoras como um importante recurso para se considerar os desafios ao desenvolvimento, bem como a construção de novos instrumentos de ação e/ou regulação territorial/regional. Nesse sentido, apontam que:

Algumas contribuições [...], como as de François Perroux, G. Myrdal, Albert Hirschman e Amartya Sen destacaram a miopia dos trabalhos que reduzem o desenvolvimento ao crescimento econômico, ressaltando a importância das dimensões cognitiva, subjetiva, cultural e sistêmica do desenvolvimento. Com base nelas e em novas formulações sobre desenvolvimento econômico, considerou-se que a incorporação da dimensão territorial nas pesquisas e programas pode abrir espaço para diferentes modelos de desenvolvimento regional e a possibilidade da construção de capacidade organizacional dos agentes regionais para superarem as contradições e resolverem os conflitos mediante a integração dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, uma vez que os territórios são relações sociais projetadas no espaço, uma

157 O ajuste entre as Políticas de Estado, as Políticas Econômicas e os interesses de setores e grupos sociais específicos com vistas à redefinição das formas de organização dos seus territórios no contexto latino-americano se tem dado, na contemporaneidade, sob a lógica que articula a noção de crescimento econômico à de desenvolvimento tecnológico e, por extensão, à ideia de “modernidade”. Conforme indica Guanaes (2014), as relações complexas existentes entre a modernidade e a colonialidade, o desenvolvimento e a expropriação territorial, o ambientalismo e a exclusão social tornaram-se também complexos desafios para a maior parte dos Estados (pluri)nacionais da América Latina, “*cujos países têm em comum: problemas fundiários estruturais, numerosos conflitos territoriais e socioambientais e a alienação do território à economia*” (GUANAES, 2014, p. 181).

158 E assinalam que, se pode “*afirmar que os anos 1990 foram marcados pelo direcionamento das políticas públicas para o local e pela busca da participação da sociedade civil como solução para a crise do desenvolvimento nacional. Análises mais recentes dessas intervenções têm, todavia, ensejado a percepção de que o foco no local se deu acoplado a uma visão dicotômica da relação entre o local e o global, negligenciando ou até mesmo eliminando escalas intermediárias e, conseqüentemente, diferentes mediações, que são imanentes ao processo de desenvolvimento, o que resultou no relativo insulamento das propostas de desenvolvimento local*” (RIBEIRO & LOIOLA, 2009, p. 194).

rede de relações sociais e produtivas capazes de produzir singularidades, ou seja, são espaços definidos e delimitados por e a partir de relações de poder (RIBEIRO & LOIOLA, 2009, p. 217).

Fernandes (2009), nesta perspectiva, define o território a partir da relação que este estabelece com as classes sociais que, segundo considera, estão aí em permanente conflitualidade, disputando modelos de desenvolvimento e de sociedade. Para o autor, quem também aponta para a centralidade que o conceito de território tem adquirido na implantação de políticas públicas e privadas, intensificando por meio delas as conflitualidades em torno do território em suas dimensões simbólica (imaterial) e objetiva (material). Nesse contexto, em geral, o território tem sido compreendido tão somente como espaço de governança, ou seja, como “*território da nação, do país, dos estados, províncias, microunidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança*” (FERNANDES, 2009, p. 200), criando com isso a ideia de supostos territórios “unos” ocultando, com isso, a diversidade que lhes constitui.

A emergência da geograficidade do social, desde o ponto de vista do autor, se dá, desse modo, no mesmo movimento de ascensão da categoria território e de intensificação da disputa pelo poder de interpretação e determinação do conceito, assim como dos próprios territórios em sua objetividade, sugerindo que o sentido da disputa reside em ideias como de soberania, totalidade e multidimensionalidade. E explica:

Soberania é um princípio do conceito de território. Todavia, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos. Todavia, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas que garantem o Estado. Considerando a multiterritorialidade, podemos falar em soberanias, cujas existências garantem a do Estado (FERNANDES, 2009, p. 201-202).

A abordagem sobre o território feita pelo autor, dessa maneira, sugere a tomada deste como um “todo” considerado em sua multidimensionalidade. As dimensões conformam-se por meio das práticas sociais, pelas relações econômicas, culturais e

ambientais dos seres humanos na sua relação com a natureza e entre si, de modo que as classes sociais revelam a presença de sujeitos nesses territórios, que se movem através de ações e intencionalidades¹⁵⁹. Cada dimensão de um determinado território constitui-se, assim, sobre uma base espacial determinada, articulando diversos fatores simbólicos e objetivos, manifestos através das relações sociais entre classes, setores ou grupos sociais distintos. Nesse sentido, completa:

É possível estudar o território somente como espaço de governança, como uno, ou estudá-lo como diverso, pelas suas diferencialidades. É possível falar de exclusão ou inclusão precária, ou ainda é possível falar de capital social, capital político, capital natural ou dimensão social, dimensão política, dimensão cultural, dimensão natural dos territórios. São análises distintivas pelas direcionalidades determinadas pelas intencionalidades, em que a amplitude do objeto pode conter ou não as condições em questão (FERNANDES, 2009, p. 203).

Para efeito da construção deste trabalho, buscamos localizar no espaço territorial a categoria *território*, como lente e mesmo como “solo”, que nos permitirá visualizar o “*movimento conflituoso sobre uma determinada base territorial historicamente determinada*”¹⁶⁰ do modo capitalista de produção. A forma social através da qual buscaremos destacar os modos de produção capitalista e não-capitalista nesse cenário, será, portanto, o *conflito social* – categoria definida por Ramos (2003, p. 3) como “*contradição em ato*” que permite a abordagem das “*mudanças que transcorrem nas relações sociais e de poder*”, bem como das “*novas (co)relações de forças*” que aí têm efeito, “*configurando novos padrões de conflitividade no contexto de uma dada formação social*” (RAMOS, 2003, p. 5).

159 Sobre a intencionalidade o autor explica: “*Compreendemo-la como a opção histórica que as pessoas fazem, determina a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como a escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja, leituras que direcionam as compreensões das realidades*” (FERNANDES, 2009, p. 202-203).

160 (SANTOS, 1979 apud ARUTO, 2015).



Figura 34: Quadro teórico-conceitual que favorecerá a visualização de modos de produção capitalista e não capitalista em espaços territoriais específicos

Conflito e conflitividade emergem nesse contexto, explica, como categorias distintas¹⁶¹:

Enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros. Isso tem a ver com as conjunturas e, aqui, as questões relativas às escalas de tempo, assim como as escalas geográficas, se impõem. Até que ponto um conflito é local ou supralocal (regional, nacional, mundial) é uma das questões mais sensíveis desse tipo de investigação (RAMOS, 2003, p. 5).

¹⁶¹ Para Porto-Gonçalves (2003, p. 6), "Os conflitos expressam a dialética aberta dos processos instituintes. Considerá-los, assim, como contradição em estado prático, é um primeiro passo teórico-metodológico que ao recusar qualquer lógica a priori, seja do capital, seja do que quer que seja, aceita o caráter instituinte das possíveis ordens sociais inscritas no magma de significações (CASTORIADIS, 1982). A conflitividade se revelaria, assim, rica de possibilidades teóricas, e porque não dizer, políticas. É nela que as bifurcações se tornam reais ou não".

2.4. Escala de Análise do Estado e da Política (Pluri)nacionais

2.4.1. Sistema Internacional e Sistema Interestatal

Para Vigevani (1999), a perspectiva de ciclos longos proposta por autores como Braudel (1975), Arrighi (1994) e Wallerstein (1991), entre outros se converte em recurso para a análise do cenário internacional no pós-Guerra Fria, do mesmo modo que o debate histórico sobre a sociedade internacional e a sociedade de Estados. Como explica, este debate se esboça neste pós-Guerra, fomentado pela interrogação sobre o sistema internacional, se este deveria ser considerado uma *associação de objetivos* ou uma *associação prática*. Os valores da associação de objetivos estariam referidos, assim, na cooperação, o que implica a afirmação de interesses compartilhados, numa transposição do conceito de nação, desenvolvido por alguns autores no século XX, para o campo específico das Relações Internacionais. Valores que, desse modo, afetam o poder, a riqueza, o equilíbrio e as concepções de mundo em voga em cada Estado. Já os valores da associação prática refeririam-se a relações que não estão submetidas a interesses comuns compartilhados, mas, antes, *“indicam uma situação em que os Estados ou as pessoas estão, assim mesmo, obrigadas a conviver de algum modo. Até a guerra pode ser considerada uma das formas de convivência”* (VIGEVANI, 1999, p. 8).

Apesar da existência deste debate, o autor argumenta que a reprodução constante de valores realistas, ainda que sofra algum tipo de atualização para acompanhar as profundas transformações que atravessam o sistema internacional nesse período, permite sustentar a predominância dos valores da associação prática. Nesse sentido, explana Vigevani (1999, p. 7), muito embora compreenda o sistema internacional para além das relações entre os Estados e, portanto, como parte do que chama de sociedade internacional ou mundial – vista, esta, como *“um conjunto que inclui o sistema interestatal, a economia mundial ou o mercado mundial, ou o sistema econômico mundial, e os fenômenos transnacionais ou supranacionais”* –, Aron (1984) defende que no século XX, por efeito mesmo de toda a belicosidade deste então, o que prevaleceu como representação hegemônica deste [do sistema internacional] foi mesmo o sistema interestatal.

Conforme destaca, parece haver uma sorte de consenso entre xs autorxs que se ocupam deste debate de que, em decorrência da Guerra de Trinta Anos ocorrida na Europa entre 1618-1648, e do acordo de paz que marca o seu fim, teria surgido o

conceito de sociedade internacional. Com a chamada Paz de Westphalia, um conjunto de tratados estabelece o princípio de que os Estados europeus deveriam assumir a tolerância e a coexistência como base da convivência, consolidando, portanto, as bases do conceito de soberania do Estado, na medida em que passa a reconhecer a Europa como constituída por uma multiplicidade de Estados independentes, onde a liberdade religiosa seria garantida, ficando a cargo de cada território a determinação da religião a ser seguida. Segundo explica o autor (VIGEVANI, 1999, p. 6):

Ficava definitivamente sepultado o princípio de uma religião única, de busca da soberania em nome da religião legítima. O acordo de paz assinado por potências perdedoras e vencedoras, como Áustria, Espanha, França, Suécia e outras, sinalizava a chegada dos novos tempos. Colocavam-se as bases para o conceito de soberania do Estado, para o qual, de Bodin a Hobbes, muitos haviam trabalhado. A soberania, na definição aplicada às relações internacionais, de Russett e Star, significa que “*não existe qualquer autoridade em condições de determinar ao Estado como agir; não existe nenhum ator com autoridade legítima para dizer a um Estado o que deve fazer*” (RUSSETT & STAR, 1992, p. 99 apud VIGEVANI, 1999, p. 6).

A Paz de Westphalia coloca em cheque novamente a questão da ordenação dos territórios e das pessoas que neles vivem, reavivando discussões sobre liberdade, normas, regras, controle, leis (ou o *estado de sociedade* e o *estado de natureza*, segundo as definições rousseauianas), desta vez com a problemática lançada às relações entre os Estados que, desde esta perspectiva *jusnaturalista*, se encontrariam num “estado de natureza”, enquanto que as relações dentro dos Estados lograram passar a um “estado de sociedade”. Nesse sentido, ainda que as relações internacionais já existissem antes de Westphalia, explica Vigevani (1999, p. 6), estas se davam pela mediação de uma tendência permanente à implementação de um “reino universal” (egípcio, macedônico, grego, romano, cristão, turco), dentro dos limites de um universo conhecido. Por esta razão, no campo formal das Relações Internacionais, considera-se, de modo geral, que estas só podem ser pensadas a partir de Westphalia, quando a própria noção de direito internacional, “o direito das gentes” começa a ser melhor delineada – mesmo considerando-se que há muito já existissem tratados, embaixadores e outros instrumentos diplomáticos. E completa:

Depois das guerras de religião, internas aos Estados e entre os Estados, portanto depois de Westphalia, renovam-se as instituições existentes, a

diplomacia, e inicia-se o processo de estruturação de novas instituições, o direito internacional e o equilíbrio de poder. (...) A estrutura política anterior a Westphalia, baseada na ideia do príncipe que, como afirma Anderson(1985), continuou importante até o momento em que o absolutismo foi substituído pela burguesia, foi sendo paulatinamente modificada. Essa estrutura anterior identificava o poder estatal com o governante, portanto não havia nem mesmo um arcabouço do sistema interestatal, mas apenas políticas de casas reinantes. As novas instituições ganharam *status* de pilares das relações internacionais na medida em que o sistema de Estados foi constituindo-se como tal. A diplomacia, o direito e o equilíbrio passavam a intermediar as relações entre Estados – entre potências – com territórios e com populações que (ao menos idealmente) eram co-responsáveis pelas decisões dos governantes. Assim como em cada país o príncipe deixava de ser a encarnação única do Estado, as relações entre xs soberanxs deixam lugar às relações interestatais (VIGEVANI, 1999, p. 11).

Desde esta perspectiva, a abordagem do sistema interestatal remete diretamente à ideia de anarquia, visto que é parte este de um sistema internacional constituído fundamentalmente, embora não apenas, por uma série de Estados separados e parcialmente ligados, que buscam, cada um deles, a realização dos seus próprios objetivos. A criação de normas, às quais os outros Estados devam se submeter, ganha sentido, assim, no modo de funcionamento ordinário dos Estados, na medida em que buscam, estes, maximizar suas vantagens nas relações internacionais. Como destaca o autor:

De modo crescente, com o tempo, essas ligações vão se ampliando, se constituindo, sobretudo a partir do fim do século XIX, em diversos aspectos, de um tecido de instituições de coordenação, mesmo quando seu papel normativo não se sobrepunha, nem pretendia fazê-lo, ao valor soberania do Estado (Cruz Vermelha, Corte Internacional de Justiça, Liga das Nações, Nações Unidas e dezenas de órgãos internacionais de caráter, em princípio, universal). Note-se que afirmamos que o papel normativo dessas instituições não se sobrepunha à soberania do Estado, mas tampouco se está negando a existência de normas comuns (VIGEVANI, 1999, p. 9).

Em outras palavras, o que sustenta o autor é que a constituição de um sistema interestatal, entre os séculos XVIII e XIX, apoia-se na ideia de associação entre

comunidades políticas independentes, especialmente quando fica posto que esta associação interessava aos Estados europeus, figurando, nesse contexto, a diplomacia, o equilíbrio de poder e um corpo de leis de validade internacional, como instrumentos políticos por excelência de ligação entre os Estados. A noção de Estado independente e soberano estabelece, desse modo, a igualdade formal entre os Estados, base para a definição de sistema interestatal, no qual predomina, portanto, o princípio da associação prática, na medida em que este sistema se torna fundamental para a garantia da manutenção de regras mínimas de convivência – ainda que sem a existência de objetivos comuns. No pós-Guerra Fria a soberania dos Estados se mantém enquanto princípio válido, muito embora a sua garantia formal não siga sendo vista, em alguns debates que se abrem então, como indicativo da sua verificação prática – sobretudo se levando em conta os fenômenos de regionalização, mundialização ou globalização em curso no mundo neste contexto. Ou seja:

No pós-Guerra Fria, o reconhecimento da soberania estatal permanece válido. Mas parte importante do debate orienta-se para a compreensão da medida em que essa mesma soberania é perfurada pelo aprofundamento do fenômeno relativamente novo da globalização. Este fenômeno, e de acordo com alguns autores também o debilitamento da soberania, teria sido decididamente fortalecido pelo fim da conflitualidade Leste-Oeste. Cabe questionar essa conclusão, não pela sua eventual incorreção em si mesma, como fotografia de uma realidade, mas porque não esclarece os fenômenos estruturais e históricos que contribuiriam ao debilitamento da soberania, um valor que tem raízes em Westphalia, no jusnaturalismo, e que é o pressuposto da própria ideia de sistema interestatal. Sistema interestatal que consolida-se no século XIX, ao menos no que tange ao mundo ocidental, e no século XX. Neste último passa a ser o pilar da Liga das Nações e das Nações Unidas. Nesta última fase deu-se a extensão da soberania e da igualdade formal para todos os povos (VIGEVANI, 1999, p. 14).

2.4.2. O Estado e a Economia-Mundo Capitalista

Segundo aponta Osório (2004), os debates sobre o Estado e o poder passaram a ocupar maiores espaços nos campos da sociologia e da ciência políticas, sobretudo entre o final do século XX e começos do século XXI, precisamente em razão da ideia genérica

de que a mundialização e os fenômenos que lhes são consequentes implicariam o enfraquecimento ou até mesmo o desaparecimento do Estado-nação, num processo em que este teria cada vez menores possibilidades de exercício pleno da soberania frente a novos centros de poder emergentes e/ou de novos sujeitos nesse cenário, como o são, por exemplo, as multinacionais, o capital financeiro, as ONG's, os novos movimentos sociais, a sociedade civil, entre outros, estando este, aí, relegado a uma posição secundária na nova conformação das estruturas institucionais e políticas das sociedades nacionais. Ao contrário, como defende, seja no centro do sistema-mundo (moderno/colonial) capitalista ou na sua periferia, o Estado-nação é, a sua vez, o "sujeito" que protagoniza a operacionalização das transformações que se dão no processo de mundialização, especialmente em matéria de economia e de política. Para o autor, o capitalismo prescinde do sistema interestatal para se reproduzir e, frente a ele, assume o Estado-nação ao menos três funções fundamentais, a saber, (1) fazer com que interesses sociais restritos a determinados grupos passem a figurar como de interesse de toda a sociedade; (2) conformar-se como centro do poder político, enquanto espaço onde todas as relações e redes de poder encontrem meios de articulação; e (3) desempenhar papel fundamental na reprodução social, material, política e ideológica da sociedade (OSÓRIO, 2004, p. 19-20). A partir desse tripé, que ajuda a elucidar, desse modo, a importância do Estado na economia mundo capitalista, fica patente a concepção adotada pelo autor, segundo a qual:

el Estado es mucho más que dominio de classes. Pero *esencialmente es dominio de clases*. El Estado es mucho más que condensación de relaciones de poder, pero *fundamentalmente es la condensación principal de las relaciones de poder*. En fin, que el Estado es mucho más que coerción. Pero es *principalmente violencia concentrada* (OSÓRIO, 2004, p. 19).

Ainda que considere, dessa maneira, o Estado como expressão da necessidade de organização da convivência humana num contexto de complexificação social, pensar o Estado para o autor é uma tarefa que supõe a consideração das relações de domínio de classes sociais que fundamentalmente qualificam e atravessam esta instituição. Nesse sentido, pois, é que se pode pensar as dimensões "visíveis" e "invisíveis" deste, num amálgama de diversos elementos, referidos, no primeiro caso, nas instituições, no corpo de funcionárixs que trabalham e administram tais instituições, além das leis, normas e

regulamentos e, no segundo caso, numa condensação particular da rede de relações de poder, força e domínio que atravessam a sociedade (OSÓRIO, 2004, p. 20). Não obstante as diversas formas e densidades alcançadas por essas relações de força e poderes no conjunto da sociedade, o Estado seria o espaço onde esta densidade e a concentração de forças fundamentalmente se manifestam, conformando-se este, pois, como uma *“condensación particular de las redes y relaciones de fuerza en una sociedad, que permiten que se produzcan y reproduzcan relaciones de explotación y dominio”* (OSÓRIO, 2004, p. 22). Ou seja, o Estado figura como a instituição ou conjunto de instituições que sintetiza interesses sociais particulares, expressando, desse modo, o poder de determinados segmentos da sociedade – mais precisamente o poder das classes dominantes em detrimento dos interesses das classes dominadas¹⁶².

Esta realidade, no entanto, encontra-se mascarada pelo suposto pacto *entre individuos* que dá sustentação ao Estado capitalista. Individuos, assim, que concordam em abrir mão da soberania em nome da convivência em sociedade, dando origem a uma condição cidadã ancorada na individualidade e num imaginário de igualdade que se constituem através da fragmentação da existência social, num processo de autonomização da política, desassociando-a dos seus enredamentos econômicos e sociais. Nesse sentido:

Política y economía se mueven en el capitalismo en una permanente tensión, pero con predominio, en condiciones normales, del imaginario de un Estado de todos. El Estado puede exponerse así como una entidad que busca el bien común y no el de unos pocos. Más que expresar el reino de la fuerza, el estado capitalista se enmascara como el reino de la razón. El Estado, en definitiva, aparece como la expresión de una comunidad de iguales, la comunidad de los ciudadanos. Romper con esta ilusión-realidad es una de las tareas del análisis y de la reflexión (OSÓRIO, 2004, p. 24).

A análise do Estado, segundo defende o autor, dessa forma, deve dar conta deste paradoxo, desta “ruptura-integração” que, afinal, caracteriza os processos econômicos e

¹⁶² *“Hablamos de Estado para referirnos a una condensación de relaciones sociales de dominio específicas que cristalizan en el poder político. El Estado es el centro del poder político en tanto capacidad de determinados intereses sociales (clases, fracciones y sectores) de llevar adelante sus proyectos. A esta dimensión la denominamos Estado ‘invisible’, ya que es su cara oculta, la que no se manifiesta de manera inmediata. También se hace referencia a un conjunto de instituciones, leyes y normas, que junto al personal del Estado y – de particular interés – del que ocupa sus posiciones cúspides, conforman lo que llamamos el aparato de Estado. Por último, a sus funciones y tareas. Estas dos últimas dimensiones conforman el Estado ‘visible’”* (OSÓRIO, 2004, p. 162-163).

políticos na sociedade capitalista, do qual o Estado é resultado e, ao mesmo tempo, figura como reprodutor, revelando que, se a dominação e a exploração se apresentam enquanto fenômenos distintos, ambos encontram na figura deste o seu ponto de imbricação primordial¹⁶³. Esta imbricação se manifesta nisso que o autor caracteriza como a dimensão invisível do Estado, manifesta por meio do *poder político*, definido este nos termos de uma forma específica de relação de poder estabelecida entre classes dominantes e dominadas – entendida enquanto a capacidade que possuem as classes sociais de fazerem avançar os seus projetos e interesses de classe. Segundo defende, o poder político chega a sua condensação fundamental no seio mesmo do Estado, redefinindo, a partir daí, as outras formas de poder que atravessam as relações sociais (de gênero, étnicas ou mediadas por instituições como a família, a escola, a igreja, médicas, etc.). O que fundamentalmente diferenciaria o poder político destas outras formas de poder no sistema capitalista seria, por assim dizer, a sua centralidade na engrenagem social, uma vez que repousa sobre e é exercido desde o Estado. E completa:

Con la constitución del Estado capitalista se produce una concentración del poder político en esa instancia, una de cuyas expresiones es el reclamo del monopolio legítimo de la violencia. El poder político ya no se encuentra atomizado, sino fuertemente centralizado, al igual que las instancias de ejercicio de la violencia estatal. Ello no niega la presencia de redes de poder y de dominio que atraviesan todos los campos de la actividad societal y, al mismo tiempo, redes de resistencia, ya que “*donde hay poder hay resistencia*”, al decir de Foucault. Pero la ruptura del poder político en el capitalismo – proceso que comúnmente se define como revolución – es necesariamente centralizada y estatal, con independencia de donde se acumulen fuerzas (OSÓRIO, 2004, p. 29).

163 Harvey (2005, p. 84) aponta que “*sob a democracia burguesa, a separação entre os interesses privados e as necessidades comuns, enquanto representada pelo Estado, é, normalmente, realizada pela separação entre os poderes econômico e político. O direito de propriedade privada constitui a base do poder econômico, mas, sob o sufrágio universal, os privilégios da propriedade privada são substituídos pelo poder correspondente a ‘uma pessoa, um voto’, que constitui a base imediata do poder político. Sob essas condições, o relacionamento entre interesses de classe economicamente concebidos e o Estado enquanto entidade política se torna especialmente nebuloso, o que, naturalmente, é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses*”. E completa: “*A democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dxs governadxs; no entanto, ao mesmo tempo, tem de expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações*” (HARVEY, 2005, p. 85).

Por outro lado, na sua dimensão *visível*, o Estado apresentar-se-ia, para Osório, como aparato que sintetiza e materializa – através de uma organização hierarquizada de instituições, normas, leis e de funcionárixs – as relações sociais de exploração e domínio, articulando e unificando a sua vez os interesses e projetos das classes detentoras do poder político. Como explica, se, no seu conjunto, o Estado se apresenta como a síntese das relações de poder político, no seu interior tem efeito a hierarquização das suas instituições, do ponto de vista do peso que cada uma adquire em matéria de poder político em cada momento histórico específico, implicando, na análise, a necessidade de se ponderar o papel diferenciado que logra alcançar cada uma delas no exercício do poder político no rol do Estado. Nesse sentido, pode-se destacar três ordens de funções que são exercidas pelo Estado, através das quais trata de resolver (no mesmo movimento em que impulsiona) os problemas enfrentados pelos projetos das classes detentoras do poder político, quais sejam as econômicas, as político-ideológicas-repressivas e as sociais.

Ao se falar em classe detentora do poder político ou classe dominante, Osório (2004, p. 43) chama atenção para a heterogeneidade que a constitui como tal, definindo-a como uma espécie de conglomerado em que estão agrupadas “*clases sociales (burguesía y clases terratenientes), fracciones (por ejemplo, si nos referimos a las de la burguesía, industrial, comercial, agraria y financiera) y sectores (grandes, mediano o pequeño capital)*”. Da articulação que estabelecem entre si essas diversas classes, frações e setores das classes dominantes, em função da força e da inserção que logram alcançar no Estado em momentos históricos específicos, surge aquilo que é denominado pelo autor “bloco no poder”:

La idea de bloque en el poder alude a la unidad-confrontación de las clases que dominan, esto es, a la base común de dominio y explotación en que se sustentan, así como a las contradicciones y conflictos que las atraviesan, debido a la forma diferenciada en que alcanzan a desarrollar sus intereses en momentos específicos. Dentro de ese bloque heterogéneo una clase, fracción o sector será *hegemónico* cuando logre que sus proyectos y sus intereses prevalezcan por sobre el resto de clases, fracciones y sectores de las clases dominantes (OSÓRIO, 2004, p. 43).

A articulação política das classes dominantes no Estado e a heterogeneidade que lhes caracteriza enquanto bloco no poder revela um Estado que se constitui como uma soma de forças contraditórias, não sendo este, assim, impassível de conflitos. Ao

contrário, os conflitos no bojo do Estado são reflexo, numa primeira instância, das disputas operadas no interior das próprias classes dominantes. Conforme aponta Souza (1980), a reprodução do capital necessariamente implica o desenvolvimento da luta de classes tanto entre o proletariado e a burguesia como no seio da própria burguesia. Se, por um lado, a luta de classes protagonizada pelo proletariado coloca em cheque a existência do modo de produção capitalista, na medida em que questiona as condições de valorização do capital, por outro, a luta de classes entre os capitalistas abre a necessidade de um poder que seja “externo” a essa classe para mediar os conflitos, dirimir as diferenças e criar condições de unificação de suas pautas. Nesse sentido, seja para enfrentar o questionamento do proletariado como para unificar a dominação da burguesia enquanto classe, a reprodução do capital demanda esse “poder externo” que lhe ofereça garantias a longo prazo. Este poder, segundo aponta o autor, é o poder do Estado, *“producto y manifestación del carácter irreconciliable de las contradicciones de clase”* (LENIN, 1973 apud SOUZA, 1980, p. 121).

A atuação do Estado na economia capitalista seria, desse modo, fundamental no momento em que as contradições de classe não encontram condições objetivas de conciliação, ao mesmo tempo em que, portanto, evidencia ele mesmo as contradições irreconciliáveis de classes no bojo da sociedade capitalista. Dito de outro modo, o Estado surge da necessidade de reprodução do capital enquanto relação de produção e exploração e, como tal, cumpre, concomitantemente, a função de unificar politicamente a classe burguesa, atuando como um instrumento de dominação e opressão de uma classe por outra e de garantia das condições gerais para a reprodução do capital. Esta garantia, segundo aponta Souza (1980), se dá por uma dupla via, (1) pela oferta de condições econômicas que legitimam o exercício da dominação pela classe burguesa e as relações de produção capitalistas (obras de infraestrutura, mercado, empresas cujos produtos são requeridos para a reprodução do capital – mas que a iniciativa privada não pode ou não tem disposição para assumir os riscos próprios –, transferência da mais valia entre capitais individuais, etc.) e (2) pela repressão das classes ou frações de classes que, potencial ou efetivamente, desafiam o capital, em especial a classe trabalhadora. Nesse sentido, na medida em que se apresenta enquanto produto das contradições da sociedade capitalista o Estado atua sobre elas, de modo que não se pode pensar a reprodução do capital sem considerar o papel que nela cumpre este. Assim, destaca o autor:

Es en las crisis que el carácter de la acción estatal se manifiesta más

claramente: el Estado no consigue evitar las crisis, que aún en condiciones de creciente intervención estatal, siguen ocurriendo. Pero ejerce un papel importante tanto en el sentido de atenuarlas (manteniendo un elevado nivel de compras y de inversiones, propiciando el rebajamiento de los salarios reales, etc.) cuanto en el de superarlas, una vez iniciadas. La acción estatal en el sentido de superar las crisis se da en base a la recreación de las condiciones de valorización y reproducción ampliada del capital. Esto implica tanto aumentar el grado de explotación de la fuerza de trabajo y desvalorizar el capital constante cuanto garantizar la canalización del plusvalor para la acumulación, cuando el Estado utiliza su función de represión al mismo tiempo que actúa como agente financiero. La crisis revela, pues, la naturaleza de clase del Estado: revela claramente a favor de quién y contra quién actúa (SOUZA, 1980, p. 122-123).

Por isso, salienta Osório (2004, p. 47), o entendimento de que o Estado burguês expressa “conquistas” das classes dominadas tais como direito a greve, a criação de partidos populares, modelos democráticos de domínio ou sindicalização, será verdadeiro sempre que se leve em conta que são conquistas que se dão nos limites da própria unidade de classe representada pelo Estado. O que significa ter-se em conta que o Estado capitalista, além de expressar uma correlação de forças em que predominam os interesses das classes dominantes, atua, ele mesmo, como uma relação social criadora de força, capaz, portanto, de modificar essas correlações em prol dxs que dominam. Seja como for, este mesmo Estado ainda expressa a força das classes dominadas, mantendo-as, no entanto, no rol de classes dominadas. Nesse sentido, a força e os interesses próprios a estas classes não chegam a figurar numa instância em que efetivamente possam assumir força social ou para medir, de modo objetivo e sem manobras, as correlações de forças entre as classes.

Conforme explica, todas as classes chegam a criar mecanismos de representação política para promover os seus interesses sociais e garantir a sua posta em prática, o que torna possível o estabelecimento de pontes e relações entre as classes e o Estado. O Estado capitalista, por sua vez, busca filtrar a ação política, ordenando-a para que obedeça a certos limites institucionais e, portanto, lançando mão de um molde rígido para a classe dominada, a fim de que adequem os seus projetos às “regras do jogo” estabelecidas pelo aparato de domínio. Na medida em que, do ponto de vista do Estado visível, todas as classes sociais estão obrigadas a percorrer o caminho das representações políticas (sendo os partidos políticos o instrumento de representação por

excelência na sociedade capitalista) a fim de incidir ou aceder ao Estado, são estas mesmas representações quem cumprem o papel de filtrar ou distorcer os interesses das classes e plasmá-los no Estado. Por isso, defende:

el Estado capitalista no es ni el mejor lugar ni el fundamental de las clases dominadas para acumular fuerzas, porque ello supondría desconocer la unidad de clases del Estado y asumir, por tanto, la idea de una desarticulación que haría posible la coexistencia de dobles poderes en su interior. Ésta es una de las razones por las cuales en todas las experiencias de transformación de las sociedades capitalistas, cualquiera que sea el balance que de esas experiencias se tenga, siempre las clases dominadas han debido generar embriones de un nuevo estado fuera del Estado capitalista (dando paso a la llamada dualidad de poderes) que exprese de mejor forma su fuerza social y las nuevas condensaciones de relaciones de poder, llámense ejércitos revolucionarios, consejos de obreros y campesinos, etcétera (OSÓRIO, 2004, p. 48).

2.4.3. Estado e a questão da soberania na América Latina

Historicamente, o capitalismo apoia-se no sistema interestatal para reproduzir-se, sistema este atravessado por hierarquias e desigualdades, que acabam por interferir no exercício de soberania dos Estados. Como defende Osório (2004), muito embora figurem como formalmente independentes, muitas nações integrantes deste sistema não têm encontrado ao longo do tempo condições de exercerem plenamente a soberania, por efeito, sobretudo, das relações e das forças econômicas que sobre elas atuam. Nesse sentido, sustenta, o exercício desigual da soberania apresenta-se como rasgo característico do capitalismo enquanto sistema mundial, sendo que as nações do centro deste sistema a apresentam em maior medida, e as da periferia, por sua vez, em menor. Assim, não obstante as transformações que interpelam o Estado-nação nas últimas décadas do século XX e começos do século XXI, com o fenômeno da mundialização, não seria adequado, para o autor, considerar que houve um debilitamento do Estado enquanto centro do poder político¹⁶⁴. Ao contrário, as disputas que se verificam no interior dos

¹⁶⁴ Para Osório (2004, p. 126) a noção de mundialização daria conta “*de una etapa particular dentro del proceso de constitución del sistema mundial y de la necesidad del capital de apropiarse extensiva e intensivamente del espacio en las diferentes fases del ciclo del capital*”. (...) “*La mundialización actúa así como un proceso que potencia la vocación imperialista del capitalismo, agudizando las bases de la lucha de clases, de la lucha interimperialista y de las relaciones desiguales entre economías imperialistas y regiones y economías dependientes*” (OSÓRIO, 2004, p. 129).

Estados nesse contexto, seja nos centros da economia-mundo capitalista ou na sua periferia, estão dirigidas ao Estado e à incorporação por este dos interesses das classes sociais em disputa na cena nacional.

Ou seja, o Estado-nação, desde esta perspectiva, tem a sua existência garantida independentemente do grau de soberania que pode exercer nos seus limites territoriais, cabendo-lhe nada mais que “*cumplir con las tareas del poder político en territorios delimitados. Esto es lo específico de cualquier estado-nación*” (OSÓRIO, 2004, p. 145). O que está em questão nesse contexto, portanto, é mais bem a centralidade do Estado no que concerne ao exercício do poder político nos seus limites territoriais frente a emergência de novos centros de decisão como o são, por exemplo, a rede de movimentos do capital financeiro e especulativo internacional, as grandes multinacionais com filiais espalhadas pelo mundo e os organismos financeiros internacionais, particularmente o FMI e o Banco Mundial, que possuem a capacidade de ditar as políticas que os Estados devem seguir.

Na história geral da América Latina, conforme argumenta o autor, tem-se que o exercício pleno da soberania nunca ocorreu. Segundo explica, a soberania plena refere-se à “*capacidad estatal de decidir con autonomía, en el interior y hacia el exterior, sin condicionamientos establecidos por otros Estados o entidades*” (OSÓRIO, 2004, p. 145). Para que as classes dominantes dos países periféricos cheguem ao exercício deste tipo de soberania seria necessária a existência e o sustento de projetos autônomos de nação frente aos projetos das classes dominantes dos países centrais. Todavia:

Sólo entre la crisis del modelo agrominero exportador y el fin de la etapa fácil de sustitución de importaciones, que coincide grosso modo con la Primera Guerra, la crisis de 1929-1930 y la Segunda Guerra, las clases dominantes latino-americanas mostraron algunos márgenes de decisión independiente y desarrollaron esbozos de un proyecto de nación autónomo, en parte propiciados por los problemas que enfrentaban las regiones centrales y las burguesías imperiales. Pero una vez que el mundo se organiza, ahora bajo la égida de los estados Unidos, la burguesía industrial latinoamericana no tuvo empachos en relegar cualquier proyecto autónomo para terminar adscribiéndose a las iniciativas de la burguesía central (OSÓRIO, 2004, p. 149)¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Gomes Junior & Aruto (2016) apontam a ocorrência, para Jaime Osório, de três padrões de reprodução do capital na América Latina ao longo da sua história, quais sejam, (1) o padrão agro-mineiro exportador que predominou durante os séculos XIX-XX; (2) o industrial, entre 1940 e 1970; e (3) o exportador de especialização produtiva (1980-atual).

Ao mesmo tempo, este limitado exercício de soberania não implica necessariamente o enfraquecimento do poder político das classes dominantes nos países latino-americanos e a sua decisão de colocar em marcha os projetos que convém aos seus interesses, sobretudo pela confluência de seus projetos com aqueles próprios das classes dominantes dos países centrais da economia-mundo capitalista. Esse cenário revela na América Latina, pois, a vigência de uma “*soberanía débil frente a un poder político fuerte*” (OSÓRIO, 2004, p. 149), reflexo, por assim dizer, da inserção dependente da região no sistema-mundo moderno/colonial capitalista. Assim, “*Estado fuerte y estado-nación débil son las dos caras de un Estado que reclama un poder político férreo y soberanías restringidas en la organización política de la periferia*” (OSÓRIO, 2004, p. 150).

Dito de outro modo, os grupos dominantes nas periferias da economia-mundo capitalista gozam das alianças com o capital transnacional, industrial e financeiro, participando, portanto, com todos os conflitos ou contradições possíveis, desses processos, o que faz da condição de periferia (ou de dependência) um problema não apenas externo, de dominação imperialista. Como afirma Osório (2004), a pressão por parte dos Estados dos países do centro da economia-mundo capitalista no sentido de abertura das fronteiras aos fluxos financeiros e especulativos e a falta de decisão política ou incapacidade dos Estados das economias dependentes e os interesses que representam de fixar barreiras a estes fluxos e movimentos obedecem à mesma lógica. Daí que, como defende o autor, tenha-se na atual etapa de mundialização do capital, em lugar de uma atomização ou da diluição do poder político, a passagem a uma articulação das novas redes, na construção de um poder altamente centralizado, organizado em torno dos Estados nacionais. Um fenômeno, assim, mais bem de:

neoligarquización de los Estados, en donde fracciones, sectores y grupos sociales reducidos, ligados a la banca y a las grandes corporaciones industriales y de servicios, han asumido el poder político para organizar el sistema mundial a la medida de sus intereses. *Los grandes actores políticos de esta etapa de la mundialización son así los Estados neoligarquizados*, y no un capital financiero “desterritorializado”, las corporaciones multinacionales o los organismos financieros internacionales (OSÓRIO, 2004, p. 154).

Se, por um lado, os avanços verificados nos setores de comunicação e transportes na atual etapa de mundialização convergiram para permitir a conformação de uma densa rede de relações e de poder econômico-político constituída pelo capital financeiro, pelas corporações multinacionais, pelos organismos financeiros internacionais, bem como pelos tratados comerciais, pelos meios de comunicação e diversos projetos de integração, em suas diversas densidades, tem-se, por outro, a sua ancoragem fundamental nos Estados, cumprindo de tal modo uma função mediadora entre os Estados hegemônicos sobre os Estados das regiões periféricas e semiperiféricas, estabelecendo novas bases para as alianças entre as classes dominantes de cada um deles (OSÓRIO, 2004, p. 156). A contradição entre a economia e a política que caracteriza o capitalismo é reproduzida, dessa maneira, pela mundialização, na qual:

La expansión económica del capital, que busca borrar fronteras, se ve limitada en el terreno político por la presencia del Estado-nación, que fija fronteras. Pero éste es un aspecto de la contradicción. Al mismo tiempo, la *mundialización capitalista sólo ha podido alcanzar los niveles actuales, y podrá seguir avanzando apoyada en el Estado-nación*, el cual podrá redefinirse, ampliando, por ejemplo, los espacios “nacionales” que controle, pero que mantendrá los rasgos esenciales que lo definen como tal y con ello las disputas entre Estados capitalistas (OSÓRIO, 2004, p. 157).

Nesta perspectiva, pode-se considerar as transformações por que passa o Estado de modo geral na economia-mundo capitalista – e mais especificamente os Estados latino-americanos –, desde o final do século XX levando-se em conta a sua rearticulação sob novas hegemonias, o que tem implicado, por conseguinte, readequações no bojo do bloco no poder e nas alianças sociais e políticas que lhe estruturavam até então – contexto no qual se destaca a ideia de que se deveria passar de um Estado “inchado” a um Estado “reduzido”, mais “eficaz”. No caso da América Latina, as mudanças em matéria de tamanho do seu aparato e a reorientação das funções que desempenhava logrou conformar um Estado muito mais eficiente e adequado aos interesses do grande capital local e internacional (OSÓRIO, 2004, p. 174).

2.4.4. Novo constitucionalismo, plurinacionalização do Estado e a consolidação dos direitos dos povos indígenas no sistema internacional

Os limites próprios ao constitucionalismo moderno, inspirado este nas revoluções francesa (1789) e americana (1776), ficaram patentes no continente americano a partir do final do século XX, quando significativas modificações constitucionais foram levadas a cabo, promovendo a diversidade cultural como paradigma, na contramão da ideia de homogeneidade e uniformidade cultural presentes nestes modelos [hegemônicos] anteriores¹⁶⁶. Segundo sugere Baldi (2012), estas modificações podem ser compreendidas a partir de três ciclos específicos. O primeiro ciclo teria sido assim o de um “constitucionalismo multicultural”, ocorrido entre 1982 e 1988, no qual foi introduzido nas Constituições de países como Canadá (1982), Guatemala (1985), Nicarágua (1987) e Brasil (1988) o conceito de diversidade cultural, reconhecendo, ao mesmo tempo, a multiculturalidade da sociedade e alguns direitos indígenas específicos. O segundo ciclo – de um “constitucionalismo pluricultural” - ocorreu entre 1989 e 2005, marcando a internalização no continente, em sua quase totalidade, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece, a partir de 1989, um amplo leque de direitos indígenas¹⁶⁷. Neste ciclo, ocorreram mudanças constitucionais em matéria de direitos indígenas na Colômbia (1991), no Peru (1993), na Bolívia (1994-2003), no Equador (1998), na Venezuela (1999), no Paraguai (1992) e no México (1992-2001). O terceiro ciclo, de um “constitucionalismo plurinacional”, teve efeito entre os anos de 2006 e 2009 com as Constituições da Bolívia e do Equador, estabelecendo mecanismos para a refundação do Estado sobre as bases da plurinacionalidade – no mesmo contexto da discussão final e aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas ocorrido em 2007 (BALDI, 2012, p. 130-131).

Para Urquidi, Teixeira & Lana (2008, p. 212-213), essas reestruturações

¹⁶⁶ “Esse modelo – eurocentrado – foi tido como exportável para todos os países colonizados, em especial os da primeira onda colonizadora (as denominadas Américas), dentro de uma teoria de transplantes em que estes últimos eram meros receptores de normas, teorias e doutrinas provenientes dos ‘contextos de produção’, localizados no Norte global, em geral, e dos Estados Unidos, em particular. Daí resultou uma profunda reverência às contribuições de autores setentrionais e uma invisibilidade das contribuições do próprio continente, não reconhecendo que, mesmo a recepção dos autores estrangeiros, era extremamente seletiva e variava de país a país” (BALDI, 2012, p. 129).

¹⁶⁷ Esta Convenção constitui-se como o primeiro instrumento internacional vinculante que aborda especificamente os direitos dos povos indígenas. O documento confere especial atenção à relação destes povos com a terra/território que ocupam ou de algum modo utilizam, sobretudo aos aspectos coletivos dessa relação, preconizando a igualdade de tratamento e de oportunidades, a promoção do pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades expressivas, buscando combater os obstáculos sociais oferecidos para tanto, assim como a discriminação a que esses povos historicamente estiveram submetidos.

constitucionais dos países latino-americanos em matéria de direitos indígenas podem ser classificadas pelo nível de adesão dos Estados às Convenções e Declarações internacionais, e pela abrangência dos direitos por eles então reconhecidos. Nesse sentido, considerando os graus de envolvimento com tais questões, três grupos de Estados poderiam ser elencados no continente¹⁶⁸, a saber, (1) Estados que não incorporam direitos para as minorias às suas leis fundamentais e nem possuem o conceito de indígena – herdeiros, em geral, de uma tradição legal com raízes anglo-saxônicas –, que não consideram a heterogeneidade da sociedade nacional ou que não realizaram reformas das suas Constituições, ainda influenciadas pelo liberalismo individual e universalista do século XIX (Chile, Belize, Guiana Francesa, Suriname e Uruguai); (2) Estados que, dentro de um marco legal pouco articulado ou incompleto, outorgaram constitucionalmente alguns direitos aos seus grupos étnicos – conservando, por vezes, rasgos evolucionistas e assimilacionistas (Costa Rica, El Salvador, Guiana e Honduras); e (3) Estados que incorporaram constitucionalmente uma ampla legislação indigenista, assumindo responsabilidades diversas em relação a suas comunidades, fixando, ademais, certas regras relativas à sobrevivência cultural e à proteção de seus territórios – com abrangência e profundidade variadas, de país a país. Este é o caso dos países que aderiram, nos termos de Baldi (2012), ao chamado “constitucionalismo pluricultural”.

Como destacam as autoras, este novo constitucionalismo pluralista consolida o reconhecimento formal dos povos indígenas como sujeitos políticos e não mais somente como objetos de políticas que lhe são impostas, aceitando a identidade do Estado-nação como multiétnica e pluricultural, abrindo lugar, assim, para a implementação de (novos) direitos individuais, coletivos, à autoidentificação e ao pluralismo jurídico. As dificuldades e os conflitos que atravessam este processo estão relacionados ao fato de que, em geral, os direitos em que está baseada a cidadania civil, política e social das comunidades e povos indígenas são historicamente negados nas sociedades latino-americanas. Assim que, salientam as autoras, é flagrante:

o claro descompasso entre os níveis da legislação internacional sobre direitos indígenas, o constitucionalismo latino-americano e a legislação ordinária. Conclui-se que há grave inconsistência legal e, muitas vezes, inexistente a legislação regulatória e secundária necessária. Também, há uma brecha de implementação entre a legislação existente e a prática

168 Esta classificação é feita pela autora no ano de 2008, ano em que o Chile, por exemplo, assinou a Convenção nº 169 da OIT. Caberia uma verificação na atualidade de tais informações que, por questão de tempo, não levamos a cabo neste trabalho.

administrativa, jurídica e política, cujas raízes são diversas: há pouca participação indígena na definição e realização das leis, a falta de acompanhamento na aplicação das leis e das políticas públicas, e principalmente, há um aparato burocrático estatal inadequado, lento, de funcionamento não ajustado às demandas multiculturais e que carrega ainda o ranço assimilacionista e preconceituoso para tratar de direitos de minorias étnicas (URQUIDI, TEIXEIRA & LANA, 2008, p. 214).

De todo modo, revelam as autoras, a cidadania étnica parece, assim, constituir o mais recente capítulo do processo de conquista de direitos e de transformação (necessária) do Estado, num embate que ocorre sempre e toda vez que uma parcela da sociedade, nesse caso específico, as populações indígenas, não se reconhecem nas instituições de direitos existentes e/ou não encontram possibilidades efetivas de participação política. Passa por uma clara constatação dos limites das instituições ordinárias do Estado-nação no que tange às formas de organização produtiva e política desses povos, das suas instituições de justiça e dos rasgos identitários que conservam. No processo de desenvolvimento dessa cidadania étnica, a questão indígena passa a figurar, no âmbito interno, à agenda política dos governos e, para os Estados, como responsabilidade nas arenas do direito internacional (URQUIDI, TEIXEIRA & LANA, 2008, p. 217).

Ou seja, as transformações ocorridas em relação aos direitos indígenas no âmbito dos Estados nacionais se dão apoiadas em processos mais amplos, que dizem respeito a normas de ordem pública internacional, que cada país está obrigado a aplicar em escala local. A problemática indígena passa, desse modo, de questão étnica, antropológica ou social para figurar como problema de ordem política, devendo ser considerada pelos Estados nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Esta politização das questões étnicas se apresenta, dessa maneira, como uma confluência (1) do desenvolvimento do direito internacional, a partir do qual os direitos indígenas se tornam parte específica dos direitos humanos; (2) da emergência de movimentos indígenas que atuam nacional e internacionalmente, destacando-se como grupo de interesse frente à sociedade civil e nos espaços públicos de exercício democrático, pressionando-os para pôr em marcha uma nova lei de direitos coletivos; e (3) destes processos recentes de reformas constitucionais ocorridos em vários países, reforçando – ainda quando ao menos em princípio – a multiétnicidade das sociedades nacionais

(URQUIDI, TEIXEIRA & LANA, 2008, p. 201).

A CEPAL, por exemplo, no “*Panorama Social da América Latina*”, relatório que publica em 2006, destaca esta irrupção dos povos indígenas como sujeitos de direitos no sistema internacional, abordando o novo *standard* internacional de direitos humanos estabelecido a partir das lutas indígenas. Segundo o relatório, os povos e movimentos indígenas, através das suas lutas e manifestações, lograram transformar o modo como historicamente vem sendo tratada a questão indígena na América Latina – sobretudo a partir das últimas duas décadas do século XX. A projeção destes como sujeitos políticos fez ressoar seus reclames de reconhecimento enquanto povos e a exigência de novos estatutos que garantam a sua existência e os seus direitos. Estes reclames de novos pactos sociais e de ampliação da cidadania vêm gerando prolongados efeitos nas democracias dos países do continente, constituindo-se como um dos fenômenos mais notáveis ocorridos na região e no mundo neste período (CEPAL, 2006, p. 40).

Uma das principais consequências destes fenômenos foram as mudanças processadas no campo da ordem jurídica internacional sobre direitos humanos - de caráter obrigatório para os Estados –, dando lugar, aí, a um regime especial de direitos coletivos dos povos indígenas. O *standard* mínimo desses direitos, segundo aponta o relatório, baseia-se no princípio de livre determinação, sendo o Convênio nº 169 sobre povos indígenas e tribais da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos povos indígenas (que foi aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos, em seu primeiro período de sessões, em junho de 2006) a sua síntese fundamental. As categorias a que respondem estas normas são: (1) direito a não discriminação; (2) direito à integridade cultural; (3) direitos de propriedade, uso, controle e acesso às terras e recursos; (4) direito ao desenvolvimento e ao bem-estar social; e (5) direitos à participação política e ao consentimento prévio, livre e informado. Conforme destaca o relatório, este quadro gera ao menos duas consequências diretas para as políticas públicas, quais sejam, (1) estabelece novas obrigações estatais em matéria de respeito, proteção e cumprimento destes direitos – ainda que estes não estejam reconhecidos no ordenamento jurídico interno dos países – e (2) oferece parâmetros para avaliação das normas e da atuação dos poderes do Estado na relação com os povos indígenas (CEPAL, 2006, p. 40).

O processo de desenvolvimento da cidadania étnica na América Latina apresenta-se, portanto, como um fenômeno ligado às lutas indígenas e à histórica violência a que têm sido submetidos os povos do mundo incorporados ao sistema-mundo moderno/colonial capitalista pelo processo expansionista europeu do século XV, mas que

a partir do século XX passa a figurar como parte de um campo mais amplo, do ponto de vista do direito internacional, relacionado à perspectiva de expansão da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Duprat (2015) explica como, do ponto de vista das instituições surgidas no bojo do constitucionalismo moderno, esta Declaração, que é instituída após a Segunda Guerra Mundial, na qual tem efeito o holocausto dos judeus e toda a sorte de *diferentes*, marca o ponto de inflexão do Estado-nação na ideia da “homogeneidade” do povo, um de seus pilares básicos.

Posteriormente, outros fenômenos se somam a essa expansão dos direitos humanos na ordem jurídica internacional, sobretudo, como destaca a autora, a segunda onda dos movimentos feministas, os estudos culturais que acompanharam o processo mais tardio de colonização e as diversas correntes filosóficas que, genericamente, são situadas no campo da pós-modernidade. De modo geral, sustenta, estas correntes compartilham a convicção de que as transformações requeridas em matéria de ordenamento social passa pelo fim dos binarismos, da fixidez das fronteiras e dos essencialismos (DUPRAT, 2015, p. 59). O que se coloca em cheque com isso, portanto, são três ideias que, segundo defende a autora, vão reconfigurar o Estado nacional e o direito interno e internacional, quais sejam, identidade, pluralismo e liberdades de expressão. Ao que esclarece:

A segunda onda do movimento feminista, que tem início na década de 1960, além de reivindicar a apropriação e reconstrução da identidade histórica herdada, reconhece que esta é perpassada por inúmeros recortes – gênero, raça, classe, religião, nacionalidade, etnia, orientação sexual, entre outros – cada qual acionado a depender da situação que se apresenta. Faz-se ciente também de que o Estado nacional não só é patriarcal, como a distinção que o seu direito impõe entre público/privado situa as mulheres fora dos seus espaços de decisão. Domínios como a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho, antes confinados ao campo privado, deslocam-se para o espaço público e político da contestação. A raça, por sua vez, como categoria biológica ou genética, já tinha tido a sua validade científica abandonada. (...) A contribuição dos estudos culturais não é só de trazer à luz os grupos étnico-culturais que permaneceram às margens das sociedades nacionais mas também a multiplicidade de suas conexões, laterais e descentradas. (...) Finalmente, a pós-modernidade, postulando o fim das grandes narrativas generalizadoras, das verdades universais, e nelas introduzindo diferença e especificidade. Mais do que isso, Derrida à frente, o movimento defende a instabilidade inerente ao significado. Há aqui também forte influência da virada linguística, que chama a atenção para a

conexão entre os mundos da vida/jogos de linguagem e subverte qualquer tentativa de criar mundos fixos e estáveis (DUPRAT, 2015, p. 59-60-61).

Do ponto de vista do desenvolvimento do direito internacional em matéria indígena, Urquidi, Teixeira & Lana (2008) destacam a sua relação com a Declaração Universal de 1948 desde outra perspectiva: ele se dá como um esforço de superação da ênfase individualista dos direitos, bem como o caráter integracionista dos acordos governamentais e das políticas locais. No contexto latino-americano, as primeiras ações formais no plano internacional concernentes à legislação indígena foram, igualmente movidas por uma perspectiva de integração destas populações à sociedade hegemônica, no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano em Pátzcuaro, em 1940, no México, oportunidade na qual se tentou promover ações de articulação das legislações indigenistas com o objetivo de sistematizar e comparar a legislação e os princípios jurídicos dos países-membros. Em 1957 tem-se a aprovação da Convenção nº 107 da OIT sobre populações indígenas e tribais, atualizada em 1989 pela Convenção nº 169.

PARTE 3

HISTÓRICA

**DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA DO SUL
UMA MIRADA DESDE A IIRSA E AS LUTAS POR TERRA/TERRITÓRIO NA BOLÍVIA E
NO BRASIL**

3.1. INTRODUÇÃO

De natureza histórica-conjuntural, esta parte do trabalho conforma aquilo que seria uma espécie de “retrato” do ambiente social-histórico no qual sucedem os casos abordados na Bolívia e no Brasil – estruturantes da dimensão etnográfica da qual partimos. Partindo-se, ademais, dos conceitos e considerações teórico-políticas feitas na sessão precedente, trata-se de um esforço por apreender algo dos fenômenos e processos enraizados nos solos pantanosos da tão silenciada e negada história que, se bem nos informa da nossa latinoamericanidade compartilhada e ajuda a explicar o presente em que nos encontramos, sugere também os horizontes de construção e de luta a perseguir no caminho de superação das desigualdades e violências que atravessam as nossas sociedades. A contemporaneidade, segundo a perspectiva aqui adotada, tem como ponto de partida o recorte histórico-temporal da onda larga do pós-Segunda Guerra Mundial, em cujo intervalo se inscreve a tal dinâmica, o movimento que buscaremos examinar, de expansão do capital no território Sul-Americano.

Como aponta Castoriadis (1995, p. 137):

Haverá sempre uma distância entre a sociedade instituinte e o que é, cada instante, instituído – e esta distância não é nem um negativo nem um déficit, ela é uma das expressões, da criatividade da história, o que a impede de condensar-se para sempre na “forma por fim encontrada” das relações sociais e das atividades humanas, o que faz com que uma sociedade contenha sempre mais do que apresenta. Querer abolir esta distância, de uma ou outra maneira, não é saltar da pré-história para a história ou da necessidade para a liberdade, mas querer saltar no absoluto imediato, ou seja, no nada. Assim como o indivíduo não pode captar ou dar-se o que quer que seja – nem o mundo, nem ele próprio – fora do simbólico, uma sociedade não pode dar-se o que quer que seja fora desse simbólico em segundo grau, que as instituições representam.

Para fins da nossa análise, portanto, interessam-nos as dinâmicas socioterritoriais e os processos institucionais históricxs que ajudam a explicitar as inter-relações entre a dinâmica contemporânea de expansão do capital, a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil e, mais precisamente, ajudam a situar no espaço/tempo algo da constituição social-histórica dos dois fenômenos, dos dois casos em que nos aproximamos nos dois países, i. é, os casos do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore na Bolívia e o do Assentamento Terra Vista, no Brasil.

3.2. Onda Larga do Pós-Segunda Guerra Mundial e a Economia Internacional Contemporânea

A passagem para o que se considera a economia internacional contemporânea, desde o ponto de vista da teoria marxista das crises, encontra-se no esgotamento do ciclo econômico da economia capitalista mundial, compreendido entre os anos de 1914 e 1945. Este esgotamento está relacionado à crise estrutural que solavancou dita economia na primeira metade do século XX, envolvendo, como destaca Souza (2009), além de duas guerras de proporções mundiais e uma “Grande Depressão”, um conjunto de significativas transformações na ordem social e econômica então vigente. As raízes econômicas destas transformações estão fincadas no processo de monopolização crescente da economia, em curso desde o final do século XIX, bem como na contradição entre produção e consumo, acirrada pela superabundância de capital e, por conseguinte, pela elevação da capacidade ociosa do aparato produtivo. Em escala internacional, essas transformações estão referidas na ocorrência de três fenômenos principais: (1) uma mudança de sistema – representada pela construção de um novo regime social pela União Soviética – inspirada no ideário socialista; (2) o processo de descolonização e independentização política ocorrido sobretudo na Ásia, na África e no Oriente Médio; de avanço do processo de consolidação da burocracia Estatal na América Latina, e de impulso do projeto de industrialização na Argentina, no Brasil e no México; e (3) uma mudança na própria economia capitalista, passando o Estado nela a assumir um papel crescente, seja através da regulação econômica da produção e distribuição de riquezas ou como instrumento de regulação em nível internacional.

Do ponto de vista das Ciências Econômicas, esse conjunto de transformações figuram como uma espécie de marco histórico-social das mudanças processadas na participação do Estado na economia. Se, por um lado, demonstrado neste campo já estava que o fenômeno de concentração e centralização de capital havia capitaneado a formação de uma estrutura de mercado com o predomínio dos monopólios, por outro, já se encontrava disponível uma ampla literatura sobre o comportamento cíclico da economia capitalista desde o começo do século XIX (SOUZA, 2009, p. 31). Conforme explica o autor, na virada do século XIX para o XX houve um intenso debate sobre o tema, mobilizando autores como Karl Kautsky, Otto Bauer, Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Tugan-Baranovski, Vladimir I. Lênin e Joseph Schumpeter, entre outros – todos esses autores, direta ou indiretamente, influenciados pelo pensamento de Marx. Além

disso, vários governos já promoviam a intervenção do Estado na economia como estratégia de superação da crise¹⁶⁹. Nesse contexto, as ideias de John Maynard Keynes passam a exercer singular influência, concorrendo para uma relativa ruptura com a tradição da Escola Neoclássica que, surgida entre os anos de 1870 e o começo do século XX, estava assentada sobre o pensamento liberal¹⁷⁰.

Ademais, explica Souza (2009), para Keynes, a instauração da crise seria função de um colapso de eficiência marginal do capital (EMC), expressando-se, esta, como a expectativa de rendimento possível de ser obtido através do investimento da última unidade de capital. Nesse sentido, a queda da EMC faz crescer aquilo que chama “preferência pela liquidez”, representação do movimento do empresariado que, frente à queda da EMC, ampliam a demanda por recursos líquidos, ou seja, dinheiro, para a atividade especulativa. A ampliação da demanda por moeda pressionaria para cima a taxa de juros que, associada à queda da EMC, faz cair os investimentos, reduzindo-se, por conseguinte, a demanda por meios de produção, demitindo-se trabalhadores e fazendo cair os salários – caindo em seguida o consumo e, por fim, instaurando-se a crise. Desde esta perspectiva, na intervenção do Estado na economia ter-se-ia uma forma para se evitar ou amenizar os efeitos da crise, podendo este atuar no sentido de retirar a economia da crise, seja através de investimentos – mesmo em tempos de queda da EMC –, seja por meio de gasto público e de políticas de redistribuição de renda, estimulando ao mesmo tempo o consumo (SOUZA, 2009, p. 33). Desse modo, salienta:

O maior mérito de Keynes foi haver sistematizado melhor o que já havia de elaboração sobre o papel do Estado na economia capitalista, desde as formulações de Malthus, passando pelas de Alexander Hamilton e Friedrich List, até as de Karl Manhein. Ele pode ser criticado por haver atribuído ao Estado mais do que ele poderia dar, mas percebeu que, na época em que predominam estruturas monopolistas, torna-se impossível a saída automática das crises, fazendo-se obrigatória a ação do Estado, ou seja, seria impossível pensar o funcionamento da economia capitalista contemporânea sem o papel do Estado, a despeito das teorizações dos que

169 “na busca de sair da crise, vários governos haviam começado a promover a ação estatal na economia. Nos EUA, o presidente eleito em novembro de 1932, Franklin Delano Roosevelt, estava implementando o New Deal (‘Novo Acordo’), que se concentrava na realização de fortes investimentos estatais em infraestrutura (sobretudo no devastado Vale do Tennessee) e em ações que visavam a uma melhor distribuição de renda. Ao mesmo tempo, por meio de leis antitruste e de regionalização do sistema financeiro, o governo Roosevelt procurava limitar a ação das corporações monopolistas. No Brasil, o governo que assumira em 1930, presidido por Getúlio Vargas, adotava ações destinadas a manter e ampliar a demanda efetiva, bem como a favorecer o processo de industrialização do país” (SOUZA, 2009, p. 32).

170 O próprio Keynes, apesar de haver dito que não havia lido Marx, formula uma teoria que, ainda que no nível da aparência, recupera elementos já apresentados por Marx.

consideram o mercado um “Deus ex machina” (SOUZA, 2009, p.33-34).

Esse crescente aumento do peso do Estado na economia, na medida em que se generaliza para praticamente toda a Europa no período de pós-guerra, corresponde, assim, a um processo de implementação de mecanismos de planejamento e regulação da economia capitalista, como forma de contraposição à ação “anárquica” do mercado. Ao mesmo tempo, como efeito mesmo do processo de internacionalização da economia em curso desde o final do século XIX, com a ampla conformação do capital financeiro nos países centrais e a sua irradiação para diversas partes do mundo – preponderando, inclusive, sobre a exportação de mercadorias –, são gestados, no seio das economias ocidentais, desse modo, instrumentos e instituições de regulação internacional. Intensificado após a Segunda Guerra Mundial, este processo trouxe a lume um novo personagem econômico, representado pelas empresas multinacionais – atuando estas como espécies de braços produtivos do capital financeiro. Como explica Souza (2009, p. 35):

A internacionalização da economia demandava a criação de instituições internacionais. Se em nível nacional, o Estado deveria atuar para regular a atividade econômica – que, se deixada ao sabor das forças de mercado, tenderia ao “desequilíbrio” –, a internacionalização crescente da economia exigiria também uma regulação internacional consciente. Daí a “necessidade” de instituições supranacionais.

Nesse contexto, pois, aponta o autor, é que têm efeito os acordos de Bretton Woods – resultado do encontro de representantes da Aliança das Nações Unidas em julho de 1944 –, que instituem um novo sistema monetário internacional e terminam por substituir o padrão ouro que então predominava nas relações econômicas internacionais pela moeda estadunidense – o dólar. Com vistas à operacionalização de dito sistema, são criadas, assim, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a função de regular a política cambial, atuando no sentido de solucionar problemas nas contas externas dos países; o Banco Mundial (BIRD), a fim de favorecer o desenvolvimento econômico dos países ditos subdesenvolvidos; e a proposta de uma Organização Internacional do Comércio (OIC), que em 1947 passa a existir enquanto um fórum para discussões de questões relativas ao comércio internacional, sob as vestes do Acordo

Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), e em 1995 é transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC).

3.2.1. Integração, Desenvolvimento e Infraestrutura no espaço Sul-Americano

Na dinâmica sócio-histórica em que têm efeito referidos processos econômicos, políticos e culturais – abordada, neste trabalho, nos termos da economia internacional contemporânea –, tem-se que a integração regional vem se sobressaindo como expressão de um fenômeno mais amplo de regionalização, em curso em diversas partes do mundo contemporâneo. A criação de blocos regionais e instituições multilaterais como estratégia de enfrentamento dessa crise estrutural do capitalismo surge, nesse sentido, como alternativa para a melhoria da inserção das economias nacionais no cenário internacional, materializando-se inicialmente na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial¹⁷¹. A inserção subordinada da América Latina na economia-mundo capitalista e as possibilidades de concretização em bons termos da sua integração regional mantêm, entre si, uma relação inversamente proporcional, avançando, dessa maneira, os processos de integração, nos períodos de crise da sua inserção internacional – contexto em que se abrem melhores condições para o exercício da autonomia (SOUZA, 2012).

Nesse sentido, durante a crise estrutural que vai de 1914-1945 até o esgotamento do período de grande expansão da economia mundial no pós-Guerras (em fins dos anos 1960 e começos dos anos 1970), tem-se que a consolidação da hegemonia estadunidense na região, num dado momento, bloqueia o processo de integração regional. Neste período, havia se conformado na região, inicialmente, um setor industrial sob controle basicamente nacional, selando uma aliança entre os Estados nacionais e suas burguesias respectivas. Ao mesmo tempo, o nacionalismo nas periferias do capitalismo avançado como um todo e o processo de diversificação econômica, resultante da industrialização, favoreceram a integração regional latino-americana, pela via econômica (SOUZA, 2012).

Com o esgotamento do ciclo econômico do pós-guerra e a conseqüente crise estrutural do capitalismo, ocorridos entre os anos 1960 e 1970, tem-se o declínio da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional e o fortalecimento dos países

¹⁷¹ Sobre a União Europeia ver: COSTA, O. **A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão**. FUNAG: Brasília, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1189-Uniao_europeia_e_sua_politica_exterior.pdf>. Último acesso em 13 de dezembro de 2018.

Não-Alinhados (fenômenos estimulados, entre outros fatores, pelo intenso incremento da produtividade do trabalho na Alemanha e no Japão, em relação à dos EUA). Nesse contexto, assiste-se à retomada do projeto integracionista na América Latina, favorecida diretamente, assim, pela crise estrutural por que passa o capitalismo mundial.

As formas de integração adotadas nesse contexto, no entanto, se deram em grande medida influenciadas pelas políticas dos Estados Unidos para a região, a partir dos anos 1960 – políticas estas que figuravam como parte das estratégias deste país para superar a sua própria crise, atendendo, portanto, aos interesses das suas corporações. A principal iniciativa do período, nesse sentido, é criação da Aliança para o Progresso em 1961, através da qual os Estados Unidos, organismos financeiros internacionais e os governos dos países latino-americanos estabelecem acordos de cooperação econômica sem precedentes até então. Como destaca Lavalle (2010), como condicionalidades estabelecidas pelos Estados Unidos (e os organismos financeiros oficiais) para os aportes financeiros, os países da América Latina adotaram como metas a promoção do crescimento econômico, a redistribuição de renda, a modernização produtiva, o bem-estar social, bem como a estabilidade de preços e a integração regional. Segundo aponta o autor, o planejamento nacional foi estabelecido então como o instrumento básico para a consecução destas metas, requerendo, para tanto, a criação da institucionalidade necessária para a sua elaboração e (re)atualização. E completa:

Los planes recogieron el pensamiento vigente en ese entonces sobre el desarrollo económico y social y, en general, se inscribieron en los conceptos desarrollados por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) para las relaciones centro periferia, privilegiando el desarrollo hacia adentro, el papel de la tecnología y la industrialización sustitutiva. Además de la preocupación por el desarrollo de la industria manufacturera y las exportaciones de ese origen, los planes otorgaron especial importancia a la elevación de la productividad y la producción agrícola, la provisión de energía, la ampliación y mejoramiento de los servicios de transporte y comunicaciones. En el ámbito social, educación, vivienda y salud recibieron atención preferente. En algunos casos, la mala distribución del ingreso y las políticas tributarias fueron temas relevantes. La estabilidad de precios aparece como un objetivo recurrente, pero las políticas financieras no fueron el centro de las propuestas (LAVALLE, 2010, p. 15).

Nesse contexto, a integração regional aparece como um recurso de apoio à política

de substituição de importações adotada pelos países latino-americanos, horizonte que vai sofrendo alterações com o passar do tempo. Conforme indicam Paiva & Braga (2007), a partir da segunda metade dos anos 1970 e a primeira década de 1980 verifica-se um enfraquecimento deste projeto em função da crise do petróleo (primeiro choque em 1973, segundo em 1979). A partir da segunda metade dos anos 1980, quando se assiste na região uma retomada dos processos de integração, ela já se dá nos marcos do regionalismo aberto, apresentando-se, de modo geral então, como estratégia para (1) a correção dos desequilíbrios macroeconômicos dos países, (2) garantir a eficiência das estruturas produtivas instaladas no processo anterior de substituição de importações, e (3) melhorar a inserção internacional dos países da região. No contexto Sul-Americano, iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, e o Pacto Andino, criado em 1969 – que se transformou na Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1996 –, se distanciaram de suas concepções originais, privilegiando, desse modo, a integração comercial em lugar da integração produtiva, bem como o regionalismo aberto em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção da região (SOUZA, 2012).

A partir da virada da década de 1990 para a de 2000, com a ocorrência de um ciclo de lutas e fenômenos que assinalam, na região, o fracasso do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), assiste-se à emergência de governos chamados *progressistas*, abrindo lugar para uma nova era da integração, caracterizada por Souza (2012) nos termos de uma quarta onda da Integração Latino-Americana. Se, num primeiro momento, o processo de integração regional da América Latina baseou-se no ideário da perspectiva neoliberal e eurocêntrica, nos marcos do economicismo, do livre comércio e do regionalismo aberto, num momento seguinte este mesmo processo – através do engendramento de recorrentes crises econômicas e sociopolíticas – inspirou, ele mesmo, a busca por caminhos mais profundos de integração. Exemplo disso é a concepção, neste período, de projetos alternativos de integração, como o são a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que simbolicamente afirma, esta última, o distanciamento da América Latina do pan-americanismo ou, ao menos, lhe estabelece um contraponto crítico. Desde uma perspectiva econômica, pode-se considerar que o caminho alternativo para a integração latino-americana passaria, desde essa perspectiva, pela retomada do ideário que enfatiza a “*integração produtiva e infraestrutural por meio da cooperação em projetos de interesse comum*” (SOUZA, 2012, p. 122).

Desde a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, no ano de 2000¹⁷², treze reuniões aconteceram até a criação da UNASUL, e a instituição – através do seu Tratado Constitutivo de 23 de maio de 2008 (Brasília) –, dos seus conselhos setoriais, de nível ministerial. A partir de 2011 a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que figura atualmente como principal iniciativa orientada para a criação de infraestruturas físicas, energéticas e de comunicação no subcontinente, é incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL, configurada nos moldes de um Fórum Técnico, para a facilitação do planejamento de infraestrutura para a conectividade da região (IIRSA, 2018). A iniciativa foi criada no ano de 2000, no âmbito da Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, e é relançada em 2003, por ocasião do *1º Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES-CAF*, promovido com tal objetivo pelo BNDES, na figura do seu então presidente, o economista Carlos Lessa¹⁷³.

A IIRSA está estruturada em torno de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) que orientam a sua carteira de projetos, definindo os territórios em que deverão ser implementadas as obras de infraestrutura na região. São um total de 10 EIDs (do Amazonas, do Escudo Guianês, Interoceânico Central, Andino, Andino do Sul, Mercosul-Chile, da Hidrovia Paraguai-Paraná, de Capricórnio, Peru-Brasil-Bolívia e do Sul) que atravessam os 12 países da América do Sul, criando novas formas de organização e ocupação dos espaços territoriais nacionais, num cenário em que se encontram e entrecruzam diversos interesses econômicos e geopolíticos.

172 Ver: PORTAL IIRSA. (2000). **Primera Reunión de Presidentes de América del Sur**. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Event/Detail?Id=145>>. Último acesso em 23 de setembro de 2018.

173 Ver: BNDES. **Discurso do presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa (Íntegra). 1º Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES-CAF**. Rio de Janeiro, de 06 a 08 de agosto de 2003. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_abertura1.pdf>. Último acesso em 16 de agosto de 2018.

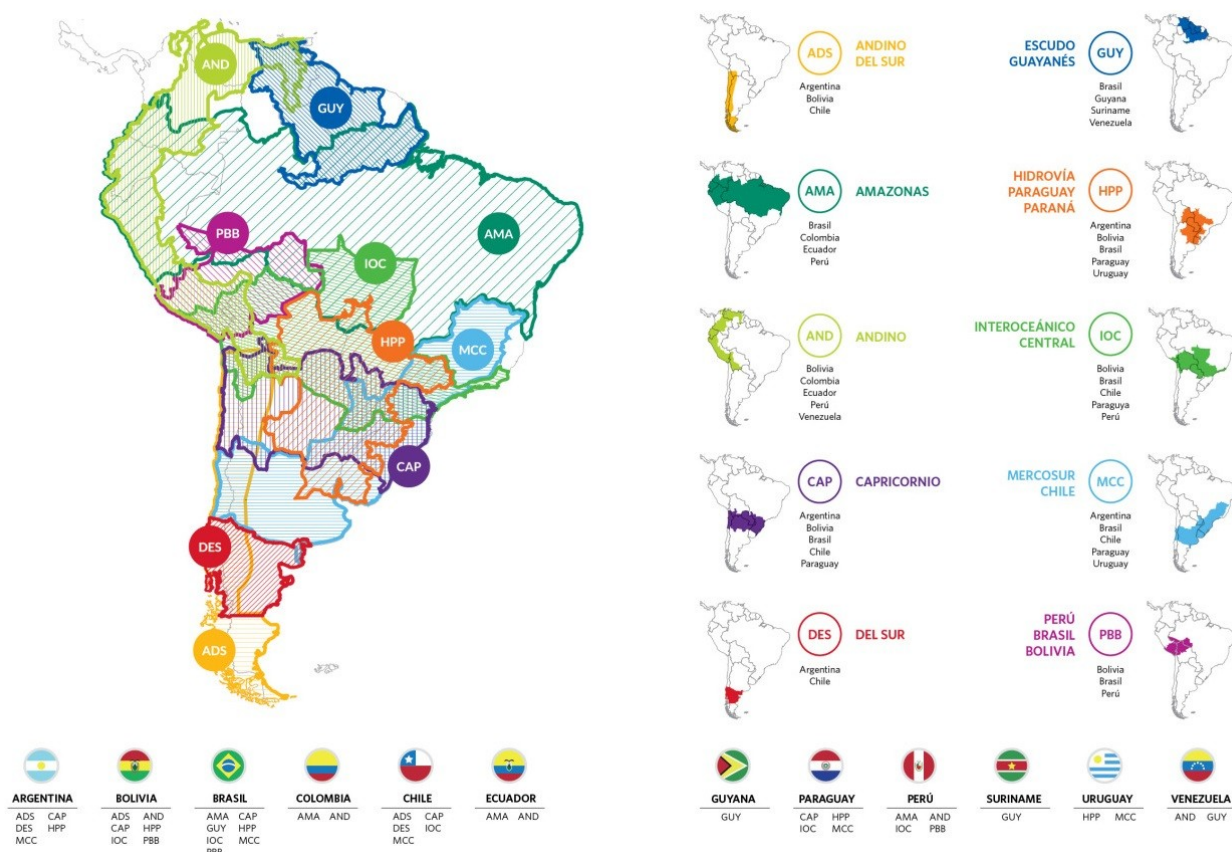


Figura 35: IIRSA - Eixos de Integração e Desenvolvimento

Fonte: PORTAL IIRSA. **Projectos 2016.** Disponível em:

<http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Fichas2016_web.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

Segundo a definição oficial da IIRSA-COSIPLAN:

Un EID es una franja multinacional de territorio que incluye una cierta dotación de recursos naturales, asentamientos humanos, áreas productivas y servicios logísticos. Esta franja es articulada por la infraestructura de transporte, energía y comunicaciones que facilita el flujo de bienes y servicios, de personas y de información tanto dentro de su propio territorio como hacia y desde el resto del mundo. Los EIDs permitieron identificar y consensuar proyectos de infraestructura de integración bajo una visión común de los doce países que integran la región, en el marco de un proceso de planificación territorial indicativa. A partir de la caracterización económica, social y ambiental del área de influencia de los Ejes se busca articular de manera directa a los proyectos con sus espacios (IIRSA, 2018)¹⁷⁴.

174 PORTAL IIRSA. **Ejes de Integración y Desarrollo.** Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menutemId=68>>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

De acordo com a apresentação da coordenação nacional da IIRSA no Brasil, a iniciativa se apoia em três pilares, a saber, (1) visão estratégica da América do Sul em 2020; (2) portfólio de projetos e agenda consensuada; e (3) sete processos setoriais de integração a fim de otimizar a sustentabilidade e a competitividade da cadeia logística regional sul-americana. Estes processos setoriais estão compostos por projetos nas áreas de (i) passagens de fronteira, (ii) tecnologias da informação e comunicações, (iii) mecanismos de financiamento, (iv) integração energética, (v) transporte aéreo, (vi) transporte marítimo e (vii) transporte multimodal (ALMEIDA, 2009)¹⁷⁵. Ao todo são 581 projetos previstos na iniciativa, nos setores de transporte, energia e comunicação – para os quais se prevê investimentos públicos, privados e com parcerias público-privadas –, para os quais se prevê investimentos que perfazem um valor da ordem de 191.420.001,00 milhões de dólares.



Figura 36: IIRSA - Projetos e Financiamento

Fonte: PORTAL IIRSA. **Proyectos 2016**. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Fichas2016_web.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018

¹⁷⁵ ALMEIDA, A. O. de. **IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. Ministério do Planejamento: Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/apresentacao_iirsa_18.08.2009.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

O Eixo Peru-Brasil Bolívia (PBB) é composto por 24 projetos, sendo 1 deles integrante da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API)¹⁷⁶, e abarca uma área que corresponde a 6% da superfície da América do Sul, se estendendo desde a costa do Pacífico, nos departamentos peruanos de Ica, Arequipa, Moquegua e Tacna; passando pelas montanhas e maciços andinos deste país e da Bolívia; até chegar na bacia amazônica brasileira, nos estados do Acre e Rondônia, passando aí pelos departamentos amazônicos de Madre de Dios, no Peru e de Pando e Beni, na Bolívia. Deste total de projetos, 17 são nacionais e 7 binacionais, dos quais 19 são do setor de transporte (rodoviário 10; passos de fronteira 3; fluvial 3; aéreo 3) e 5 do setor de energia (geração energética 3; interconexão energética 2), num investimento em torno de 48 milhões de dólares para o Projeto Prioritário¹⁷⁷ e 32.648,25 milhões para os demais.

176 *“La Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API) consiste en un conjunto de proyectos estructurados, de carácter estratégico y de alto impacto para la integración física y el desarrollo socio-económico regional. Su objetivo es promover la conectividad de la región a partir de la construcción y operación eficiente de la infraestructura, atendiendo a criterios de desarrollo social y económico sustentable, preservando el ambiente y equilibrio de los ecosistemas”*. Ver: PORTAL IIRSA. **Sistema de Información de Proyectos del COSIPLAN – Manual del Usuario**. Agosto, 2015, p.3. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cn25_montevideo14_Manual_del_usuario_del_SIP.pdf>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

177 Projeto Estruturado API – Conexão Porto Velho – Costa Peruana. Trata-se da construção da *Ponte sobre o rio Madeira*, no município de Abunã, em Porto Velho (BR-364/RO), projeto nacional brasileiro atualmente em fase de execução. Ver: PORTAL IIRSA. **Ficha de Proyecto**. Disponível em: <http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1346>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

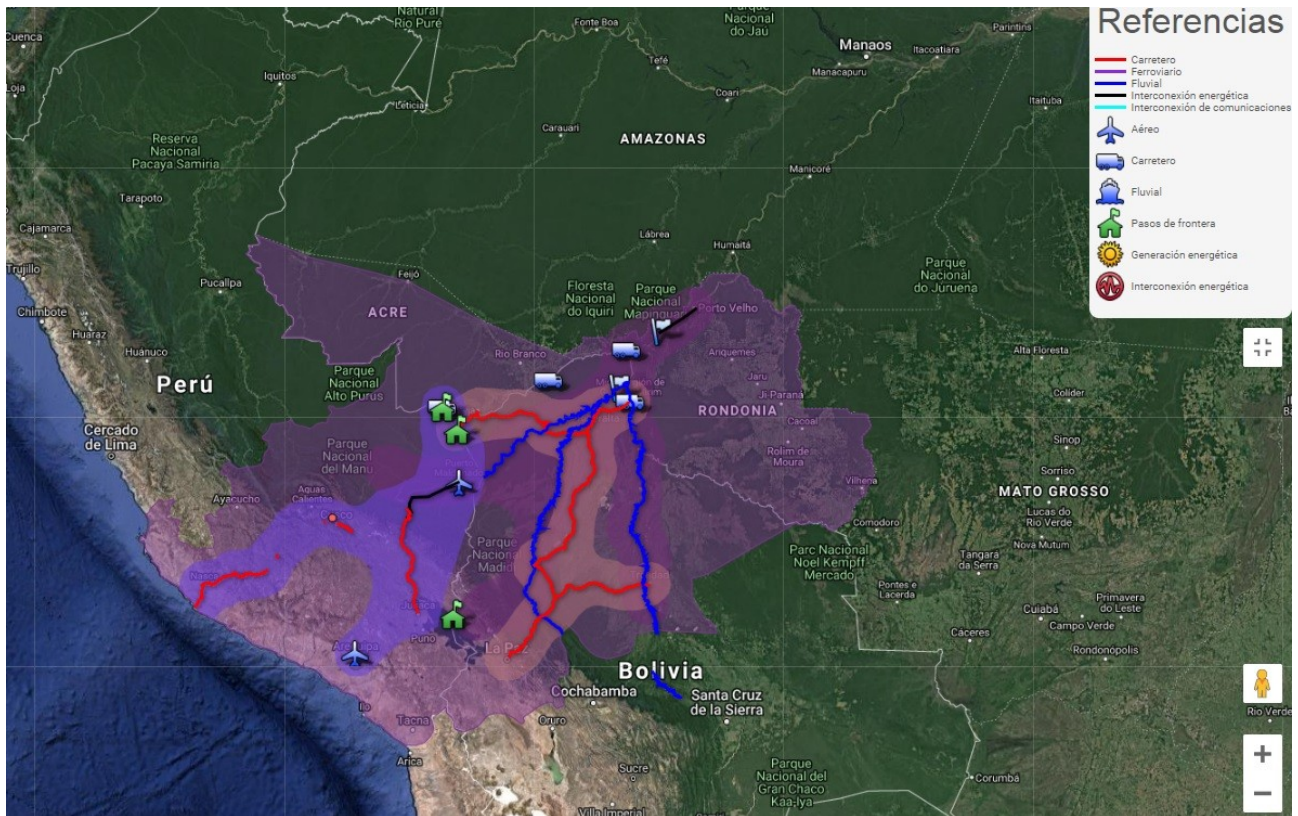


Figura 37: Projetos do EID Peru-Bolívia-Brasil

Fonte: PORTAL IIRSA. EIDs | PBB. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/infographic#pbb>>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

No que concerne à infraestrutura implementada neste EID, espera-se melhorar a conectividade das regiões da bacia amazônica com os portos de escoamento da produção tanto na costa do Peru como com os situados nas hidrovias brasileiras. Nesse sentido, os projetos de transporte do EID-PBB visam a consolidação e mesmo a elevação a um outro patamar qualitativo os importantes corredores vias e, em menor grau, os corredores ferroviários já existentes no interior do Eixo – sobretudo no Peru e no Brasil –, conectando-os a cidades e portos da costa pacífica. Dentro do COSIPLAN-IIRSA, tais projetos estão reunidos em três grupos, conformando corredores que cumprem funções estratégicas específicas no Eixo, a partir das regiões que abarcam (IIRSA, 2018).

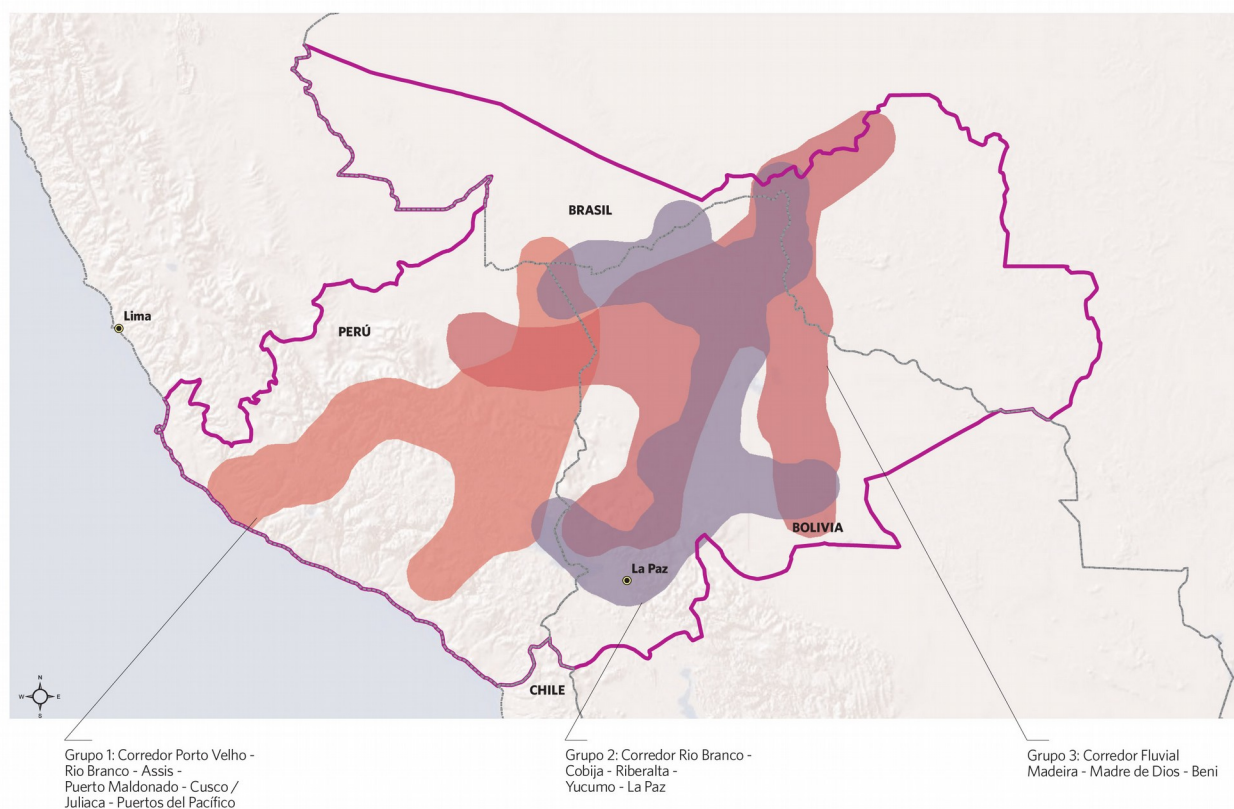


Figura 38: Grupos de Projetos do EID Peru-Bolívia-Brasil

Fonte: PORTAL IIRSA. **Mapa de los grupos de proyectos del Eje.** Disponível em: <https://www.geosur.info/geosur/iirsa/pdf/es/grup_pbb.jpg>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

Ademais, tendo em vista os objetivos estratégicos de cada um desses corredores, verifica-se uma estreita relação entre os projetos do EID-PBB e os do EID do Amazonas, especialmente naqueles que atravessam os territórios brasileiros, na medida em que criam ou fortalecem a conectividade entre regiões até então deficitárias nesse quesito (como a amazônica e as outras partes dos três países, ou as conexões Centro-Oeste-Norte, Nordeste-Norte e Nordestes-Centro-Oeste, no Brasil¹⁷⁸, por exemplo). Eixo com maior área de abrangência da IIRSA, o EID do Amazonas abarca cerca de 45% da superfície da América do Sul, incluindo no Brasil todos os estados das regiões Norte e Nordeste, além de Goiás e Tocantins, a parte centro-norte do Peru, o centro-sul da Colômbia e toda a superfície continental do Equador (VALDÉS & PARIMBELLI, s.d.)¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Ver: PADULA, R. **Infraestrutura I: Transportes – Fundamentos e propostas para o Brasil.** CONFEA: Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/Livro_Transportes.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

¹⁷⁹ VALDÉS, J.; PARIMBELLI, M. **Caracterización socioeconómica y ambiental – Eje Amazonas.** UNASUR – COSIPLAN: Quito, s.d. Disponível em:

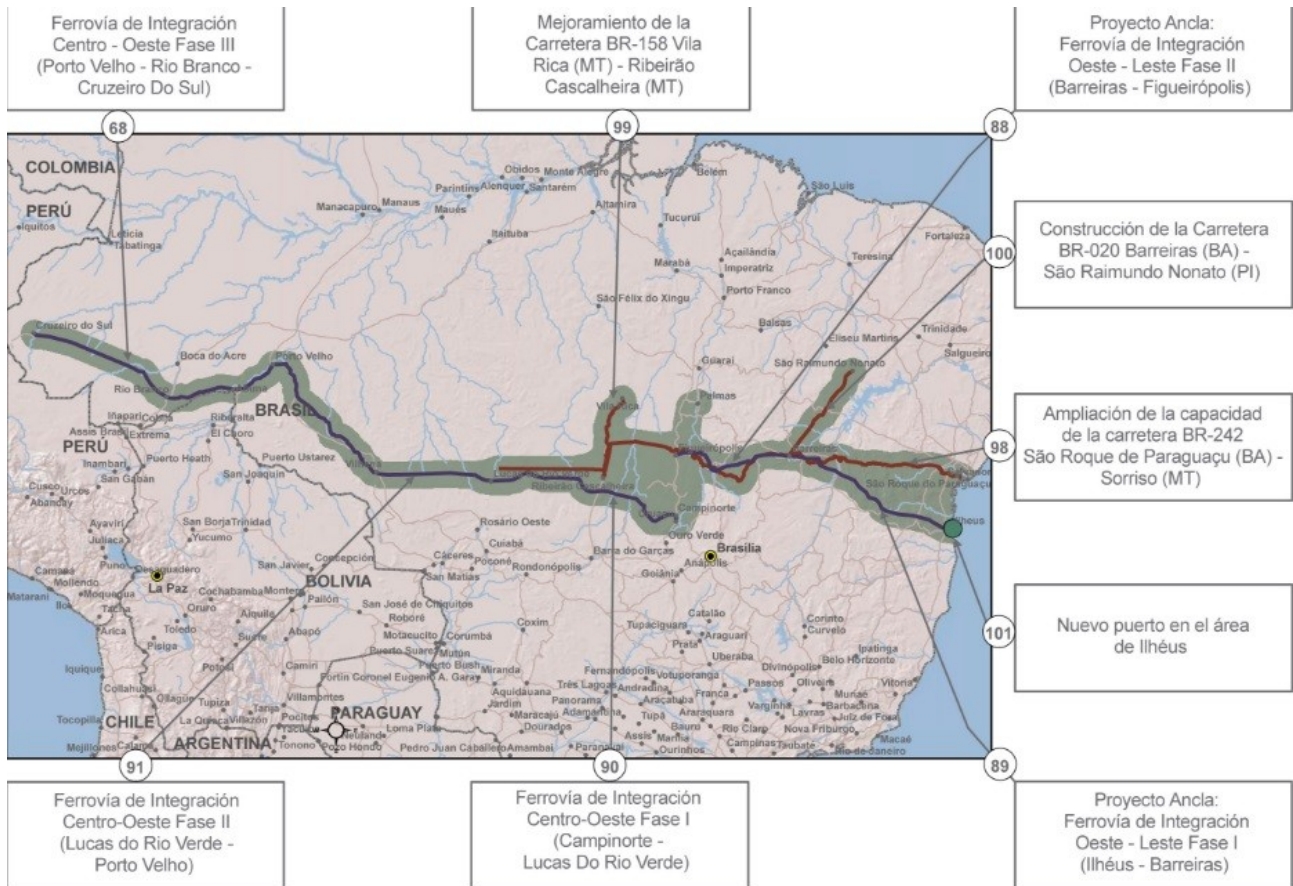


Figura 39: Grupos de Projetos do EID do Amazonas

Fonte: PORTAL IIRSA. Mapa de los grupos de proyectos del Eje. Disponível em: <https://www.geosur.info/geosur/iirsa/pdf/es/grup_ama.jpg>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

<http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Caracterizaci%C3%B3n_EJE_AMAZONAS_final.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

3.3. Integração Econômica, Infraestrutura e Meio Ambiente: um exame dos entrecruzamentos institucionais entre Economia, Política e Cultura no Sistema Internacional¹⁸⁰

O entendimento de que a baixa complementaridade produtiva entre as economias nacionais sul-americanas é um problema a ser superado é compartilhado por diversos autores de diversas correntes teóricas, além de formar parte da agenda positiva de instituições e blocos regionais que têm como objetivo a promoção da integração na região. Nesse contexto, pode-se considerar a integração produtiva como um processo através do qual se criariam novas vantagens competitivas para a região, instalando, desenvolvendo e fortalecendo aí as cadeias de valor (ANGELIS & PORTA, 2014). Esse movimento, possivelmente, favoreceria o aproveitamento do potencial que possuem os países da região de abastecimento das demandas dos países vizinhos em diversos dos setores em que são exportadores, contribuindo, desse modo, para a elevação dos fluxos comerciais e do grau de confiança entre as economias intrarregionais e, conseqüentemente, para a reorientação de suas economias no circuito dos mercados extrarregionais (SEVERO, 2014). Ademais, a criação de um espaço integrado na região tal como delineado por iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), traria consigo, conforme aponta Medeiros (2008), potencialmente, um maior poder de negociação dos países da região no sistema internacional, conferindo-lhe maior influência nos fóruns e organismos multilaterais.

Como ponto comum nos diversos projetos teórico-políticos forjados para dar conta desse estado de coisas, os debates sobre infraestrutura na região passaram a ocupar espaço nas agendas políticas nacionais e regionais, sendo na América do Sul, atualmente, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sua principal expressão. Como reflexo mesmo da concepção político-ideológica que se hegemonizou na região no contexto de fundação de dita iniciativa, a concepção de integração então adotada baseou-se na visão desta como um processo de progressivo aprofundamento da liberalização econômica, sob a lógica da facilitação de fluxos econômicos, tendo como horizonte “além da abertura econômica com especialização

¹⁸⁰ Versão preliminar desta parte da dissertação apresentada no Eixo 6 (Integração Regional e Novos Espaços da Cooperação e do Conflito Internacional) do *III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO)*, ocorrido entre os dias 10 a 14 de setembro de 2018 na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói. Ver: <https://docs.wixstatic.com/ugd/63d957_aa497593989a4f61a7fa526ffca39d04.pdf>.

baseada em vantagens comparativas estáticas, uma limitada participação do Estado na economia.” (PADULA, p. 1, 2011). Nesse sentido, pode-se considerar que o assim chamado regionalismo aberto da CEPAL selou as inter-relações existentes entre desenvolvimento e infraestrutura no contexto teórico-prático da integração econômica da região, no mesmo movimento em que promoveu a defesa da industrialização “*como forma de absorver a crescente disponibilidade de mão de obra, seja em decorrência do crescimento demográfico em si ou do intenso processo de urbanização verificado na região*” (BRAGA, p. 3, 2002)¹⁸¹.

Desde essa narrativa, se segue o entendimento de que uma estratégia de desenvolvimento baseada em livre comércio e financiamento de infraestrutura reforça em grande medida o padrão colonial extrativista que caracteriza as economias nacionais da região, marcado pelas “*exportações de bens primários*” e pela “*cristalização das atuais diferenças industriais*” (MEDEIROS, 2010). E que, por outro lado, a integração regional e, conseqüentemente, de infraestrutura “*devem ter objetivos próprios, coadunados a objetivos socioeconômicos*” tratados internamente nos termos da “*organização política do espaço regional*” e externamente de forma “*defensiva e ofensiva, respectivamente, de segurança e de projeção de poder*” (PADULA, p. 6, 2011).

Para efeito da construção de um marco teórico que favoreça a compreensão da dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul – tarefa na qual se inscreve o presente trabalho –, partimos do entendimento de que o aumento da complementaridade produtiva entre os países da região, mais além de simples delineamento teórico, apresenta-se na contemporaneidade como parte da dinâmica socioeconômica, política e cultural sul-americana. E sob o impulso que lhe vem sendo dado, ademais, no âmbito de instituições, blocos regionais e Estados (pluri)nacionais, passou a compor a agenda da integração produtiva e comercial - vista aí como aspecto estratégico de relevância do ponto de vista da inserção dos países da região no sistema internacional. Nesse contexto, os debates sobre infraestrutura ganharam espaço, sendo esta considerada como pressuposto básico de qualquer iniciativa para a promoção do desenvolvimento ou de integração econômica regional. Ao mesmo tempo, tem-se o fato de que esses debates vêm sendo sistematicamente penetrados, sobretudo a partir dos conflitos socioambientais que acompanham a implementação dos projetos direta e

¹⁸¹ Com efeito, o pensamento produzido no âmbito da CEPAL pode ser compreendido em duas etapas, sendo a primeira dos anos 1940 até a década de 1980, priorizando a industrialização por substituição de importações e a integração regional com protecionismo, dentro do estruturalismo. E a segunda etapa, compreendida a partir dos anos 1980 em diante, procurando adaptar sua posição ao neoliberalismo, admitindo a abertura econômica dentro do regionalismo aberto, sob a ótica do chamado neoestruturalismo.

indiretamente ligados à IIRSA, por projetos teórico-políticos que trazem consigo diversas agendas, apontando, mais bem, para as ressonâncias do que Ramos (2003) e Svampa (2013) consideram um novo padrão de conflitividade na América Latina.

3.3.1. Economia Política Internacional, Sistema Internacional e Meio Ambiente. Algumas definições e entendimentos

Situar a lente de análise no campo da Economia Política Internacional para tratar da irrupção da questão ambiental no sistema internacional nos compele a um trabalho anterior, qual seja o de conformarmos o ambiente do qual emergem as reflexões das quais partimos, estabelecendo, desse modo, os relacionamentos teórico-políticos que embalam a seleção da agenda temática desta seção. Nesse caso, pode-se compreender a Economia Política Internacional (EPI) como um *“tipo de reflexão que, especialmente nos círculos de língua inglesa, se cristalizou a partir de 1970, como uma tentativa de recombinar a política e a economia para tentar apreender o conjunto de transformações que a economia mundial atravessava”* (MARIUTTI, p. 1-2, 2013).

Para Mariutti (p.1, 2013), a Política Internacional e a EPI constituem-se em *“ramos do conhecimento contíguos, porém distintos”* que abordam as Relações Internacionais como uma de suas áreas temáticas e, portanto, com quem – na medida em que esta se vem constituindo enquanto campo do conhecimento com objeto próprio – compartilham definições e compreensões do Sistema Internacional. Nesse sentido:

o objeto das Relações Internacionais compreende o sistema internacional, que é composto prioritariamente pelos Estados e as instituições interestatais, mas que envolve também os atores que se movem na zona transnacional: Ong's, empresas transnacionais, etc. Assim, a característica definidora do sistema internacional é o seu formato anárquico, isto é, a inexistência de uma entidade soberana e legítima capaz de ordenar as relações entre os atores que o compõe. A mescla entre a dimensão interestatal – o objeto por excelência da Política Internacional – e dimensão transnacional (em que, prioritariamente, se move a Economia Política Internacional) é que traz ao centro da discussão, reiteradamente, a questão do diálogo entre estas tradições (MARIUTTI, p.3, 2013).

Do mesmo modo, para Gonçalves (2005) a EPI pode ser compreendida como *“um*

método, ou enfoque analítico”, que combina aspectos dos campos da Economia Política e da Política Internacionais, buscando aplicar a *“teoria aos problemas do mundo real com a ajuda de outras ciências sociais”* (GONÇALVES, p. 4-5, 2005). Para o autor, a EPI refere-se a *“um método de análise que tem como foco a dinâmica do sistema econômico internacional em suas distintas esferas e dimensões, que resulta das decisões e ações de atores nacionais e transnacionais, cuja conduta é determinada por fatores objetivos e subjetivos”* (GONÇALVES, p. 11, 2005). Devendo ocupar-se, portanto, das relações, estruturas e dos processos internacionais, seria reducionista, assim, o enfoque que trata as relações econômicas internacionais como a mediação exclusiva de rivalidades entre Estados:

Poder e riqueza; Estado e mercados; política e moeda. Essas são as expressões mais frequentemente usadas para se definir a Economia Política Internacional. Os principais trabalhos de referência no mundo acadêmico anglo-americano utilizou-se desses contrapontos (GONÇALVES, p.5, 2005).

Um deles foi o emblemático livro de um dos fundadores da EPI nos Estados Unidos, Robert Gilpin – *The Political Economy of International Relations* (1987) – focalizando *“as atividades econômicas ‘normais’, ou seja, as relações internacionais monetárias, comerciais e de investimento”* (GILPIN, p. 17, 2002). O autor considera a existência de uma agenda mais ampla de interpretações e temas sobre aquilo que foi a dinâmica do sistema internacional no tempo-espaço em que viveu. Ele relata que se acreditava então que outros sujeitos, para além do Estado e do mercado, sujeitos *“transnacionais (empresas multinacionais e os movimentos políticos), os objetivos assistencialistas e outras metas internas, assim como as fontes não-militares de influência, tinham uma importância cada vez maior na determinação dos assuntos globais”* (GILPIN, p.13, 2002). Ao mesmo tempo, aponta o seu interesse especial pela avaliação do *“conhecimento acumulado sobre o modo como a política e a economia internacionais interagem e se influenciam mutuamente”* (GILPIN, p.17, 2002), explicando e justificando assim os limites do seu trabalho.

O tratamento da economia política como um campo voltado à reflexão sobre *“o impacto da economia mundial de mercado sobre as relações dos Estados e as formas pelas quais os Estados procuram influenciar as forças de mercado para sua própria vantagem”* (GILPIN, p. 24, 1987 apud GONÇALVES, p.06, 2005), no entanto, se destaca

nesta renomada obra de Gilpin. Tratar-se-ia a economia política internacional, desde esta concepção, de um ramo do conhecimento voltado para a questão da geração e distribuição de riqueza e poder em escala mundial – temas hegemonicamente tratados pela economia política desde Adam Smith.

Aproximando-nos, pois, de uma concepção de economia política internacional que considera criticamente estas questões, o sistema internacional será então definido a partir de uma lógica de equilíbrio e conflito, como composto por subsistemas ou sistemas básicos interdependentes: político, econômico e cultural – sistema aí visto como “*um conjunto qualquer de variáveis em interação*” (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF JR, p.102, 1971 apud GONÇALVES, p.11, 2005)¹⁸². Conforme indica Gonçalves (2005), em *Relações Internacionais*, todos os grandes temas fazem parte de um dos sistemas (econômico, político e cultural) e, mais frequentemente, de dois ou mesmo dos três sistemas. Este é o caso do Meio Ambiente. Do ponto de vista das relações econômicas internacionais, o meio ambiente pode ser abordado enquanto tema que emerge, por um lado, como questão de natureza eminentemente “prática” - pelo modo como afeta os processos produtivos e comerciais, podendo repercutir na competitividade industrial e na sua localização, através dos condicionamentos espaciais que possibilita – e, por outro, como parte das demandas apresentadas pela sociedade civil, através dos processos institucionais que as suas ações organizadas disparam. Na apresentação que é feita do relatório de “*Aspectos Ambientais do Comércio Internacional*” do Centro de Indústrias de São Paulo¹⁸³, por exemplo, admite-se que:

As questões ambientais, que já influenciam processos e cadeias produtivas e alteram a competitividade no mercado, foram incorporadas nos negócios e tendem a se intensificar em novos contextos e cenários deste século 21. Nos fóruns internacionais, tanto da área ambiental como da comercial, se multiplicam os debates quanto a natureza e riscos potenciais de produtos fabricados, degradação ambiental, barreiras ao comércio, discriminação de

182 Para Ramos (2003, p.2-3), “*As relações sociais e de poder não se constituem como uma ordem cuja normalidade, vez por outra, seria acometida por disfuncionalidades, anormalidades, desordens e conflitos. Ao contrário, os conflitos sociais são parte da ordem social que constituem e que por meio deles se transforma/se afirma. (...) Dessa forma, o conflito social nos oferece a possibilidade empírica de abordar as contradições sociais. Ele é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação.* Assim, o conflito não é um outro das relações sociais e, sim, parte constitutiva delas.”

183 Ver: FORNASARI FILHO, N.; COELHO, L. R. **Aspectos Ambientais do Comércio Internacional**. FIESP/CIESP: São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/wp-content/uploads/2012/11/Aspectos-ambientais-do-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

produtos com base nos processos de fabricação, e aplicação de regras internacionais de proteção ao patrimônio comum. A Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto condutora do comércio internacional baseado em regras, tem a incumbência de não ignorar essas questões e de solucionar os conflitos entre políticas comercial e ambiental. Por sua vez, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) realizada em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002, reforçou que os acordos multilaterais sobre meio ambiente deverão estar em consonância com os da OMC e evitar a formação de barreiras técnicas e distorção ao comércio.

Nesse sentido, diversos eventos ambientais contribuíram para a consolidação dos padrões e modelos conservacionistas internacionais, fortalecendo a ideia de que todo o planeta deveria responsabilizar-se pelas questões ambientais – marcando aí as responsabilidades das nações econômica e tecnologicamente avançadas (GUANAES, 2014). A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada pela ONU no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro (Rio 92; Eco 92; Cúpula da Terra), nesse sentido, é um dos principais marcos históricos da conformação de uma ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001). A Conferência, que ocorreu contando com a representação de 178 Estados-nação (114 deles sendo representados pelos próprios Chefes de Estado), estabelece acordos internacionais para tratar de questões relacionadas às mudanças climáticas globais, bem como ao acesso e manutenção da biodiversidade dos países.

Os principais documentos e, por extensão, as principais referências para o tratamento da questão ambiental no sistema internacional são, desse modo, dela resultantes, a saber a Convenção sobre Mudanças Climáticas (CMC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CB), a Declaração do Rio, a Declaração sobre Florestas e a Agenda XXI (RIBEIRO, 2001). Sobre a análise destes documentos, o autor salienta que eles mostram *“alianças políticas bastante particulares. Elas foram articuladas ao longo do processo de negociação pré-reunião, nos Precons. Para cada documento produzido, uma dinâmica nova se apresentava. Os países marcavam posições de forma unilateral ou como bloco de países”* (RIBEIRO, p. 17, 2001)¹⁸⁴.

¹⁸⁴ Através da *“Plataforma de Tlatelolco Sobre Medio Ambiente y Desarrollo”* os ministros e representantes dos países-membros da CEPAL no âmbito da *“Reunión Regional para América Latina y el Caribe”* marcaram a sua posição na CNUMAD. O documento enfatiza questões como o fundamental aporte que devem oferecer ao processo de promoção de uma maior sustentabilidade do desenvolvimento os países desenvolvidos, a preocupação com as condicionalidades ambientais e econômicas, bem como com as restrições no acesso à tecnologia e a criação de barreiras comerciais. Ademais, os países afirmam no documento o respeito da soberania dos países sobre os seus recursos naturais e todas suas atividades

Pelas inter-relações que estabelece com o contexto da economia-mundo e com o processo de instituição de novos direitos territoriais e culturais no sistema internacional, interessa-nos, desse conjunto de documentos, explorar a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – estabelecida, como referido antes, em 1992 durante a CNUMAD, mas que entra em vigor em dezembro de 1993.

3.3.2. Convenção sobre Diversidade Biológica (1992) e o Acordo TRIPs (1994)

Os anos 1970 ficaram marcados, dentre outras coisas, pela descoberta da tecnologia do DNA recombinante, impulsada pelos avanços nos campos da biotecnologia e da engenharia genética – processo ao longo do qual emerge a chamada biotecnologia moderna. Este fenômeno provocou significativas mudanças “*no padrão tecnológico e organizacional de todos os setores que direta ou indiretamente estão ligadas às ciências da vida*” (SILVEIRA; BORGES & BUAINAIN, p. 101, 2005). A agricultura – e, por extensão, toda a cadeia produtiva da agroindústria – é o setor da economia que mais vem acompanhando e incorporando essas transformações. Conforme apontam Silveira; Borges & Buainain (2005), numa primeira fase foi impactada a estrutura do mercado da indústria de fertilizantes e sementes, atingindo, em seguida, a de insumos; num segundo momento (1996) houve a introdução dessas biotecnologias na própria agricultura, através de sementes geneticamente modificadas; e, até o ano quando escreveram (2005), também a indústria de processamento – por conta da rotulagem especial e do rastreamento dos produtos derivados de cultivos modificados geneticamente.

Estes processos, portanto, criaram a necessidade de se resolver quem ganha e quem perde frente a uma inovação tecnológica promissora [e controversa], como é o caso da biotecnologia (RIBEIRO, 2001). Considera-se, por um lado, que ela – ao lado das tecnociências, em geral (nanotecnologia, neurociência, etc.) – gera e promete gerar “*ainda mais inovação no sistema agroalimentar, na medicina, no meio ambiente e no próprio homem*” (NINIS, p. vii, 2011), sobretudo num contexto de preocupação com a dependência da indústria de recursos naturais não renováveis – em especial, a proximidade do fim do petróleo. Por outro, o emprego da biotecnologia – do ponto de vista dos seus efeitos intergeracionais e sobre a biodiversidade –, ainda não transmite a devida segurança (NINIS, 2011), além de requerer profundas considerações éticas acerca da econômica, reconhecendo que o “*conocimiento acerca de la biodiversidad, tanto a nivel científico como a nivel popular, forma parte del patrimonio científico-cultural de cada nación*” (CEPAL, 1991).

associação ao conhecimento das populações tradicionais e sua exploração (COMEGNA, 2006). É a partir desta problemática que Ribeiro (p. 121, 2001) define a Convenção da Biodiversidade como “*uma tentativa de organizar este jogo político, reunindo os principais países envolvidos – como os que dominam as tecnologias em biotecnologia e engenharia genética e os que possuem as matrizes naturais in situ*”.

O autor aponta que durante a CNUMAD, no contexto de discussão e implementação da CDB, os Estados Unidos tiveram as suas teses rejeitadas pelos outros membros do G-7 e da Comunidade Europeia (seus tradicionais aliados), mantendo-se, na ocasião, em condição de isolamento. Concorrendo para a não assinatura da CDB, a posição do país foi sustentada pelo argumento de que, uma vez possuindo a liderança em pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia a nível mundial, estaria, com isso, protegendo os interesses nacionais – embora efetivamente se trate dos interesses dos produtores das tecnologias nas áreas de biotecnologia e engenharia genética (RIBEIRO, 2001).

Como um novo código de conduta dos países no plano internacional, a CDB reconhece, portanto, a perda da biodiversidade a nível das nações, e estabelece medidas a fim de contornar o problema – sobretudo em função do valor estratégico que esta possui para o desenvolvimento de biotecnologias (COMEGNA, 2006). A autora explica que entre os temas muito tratados pela CDB está o acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias, bem como a transferência tecnológica a esses países, em condições justas e termos favoráveis, por parte dos países que dominam ditas tecnologias. Esse tema se complexifica ao envolver tecnologias que têm a sua possibilidade de transferência submetida ao sistema de patente e a outros direitos de propriedade intelectual internacionalmente firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (Acordo sobre a Proteção da Propriedade Intelectual/ Acordo TRIPs), e outras tecnologias não patenteadas – como é o caso daquelas que derivam de conhecimentos e práticas tradicionais que foram desenvolvidas ao longo do tempo por comunidades locais (COMEGNA, 2006). Sobre o caso do Acordo TRIPs, a autora explica:

Vários interesses fizeram com que a OMC incluísse nas suas várias atribuições o controle sobre serviços e sobre a propriedade industrial, na forma de patente e copyright, ocasionado pelo aumento da venda de tecnologia, levando à regulamentação das relações comerciais em escala internacional e à adoção, pelos países, de leis internas de propriedade intelectual. Os Estados Unidos, produtores de conhecimento aplicado, levaram outros países a adotar leis internas de propriedade intelectual que

servissem aos seus interesses. (...) Deste fato ocasionou o reconhecimento do patenteamento de microorganismos, no seu artigo 27 (3b), “posição contrária à da CDB e aos interesses dos países detentores de grande estoque de recursos genéticos¹⁸⁵” (COMEGNA, p. 10, 2006).

A questão que se destaca aí, portanto, trata-se da possibilidade de haver ou não compatibilidade entre a Convenção sobre Diversidade Biológica e o artigo 27.3 (b) do Acordo TRIPs – a chamada cláusula da biodiversidade ou da biotecnologia (ALMEIDA, DUTRA & D’ANCONA, 2004). O conflito no âmbito da OMC divide os países em dois grupos, a saber o dos desenvolvidos, que defendem a ampla concessão de patentes, adotando os EUA nisso posição radical, reclamando que sejam retiradas as exceções a patentes de plantas, animais e processos essencialmente biológicos existentes na referida cláusula 27.3 (b), e o grupo dos países em desenvolvimento, que “*temem que as negociações ambientais possam restringir o acesso a mercados de seus produtos, por meio de um maior uso de medidas comerciais restritivas com propósitos ambientais*” (ALMEIDA, DUTRA & D’ANCONA, p. 43, 2004). As autoras apontam, no entanto, que:

No que diz respeito a produtos agrícolas, eles [os países em desenvolvimento] são apoiados pelos Estados Unidos, que se preocupam com uma possível restrição de acesso a mercados para esses produtos (inclusive os que contêm organismos geneticamente modificados – OGM) com a introdução de um sistema de rotulagem ambiental, ou ainda, com a utilização do princípio da precaução, sob o abrigo dos Acordos sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (Technical Barriers to Trade – TBT; Sanitary and Phytosanitary Measures – SPS)” (ALMEIDA; DUTRA & D’ANCONA, p. 43, 2004).

Do ponto de vista das tecnologias não patenteadas, que afetam os conhecimentos e comunidades tradicionais, o conflito entre a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Acordo TRIPs consiste no fato desta primeira outorgar capacidade jurídica aos Estados para coibir a biopirataria, tornando obrigatória a concessão por parte deste do consentimento prévio e informado e o Acordo TRIPs ignorar esta capacidade, atuando, mais bem, como promotor da biopirataria (COMEGNA, 2006). Ou seja, enquanto a CDB considera que “*o acesso a recursos biológicos deve estar condicionado ao consentimento*

185 Trecho citado por COMEGNA (2006) extraído de Ribeiro (p. 134, 2001).

informado do país de origem, requerendo também a aprovação e participação das comunidades”, no Acordo TRIPs “não existem disposições que obriguem o consentimento prévio informado para o acesso aos recursos biológicos que possam ser posteriormente, suscetíveis de [Direitos de Propriedade Intelectual] DPI” (COMEGNA, p. 42, 2006). Como desafio para o campo da economia política internacional, fica o de situar-se frente às duas lógicas de relação com a natureza que neste conflito se expressam:

Aquela que explicitamente privilegia interesses globais sobre territórios “nacionais”, biodiversidade e etnoconhecimento; e outra que acredita ser possível conciliar formas tradicionais e ou culturais de relação com o meio e a conservação da biodiversidade. Essa segunda compreenderia observar como grupos culturais distintos, no campo ou na cidade, vivem e se relacionam com o ecossistema à sua volta, como compartilham os recursos naturais disponíveis, como negociam os espaços a serem ocupados, como solucionam problemas comuns, e por fim, como se apropriam do espaço da vida (GUANAES, p. 185, 2014).

Do mesmo modo, estas lógicas concorrem para aquilo que Leff (p. 102, 2009) chama de “*dois tipos claramente diferenciáveis de racionalidade produtiva*” delineados pelas sociedades pré-capitalistas:

uma que tende a assegurar a reprodução sociocultural a partir das lógicas de equilíbrio do ecossistema; outra que tende a maximizar os benefícios comerciais, o intercâmbio e a produção de excedentes. Num caso, a estrutura funcional do ecossistema condiciona a divisão do trabalho, a organização produtiva e as formações simbólicas de uma formação social. No outro, as práticas sociais e produtivas vão se subordinando à produção capitalista, impondo-se as leis de mercado sobre as condições ecológicas da reprodução social (LEFF, p. 102, 2009).

A cultura aparece para o autor, assim, “*como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos*” (LEFF, p.98, 2009), estando a sua materialidade inscrita na “*racionalidade produtiva dos grupos indígenas e das sociedades camponesas*” (LEFF, p.102, 2009). A dinâmica do capital sobredetermina nos territórios, pois, não apenas a transformação dos ecossistemas que os compõem, assim como a própria racionalidade do uso dos recursos naturais neles disponíveis; racionalidade que é condicionada pelas práticas culturais específicas aos grupos sociais de que deriva. Nesse

sentido, pode-se considerar que fenômenos como a conquista, a colonização, a modernização e a integração ao mercado mundial das culturas pré-capitalistas significaram a interrupção do “*projeto civilizador das diversas culturas dos trópicos, fundado num processo de coevolução etno-ecológica dentro das mais variadas condições no seu entorno geográfico e ecológico*” (LEFF, p. 98, 2009).

Para Leff (p. 99, 2009), é como espécie de “*custo econômico e político do projeto de globalização*” que se destacam os processos de degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social – geradas pelo histórico processo de acumulação de capital em escala mundial. As diversidades ecológicas e culturais apresentam-se nesse cenário não apenas:

como princípios éticos e como valores não mercantilizáveis, mas como verdadeiros potenciais produtivos que integram um sistema de recursos naturais, culturais e tecnológicos, capazes de reorientar a produção para a satisfação das necessidades básicas das populações do Terceiro Mundo (LEFF, p. 99, 2009).

3.3.3. Neoextrativismo e a Irrupção de um Novo Padrão de Conflitividade na Região

O contexto de crise da economia internacional em começos do século XXI marca em diversos países da América Latina o desenvolvimento de experiências com significativos pontos comuns – sobretudo a partir da relativa crise da aplicação de políticas neoliberais na região. Destacam-se aí a melhoria dos indicadores macroeconômicos dos países em geral, avanços na agenda social e a revalorização da integração regional, tudo isso através de políticas que buscavam reverter os efeitos do neoliberalismo, promovendo o abandono de receitas monetaristas, uma distribuição menos desigual de renda, bem como a recuperação da autonomia estatal na economia (EQUIZA, 2013). Soma-se a esse contexto a centralidade que a Ásia (particularmente a China) passa a exercer no cenário geopolítico e econômico mundial, delineando, assim, uma nova fase de inserção da América Latina na economia-mundo, frente à qual passa a ocorrer a disputa de um novo padrão de desenvolvimento para a região (QUENTAL, 2013).

A disputa de um novo padrão de desenvolvimento impulsionado por governos nomeadamente progressistas se acirra, em grande medida, em razão do aumento dos conflitos socioambientais em toda a região – que se sobressaem, estes, como uma das

principais contradições entre ditos governos e a sua base popular de apoio. Como pano de fundo, verifica-se uma estratégia de obtenção de divisas no mercado internacional baseada na exportação de produtos intensivos no uso de recursos naturais (sobretudo as *commodities* demandadas pela Ásia), à qual foi submetida a lógica de interconexão física regional que se vai concretizando através da IIRSA. O cenário que se observa na região, assim, revela que, ao mesmo tempo em que são projetadas políticas de cunho neodesenvolvimentistas (conservando certos traços estruturais daquelas instauradas pelas ditaduras, e aprofundadas nos anos 1990), se vai consolidando o padrão colonial extrativista que historicamente atravessa a região, estimulado pela demanda internacional de matérias-primas.

Se, desde o ponto de vista do pensamento econômico cristalizado na região, o incremento das exportações de bens primários estimula o aumento da dicotomia centro-periferia e, conseqüentemente, dificulta a melhoria das condições de vida de suas populações (PREBISCH, 1949 [1996] apud BRICEÑO RUIZ, 2012), tem-se, por outro lado, que o padrão colonial extrativista que lhe garante a manutenção imprime “*sobre sociedades y territorios una dinámica económica muchas veces contradictoria con los usos preexistentes, vitales y económicos*” (EQUIZA, p. 23, 2013), num cenário em que se destacam, ademais, a atuação e os investimentos de empresas transnacionais. Coaduna-se a isso a lógica territorial embutida nos projetos e empreendimentos que conformam a IIRSA, concebendo extensas áreas do espaço geográfico da América do Sul como “vazios demográficos”, baseando-se, por conseguinte, numa “*visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades tradicionais têm seus territórios e suas vidas concebidas como prescindíveis*” (QUENTAL, p. 2, 2013).

Tudo isso nos leva a considerar a dinâmica própria ao processo de reposicionamento da América Latina no que Svampa (2013) chama de nova ordem econômica e político-ideológica sustentada pelo boom dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo demandados pelos países ditos centrais e emergentes¹⁸⁶. Essa dinâmica tem estimulado na região a adoção de um estilo de

186 Diferentemente do chamado Consenso de Washington, que ficou marcado pelo processo de revalorização financeira como elemento central do ciclo de lutas que concorreram para a manifestação de suas contradições em ato, no Consenso das *Commodities* este elemento é o incremento das exportações de bens primários em grande escala – cenário através do qual a China ganha projeção de potência hegemônica no Sistema Internacional, inclusive como importante parceira das economias nacionais latino-americanas. A autora aponta que nos últimos anos do século XX, num contexto de mudança do modelo de acumulação na economia-mundo, houve a intensificação do processo de expansão dos megaprojetos tendentes ao controle, a extração e a exportação de bens naturais sem valor agregado nos diversos países que conformam a América Latina. O consenso das *commodities*, nesse sentido, refere-se ao processo de

desenvolvimento neoextrativista, que institui um padrão de conflitividade – através do qual se pode visualizar a ocorrência de um novo ciclo de lutas. Lutas que põem em evidência os temas relacionados a território e meio ambiente, potencializando a discussão sobre os modelos de desenvolvimento e as fronteiras da democracia na região (SVAMPA, 2013).

adesão dos Estados nacionais a uma nova ordem econômica, política e ideológica, (normativas, regulamentos, acordos, leis, etc.), impulsionada pelo *boom* dos preços internacionais de matérias-primas e bens de consumo cada vez mais demandados pelos países ditos centrais e emergentes no sistema internacional. O incremento das vantagens comparativas que este fenômeno gerou, embora expressa em crescimento econômico e no aumento das reservas nacionais dos países em geral, foi acompanhado pela irrupção de novas assimetrias e do engendramento de um novo ciclo de lutas na região.

3.4. Integração Econômica, Agricultura e Reforma Agrária

No espectro do pós-Segunda Guerra Mundial, a economia e a sociedade rurais também foram significativamente transformadas: pela ação de agentes externos, em função da crescente integração da agricultura no regime alimentar agroindustrial global; e internos, através das políticas estatais, “*que comprenden desde la reforma agraria a la liberalización*” (KAY, 1995, p. 27). Este período compreende, assim, uma fase de declínio relativo da agricultura da América Latina, impulsionado, por um lado, pela industrialização e a implementação da estratégia cepalina de substituição de importações e, por outro, pelas medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos em seus próprios setores agrários. Países da União Europeia e os Estados Unidos promoveram a subvenção de sua produção e exportações agrárias para reduzir os grandes excedentes, prejudicando gravemente as exportações agrárias da América Latina (KAY, 1995).

Para o autor, estes fatores ajudam a explicar o panorama do setor agrícola latino-americano a partir dos anos 1990, fortemente impactado pelo processo de internacionalização, pelos ajustes estruturais operados pelos governos e pelo impulso exportador. Nesse momento, a economia e a sociedade rurais latino-americanas já haviam deixado de desempenhar o papel capital que tiveram outrora na economia nacional ou mundial. Já apresentavam-se aí atravessadas por “*modernas explotaciones agrícolas capitalistas y complejos agroindustriales y, muchos de ellos vinculados a sociedades multinacionales o propiedad de éstas*” (KAY, 1995, p. 27).

Antes disso, na década de 1980, no entanto, ocorreu o distanciamento das políticas do Estado da estratégia de industrialização por substituição de importações para uma estratégia de desenvolvimento orientada ao exterior. A integração do setor agrário latino-americano à economia mundial deu-se, assim, no contexto de crise da dívida dos países da região e a adoção por parte destes de programas de ajuste estrutural patrocinados pelo FMI, pelo BIRD e pelo sistema bancário internacional. O estímulo às exportações agrárias foi adotado como estratégia principal de obtenção de divisas dos países da América Latina no Sistema Internacional. A Rodada do Uruguai das negociações do GATT em 1994, nesse sentido, marca esse cenário, impulsionando este modelo de integração econômica do setor agrário, sendo o ingresso do México no NAFTA em 1994 o caso mais emblemático (KAY, 1995).

A aparição dessa nova divisão internacional do trabalho na agricultura ou a reestruturação da agricultura da América Latina está referida, portanto, no processo de

internacionalização da agricultura e a forte atuação, nesse cenário, das multinacionais agrárias ou agroindústrias. A modernização e a liberalização da agricultura baseando-se em um setor exportador facilitou a instituição de um sistema agroalimentar internacionalizado, que comanda as mudanças nas pautas de consumo; a transformação e a comercialização do setor agrário latino-americano, sobretudo a partir dos setores da biotecnologia e da engenharia genética; além da adoção de pautas de produção apoiadas por organismos internacionais como o BIRD, o FMI e o BID.

Através do que ficou conhecida como modernização conservadora, as políticas de Estado promovidas pelos governos latino-americanos estimularam o fenômeno de intensificação da agricultura e modernização do antigo sistema de *haciendas*, incorporando nesse processo tecnologias surgidas no âmbito da chamada revolução verde (KAY, 1995, p.31). Para Jaime Osório (2012), a conformação dessa nova divisão do trabalho apontada por Kay (1995) se dá nos marcos da instituição de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina – um padrão exportador de especialização produtiva. Com isso, tem-se o “*fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo, em alguns casos, uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México*” (OSÓRIO, 2012, p. 105).

Esta modernização se deu através de medidas como a concessão de créditos subvencionados para a aquisição de máquinas e ferramentas agrícolas, gado de melhor qualidade, melhores variedades de sementes e fertilizantes, bem como a posta em marcha de programas de assistência técnica (KAY, 1995, p. 38). Conforme explica o autor, grandes explorações agrícolas comerciais passaram a cultivar produtos de maior valor agregado e com maior demanda pelos consumidores urbanos, capitalizando-se por meio da melhoria da terra, da criação de infraestruturas, da mecanização, entre outros meios.

Ao mesmo tempo, estas transformações se dão num momento em que mudanças estruturais tiveram lugar em alguns países latino-americanos, por efeito das reformas agrárias (KAY, 1995). No plano da institucionalidade do Estado, estas reformas passam a ser promovidas em consonância, em maior ou menor medida em cada país, com as prerrogativas da Aliança para o Progresso, “*programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961*”¹⁸⁷. A promoção da reforma agrária nesse contexto se dá como forma de

187 “De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). (...) A

superação do decrescente rendimento da agricultura e os conflitos socio-políticos envolvendo proprietários e camponeses, vistos pelos governos latino-americanos de então como fonte de instabilidade a ser resolvida. Seria, portanto, uma forma de prevenção às revoltas camponesas, assim como de evitar transformações políticas e econômicas mais profundas.

Segundo aponta Jacques Chonchol (2003), o final do século XIX e o início do século XX assinala um período de grande expansão dos sistemas produtivos, da ocupação de novos espaços e massivos fenômenos de emigração para resolver o problema da falta de mão de obra, o desenvolvimento de uma agroindústria pujante e a multiplicação dos modernos meios de comunicação (CHONCHOL, 2003, p. 206). Consequentemente, resultou ser um período em que ocorreu a ampliação da capacidade produtiva e exportadora do setor agrícola latino-americano, gerando o enriquecimento da oligarquia que lhe comandava (assim como a lucratividade do capital inglês, a princípio, e depois o estadunidense), além da consolidação e da reafirmação do domínio do latifúndio sobre o espaço agrícola rural:

Recordemos, mediante una simple enumeración, todo lo que significó para la agricultura de América Latina en los últimos decenios – en el siglo XIX y primeros del siglo XX – la incorporación al proceso agrario de la Pampa Argentina con la lana, los cereales y las carnes congeladas; el desarrollo del centro sur del Brasil con la penetración del café en Sao Paulo y los grandes cambios de la producción ganadera de Río Grande Do Sul. También la expansión de la industria de la lana en el Uruguay, el rápido desarrollo de América Central desde Guatemala a Costa Rica – con las revoluciones liberales ligadas a la expansión de la producción de café – y el desarrollo de las plantaciones bananeras en manos de compañías norteamericanas como la – United Fruit; el crecimiento de la economía de la costa peruana primero con el guano y enseguida con las plantaciones de azúcar y algodón; la gran expansión de México y su agricultura bajo el dominio del Porfiriato y las nuevas plantaciones de Azucarera de Cuba después del fin de la guerra de independencia con España y la nueva dependencia de los Estados Unidos de Norteamérica. En el caso de Chile,

*estrutura organizacional para a consecução dessas metas foi fornecida pelo Acordo de Cooperação Tripartite entre a OEA, o BID e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas. Segundo esse arranjo, a OEA, através do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), desempenharia um importante papel, empreendendo estudos fundamentais e avaliando os planos de desenvolvimento nacional a longo prazo submetidos pelos governos da região. O BID canalizaria os fundos destinados aos diversos projetos. E a CEPAL forneceria boa parte dos especialistas necessários aos novos programas de desenvolvimento econômico. (...) A partir de 1970, a análise e coordenação de seus programas passaram à responsabilidade da OEA". (FGV. **Aliança para o Progresso (Verbete)**. CPDOC-FGV: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>. Último acesso em 14 de dezembro de 2018)*

la exportación de trigo se multiplicó por seis entre 1850 y 1875, ampliándose considerablemente la superficie cultivada (CHONCHOL, 2003, p. 206).

Assim, ao mesmo tempo em que representaram, para a agricultura latino-americana, uma época de grande expansão, esses anos resultaram ser de muitas perdas e empobrecimento para as populações rurais regionais, de modo que dois fenômenos simultâneos se seguem, pois, a essa expansão da agricultura latino-americana, no século XX, a saber o da concentração da terra e os esforços de redistribuição desta em favor do campesinato sem terra ou dos minifundistas. Como sugere o autor, estes esforços redistributivos apresentam-se como o resultado de revoluções sociopolíticas e da pressão campesina no bojo de ditas revoluções, assim como do desejo de certos dirigentes políticos no poder de ganhar apoio do campesinato para processos de transformação mais profundos. Ademais, eles refletem igualmente um cenário internacional que pressionava pela transformação das estruturas agrárias (CHONCHOL, 2003, p. 208).

Conforme defende este autor, as políticas neoliberais, presentes com mais vigor e frequência na América Latina a partir da década de 1980, têm significado uma retirada do apoio econômico ao setor campesino, em consequência dos processos de liberalização da terra, do trabalho e dos mercados financeiros, da maior expansão da competição internacional e do impulso exportador da economia agrícola (KAY, 1995, p. 45). Para isso contribuíram os ajustes estruturais operados pelos governos latino-americanos como contrapartida da ajuda econômica recebida dos Estados Unidos através da Aliança para o Progresso, como o foram as políticas de reforma agrária.

Passando à categoria de leis, deixando de ser encaradas meramente, assim, como sombras da ameaça comunista às “democracias” da região, as reformas agrárias foram promovidas aí com o objetivo de melhorar as condições de vida do campesinato, incorporando este setor social à demanda interna através do aumento de ingressos, ampliando o mercado para a industrialização, a fim de controlar as tensões sociais, aumentar a produção agrícola e de alimentos, e evitar novos processos revolucionários como o cubano – ocorrido em 1959. Segundo aponta, “*en la mayor parte de los países, a pesar de la existencia de nuevas legislaciones, los esfuerzos reales de reforma agraria fueron débiles. Se limitaron a algunas distribuciones de tierras hacia los campesinos y sobre todo a fomentar planes de colonización*” (CHONCHOL, 2003, p. 209-210).

Do ponto de vista das políticas de redistribuição de terras, assim, a década de 1970 foi um período de profundos retrocessos, que afetou diretamente o setor camponês. Período marcado pelos regimes militares, no qual a reforma agrária foi sendo encarada, pouco a pouco, nos termos do desenvolvimento agrícola e do desenvolvimento nacional, direcionando-a ao horizonte de uma:

modernización capitalista, en el rol del mercado como el mejor asignador de recursos, en la apertura de las fronteras a la importación de productos agrícolas de los países desarrollados, en la adaptación de las estructuras productivas a las demandas y fluctuaciones del mercado internacional; y en la búsqueda del desarrollo de las exportaciones para hacer frente al endeudamiento externo. Las políticas de reforma agraria en los años 70 fueron prácticamente olvidadas y en muchos casos la concentración de la tierra se acentuó. En los años 80, sólo dos países adoptaron políticas de reforma agraria: Nicaragua con la Revolución Sandinista, en 1979, y Brasil con el inicio de la nueva República en 1985¹⁸⁸ (CHONCHOL, 2003, p. 211).

Desse modo, depreende o autor que, na América Latina, as reformas agrárias foram tributárias das significativas transformações políticas ocorridas nos países onde tiveram efeito. Ao mesmo tempo em que não se pode considerá-las consequência tão somente da pressão social exercida pelos camponeses através das lutas por terra na região, ele defende que em vários casos esta pressão foi fundamental para as iniciativas de reforma ocorridas, como nos casos do México e da Bolívia no passado, e do Brasil na atualidade. Como aponta:

Desde el punto de vista de la proporción de tierras reformadas sobre el total de tierras agrícolas disponibles al momento de la reforma, los casos más significativos fueron los de Bolivia y Cuba, puesto que las cuatro quintas partes de las tierras fueron expropiadas. En el caso de Bolivia se trató de las tierras del altiplano en las que vivía la mayoría de la población. En segundo lugar, encontramos los casos de México, Chile, Perú y Nicaragua donde la reforma afectó alrededor de la mitad de las tierras agrícolas, lo que disminuyó enseguida en Chile a causa de la contrarreforma agraria de Pinochet. (...) En lo que concierne al número de campesinos beneficiarios, los casos más significativos fueron los de Cuba, Bolivia y México, aún considerando que en el caso de Cuba la mayor proporción de tierras fue

¹⁸⁸ Mesmo com a adoção pelo estado de políticas agrárias, não se pode afirmar que o que houve no Brasil na nova República foi, efetivamente, uma reforma agrária. O que houve, em verdade, foi a posta em prática de uma política de assentamentos.

mantenida bajo formas de propiedad estatal y que hasta los años 90 no se produjo una cierta descolectivización y entrega de la tierra a los campesinos (CHONCHOL, 1995, p. 212-213).

Essas medidas de reforma agrária mais radicais, no entanto:

encontraron la oposición de los propietarios de tierras y de outros grupos que modificaron o alteraron la intención original. En algunos casos los beneficios iniciales de la reforma experimentaron un cambio de sentido tras una contrarrevolución o golpe de estado militar (KAY, 1995, p.43-44).

No México, em 1910, houve, como salienta o autor, um esforço significativo na direção de uma reforma agrária, frente ao qual se destacam as lutas zapatistas e o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), responsável por distribuir “*más de 20 millones de hectáreas en forma de explotaciones ejidales*”¹⁸⁹ (CHONCHOL, 2003, p. 208). Na Bolívia, durante a Revolução de 1952, ocorreram ocupações generalizadas de *haciendas* – sobretudo nas regiões dos *valles* e do altiplano – por indígenas que, assim, forçaram a reforma agrária no país. Desde a promulgação do Decreto Supremo N° 3464 de 02 de agosto de 1953 até 1993, foram distribuídos 57,3 milhões de hectares de terras no país (CASTAÑOS, 2008)¹⁹⁰.

Nas terras altas do ocidente boliviano (valles e altiplano) a reforma agrária deu

¹⁸⁹ “*A Revolução Mexicana (1910-1920) é internacionalmente conhecida por seu caráter agrário. O que não é suficientemente sabido é que este evento se inscreve entre os principais movimentos revolucionários da época moderna, principalmente no que se refere às revoluções de corte popular, e que a presença zapatista foi o principal fator político, ideológico, militar e cultural que possibilitou a permanência da luta armada e das conquistas populares ao longo daquele decênio. A partir das vitórias político-militares do Exército Revolucionário do Sul, liderado por Emiliano Zapata e de outros grupos armados, comandados por generais zapatistas, estabeleceram-se governos que fizeram a reforma agrária, criaram um sistema de financiamento à produção agrícola por meio de um banco de fomento, abriram hospitais, escolas e outros equipamentos comunitários. A Revolução Agrária do Sul, comandada por Emiliano Zapata, inspirou-se na forma de organização social denominada pueblo e refletiu sempre a cultura da região onde surgiu e onde a terra se constituía em uma cultura e o Zapatismo a sua mais forte expressão*” (PRADO, 2003, p. 144). Em 1917 é introduzida na Constituição Mexicana a noção de propriedade-função social e de expropriação por utilidade pública ou de interesse social, legitimando o direito à propriedade coletiva das comunidades indígenas campesinas do país (CASTAÑOS, 2008).

¹⁹⁰ Ver: **Decreto Ley n° 3464 2 de agosto de 1953 elevado a rango de ley el 29 de octubre de 1956.** Disponível em: <http://www.udape.gob.bo/portales_html/portalSIG/atlasUdape1234567/atlas09_2007/documentos/DL3464.pdf>. Último acesso em 19 de dezembro de 2018.

Entre 1992 e 1996 ocorreu uma intervenção do governo nacional no Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA) e no Instituto Nacional de Colonização (INC) para sanar problemas de corrupção no serviço de distribuição de terras (“caso Bolibrás”). Iniciativa que duraria 90 dias, se arrastou por quatro anos, período no qual esteve paralisada a concessão de terras por reforma agrária, acirrando conflitos fundiários no país (CASTAÑOS, 2008).

lugar a um processo de parcelamento expressivo da terra, gerando uma estrutura fundiária baseada no minifúndio, enquanto que nas terras baixas do oriente-norte do país se conformou uma estrutura agrária fortemente concentrada, marcada pelo neolatifúndio (VEGA, 2003)¹⁹¹. Segundo aponta Castaños (2008, p. 26), do total de terras distribuídas no processo de reforma agrária boliviano, a maior parte delas corresponde às terras baixas do oriente, sendo os departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni onde mais terras foram distribuídas no período entre 1953 e 1993, totalizando 58,26% dos 57,3 milhões de hectares distribuídos. E completa:

Estos dos departamentos, abarcan más de la mitad del territorio nacional y según el Censo 2001, representan el 34,27% de la población del país. Paradójicamente, en los departamentos andinos y subandinos de La Paz, Cochabamba y Potosí que, según el Censo del 2001, concentran el 65,72% de población y representan el 30,78% del territorio nacional, se distribuyó el 26,46% del total de tierras al 71,32% de los beneficiarios (CASTAÑOS, 2008, p. 26).

Segundo defende, o *Decreto de Ley 3464* da Reforma Agrária de 1953 na Bolívia foi uma medida para promover a transição de uma estrutura onde predominava a *hacienda* feudal para uma em que a empresa agrária capitalista coexistisse com as unidades campesino-indígenas, mas acabou por criar uma estrutura dual entre o ocidente e o oriente do país. Nesta última região concentrou-se a maior parte dos investimentos estatais (créditos, caminhos, infraestrutura produtiva, mercados, força de trabalho mediante assentamentos humanos dirigidos) para potencializar o agronegócio (CASTAÑOS, 2008, p. 28-29). Nesse sentido, Bonifaz (2003) faz referência ao *Plan Bohan* (1942), que foi elaborado então como forma de promover o desenvolvimento rural através da conversão da *hacienda* tradicional em empresa capitalista, numa espécie de “marcha para o oriente”, como principal modelo influenciador dos conteúdos da reforma agrária nas terras baixas da Bolívia, bem como das políticas públicas que mais tarde foram complementarmente implementadas¹⁹². Assim, completa:

¹⁹¹ As terras baixas do país inclui as planícies orientais e zonas tropicais dos vales e yungas. A altitude nesta região é inferior a 500 metros sobre o nível do mar e está subdividida em sete regiões: Yungas (3,5% das terras baixas), Chapare (2,9%), Planícies de Santa Cruz (4%), Planícies de Beni (25, 1%), Chiquitania (31,5%), Amazônia (16,9) e Chaco (16,1%) (BONIFAZ, 2003).

¹⁹² “En 1941, como parte de las relaciones de cooperación entre Bolivia y Estados Unidos, el gobierno norteamericano envió una Misión Económica presidida por Merwin Bohan, que entregó su informe al gobierno boliviano en 1942. (...) El informe parte de un diagnóstico de las relaciones comerciales de Bolivia con otros países indicando que los problemas estructurales que deberían ser resueltos son el carácter

La distribución de tierras en el oriente y la Amazonía, si bien respondió a un modelo de desarrollo rural determinado, fue producto también de las graves irregularidades cometidas en la distribución de tierras desde el aparato estatal. Esta situación justificó la intervención de las instituciones de la Reforma Agraria en noviembre de 1992 (BONIFAZ, 2003, p. 113).

Como aponta, o objetivo desta intervenção era realizar uma auditoria jurídica a fim de estabelecer a legalidade dos títulos agrários emitidos, além de definir um marco jurídico novo para regular o *Servicio Nacional de Reforma Agraria* e o processo de distribuição de terras. Desse modo, pois, que em 1996 ocorre a criação de uma nova lei agrária, a partir da concertação política levada a cabo entre governo, o setor agropecuário e xs indígenas de terras baixas, baseada em três pilares fundamentais, a saber a regularização dos direitos agrários através da distribuição de terras num prazo de dez anos desde a promulgação da lei, a priorização da titulação das terras indígenas e o cancelamento dos títulos obtidos de maneira ilegal (BONIFAZ, 2003, p. 113).

Castañós (2008) destaca, no entanto, que a promulgação da *Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria* nº 1715 (Ley INRA) de 18 de outubro de 1996 se deu sem o consenso necessário, num cenário em que a influência dos latifundiários sobre o governo impediu a incorporação de mudanças mais profundas na lei em favor de indígenas e campesinxs. Esta influência foi exercida neste processo pelos grupos de poder do oriente e, com menor intensidade, por organizações sindicais do ocidente. Ainda assim, a *Ley INRA* representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos indígenas bolivianos, na figura jurídica das *Tierras Comunitarias de Origen* (TCOs). Este novo reconhecimento eleva a segurança da posse da terra por estes povos, reafirmando, desse modo, o conceito de território embutido na Convenção 169 da OIT – que lhes garante também o direito sobre os recursos naturais (CASTAÑÓS, 2003, p. 33).

No Brasil, com a Constituição Federal de 1946, surgem as primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária, baseadas fundamentalmente nos princípios de desapropriação por interesse social e a justa distribuição da propriedade. Estas propostas, segundo aponta Stedile (2005), foram elaboradas por setores sociais, partidos políticos e classes comprometidas com a compreensão e a solução do problema agrário do país. Apesar disso, até o começo dos anos 1960, nenhum dos projetos logrou

monoproducer de la economía boliviana y la necesidad de sustituir las importaciones. (...) En definitiva, el Plan Bohan recomendaba que el Estado Nacional asuma las tareas que no habían sido capaces de cumplir los sectores dominantes del país” (BONIFAZ, 2003, p. 91-92).

converter-se em lei, sobretudo em razão da resistência latifundiária organizada no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2007). Segundo aponta este autor, desde os anos 1930 o aprofundamento dos conflitos no campo ocorriam à margem das questões centrais na sociedade nacional, voltada neste então para o projeto de industrialização e de urbanização em curso¹⁹³. Parte dos conflitos resultava da busca por organizar camponesxs e trabalhadorxs assalariadxs rurais, levada a cabo sobretudo pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) após a sua legalização com a Constituição de 1946.

Nesse sentido, o final da década de 1940, os anos 1950 e o início da década de 1960 foi um período marcado por um intenso processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro, evidente em processos como o das Ligas Camponesas na região Nordeste, lideradas pelo advogado Francisco Julião¹⁹⁴, e das Irmandades – este último sobretudo no estado de Goiás –, como expressão do trabalho de organização dxs trabalhadorxs rurais, realizado pelo PCB a partir de 1945, pautado pela aliança operária-camponesa como instrumento fundamental na luta pelo poder e pelo socialismo¹⁹⁵ (OLIVEIRA, 2007).

O avanço das lutas camponesas no pós-Segunda Guerra Mundial no país, assim como a adoção, por parte do Estado, de políticas de reforma agrária relacionam-se

193 “o modelo de industrialização por substituição de importações implantado no Brasil obteve pleno êxito, sob o ponto de vista da expansão industrial, porque conseguiu implantar um ‘vigoroso parque industrial moderno e diversificado, o mais importante entre os países pobres da chamada periferia do sistema. [...] A industrialização gerou novas oportunidades de renda e emprego, acelerou o processo de urbanização [...], elevou o padrão de vida da população, mas ao mesmo tempo manteve a cultura patrimonialista da elite e uma das mais profundas desigualdades na distribuição de renda’. Esse processo de intensa industrialização, que se consolidou, de forma efetiva, na segunda metade dos anos 50, no governo Kubitschek, foi possível graças a uma associação entre as grandes empresas multinacionais que se instalaram no Brasil nesse período e os capitais privados nacionais, ambos impulsionados, por sua vez, pelos investimentos estatais maciços em infra-estrutura e em indústrias de base, e por uma forte intervenção regulatória e normativa do Estado na economia” (COLETTI, 2005, p. 146).

194 Sobre a atuação de Francisco Julião e o surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, ver: **MEMÓRIAS Clandestinas**. Direção de Maria Thereza Azevedo. Produção: Camila Tavares e Vitória Azevedo Fonseca. Brasil. Documentário. 2004 (versão 52 min.) 2008 (versão 70 min.). Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j0wW2DCnN9o>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019.

195 As Ligas Camponesas são o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária no Brasil que esboçou uma abrangência nacional. Segundo aponta Oliveira (2007), conformaram um movimento de manifestação nacional das injustiças e tensões a que xs campesinxs e trabalhadorxs assalariadxs do campo estavam submetidxs, assim como das fortes desigualdades próprias ao desenvolvimento capitalista no país. O movimento inicia com a luta dxs foreirxs, que vinham sendo expulsxs da terra ou reduzidxs a moradorxs de condição, primeiro passo para que se tornassem trabalhadorxs não-residentes. Por fim, “O movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e ‘desaparecimento’ das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, e sua desarticulação foi inevitável. Deu-se, aí, o início de um grande número de assassinatos no campo brasileiro, conforme os dados levantados nos dossiês: ‘Assassinatos no campo: crime e impunidade—1964/1986’ publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ‘Conflitos de Terra - 1986’, elaborado pelo MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e ‘Conflitos no Campo Brasil’ publicados anualmente pela CPT – Comissão Pastoral da Terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

diretamente com o processo histórico de mundialização do capital – no marco geopolítico da Guerra Fria –, gerador de grandes mudanças no quadro de relações entre as classes sociais, especialmente entre os proprietários de terras, a burguesia e os camponeses, além de desencadear movimentos sociais que, no limite, questionavam o posicionamento do país em relação à geopolítica da bipolaridade. O alinhamento do Brasil e de outros países da América Latina à expansão capitalista estadunidense foi reflexo de um amplo movimento para bloquear a “expansão do comunismo” no país¹⁹⁶. Assim:

a Guerra Fria, e paralelamente, as revoluções, em grande parte revoluções camponesas, como mostra Eric Wolf (1984), mas muito especialmente a Revolução Cubana, determinaram graves repercussões no contexto político brasileiro das décadas de 50 e 60, influenciando as ações do Estado e culminando com o Golpe Militar em 1964 (BOMBARDI, 2005, p. 121 apud OLIVEIRA, 2007, p. 111).

Para Coletti (2005, p. 44), nos anos 1950 e 1960 a reforma agrária estava colocada na sociedade brasileira como uma questão fundamental a ser realizada, tendo em vista a promoção de um modelo “desenvolvimentista” da economia do país. Por um lado, significava uma importante ruptura com o poder político tradicional, implicando na redistribuição da renda e da riqueza, na dinamização do mercado interno, além da produção de alimentos e insumos para a indústria. Entre os debates que estavam em voga na época, destacam-se o do PCB, que ia na direção de uma reforma agrária “antifeudal”, capaz de destruir a classe latifundiária, numa concepção da revolução brasileira em duas etapas, sendo a primeira uma revolução democrático-popular, anti-imperialista e agrária anti-feudal e a segunda uma revolução propriamente socialista. Para a Igreja Católica à época, o horizonte da reforma agrária era promovido como representação do ideal cristão de justiça social, por meio assim da extensão da garantia da propriedade privada “a todas as classes do povo”¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Há controvérsias. Se pode considerar, numa visão alternativa à suposta “ameaça do comunismo”, que o que estava em jogo na região era, em verdade, o avanço da questão nacional, liderada por governos nacionalistas, e não do comunismo. Ver: SOUZA, N. A. de. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. Atlas: São Paulo, 2007.

¹⁹⁷ “As décadas de 40 e 50 já haviam sido marcadas por numerosos conflitos, mas com uma característica local, isolada, como ilustra o caso da guerrilha de Porecatu, no Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás. Então, foi com o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas e com a organização dos sindicatos dos trabalhadores do campo, nas décadas de 50 e 60, que essas lutas passaram a ganhar uma dimensão nacional e a preocupar mais intensamente o poder público. Foi o período também de surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, organizados sob a influência do PCB ou da Igreja Católica. Nas décadas de 50 e 60, as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica eram as três principais forças que disputavam entre si a organização dos camponeses” (CARNEIRO & CIOCCARI, 2010, p. 22). “essa

Nesse sentido, pois, é que se tem em dezembro de 1960, a promulgação da Lei nº 5.994 de Revisão Agrária no estado de São Paulo, no governo de Carvalho Pinto, que adotou plano de ação coordenado por Plínio de Arruda Sampaio. Uma lei que dispõe sobre o “*estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências*”, mantendo intrínseca relação com o contexto histórico que embalou a dinâmica da sociedade brasileira durante a década de 1950, marcada pelos conflitos no campo¹⁹⁸. Com ela, ficava o Poder Executivo autorizado a (1) promover o aproveitamento de terras do Estado que se prestem à exploração agrícola ou pecuária através de loteamento; (2) desapropriar terras inaproveitadas para dar espaço a loteamentos ou reassentamentos; e (3) adquirir, terras cujas características e situação justifiquem o seu aproveitamento para os fins de determinada lei (OLIVEIRA, 2007, p. 112). Dois anos depois, no governo de João Goulart (1961-1964), tem-se a articulação pela aprovação de uma lei nacional para a reforma agrária. O projeto de reforma agrária do governo João Goulart lançado mediante Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, no entanto, não foi alvo nem mesmo de análise pelo Congresso Nacional, já que em 1º de abril as instituições democráticas foram fechadas no país¹⁹⁹. A proposta declarava de interesse social para fins de desapropriação “*as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem*” que se encontravam à época “*inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da aproximação de vertentes ideológicas historicamente tão distantes, como os comunistas e os católicos, tem as marcas de um dramático processo de repressão com o golpe de Estado de 1964, quando se internalizam no Brasil novas contradições geopolíticas globais*” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 25).

198 PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 5.994, de 30 de dezembro de 1960**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1960/lei-5994-30.12.1960.html>>. Último acesso em 23 de dezembro de 2018.

199 “Se até meados dos anos 60 havia em curso uma aliança unindo as oligarquias rurais e as forças do Estado, no regime militar tal relação tornou-se a regra. Logo nos primeiros dias de abril de 1964, com a garantia da impunidade, proprietários de terras e grileiros aproveitaram para pôr fim às suas desavenças, animados com as ações praticadas pelos militares contra trabalhadores e líderes camponeses. (...) Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o Diário de Pernambuco noticiava que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Nessas execuções sumárias, ficavam evidentes os compromissos entre o latifúndio e o poder militar que comandava o país. (...) De forma geral, no país, a organização dos trabalhadores rurais foi duramente golpeada pela ditadura. Durante e após o golpe militar, vários dirigentes sindicais foram mortos, torturados, presos e perseguidos, como atesta o caso de Lyndolpho Silva, ex-presidente da Contag, entre muitos outros. No nordeste, uma das regiões mais atingidas, os efeitos foram imediatos e brutais, com a prisão e o assassinato de dezenas de líderes. O Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais da região. Dos 40 sindicatos rurais existentes na época na zona da mata de Pernambuco, 38 sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, 26 tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT, até 1967” (CARNEIRO & CIOCCARI, 2010, p. 23).

propriedade” (STEDILE, 2005, p. 111).

No dia 30 de novembro de 1964 tem-se a promulgação da Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, pelo então governo militar do Marechal Castelo Branco²⁰⁰. Com ela, a questão fundiária e a reforma agrária passam para o controle do Estado, quem se torna responsável por administrar, institucionalmente, as reivindicações e as movimentações sociais camponesas ligadas ao tema da terra (COLLETTI, 2005). Segundo afirma, “*os meados da década de 1960 poderiam ser vistos como um momento de transição entre duas fases do desenvolvimento agrícola brasileiro, quando as formas ‘tradicionais’ de produção foram sendo substituídas por outras, tecnologicamente muito mais avançadas*” (COLETTI, 2005, p. 49)²⁰¹. Assim, para o autor, a partir de 1965 as modificações da estrutura e do perfil de parte do setor produtivo agrícola do país se tornam mais substantivas, destacando-se fenômenos como o de integração de determinados setores da agricultura à cadeia produtiva da indústria, através da consolidação dos complexos agroindustriais e a centralidade do Estado nesse processo. E completa:

Como resultado da estratégia de desenvolvimento econômico e tecnológico da agricultura empresarial brasileira houve, de um lado, um incremento na capacidade produtiva da terra e do trabalho, o que resultou num aumento substancial da produção e da produtividade agrícolas; de outro, a propriedade da terra continuou tão ou mais concentrada, a taxa de exploração da força de trabalho agrícola aumentou, cresceu o nível de auto-exploração da mão-de-obra familiar nas pequenas propriedades, aumentou a utilização do trabalho sazonal na agricultura e o êxodo rural acentuou-se sobremaneira (COLETTI, 2005, p. 50).

Segundo explica, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil viveu momento de crescimento econômico tal, que poucos países apresentaram quadro similar. Como efeito do processo de industrialização e desse ciclo de crescimento da economia do país, até a década de 1970, tinha-se um cenário de maior empregabilidade dx migrante rural, ainda

200 PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>.

Último acesso em 23 de dezembro de 2018.

201 Segundo aponta Stedile (2005), os anos 1960 coincidiram com o período de surgimento de diversos programas e diversas teses políticas em defesa da reforma agrária no Brasil, isso até o golpe militar e a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964. Depois disso, o debate só volta à cena nacional, afirma, com o processo de redemocratização do país, momento em que se tem a aprovação, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), de teses críticas ao governo militar. Posteriormente, tem-se o surgimento dos novos movimentos sociais no campo, contexto no qual o debate e as ideias hegemônicas sobre o tema passam a ser compartilhadas pelo MST (vide atualização do documento programático de sua fundação, no congresso de 1995) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – com as propostas do partido em 1989 e depois em 2002. Além disso tem a Carta da Terra, elaborada em 2003, no âmbito do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

que de baixa qualificação profissional, em centros urbanos médios e grandes, contraface, esta, do *“processo de expulsão em curso, ou seja, a migração era efetivamente impulsionada por fatores econômico-sociais, mesmo quando o ato de migrar tomava a forma aparente de uma decisão individual”* (COLETTI, 2005, p. 54). Em resumo:

A realidade passava a mostrar que, uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária. Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de “uma farsa histórica”, pois, apenas na década de 1980, foi que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária — instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária (OLIVEIRA, 2007, p. 121).

A aprovação do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 que institui o I Plano Nacional de Reforma Agrária, assim como a posterior votação da Constituição de 1988, trazem à tona o conflito pujante entre a União Democrática Ruralista (UDR), o governo José Sarney (1985-1990) e os diversos setores sociais envolvidos na luta por terra e pela reforma agrária no país. Passados dois anos da implementação do plano, menos de 10% das metas haviam sido alcançadas, de modo que nas negociações de 1988, a conflitividade dava fortes mostras da sua atualidade:

O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência. De um lado pelo avanço em direção a uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, de outro pelo recuo cada vez maior na proposta reformista em marcha no governo Sarney. A chamada “bancada ruralista”, com o apoio declarado da UDR, venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 128).

O cenário econômico-político do país na década de 1980 estava marcado pela recessão econômica. A estagnação da economia, que teve um interregno entre 1985-86, continuaria até o final da década, avançando até o governo Collor (1990-1992) em decorrência, especialmente, da crise da dívida externa e da crise política da ditadura

militar²⁰². Desde o final dos anos 1970 a política dos governos militares se encontrava em crise e desgaste do regime manifestava-se através de fenômenos como o da revogação do Ato Institucional nº 5 e das manobras levadas a cabo pelo governo militar em torno das eleições de 1982; o crescimento das manifestações sociais – que foram decisivos para a efetiva derrocada da ditadura; e, já em 1984 as mobilizações populares pelas eleições “diretas” para presidente da República. Nessa conjuntura política, pois, permeada por manifestações populares, é que se vai firmando o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, adotando as ocupações de terra e os acampamentos como seus principais instrumentos de luta e de pressão (COLETTI, 2005). Ao mesmo tempo, destaca:

Além da derrocada do regime ditatorial militar e da efervescência política dos movimentos sociais, a crise do Estado desenvolvimentista vai ensejar um rearranjo das forças políticas que o tinham sustentado até então. Esse Estado desenvolvimentista será substituído, no início da década de 1990, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello, como presidente da República, pelo Estado neoliberal. A eleição de Collor e a vitória do projeto neoliberal, o qual teve continuidade no governo Itamar e foi aprofundado pelo governo FHC, significou um retrocesso político para as classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, implicou, um refluxo para a esmagadora maioria dos movimentos sociais populares (COLETTI, 2005, p. 150).

3.4.1. A atualização das lutas por terra/território, novos movimentos sociais e o Movimento Indígena das terras baixas da Bolívia

O esgotamento do ciclo econômico da economia capitalista mundial no século XX (entre os anos de 1914 e 1945) impulsiona a reorganização de dito cenário, que – do ponto de vista das lutas revolucionárias travadas no seu interior – chega a um ponto crítico com a queda do muro de Berlim, em 1989. Do ponto de vista das lutas políticas institucionais na América Latina, tem-se, a partir da década de 1990, um cenário onde a

²⁰² “No início da década de 1980, quatro choques, quase simultâneos – aumento das taxas de juros internacionais, aumento do preço do petróleo, queda dos preços das commodities (produtos agropecuários) e exclusão do Brasil do mercado financeiro internacional, após a moratória do México, em 1982 – ‘provocaram efeito em cadeia sobre o câmbio, a inflação, o endividamento interno, o crescimento econômico’ e, finalmente, provocaram a falência estatal. A gestão (conservadora) da política econômica, ao longo de toda essa década, optou por ser ‘solidária aos credores externos e à lógica financeira, promovendo a recessão e a <inércia tecnológica> e condenando a nossa estrutura produtiva a uma situação de virtual obsolescência’. O resultado desse processo foi o esgotamento do projeto desenvolvimentista, o que resultou na chamada ‘década perdida’ para a economia brasileira, caracterizada pela estagnação econômica e pelos altos índices de inflação; resultado, por sua vez, das políticas ortodoxas recessivas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir da crise de nossa dívida externa” (COLETTI, 2005, p. 148).

normatização do neoliberalismo “estabelece” as condições (e contradições) para a aliança entre movimentos sociais e partidos políticos para competir e ganhar presidências de governos nacionais²⁰³. Através dessa aliança, movimentos sociais e partidos políticos promoveram na região a chamada “guinada à esquerda”, caracterizada por Lo Brutto & López (2018) nos termos de um conjunto de vitórias eleitorais que permitiram a emergência dos “governos progressistas”²⁰⁴. No cenário que se segue, os conflitos em torno das formas de uso dos recursos naturais no modelo de desenvolvimento adotado pelos Estados, assim como outras de suas práticas e políticas vêm tensionando essa aliança, produzindo cenários de distanciamento e/ou enfrentamento entre estes sujeitos. Os casos mais ilustrativos, nesse sentido, são os da Bolívia e do Equador em que, não obstante a adoção pelos governos de políticas neoextrativistas e as poucas ações no sentido de transformação do padrão produtivo e a inserção destes no mercado mundial, há a incorporação nas Constituições de ambos, em seus respectivos ciclos progressistas, dos direitos da “Mãe Terra” (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018). Nessa perspectiva, como sugere Galvis (2011, p. 1)²⁰⁵:

el número e intensidad de los conflictos sociales en América Latina ha aumentado considerablemente y ha amenazado la gobernabilidad democrática y la estabilidad de varios países del continente americano. Si bien las causas de estos conflictos varían, una parte significativa de ellos – probablemente los más notorios – está asociada con el manejo y la explotación de los recursos naturales, así como con la realización de obras

203 “A finales de la década de los noventa, el Movimiento Quinta República llevó a la presidencia de Venezuela a Hugo Chávez (1999), y con ese triunfo inició una serie de victorias electorales que se sumaron al auge de los llamados nuevos movimientos sociales. En el 2000, Hugo Chávez volvió a ganar elecciones con una nueva Constitución de corte social, y en 2002 el Partido de los Trabajadores, con la candidatura de Luiz Ignacio Lula da Silva, ganó las elecciones presidenciales en Brasil; en 2003 Nestor Kirchner, en Argentina, se hizo presidente; en 2004 Tabaré Vázquez Rosas ganó las elecciones presidenciales en Uruguay; en 2005 el Movimiento al Socialismo en Bolivia, con la candidatura de Evo Morales, llevó al primer indígena a la presidencia; a finales de ese mismo año, Michelle Bachelet se convertía en la primera mujer en encabezar el gobierno de Chile. En una segunda etapa llegaron a la presidencia Rafael Correa en Ecuador y Daniel Ortega en Nicaragua. Esos triunfos electorales fueron interpretados como parte de una tendencia crítica al neoliberalismo y al conservadurismo que le dio sustento en la región, y llevaron a plantear la idea de que estábamos asistiendo al giro hacia la izquierda” (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018, p. 159).

204 Anos mais tarde, no entanto, essa aliança entre movimentos sociais se vê enfraquecida na região por razões enquadradas pelo autor e pela autora nos marcos de três eixos principais, a saber, (1) o dos direitos autônômicos e da inclusão das demandas indígenas no horizonte do desenvolvimento; (2) o uso e a gestão dos recursos naturais no modelo de desenvolvimento adotado pelos governos progressistas; e (3) a gestão dos recursos públicos, os escândalos de corrupção e as demandas da sociedade civil por transparência (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018, p. 173).

205 Ver: GALVIS, M. C. **El derecho a la consulta previa, libre e informada de los pueblos indígenas – la situación de Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú**. OXFAM/DPLF: 2011. Disponível em: <www.dplf.org/es/resources/el-derecho-la-consulta-previa-libre-e-informada-de-los-pueblos-indigenas-la-situacion-de>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

de infraestrutura. Estos conflictos sacan a la luz las tensiones existentes entre los diversos actores involucrados y enfrentan dos maneras de entender el desarrollo: la de los Estados, que alientan la inversión privada, como expresión de su deber de promover el desarrollo de conformidad con las correspondientes normas constitucionales, y la de los pueblos indígenas y su derecho a usar y gozar de sus tierras, protegiéndolas y gestionándolas de acuerdo con su propia cosmovisión y bajo la protección constitucional. Este tipo de conflictos sociales son cada vez más frecuentes y se manifiestan con especial intensidad cuando los proyectos de extracción de recursos naturales y de infraestructura se realizan sin consultar previa y adecuadamente con las comunidades indígenas o tribales que puedan resultar afectadas por los mencionados proyectos o sin el consentimiento previo, libre e informado de dichas comunidades, en los casos en que éste se requiere.

Ao mesmo tempo, a irrupção do movimento indígena camponês na América Latina nos anos 1990, especialmente na figura do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) no México traz um novo fôlego às resistências e lutas anticapitalistas no cenário internacional, afirmando e atualizando as especificidades e porque não dizer diversidade histórico-sociais, culturais e políticas do continente, e dos povos que lhe habitam. Do mesmo modo que na Revolução de 1910-1920, no levantamento do EZLN de 1994 são campesinxs indígenas os setores populares que conformam o grupo mais diretamente implicado no processo político, indicando, segundo defendem Bartra & Otero (2008), que as demandas materiais (terra) e identitárias (cultura) não se separam, e que, portanto, a etnia e a cultura indígenas figuram no México como pontos-chave da luta por terra.

Para Porto-Gonçalves (2005), o significado do surgimento de movimentos como o zapatista no México e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, nesse momento de transição na América Latina para uma economia cada vez mais internacionalizada, ultrapassa os limites das suas reivindicações específicas. Segundo ele, tais movimentos cumprem a tarefa de colocar em foco novamente o caráter contraditório do sistema-mundo moderno/colonial, dando, por conseguinte, novo ânimo à luta anti-capitalista no cenário internacional, sobretudo após a queda do muro de Berlim, e o aclamado “fim da história”. Vergara-Camus (2011) propõe que a crise da economia campesina latino-americana se manifesta – em regiões e sob formas distintas – como uma crise de reprodução campesina, de modo que ambos os movimentos (EZLN e MST)

poderiam ser compreendidos, pois, enquanto lutas e processos de resistência que trazem consigo propostas de desenvolvimento alternativo, fortemente atravessadas pela problemática da subsistência – ainda que no caso do MST este não seja o único horizonte produtivo.

A rejeição da lógica de mercado e, sobretudo, a adoção de estratégias de resistência que privilegiam a produção de subsistência produzem processos de articulação e convergência nas lutas pelo controle da terra/território e pela autonomia das comunidades camponesas frente ao mercado e ao Estado – ainda que estas assumam características específicas conforme os contextos nacional e regional. Segundo aponta o autor, tanto a experiência dos processos autônomos dxs zapatistas e as experiências que alcançaram um grau de “autonomia de fato” no bojo do MST, ampliam o escopo dos recursos e mecanismos da política, através da posta em prática de diferentes estratégias de relacionamento com o Estado e na política institucional (VERGARA-CAMUS, 2011, p. 389). Estes movimentos informam sobre o processo de “entrada” na terra, de (re)apropriação desta e de construção nela de comunidades-território. As formas da política aí estariam referidas, portanto, no contexto, no grau de organização e autonomia alcançada por cada comunidade-território e/ou o conjunto delas.

No México, essa luta parte da resistência organizada de camponesxs indígenas (contempladxs por políticas de Estado desde o século XIX que pressupunham a sua assimilação sem mais a uma cultura hegemônica ocidentalizada), que resistem à subordinação das suas organizações ao Estado, assumindo esse processo uma nova dimensão qualitativa, por meio do EZLN em 1994. Ao partir da afirmação da autonomia comunitária e municipal, desta luta emerge uma visão distinta de Estado, que estaria, por fim, nesse caso, centrado na realidade multiétnica da nação. Passa-se então à busca pela construção de um Estado que reconheça e expresse a pluralidade política, jurídica e cultural do país. Um Estado multiétnico (LOPEZ, ROMERO & ROMERO, 2017, p. 207).

Conforme apontam os autores, a partir da década de 1980 o movimento indígena no México coordena novas formas de organização, estruturando-se e reestruturando-se para enfrentar as difíceis condições que lhes eram (im)postas pela dinâmica econômica de então. No final dos anos 1980 e no início da década de 1990, período em que se gestavam as comemorações do quinto centenário da chegada dos europeus aos territórios que atualmente conformam a América Latina, ocorreu um movimento de oposição a essas comemorações, revelando um cenário onde os direitos étnicos passaram a ser mais demandados, e em torno dos quais se formaram redes de

solidariedade em escala internacional²⁰⁶. O que se assiste na década de 1990, pois, é a entrada do movimento indígena numa fase nova do seu histórico, dando mostras da experiência acumulada nos processos educativos e de autoaprendizagem política sobre o lugar que devem ocupar na nação mexicana (LOPEZ, ROMERO & ROMERO, 2017, p. 211).

O I Congreso Nacional Indígena ocorrido de 08 a 12 de outubro de 1996 na Cidade do México, nesse sentido, é simbólico naquilo que concerne à abrangência alcançada então pelo movimento indígena e especialmente à projeção internacional das suas lutas. Sob o mote “*Nunca más un México sin Nosotros*”, o congresso cumpriu o papel de denunciar as discriminatórias e autoritárias políticas de Estado dirigidas às populações indígenas e camponesas no país, exigindo o reconhecimento da existência plena destes como povos, o respeito a seus territórios ancestrais, a seus sistemas normativos, bem como à capacidade de se governarem (BITTENCOURT, 2000). Conforme apontam Bartra & Otero (2008, p.402):

A pesar de que la asimilación ha dado como resultado la pérdida de lenguas y de prácticas culturales, México ha presenciado desde la década del setenta, y más forzosamente en la década del noventa, un fuerte resurgimiento de las luchas de los pueblos indígenas por tierras y por autonomía para reproducir su cultura. Parte de este resurgimiento se explica por la duplicidad del gobierno de México: por un lado, la nueva legislación agraria de 1992 canceló la posibilidad de más reformas, cambiando el artículo 27 de la Constitución de 1917, que había surgido de la Revolución (Bartra, 1992, 2003a); por otro lado, el gobierno firmó el convenio ILO N° 169²⁰⁷, en 1989, sobre los Pueblos Indígenas (Hernández Navarro, 1994). Esto último ha brindado legitimidad para continuar con la lucha por las tierras y el territorio, ahora con una nueva demanda central que se suma: por la autonomía en la cultura y el autogobierno.

No Brasil, por sua vez, o surgimento do MST é parte de uma história que lhe antecede, de lutas sociais no campo. Sua fundação institucional em janeiro de 1984 está

²⁰⁶ “*Se opera, pues, un cambio eminentemente cualitativo que se reforzó por múltiples encuentros entre indígenas como, por ejemplo, el primer foro internacional sobre los derechos humanos de los pueblos indios que se realizó en Matías Romero, Oaxaca los días 30 de septiembre y uno y dos de octubre de 1989. En este foro, se denunció la permanente violación de los derechos humanos de los indios de México, Guatemala, Bolivia, Honduras, Panamá y Perú*” (SARMIENTO s/d: p. 44 *apud* LOPEZ, ROMERO & ROMERO, 2017, p. 210).

²⁰⁷ O autor faz menção à convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - *International Labour Organization* (ILO) em inglês.

atravessada por um conjunto de fatores como o são as políticas agrícolas dos governos militares (que acentuaram a questão agrária), o trabalho de base de partidos e instituições sociais com trabalhadorxs rurais e uma conjuntura política de fortes lutas pela democracia no país (D'ICARAHY, 2016). Nessa perspectiva, Porto-Gonçalves (2005, p. 24) explica que:

Até o nascimento do MST as lutas no campo estavam diretamente ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais articulados nacionalmente em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foi em torno dessa identidade de trabalhadores rurais, de trabalhadores na agricultura, sobretudo depois de 1968 quando os setores “mais combativos” sob influência do Partido Comunista retomaram a entidade que estava sob intervenção do regime ditatorial desde 1964, que as lutas no campo brasileiro mantiveram uma articulação à escala nacional. Assim, foi por meio dos sindicatos e da CONTAG que uma construção simbólico-política identitária de trabalhadores rurais se afirma nacionalmente se impondo sobre a enorme diversidade geo-socio-cultural de nosso mundo rural.

O nascimento de um Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desse modo, dá destaque a um cenário marcado pela forte presença, após os anos 1960, no país, de trabalhadorxs rurais sem terra – resultado da modernização conservadora e da revolução verde, além do profundo processo de organização societária que estava em curso no Brasil então. Como salienta Porto-Gonçalves (2005), o projeto de industrialização por substituição de importações posto em marcha a partir de 1930 deu lugar a uma nova divisão inter-regional do trabalho por meio da integração rodoviária nacional, conformando uma nova divisão sociogeográfica do campo brasileiro – sobretudo em razão do acentuado fenômeno de migração. O processo de modernização da agricultura brasileira, por outro lado, acentuou a concentração fundiária, de modo que, com o fracasso do I PNRA e a derrota da reforma agrária na Constituinte de 1988, a arena sócio-política nacional passa a ser ocupada por novos movimentos socioterritoriais contestatários:

Foi, portanto, na década de 90, que as lutas pela reforma agrária aprofundaram-se, e o Estado teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários. Mesmo assim, a realidade existente nos dados cadastrais do INCRA em 1998, indicava que 1,6% (57.881) dos imóveis com mais de 1.000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, continuavam ocupando 52,9% (216.824.528 ha) de uma área total de

415.570.812 ha. Enquanto isso, as pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais (3.061.525), e ocupavam uma superfície de 16,5% (68.674.638 ha). Assim, o índice de Gini que era de 0,833 em 1992, passou para 0,843 em 1998, aumentando a concentração fundiária no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p. 133).

Nesse sentido, explica Germani (2010), apesar do vigor alcançado nesse período pelo paradigma do capitalismo agrário, a partir do qual se defende a territorialização do capital no campo como principal forma de promoção do desenvolvimento territorial rural – ou por isso mesmo – tem-se no país um cenário de continuidade da concentração fundiária e de barreiras significativas para os grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais. Como parte desse processo, verifica-se a emergência e a consolidação dos movimentos sociais no campo, como vetores políticos de transformação social. Movimentos que reúnem em grande medida trabalhadorxs rurais sem terra, mas também povos e comunidades tradicionais que buscam o retorno às terras/território que lhes foram expropriadxs e/ou a permanência naquelas que historicamente ocupam. As resistências e lutas se sustentam, nesse caso, na busca por terem legalmente reconhecidos os seus territórios, legitimados estes pelas diversas formas de usos para a reprodução imaterial e material da vida. A questão territorial é, assim, o componente que atravessa e articula a questão agrária e os movimentos e grupos sociais mais diversos em suas lutas na e pela terra, “*sejam de trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, fundo e fecho de pasto, atingidos por barragem, por parque, por grandes obras de infraestrutura*” (GERMANI, 2010, p. 12). Ou seja, apesar da relativa derrota do projeto de reforma agrária na Constituição de 1988, ela também se conformou como:

um marco institucional para a consolidação de outros movimentos entre os quais se incluem os povos e comunidades tradicionais e, de maneira especial, os quilombolas, indígenas e pescadores. O esforço para se organizar e pressionar para terem seus direitos por terra reconhecidos na Constituição confluiu numa articulação de forças que teve continuidade nos momentos posteriores. A luta por terra propiciou e exigiu a organização e a construção de uma identidade política numa escala nacional (GERMANI, 2010, p. 12).

Como destaca a autora, a participação do Estado na produção do espaço rural dá

um novo salto qualitativo a partir de 1964, através da sua política de terras e, mais especificamente, nesse período, dos grandes projetos de colonização. Figurando, assim, como novo mediador por excelência do processo de reforma agrária que vinha se dando no país por meio da luta organizada dxs trabalhadorxs no campo, o Estado, sob o governo militar, pôs em marcha uma estratégia contra a reforma, realizando projetos de colonização para aliviar as tensões sociais e a agudização dos conflitos por terra/território no país (GERMANI, 2001). Segundo Oliveira (2007, p. 136):

No período entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreu na região Nordeste (a região Nordeste não inclui o Maranhão). A origem desta violência estava na intenção dos latifundiários nordestinos de frear pela violência os ideais semeados pelas Ligas Camponesas. A partir de 1972 é na Amazônia (composta por todos os estados da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso) que se concentra o maior número de assassinatos no campo, embora continue presente também no Nordeste e no Centro-Sudeste (estados da região Sudeste mais Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal). A década de 70 foi uma década marcada, sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários de um lado, e de outro, fomentando a colonização também na Amazônia, como alternativa à reforma agrária nas regiões de ocupação antiga, criou o cenário para a violência. Os empresários para ter acesso aos incentivos fiscais tinham que implantar seus projetos agropecuários na região, mas a região estava ocupada pelos povos indígenas e em determinadas áreas pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte, ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região.

Com a retomada do regime democrático em 1985 no país, a reforma agrária entra novamente na pauta nacional, como efeito, sobretudo, do fracasso dos projetos de colonização dirigidos pelo Estado, da continuidade e do aumento dos conflitos no campo e da organização de parcelas da sociedade neles envolvidos (GERMANI, 2001, p.3). Nesse sentido:

O enfrentamento se manifesta tanto no plano da Assembleia Nacional Constituinte (1988) como no plano militar – nos conflitos armados e nas ocupações de terras que estalam em todo o país. Estes enfrentamentos

criavam, constantemente, um fato novo e exigiam do Estado uma atuação mais concreta por meio de seus mecanismos de decisão da política agrária. Não obstante as limitações e dificuldades, em outubro de 1985, é aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Desde esta data não foram mais implantados projetos de colonização e toda a atuação do Estado, com relação a assentamento de população rural, deu-se dentro do PNRA (GERMANI, 2001, p. 4).

Segundo Oliveira (2007), com a implantação do PNRA tiveram efeito fortes conflitos entre representantes da União Democrática Ruralista (UDR), o governo de José Sarney e xs camponesxs sem terra, posseirxs, etc., disparados pelas tentativas de bloqueio do PNRA realizadas pela UDR. O autor sustenta que, da previsão inicial para assentamento, entre 1985 e 1989, de 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares, em termos totais para o Brasil:

na região Norte apenas 18% das terras previstas foram desapropriadas; no Nordeste, 6%; no Sudeste, 4%; no Sul, 10%, e no Centro-Oeste, 12%. Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. O motivo: a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR – União Democrática Ruralista (OLIVEIRA, 2007, p. 127).

Ademais, argumenta Germani (2001), se durante o período militar era possível identificar uma estratégia melhor definida a respeito do planejamento do espaço, tomada nos termos de “Projetos de Colonização Dirigidos”, com relação a esta política de reforma agrária inaugurada pelo PNRA:

Não se percebe uma estratégia de atuação do Estado no sentido de gerar oferta de terra mediante uma política de reforma agrária, mas a de tentar, aos trancos e barrancos, atender à demanda dos movimentos, de preferência conciliando-os com os interesses de grandes proprietários de terra, promovendo, antes, uma política de criação de assentamentos (GERMANI, 2001, p. 5).

Anos mais tarde, aponta Porto-Gonçalves (2015), dados dos conflitos no campo brasileiro, mais especificamente do período entre os anos 2000 e 2015, indicam um

elevado e crescente número de localidades em conflito por água/território e de famílias neles envolvidos. A série histórica registrada desde 1985 mostra que os conflitos vêm aumentando constantemente desde 2002 (ainda que apresente queda de 2007 a 2008), seja pelo número de ocorrências, de localidades ou famílias neles envolvidas. Essa dinâmica histórica e geográfica, salienta o autor, sinaliza a necessidade de se repensar o significado da reforma agrária no Brasil na contemporaneidade. Essa necessidade está referida (1) no aumento do número de conflitos no campo, (2) na distribuição geográfica deles, onde a Amazônia ganha destaque, e (3) na importância das populações tradicionais/camponesas entre os diferentes grupos sociais em situação de subalternização, opressão e/ou exploração (PORTO-GONÇALVES et. al., 2015).

Entre 2000-2015, conforme apresenta, houve uma mudança na categoria social sobressalente no cenário dos conflitos sociais no campo brasileiro, sobretudo depois de 2008. Em todo o país, independentemente da região geoeconômica, as populações tradicionais vêm assumindo o protagonismo na luta fundiária, indicando a ressignificação da questão da reforma agrária. Na Amazônia fazendeiros (30%), empresários (26%) e grileiros (21%) apresentam-se como as categorias sociais que mais se destacam na violência cometida contra as populações tradicionais, nesse período entre 2000-2015. Na região Nordeste, no mesmo período, as categorias sociais que mais ações violentas praticaram contra as populações tradicionais foram fazendeiros (38%), os empresários (28%) o Estado (12%) e as mineradoras (9%), seguidas pelos grileiros, com 7% (PORTO-GONÇALVES, et. al., 2015, p. 92-93).

Expressões eles mesmos, assim, desse novo ciclo de lutas e dos novos movimentos sociais surgidos com o/do fim das tensões políticas dos governos militares na América Latina, o EZLN e o MST marcam na região, assim, uma espécie de “repolitização” dos problemas que atravessam as relações sociais cotidianas, numa clara afirmação ou claro reclame da autonomia sobre a terra em que se vive e se trabalha, frente ao capital e ao Estado. Nesse processo, frentes de lutas coletivas já consolidadas como esta mesma pela terra – ou por educação, saúde, trabalho e habitação – passaram a reclamar também questões territoriais, étnicas e de identidade cultural (URQUIDI, TEIXEIRA & LANA, 2008).

As autoras ressaltam as significativas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX com relação à consolidação dos movimentos indígenas como sujeitos políticos nas arenas nacionais da América Latina, resultados das lutas históricas e das profundas mudanças nas políticas públicas das democracias dos países da região. As experiências

dos novos movimentos sociais na Bolívia e no Equador expressam segundo elas, nesse sentido, uma espécie de “vontade estatal” demonstrada pelos movimentos indígenas, que as diferenciariam de experiências como a do EZLN e do MST, por exemplo, no sentido da determinação desses movimentos para assumir o poder do Estado. Nestes países, segundo apontam, o projeto de avançar em direção ao Estado e nele assumir uma posição política – sob comando dos movimentos indígenas – exigiu a coordenação de ação com outros setores populares e de esquerda, experiência, assim, “*distinta com relação às ações de resistência do passado e também diferente ao levante armado do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), no México, que, em 1994, tomou várias cidades de Los Altos de Chiapas*” (URQUIDI, TEIXEIRA & LANA, 2008, p.209).

No que tange especificamente ao caso boliviano, merece destaque a onda de mobilizações no país que, a partir dos anos 2000, colocou em cheque a institucionalidade neoliberal que é constituída a partir de 1985²⁰⁸. Assim como na Revolução Nacional ocorrida no país em 1952 o proletariado mineiro assume o protagonismo político das ações, o processo político recente do país esteve dominado pelo protagonismo campesino indígena. Para León, Chávez & Crespo (2010), a ocorrência da *Guerra del Agua* (2000), do *Febrero Negro* (2003), da *Guerra del Gas* (outubro de 2003) e do ciclo mobilizatório para as eleições entre 2004 e 2005, figuram como ao menos quatro dos mais significativos momentos de insurreição popular que contribuíram para a realização no país da Assembleia Constituinte de 2006. Ao que completam:

es interesante ver cómo las expectativas de la movilización popular estaban también dirigidas hacia el horizonte electoral, pues se exigía la realización de elecciones en diciembre de ese año para dar pie a una salida constitucional al conflicto. Es también interesante notar cómo, simultáneamente, en el parlamento de ese entonces, la presencia indígena no era mayoritaria – aunque era la segunda fuerza en el Congreso Nacional, con un 20,9% de los votos de las elecciones de 2002 – pero sí era una presencia importante por su capacidad de acción política, pues cuestionó, denunció y algunas veces logró frenar la aprobación de las leyes impulsadas por el oficialismo. En realidad, esta representación indígena acompañó, con sus acciones de protesta en el congreso, las luchas sociales en las calles. En síntesis, ¿cuál es el resultado de todo este momento movilizador que va del año 2000 al año 2005? Como hemos visto, el proyecto originario de estas, que fue constituyéndose en la lucha,

208 Ver: SANCHEZ, P. R. **El neoliberalismo en acción – análisis crítico de la “nueva política económica”**. UMSA: La Paz, 1985. Disponível em: <<https://repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/4454/Ramos.PDF?sequence=3&isAllowed=y>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

sobrepasaba en sus aspiraciones y en algunos de sus mecanismos prácticos – como la “Coordinadora de el Agua” (2000) en Cochabamba, el “Cuartel Indígena” de Qalachaka (2001) en Achacachi, los “gobiernos microbarriales” (Mamani, 2005) de las movilizaciones de la “Guerra del Gas” (2003), etcétera – al horizonte social liberal y colonial. En sus momentos más radicales y dramáticos, los levantamientos pusieron en entredicho la forma estatal de gobierno, la mediación partidaria y el proyecto económico de alianza con los capitales extranjeros (la llamada “capitalización” de las empresas estatales) (LEÓN, CHÁVEZ & CRESPO, 2010, p. 78).

Schavelzon (2012) defende, nessa perspectiva, que outubro de 2003, com a ocorrência da *Guerra del Gas* – e a consequente fuga do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (“Goni”) para os Estados Unidos²⁰⁹ – foi o mais intenso ponto do avanço dos movimentos sociais nesse período no país e do enfraquecimento da hegemonia neoliberal, sustentada pelos partidos políticos desde 1985, até a chegada ao governo nacional do Movimiento Al Socialismo (MAS) - com a eleição de Evo Morales em 2005. O então presidente chega ao governo em 18 de dezembro deste ano, eleito com a maior expressão de votos (54%) alcançada numa eleição nacional desde a redemocratização do país em 1982, vinculado ao MAS – expressão partidária do *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (IPSP) –, partido político formado pelo sindicalismo campesino da Bolívia²¹⁰. Desse impulso inicial dado pelos produtores de folha de coca do trópico de Cochabamba – que a partir de 1997 começam a disputar eleições locais – organizados sobretudo a partir de sindicatos rurais, o partido passa a contar, a partir dos anos 2000, com o apoio dos setores sociais envolvidos com as mobilizações ocorridas no país neste período – com os quais compartilhava o interesse pela agenda de atualização constitucional a ser construída desde o Estado ou em interlocução direta com ela. Nesta direção, destaca-se o apoio de povos e comunidades indígenas-campesinxs que, para além da sindicalização, buscavam outras formas ancestrais de organização, como a dos *Ayllus* (forma de organização social andina baseada em princípios comunitários e de parentesco), nas terras altas; e o

209 Ver: PORTAL CONSULADO GENERAL DE BOLIVIA. **Bolivia evoca hoy la fuga de Goni y el Zorro hacia EEUU tras dejar 82 muertos y 420 heridos.** Disponível em: <<https://consuladogeneraldebolivia.com.ar/bolivia-evoca-hoy-la-fuga-de-goni-y-el-zorro-hacia-eeuu-tras-dejar-81-muertos-y-420-heridos/>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

210 Ver: HARNECKER, M.; FUENTES, F. **MAS-IPSP de Bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales.** Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/67155.pdf>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

reconhecimento da autonomia política e territorial, nas terras baixas (SCHAVELZON, 2012).

Assim, no processo de convocatória e inauguração da Assembleia Constituinte em 2006, bem como na promulgação e início de implementação da Nova Constituição, em 2009, a participação de representantes desses povos e seus assessores assume um destacado papel. Como comenta Schavelzon (2012), eles atuavam nas discussões da Assembleia em forma de bloco, articulado à base social do MAS, embora conservando suas próprias formas organizativas, não almejando com isso, portanto, formas de participação direta partidária ou governamental. A exigência de representação feita era na esfera parlamentar, com o reconhecimento constitucional desta devendo ser efetivado na estrutura de um novo tipo de Estado. Esta forte participação indígena no processo constituinte refletia o acúmulo das marchas indígenas das terras baixas do Oriente do país a partir dos anos 1990, nas quais a Assembleia Constituinte já era reivindicada.

As marchas, conforme aponta o autor, marcam uma nova fase na arena política nacional boliviana, na qual os povos indígenas, com suas demandas por direitos territoriais e políticos, passam ao primeiro plano e aí permanecem, atuantes, até a atualidade. A convocação que fazem de uma Assembleia Constituinte, consigna que, através do processo de articulação política que tem efeito no bojo desses processos, é posteriormente adotada pelas organizações sociais das terras altas e finalmente também pelo MAS – assumindo Evo Morales o caráter de primeiro presidente indígena –, cuja força política também possibilita a efetiva alavancada do projeto Constituinte. Segundo afirma:

Después de las marchas de 1990 (“por el Territorio y la Dignidad”), 1996 (“por el Territorio, el Desarrollo y la Participación Política de los Pueblos Indígenas”) y 2000 (“por Tierra, Territorio y Recursos Naturales”), en la marcha de 2002 (“por la Soberanía Popular, el Territorio y los Recursos Naturales”) fue cuando muchos sitúan el encuentro de los pueblos indígenas de tierras bajas con los pueblos indígenas de tierras altas. En esa oportunidad se expresó la solidaridad aymara plurinacional cuando CONAMAQ (Confederación Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu) fue al encuentro de los pueblos organizados en la CIDOB (primero llamada Central Indígena del Oriente Boliviano, luego Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia, al incluir también otros pueblos), que una vez más marchaban desde las tierras bajas. Hubo encuentros anteriores entre los distintos pueblos indígenas y campesinos de Bolivia, como el de 1992, por la preparación de actividades por el quinto centenario del inicio de la

conquista europea de América, pero 2002 fue un marco (SCHAVELZON, 2012, p. 4).

Com efeito, desde os anos 1990, através destas marchas, os povos e organizações indígenas denunciavam os efeitos dos históricos conflitos travados nos seus territórios com setores e grupos sociais ligados às atividades agromineiras e extrativistas, interlocutores privilegiadxs dos governos (em escala municipal, provincial, departamental e nacional) nas regiões oriente e sul do país. Ao mesmo tempo, enriqueceram o horizonte político popular, pondo em relevo a diversidade e a complexidade do mundo indígena, para além das culturas aymara e quechua, predominantes nas terras altas, com as quais, até então, era mais diretamente identificado esse mundo no país (LEÓN, CHÁVEZ & CRESPO, 2010, p. 74). O direito à diferença e à autodeterminação indígenas alcançado no país através da reforma constitucional de 1994, o reconhecimento dos direitos indígenas no seu artigo nº 171²¹¹ - afirmando a multiétnicidade e a pluriculturalidade do país –, assim como a *Ley INRA* de 1996, não chegaram nem perto de abalar a ordem de dominação vigente, especialmente na zona oriental do país. Estes instrumentos legais, se bem representaram avanços no histórico processo de reconhecimento da cidadania indígena, não lograram a criação de instâncias efetivas de participação social e nem incorporar visões de setores historicamente marginalizados dos espaços de tomada de decisão e definição das políticas por meio dos métodos e procedimentos de administração e gestão social, econômica e cultural. O que essas medidas conseguiram, isso sim, foi potencializar o aprofundamento das lutas sociais, na direção da refundação do Estado (LEÓN, CHÁVEZ & CRESPO, 2010).

A proposta da Assembleia Constituinte apresentava-se, portanto, salientam as autoras, como mecanismo deliberativo através do qual os povos indígenas poderiam assegurar a sua participação efetiva, com voz própria, na conformação de um Estado plurinacional e multiétnico, de modo que no dia 06 de agosto de 2006 ela é finalmente iniciada, na cidade de Sucre, com o objetivo de definir a normativa para organizar e operacionalizar as deliberações para a escrita da Nova Constituição. A forma partidária

211 “ARTICULO 171º.- Reconocimiento de derechos de pueblos indígenas I. Se reconocen, se respetan y protegen en el marco de la ley, los derechos sociales, económicos y culturales de los pueblos indígenas que habitan en el territorio nacional, especialmente los relativos a sus tierras comunitarias de origen, garantizando el uso y aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, a su identidad, valores, lenguas, costumbres e instituciones”. Ver: **CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA, 1967 CON REFORMAS INTRODUCIDAS EN 1994**. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/consboliv2005.html>>. Último acesso em 26 de dezembro de 2018.

ordinária de representação política, todavia, bloqueou outras formas de representação, como a baseada nos usos e costumes dos povos indígenas. A Ley nº 3364 de 6 de março de 2006, *Ley Especial de Convocatoria a la Asamblea Constituyente*²¹², embora reconheça – além dos partidos políticos, às organizações da sociedade civil e aos povos indígenas como as instâncias capazes de propor assembleístas constituintes –, é parte de um sistema que reconhece “*de facto*” hegemonicamente aos partidos e, portanto, reduz o espaço político aberto então pelos diversos movimentos sociais nos anos de luta anteriores. Nesse processo, pois, é que se conforma o “*Pacto de Unidad*”, uma primeira instância social a partir da qual se impulsionam as ações que viabilizaram a Constituinte. Zona de tensionamento e negociação da sociedade organizada e mobilizada frente ao monopólio partidário da representação na conformação da *Asamblea*, o Pacto de Unidade é conformado nos marcos das:

acciones de organizaciones como la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), la Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB), la Federación Nacional de Mujeres Indígenas, Originarias y Campesinas “Bartolina Sisa” (FNMIOC-BS), la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), el Consejo Nacional de Markas y Ayllus del Qullasuyo (CONAMAQ), la Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), la Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni (CPEMB), la Asamblea del Pueblo Guaraní (APG), el Movimiento de Trabajadores Campesinos Sin Tierra de Bolivia (MST-B) y la Asociación Nacional de Regantes y Sistemas Comunitarios de Agua Potable (ANARESCAPYS) (LEÓN, CHÁVEZ & CRESPO, 2010, p. 83).

Espaço, assim, de condensação de forças das principais organizações indígenas de terras altas e terras baixas, de organizações sindicais de camponesxs e colonizadorxs fundadoras do MAS, dentre outros setores sociais, o Pacto de Unidade desenvolveu e ampliou a “*agenda de octubre*” surgida após a Guerra do Gás no país em sua proposta de Constituição, adicionando pautas como o controle dos recursos naturais para o povo e demandas específicas indígenas como a autonomia indígena e camponesa, a eliminação do latifúndio, direitos coletivos para os povos indígenas e controle dos seus territórios, representação direta no parlamento e o pluralismo jurídico (SCHAVELZON, 2012, p. 5)²¹³.

212 Disponível em: <http://anterior.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/verGratis_gob/8812>. Último acesso em 26 de dezembro de 2018.

213 Ver: MACHICADO, V. D. Q. **La agenda de octubre de 2003, instrumento de los movimientos sociales de la ciudad de El Alto em el diseño de la políticas públicas nacionales**. UMSA: La Paz, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/8566/561.pdf?>

Como sugere o autor, é neste “amalgama” político-identitário de indígenas e camponeses, assumidos também como bolivianos e contrários ao neoliberalismo, para a qual convergem camponeses sindicalizados e povos indígenas do oriente e do ocidente, que se estabelece a base social e política do que seria a proposta de Nova Constituição e de Estado Plurinacional Comunitário. A isso se somam outros setores sociais, como a “classe média” urbana, militantes de esquerda de miradas políticas classistas ou nacionalistas, ex-funcionários públicos de passadas ou de vigentes gestões, universitários, trabalhadores ligados a ONG’s, etc.

Num claro movimento de superação da subalternização, organizando espaços onde os sujeitos sociais assumem os espaços de fala, de participação e auto-representação, construindo e ocupando um lugar enunciativo reconhecido enquanto tal na esfera política, o Pacto de Unidade figura, dessa maneira, como uma aliança estratégica selada pelas diversas organizações e movimentos sociais e os partidos políticos para impulsionar as demandas de reivindicação étnica e social comuns, garantindo a ampla participação na Assembleia como espaço institucional a partir do qual seriam promovidas as transformações na estrutura do Estado boliviano. Durante esse período, as estratégias operativas para a reconfiguração do poder durante a Constituinte passaram pela mobilização, vigílias e a articulação de propostas conjuntas em temas especiais, como a autonomia e a distribuição de recursos. Fruto de luta das organizações e movimentos sociais em relação a um primeiro modelo adotado para a convocação da Assembleia – que reduzia seus espaços de participação frente aos partidos políticos, o Pacto de Unidade torna-se o mecanismo que garante que a Constituinte se converta num espaço de expressão particular das organizações indígenas, camponesas e urbano-populares, num esforço de inclusão do étnico, do demográfico e do territorial, dando conta assim da diversidade social e a pluriculturalidade dos povos indígenas do país (LEÓN, CHÁVEZ & CRESPO, 2010, p. 83-84).

Todo este processo de negociação, disputa e construção que segue até a efetiva promulgação da Nova Constituição por certo conserva uma complexidade que ultrapassa o escopo deste trabalho. O que sim, parece-nos fundamental destacar, nos marcos da atuação política dos povos e organizações indígenas de terras baixas da Bolívia na refundação do Estado, são os condicionantes da sua posterior ruptura com o Pacto de Unidade então estabelecido por ocasião da elaboração da Nova Constituição, e a consequente mudança de atitude frente ao MAS e ao bloco de poder que o partido

representa. Esta ruptura é parte mesma dos limites e das contradições que, sobretudo a partir de 2010, passam a emergir no bojo da implementação da Nova Constituição e do Estado Plurinacional. Se durante a vigência do Pacto de Unidade o enfraquecimento da oposição inevitavelmente acaba ocorrendo – o que fica patente com a aprovação da Constituição apesar da resistência exercida pela “Media Luna”, em 2008 –, estes limites e contradições emergem do choque de interesses dos diversos sujeitos aglutinados no próprio Pacto, que se tornam, num dado momento, inconciliáveis.

Schavelzon (2012) indica que logo após a promulgação da Constituição, organizações indígenas como a CIDOB e o CONAMQ seguiram insatisfeitas com o que então foi logrado, sobretudo em matéria de representação direta, de controle sobre recursos naturais em territórios indígenas, de autonomia e pluralismo jurídico – temas que afinal representam as pautas históricas, especialmente da primeira organização, mas que se mostraram “problemáticos” durante todo o processo e o próprio texto Constitucional, com a combinação de distintas visões já dá mostras da persistência de conflitos que, entretanto seguem latentes, mantendo-se, conformado o Pacto de Unidade. Nas palavras do autor, são ambiguidades, contradições ou espaços estratégicos de indefinição, possibilitando a coexistência de formas normativas liberais, indígenas e inspiradas por diversos projetos políticos:

Sería una gran constelación de intereses y voluntades, pero que se formaría alrededor de un centro, como espacio político del pacto que había comenzado a ser construido en 2007, y que sólo después de que la Media Luna midiera hasta dónde alcanzaban sus fuerzas pudo concretizarse en una mesa de negociación y diálogo que hasta entonces no había sido posible con éxito. Ese centro sería el que daría lugar al Estado Plurinacional, con sus nuevos consensos básicos establecidos, y era el MAS de Evo Morales, después de ser ratificado en una elección en que superó los dos tercios, el que lo traduciría en un nuevo orden constitucional. Haber localizado un centro base para el acuerdo, sin embargo, no significaba dejar de lado el conflicto. Una Constitución Abierta lo contenía. La Nueva Constitución daba lugar a un nuevo Estado que establecía un centro en un lugar diferente que el viejo Estado, y eso implicaría la tensión propia de toda transformación, que un texto con espacios indefinidos o elementos ambiguos mantendría latente como, en definitiva, los contornos de la política boliviana habían sido siempre (SCHAVELZON, 2012, p. 415-416).

Já em 2010 estas tensões se abrem em conflitos. Em 21 de junho deste ano a CIDOB inicia, desde a cidade de Trinidad, a VII Marcha Indígena “*Por el territorio, las autonomías y los derechos de los pueblos indígenas*”, apresentando ao governo as demandas relacionadas à questão da regularização fundiária; do melhoramento da *Ley Marco de Autonomías y Descentralización* – nascida com o novo Estado –; ao tema da consulta, referente ao desenvolvimento legislativo na perspectiva de criação de uma regulação geral para atividades extrativas dentro de seus territórios; e ao aperfeiçoamento da *Ley de Régimen Electoral* para atender aos seus interesses – também um dos pilares do Estado Plurinacional²¹⁴. No mesmo ano, ocorre o “*gazolinazo*”, disparado com a promulgação do Decreto Supremo nº 748 de 26 de dezembro, em que é aprovada a suspensão do subsídio para a venda de combustíveis e o redirecionamento deste recurso para outros setores, acarretando o aumento do preço da gasolina e gerando fortes protestos sociais. Mas é somente no segundo semestre de 2011 que a conflitividade latente se expressa com intensidade capaz de gerar a ruptura do Pacto conformado até então. Isso ocorre em razão da decisão do presidente Evo Morales de construir a rodovia *Villa Tunari – San Ignacio de Moxos* atravessando o TIPNIS, apoiando-se em argumentos ligados à promoção do desenvolvimento econômico, à necessidade geopolítica de unir regiões e de cumprimento à promessa feita às bases cocaleiras beneficiadas pela construção. É neste momento, pois, que o discurso desenvolvimentista assume referentes objetivos mais concretos na realidade do país, lançando as bases para as críticas e rupturas dos setores sociais ligados à defesa dos direitos indígenas, dos direitos humanos e da *madre tierra*.

214 Ver: **La 7ª Gran Marcha Indígena por el Territorio, las Autonomías y los Derechos de los Pueblos Indígenas**. Documentário (07:42 min.). Bolívia, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u88ITf-FroY>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com este trabalho, melhor compreender a dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul. Partimos do entendimento de que esta dinâmica se deixa ver pelos fluxos de capital e informação, pelos processos de institucionalização capitaneados pelos Estados, pelos conflitos e pelas formas de re-existência protagonizadas por diversos sujeitos, movimentos e grupos sociais, em, pelo menos, três escalas de abrangência: a do território em que estes fluxos de capital assumem formas fixas (lugar) e os conflitos e as formas de resistência que engendram se manifestam; a do Estado e da política Pluri(nacionais) – através das normas e das ordens que instituem, bem como dos projetos quem impulsionam; e a da economia-mundo capitalista – que, em se tratando de América Latina, está baseada na colonialidade do poder (no controle dos corpos e no controle social, estruturados a partir de esquemas de determinação étnico-raciais, mas também de gênero; de relacionamento com o meio natural e com os outros seres que lhe habitam, etc.)²¹⁵ e na superexploração da força de trabalho, mecanismo que caracteriza as relações centro-periferia na economia-mundo capitalista, estruturado a partir da intensificação do trabalho, da prolongação da jornada de trabalho e da expropriação de parte do trabalho necessário a(o) trabalhador(a) para repor a sua força de trabalho²¹⁶.

Partimos de dois casos específicos, na Bolívia e no Brasil, ambos, diretamente atravessados pelo processo de regionalização em curso atualmente na América do Sul, materializado por meio dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Pode-se considerar, nos termos de Arrighi (1996), que a IIRSA reflete a ampliação das formas e das dimensões postas em marcha de “controle das fontes mais abundantes de capital”, orquestrada pelos Estados da região e os grupos no poder – que têm desenvolvido a “*capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior*” (ARRIGHI, p. 14, 1996). Merece destaque nesse processo, o papel ocupado pelo Brasil, como país proponente de dita iniciativa e os interesses geoestratégicos que, através dela, plasma no

215 Embora partamos da abordagem específica do conceito de colonialidade do poder, postulado este por Anibal Quijano (2005), consideramos a necessidade de se ter em conta outros enunciados, desde outros lugares de fala sobre o mesmo tema, como por exemplo o fazem autorxs como Davis (1982); Saffioti (1997); Federici (2004); Fanon (1961); González (1982); Shiva (2001), entre outrxs.

216 Marini (1973).

subcontinente. Em outras palavras, a concretização da IIRSA significa a elevação do padrão exportador de especialização produtiva a um novo patamar de acumulação desde a sua posta em marcha em meados dos anos 1980 (OSÓRIO 2012), aprofundando com isso – tendo em vista o mecanismo da troca desigual que condiciona a relação centro-periferia na economia-mundo capitalista –, a dependência dos países da região no sistema internacional, além dos efeitos e danos nos territórios de modelos produtivos como o extrativista, o agroindustrial e o agropecuário intensivo e extensivo.

Na Bolívia, no caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), a colonialidade do poder manifesta-se no tratamento ofertado pelo Estado (sobretudo no governo “indígena” do presidente Evo Morales Ayma) aos povos indígenas das terras baixas do país, no conflito ocasionado pela construção da rodovia *Villa Tunari-San Ignacio de Moxos* que integra os eixos estruturantes do macro setor econômico-produtivo, visto como estratégico no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A construção da rodovia, por um lado, na medida em que consolida os corredores de exportação do país, parece demandar profundas considerações sobre os discursos e práticas geopolíticas direcionadas historicamente à Bolívia no contexto Sul-Americano, orientadas, a partir dos anos 1980, pelos discursos e processos de integração (PFRIMER, 2011). Considerações para a compreensão do papel e das responsabilidades do Brasil enquanto principal impulsor (com influência econômica e política) da integração regional²¹⁷ via IIRSA no subcontinente (ZIBECHI, 2012), assim como dos riscos e limites do padrão agromineiro exportador, vigente na região desde o século XIX, com variações no modo e na intensidade, até os dias atuais, no século XXI.

Parece-nos importante o esclarecimento das controvérsias em torno da geopolítica das estradas e dos recursos naturais estratégicos no país (CARPIO, 2010); (NAVA, 2013); (RODRIGUES, 2016), assim como do valor estratégico da biodiversidade e dos conhecimentos e formas produtivas tradicionais, na Bolívia em geral e no TIPNIS em específico²¹⁸, num horizonte de fortalecimento de uma economia (pluri)nacional que seja condizente com as construções políticas em torno da refundação do Estado, da promulgação da Nova Constituição, da lei da Madre Tierra e do respeito aos territórios e à autonomia indígena. O momento atual do conflito parece indicar o ponto crítico a partir do qual se caminha ou não para um etnocídio, promovido neste então pelo primeiro governo

217 Ver: Baptista Jr. (2008); Moniz Bandeira (2003); Puntigliano (2013).

218 Ver: PORTAL TURISMO UMSA. **Plan de Manejo – Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (Plan Estratégico y Programas de Gestión)**. Disponível em: <<http://turismo.umsa.bo/documents/332882643/0/pm-tipnis-web.pdf>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2019.

indígena do país²¹⁹.

No Brasil, o caso do Assentamento Terra Vista, ao mesmo tempo que indica a potencialidade da concertação política para fins de promoção do desenvolvimento territorial, partindo das prioridades e dos conhecimentos dos sujeitos locais, das suas pautas de luta – conformando, desta maneira, o ambiente propício para a construção de variados projetos e parcerias, sejam elas com a institucionalidade do Estado, com instituições, Universidades ou com a sociedade civil, em diversas escalas de abrangência –, aponta também para os limites e desafios postos a este processo de construção do território, envolto que está num ambiente mais amplo, onde se entrecruzam interesses dos movimentos sociais de luta pela terra/território e do agronegócio, mediados pela ação do Estado, através da implementação de uma nova política de desenvolvimento territorial²²⁰ – lançando as bases do que seria uma “Reforma Agrária do Consenso” no estado²²¹. Este processo pode ser visto, nos termos de Arrighi (1996), como a posta em marcha pelo Estado de uma estratégia capitalista (onde o controle do território e da população se converte em meio de consecução do seu objetivo de controle do capital circulante), num contexto de financeirização da economia e, sobretudo, de “integração” e regionalização promovida através da IIRSA. O planejamento territorial do Estado, nesse sentido, reflete a lógica de corredores de exportação da IIRSA, promovendo um reordenamento econômico-produtivo do território, onde os setores do agronegócio figuram como sujeitos privilegiados. Este processo tem intensificado a violência no estado em geral e os conflitos por terra/território em específico²²², atualizando aí a questão da

219 Nos últimos dias foi emitida a **sentença final do Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza** no caso do TIPNIS, que conclui que o Estado Plurinacional da Bolívia violou os direitos da Natureza e os Direitos dos Povos Indígenas do referido território. A versão original da sentença pode ser acessada em: <<https://therightsofnature.org/wp-content/uploads/2019/05/Sentencia-TIPNIS-Espanol-1.pdf>>. Último acesso em 23 de maio de 2019.

220 Ver: **Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/LEGISLACAO/Lei-13.214-de-29-de-dezembro-2014-Politica-Territorial.pdf>>. Último acesso em 19 de janeiro de 2019.

221 Conforme defendem Oliveira & Santos (2016, p.2), o “referido ‘consenso’ é realizado com a mediação do Estado (Neo)desenvolvimentista o qual tem a tarefa de regulamentar essa relação antagônica entre capital e trabalho estabelecendo uma parceria entre o campesinato e o agronegócio, subordinando os camponeses cada vez mais às demandas das grandes empresas e do capital financeiro. Consagra-se então um ‘consenso’ entre o agronegócio e os sem-terra, mediado pelo Estado. Estamos aqui designando de ‘Reforma Agrária do Consenso’ o paradigma específico de reforma agrária originado dessa relação contraditória”.

222 Ver: PORTAL RACISMO AMBIENTAL. **Violência no campo baiano e brasileiro é alarmante: Nota de Entidades Sociais e Movimentos Populares da Bahia e do Brasil** (2017). Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/03/15/violencia-no-campo-baiano-e-brasileiro-e-alarante-nota-de->

reforma agrária.

Metodologicamente, o trabalho foi construído tomando-se como ponto de partida a experiência empírica, inspirado pelo que sugere Rodolfo Kusch (2000) sobre o estar em contato com a realidade e por ela deixar-nos impactar, no caminho de construção do que seria uma *antropologia filosófica*. Significa a consideração dos atravessamentos políticos que permeiam o lugar filosófico que se ocupa aqui, na construção mesma do texto. Uma construção que borra a suposta fronteira entre sujeito e objeto, e a própria ideia de um conhecimento “asséptico”, livre das “contaminações” de um(a) sujeita(o) determinada(o). Isso se daria, segundo sugere o filósofo, através do nosso simples *estar* no território, em contato com a realidade para, daí, então, extrairmos os fios que nos conduzem, por um lado, ao “profundo” da “nossa América” - em toda a sua diversidade, nutrindo-nos da oralidade, na interculturalidade, nos silêncios, nos contatos (com outras pessoas e grupos, seres e o meio natural – além dos fenômenos das mais diversas naturezas) e, por outro, aos campos do conhecimento disciplinar formal – ocidental e/ou não ocidental. O que se pretende acrescentar é que este *estar* implica o reconhecimento e demanda a definição do grau de comprometimento com a política que atravessa o nosso existir, condicionado por fatores econômicos, étnico-raciais, de gênero, culturais, etc. Requerendo, portanto, alguma sorte de definição política no campo da empiria, e a sua aceitação no processo de incursão nos acervos da ciência, com todas as implicações epistemológicas que este movimento gera.

Esta incursão, nesse sentido, para efeito da construção deste trabalho, baseou-se em três pilares teóricos fundamentais, a saber, o da teoria marxista da dependência, no campo da economia; da decolonialidade, dentro do campo das ciências sociais; e da geografia política, especialmente para uma abordagem da terra/território. O recorte social-histórico da contemporaneidade, segundo a concepção aqui adotada, pode ser compreendida a partir do desenvolvimento da onda larga do pós-Segunda Guerra Mundial na economia-mundo capitalista, da crise estrutural do capitalismo nos anos 1960 e 1970, da passagem das economias latino-americanas ao padrão exportador de especialização produtiva a partir dos anos 1980 e à vigência de projetos econômico-políticos afinados ao programa neoliberal – que potencializam, eles mesmos, o ciclo de lutas e transformações sociais na região a partir dos anos 1990. Neste momento assiste-se a novos processos de regionalização e a aplicação das recomendações do chamado Consenso de Washington na região, implicando a abertura das economias nacionais ao capital especulativo, às [entidades-sociais-e-movimentos-populares-da-bahia-e-do-brasil/](#)>. Último acesso em 20 de janeiro de 2019.

importações, às privatizações e às desnacionalizações.

Ambas as experiências estudadas refletem diretamente as contradições plasmadas nos territórios em que se inscrevem, sobretudo a partir dos anos 1990 (década em que ocorre a primeira grande marcha indígena dos povos das terras baixas da Bolívia e a primeira ocupação da Fazenda Bela Vista, que deu origem ao Assentamento Terra Vista). Momento histórico também em que o “novo regionalismo” marca o continente latino-americano, num primeiro momento, com a reativação dos processos de integração centro-americano, andino, caribenho e o do Mercosul, sob os marcos do regionalismo aberto, entre os anos 1990 e 2005; e num segundo, após a crise relativa desse modelo (sobretudo da Comunidade Andina e do Mercosul), com a emergência de propostas “possíveis” (SANAHUJA, 2009) ou a vigência do que se constituiria como uma quarta onda da integração latino-americana (SOUZA, 2012), materializada nas experiências de promoção de mudanças no Mercosul, assim como na criação de novos blocos regionais, como a UNASUL e a ALBA (SOUZA & SILVA, 2013). Neste contexto, parece-nos importante a recuperação da memória política de uma participação cidadã em escala nacional e regional que se amplia e fortalece, através das ações dos movimentos sociais, sobretudo para se compreender os papéis desempenhados posteriormente pelos governos progressistas – que recuperam as narrativas com que a sociedade interpelou as políticas neoliberais na região e as incorporam em maior ou menor medida nos programas políticos, nas campanhas eleitorais e propostas de políticas públicas (AGUILAR, 2017).

Experiências como, por exemplo, a resistência indígena e a elevação das suas pautas às esferas nacionais e internacionais da política na Bolívia, em especial, mas também em todo o continente; a produção do espaço no Assentamento Terra Vista e a realização de ações através de uma *Teia dos Povos*; a campanha continental 500 anos de resistência indígena, negra e popular entre 1989 e 1992, realizada através de uma articulação continental na América Latina, culminando com a conformação da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) em 1994, e a sua assumida, junto à Via Campesina, da luta contra a ALCA e a ingerência dos Estados Unidos nos países da região (AGUILAR, 2017); as lutas e ações sindicais e iniciativas como a Aliança Social Continental (ASC) e a Campanha Continental contra a ALCA (CASTRO, 2015); A Cúpula dos Povos e a afirmação dos processos alternativos de integração regional, como a ALBA²²³; todas elas parecem indicar o caminho do que

²²³ Ver: **Declaración Final de la III Cumbre de los Pueblos de América**. Mar del Plata, Argentina. 3 de noviembre de 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110323111314/37IIICPA.pdf>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2019.

poderia a vir se constituir como uma integração econômica para uma integração dos povos na América Latina.

Se as mudanças deflagradas pela emergência dos governos progressistas nas iniciativas de integração que marcaram a cena latino-americana a partir dos anos 2000, não foram suficientes para plasmar esse horizonte de integração, chegando esta a assumir contornos altamente desenvolvimentistas, afinado com os interesses do grande capital na região, e, ademais, o atual momento desse processo expressa profundas crises, as ações de resistência coletivas, com a afirmação de pautas e lutas comuns pode gerar o acúmulo necessário a uma (futura) “nova onda” da integração na região, na direção de uma integração dos povos, pelo bem viver. O que fica, no entanto, como indagação é em que medida serão os Estados capazes de efetivamente incorporar as pautas e demandas dos “povos” da América Latina nas diversas escalas, implicados que estão, estruturalmente, nos ciclos de acumulação e reprodução do capital no sistema-mundo moderno/colonial. E mais, como ampliar a participação e o controle social sobre projetos que, como os da IIRSA, não obstante as suas contradições, se encontram em vias de realização na região? São questões para as quais as respostas desafiam a imaginação política, as reflexões e construções teórico-epistêmicas, mas que em grande medida são, hoje, de natureza prática, demandando, em seu encontro, alguma sorte de “pragmatismo”. Um pragmatismo “*desde abajo*”, que reflita as urgências atualmente postas pelos povos do continente na direção do bem viver.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. **Geopolítica: Una re-visión de la política mundial**. Madrid: Trama Editorial, 2005. Disponível em: [http://assets.espapdf.com/b/John%20Agnew/Geopolitica_%20una%20re-vision%20de%20la%20po%20\(4370\)/Geopolitica_%20una%20re-vision%20de%20I%20-%20John%20Agnew.pdf](http://assets.espapdf.com/b/John%20Agnew/Geopolitica_%20una%20re-vision%20de%20la%20po%20(4370)/Geopolitica_%20una%20re-vision%20de%20I%20-%20John%20Agnew.pdf). Último acesso em 09 de julho de 2017;

_____. **Entre la Geografía y las Relaciones Internacionales**. In: Revista Tábula Rasa. No.5: 85-98, julho-dezembro: Bogotá, 2006;

AGUILAR, W. A. **Participación ciudadana en la UNASUR**. CEDLA: La Paz, 2017. Disponível em: https://www.cedla.org/sites/default/files/participacion_ciudadana_unasur.pdf>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

ALMEIDA, A. O. de. **IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**. Ministério do Planejamento: Brasília, 2009. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/apresentacao_iirsa_18.08.2009.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018;

ALMEIDA, L. T. de; DUTRA, P. H.; D'ANCONA, M. *Comércio e Meio Ambiente*. In: **Economia Política Internacional: análise estratégica**. n. 1 – abr./jun. p. 43-49. Instituto de Economia/UNICAMP. Centro de Relações Econômicas Internacionais – CERI: Campinas, 2004;

AMIN, S. *Geopolítica del imperialismo contemporáneo*. p. 37-58. In: BORON, A. A. [comp.]. **Nueva Hegemonía Mundial: alternativas de cambio y movimientos sociales**. CLACSO: Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/hegemo.htm>. Último acesso em 20 de julho de 2017;

_____. **O Imperialismo, Passado e Presente**. Tempo: Rio de Janeiro, 2005, nº 18, pp. 77-123. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a05.pdf>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

ANGELIS, J. de.; PORTA, F. *Condições para a integração produtiva no MERCOSUL: uma análise a partir do estudo dos fluxos de comércio bilaterais*. In: DESIDERÁ NETO, W. A.; TEIXEIRA, R. A.(orgs.). **Perspectivas para a integração da América Latina**. IPEA, CAF: Brasília, 2014;

ARDAYA, Z. L. **La búsqueda de la Loma Santa y la marcha indígena por el territorio y la dignidad**. APCOB – CIDDEBENI – OXFAM América: Santa Cruz de la Sierra, 1998. Disponível em: <https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/aca-lib-lehm-00770->

[1999.pdf](#) >. Último acesso em 05 de maio de 2019;

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Contraponto: Rio de Janeiro; Editora UNESP: São Paulo, 1996;

ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas;

BALDI, C. A. *Do constitucionalismo moderno ao novo constitucionalismo latino-americano descolonizador*. In: BELLO, E. (Org.). **Ensaio crítico sobre direitos humanos e constitucionalismo**. EDUCS: Caixias do Sul, 2012;

BANDEIRA, L. A. M. *Brasil, Estados Unidos y los procesos de integración regional. La lógica de los pragmatismos*. **Revista Nueva Sociedad**, 186, Julio - Agosto 2003. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/brasil-estados-unidos-y-los-procesos-de-integracion-regional-la-logica-de-los-pragmatismos/>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

BARTRA, A; OTERO, G. *Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia*. In: MOYO, S.; YEROS, P. (Coord.). **Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina**. CLACSO: Buenos Aires, 2008;

BATISTA JR., P. N. *América do Sul em movimento*. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 2 (110), pp. 226-238 abril-junho/2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n2/03.pdf>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

BITTENCOURT, L. B. *O movimento indígena organizado na América Latina – a luta para superar a exclusão*. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**: Salvador, 2000. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/libertad_bittencourt.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

BONIFAZ, C. R. *La reforma agraria en las tierras bajas de Bolivia*. In: VEGA, J. D. V. (Coord.). **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. CLACSO: La Paz, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/cides-umsa/20120904012018/10reforma.pdf>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

BORDAIS, L. E. F. **Mariátegui, los comunistas y el movimiento sindical minero en el Peru (1928-1931)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina). Instituto Latino-

Americano de Economia, Sociedade e Política – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu;

BRAGA, M. B. *Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL*. **Cadernos PROLAM/USP**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-26, dec. 2002. ISSN 1676-6288. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81745>>. Acesso em: 28 feb. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2002.81745>;

BRANDÃO, C. *Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar*. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/37t>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

BRANDÃO, C. R. *Pesquisar-participar*. In: _____. (Org.). **Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 1982;

BRITO, Q. R. M. *Descartes e Locke: possibilidades, limites e alcance do conhecimento humano*. **Revista Pandora Brasil** – Número 34, Setembro de 2011 – ISSN 2175-3318. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/filosofia_34/queith.pdf. Último acesso em 08 de agosto de 2018;

CAIRO, H. *A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia*. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 221-237, Maio/Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a03v21n53.pdf>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

CARDOSO, M. L. **O mito do método**. Trabalho apresentado no Seminário de Metodologia Estatística, realizado na PUC – Rio de Janeiro, janeiro-fevereiro de 1971. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/55481683/Mirian-Limoeiro-Cardoso-O-mito-do-metodo>>. Último acesso em 10 de abril de 2019;

CAROU, H. C. *Los enfoques actuales de la geografía política*. **Revista Espiral**, vol. VII, no. 9, pp. 49-72. Universidad de Guadalajara: Guadalajara, 1997. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13870903>>. Último acesso em 22 de julho de 2018;

CARPIO, S. M. **Corredor norte: nación integrada o país de tránsito**. FOBOMADE: La Paz, 2010;

CARVALHO, S. M. L. de; XAVIER, T. dos. S.; PINTO, F. L. B. *Trajatória dos consórcios públicos baianos: oportunidades e desafios para uma política de desenvolvimento territorial*. **Anais do IX congresso CONSAD de Gestão Pública**: Brasília, 2016, p. 5.

Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-36-02.pdf>>. Último acesso em 13 de janeiro de 2019;

CASTAÑOS, C. R. V. **Tierra y territorio en Bolivia**. CEDIB: La Paz, 2008;

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da Sociedade**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995;

CASTRO, J. V.; PARIMBELLI, M. **Ejes de Integración: elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas Ampliado**. Abril, 2013. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevidео13_informe_amazonas_ampliado.pdf>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019;

CASTRO, M. *Uma mobilização continental vitoriosa*. In: **ALCA dez anos: fracasso e alerta a novas negociações**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/05/Alca-dez-anos-web.pdf>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

CEPAL. **Plataforma de Tlatelolco sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. CEPAL: Santiago, 1992. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18877?locale-attribute=es>>. Último acesso em 26 de março de 2018;

_____. **Panorama Social da América Latina – 2006**. Nações Unidas: Santiago do Chile, 2007. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1225/S0600674_es.pdf;jsessionid=0DFAC3B880586445FC95A790523B2B45?sequence=1>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

CHONCHOL, J. *La Reforma Agraria en América Latina*. In: VEGA, J. D. V. (Coor.). **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. Clacso: La Paz, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/cides-umsa/20120904012018/10reforma.pdf>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas;

COMEGNA, M. A. **A convenção sobre biodiversidade e as comunidades locais na Bolívia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-03072006-122302. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03072006-122302/pt-br.php>>. Último acesso em 23 de março de 2018;

CRUZ, S. C. V. e. *Teoria e método na análise de conjuntura*. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, Agosto/2000. p. 145-152. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4197.pdf>. Último acesso em 22 de março de 2018;

DAVIS, A. (1982). **Mulher, raça e classe**. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Escala: São Paulo, 2009;

D'ICARAHY, L. D. *Trabalhadores rurais e o surgimento do MST na Bahia (1978-1989)*. **Anais do III Encontro Estadual de História – ANPUH/BA**: Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475193059_ARQUIVO_trabalhadoresruraiseoMSTnaBahia19781989.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

DUPRAT, D. *A Convenção n. 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada*. In: _____. (Org.). **Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais**. República Federativa do Brasil, Ministério Público da União: Brasília, 2015;

DUSSEL, E. 1492. **O encobrimento do outro: a origem do “mito da Modernidade”**. **Conferências de Frankfurt**. Vozes: Petrópolis, 1993;

_____. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Buenos Aires, 2000;

EQUIZA, A. M. F. *Desarrollo y conflictos socioambientales. Indagaciones para construir nuevos posibles*. In: EQUIZA, A. M. F. (Org.). **Territorios, economía internacional y conflictos socioambientales**. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires; Centro de Investigaciones Geográficas, IGEHCS, FCH: Tandil, 2013;

ESPASANDE, M. (Coord.). **Atlas Histórico de América Latina y el Caribe**. Centro de Estudios de Integración “Manuel Ugarte”. Universidad Nacional de Lanús: Remedios de Escalada, 2017;

FANON, F. **Os condenados da terra**. (1961). Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 1979;

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch**. Nova York: Autonomedia, 2004;

FERNANDES, B. M. *Sobre a tipologia de territórios*. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão

Popular: São Paulo, 2009;

FIORI, J. L. *O poder global e a nova geopolítica das nações. Crítica y Emancipación. Revista latinoamericana de ciencias sociales*, Año I, nº 2, Primer Semestre; 2009. p.157-183. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/06opo.pdf>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

FORNASARI FILHO, N.; COELHO, L. R. **Aspectos Ambientais do Comércio Internacional**. FIESP/CIESP: São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.ciesp.com.br/wp-content/uploads/2012/11/Aspectos-ambientais-do-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2019;

FREITAS, H. I. de. *Luta por terra e território no Litoral Sul da Bahia: movimentos sociais, ações políticas e políticas públicas. Anais do II Simpósio baiano de geografia agrária*: Salvador, 2017. Disponível em: <https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo2_hingrydfreitas.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

FUNDACIÓN TIERRA. **La marcha indígena por el TIPNIS: la lucha en defensa de los territorios**. Fundación Tierra: La Paz, 2012. Disponível em: <<http://www.ftierra.org/index.php/publicacion/libro/56-marcha-indigena-por-el-tipnis-la-lucha-en-defensa-de-los-territorios>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento, um enfoque interdisciplinar**. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1980;

_____. **La economía latinoamericana: formación histórica y problemas contemporáneos**. Siglo XXI Editores: México, 1987;

GALVIS, M. C. **El derecho a la consulta previa, libre e informada de los pueblos indígenas – la situación de Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú**. OXFAM/DPLF: 2011. Disponível em: <www.dplf.org/es/resources/el-derecho-la-consulta-previa-libre-e-informada-de-los-pueblos-indigenas-la-situacion-de>. Último acesso em 15 de janeiro de 2019;

GERMANI, G. I. *Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia*. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C; SILVA, O. A. (Org.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304;

_____. *Reforma agrária, ações públicas e movimentos sociais. Cadernos de Geociências*, v. 6, 2001. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_refagraria_acoepublicasmovimentossociais.pdf>. Último acesso

em 05 de maio de 2019;

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais**. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2002;

GOMES JR. E.; ARUTO, P. C. *Considerações sobre a apropriação da renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil*. In: **Anais das IX Jornadas de Economía Crítica; XI Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico**: Córdoba, 2016;

GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Elsevier: Rio de Janeiro, 2005;

GONZÁLEZ, E. C. *Natureza e cultura através da história da Antropologia*. In: ALVES, P. C. (Org.). **Cultura: múltiplas leituras**. EDUSC: Bauru; EDUFBA: Salvador, 2010;

GONZÁLEZ REY, F. L. *La subjetividad: su significación para la ciencia psicológica*. In: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2002;

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SEMA. **Avaliação ambiental estratégica do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mineral-Industrial da Região Cacaueira – Complexo Porto Sul**. Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente/CT-UFRJ: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.lima.coppe.ufrj.br/index.php/en/estudos-e-projetos-2/encerrados/39-2011/284-avaliacao-ambiental-estrategica-do-programa-multimodal-de-transporte-e-desenvolvimento-minero-industrial-da-regiao-cacaueira-aee-porto-sul-ppe-11521>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

GOUVÊA, M. M. de M. **Imperialismo e método: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia**. 2016. (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro;

GUANAES, S. A. *Reflexões sobre territórios e políticas ambientais na América Latina*. In: CRUZ, C. A. S.; CORAZZA, G.; SOUZA, N. A. de. **América Latina – Olhares e perspectivas**. Insular: Florianópolis, 2014;

GUERREIRO, I. A.; PEREIRA, P.C.X. *Renda da Terra: chave para compreender a reprodução da dependência econômica por meio do território. O caso do Brasil na América Latina*. **XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/>

[SL_Sessoes_Livres/SL%201.pdf](#)>. Último acesso em 29 de junho de 2018;

GUZMÁN, G. **La marcha**. Editorial Gente Común: Bolívia, 2012. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/bolivien/10439.pdf>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

HARVEY, D. O “novo imperialismo”: *ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento*. **Revista Lutas Sociais**. n. 13/14: São Paulo, 2005a. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18665>>. Último acesso em 03 de julho de 2018;

_____. **A produção capitalista do Espaço**. Annablume: São Paulo, 2005b;

HOBBSAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2011;

KAY, C. *Desarrollo rural y cuestiones agrarias en la América Latina contemporánea*. **Revista Agricultura y sociedad**, n. 75, (abril-junho de 1995), p. 27-82. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=82988>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

KUSCH, R. (1978). *Esbozo de una antropología filosófica*. In: **Obras completas, tomo III**. Fundación Ross: Rosario, 2000;

_____. *América Profunda*. In: **Obras completas. Tomo II**. Fundación A. Ross: Rosário, 2012;

_____. *Geocultura del hombre americano*. In: **Obras completas. Tomo III**. Fundación A. Ross: Rosário, 2000;

LANDER, E. *Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico*. In: _____. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Buenos Aires, 2000;

LANE, S. T. M. *A dialética subjetividade versus objetividade*. In: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. (Orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2002;

LAVALLE, J. L. **Instituciones e instrumentos para el planeamiento gubernamental en América Latina**. CEPAL; IPEA: Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds_Ipea_Cepal/tdcepal_005.pdf>.

Último acesso em 05 de maio de 2019;

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. Vozes: Petrópolis, 2009;

LENIN, V. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Editorial Progresso: Lisboa-Moscou, 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

LIMA, K. O.; MONTEIRO, G. V. *Epistemologia das ciências humanas e sociais*. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 22, segundo semestre de 2017, p. 05-19. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/29602/24897>>. Último acesso em 01 de abril de 2019;

LIMA, L. de S.; PEDRO, A. **História da Civilização Ocidental**. FTD: São Paulo, 2005;

LIMA, S. R. R. **Terra, trabalho e autonomia: condições de produção e reprodução de assentados no Terra Vista da “região cacauera” da Bahia**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/733340012t.pdf>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

LO BRUTTO, G.; LÓPEZ, L. A. *Quando el destino nos alcanza. La relación entre movimientos sociales y gobiernos latinoamericanos de izquierda*. **Tla-Melaua, revista de Ciencias Sociales**. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. **Nueva Época**, ano 11, n. 43, outubro 2017-março 2018, pp. 156-177. Disponível em: <<http://www.apps.buap.mx/ojs3/index.php/tlamelaua/article/view/399/401>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LÓPEZ, J. L. S.; ROMERO, A. A.; ROMERO, L. E. A. *De la organización campesina a la irrupción indígena zapatista en Chiapas, México: un aprendizaje político para el pluralismo cultural*. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, 2(1), p. 204-230. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3189>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

MARINHO, P. L. *Estado e economia: uma análise da Região Cacauera da Bahia*. In: COSTA, F. M.; SOARES, N. S. (Orgs.). **Cacau, riqueza de pobres**. Editus: Ilhéus, 2016;

MARIUTTI, E. B. **Política Internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. Texto para Discussão**. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, n. 218, abr. 2013. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3267&tp=a . Último acesso em 14 de maio de 2019;

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia [1973]*. In: MARTINS, C. E. (Comp.). **América Latina, dependencia y globalización**. CLACSO; Siglo del Hombre editores: Bogotá, 2008;

MEDEIROS, C. A. de. *Os Dilemas da Integração Sul-Americana*. In: *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento*. (Org.). **Cadernos do Desenvolvimento**. 5 ed. Centro Internacional Celso Furtado: Rio de Janeiro, 2008, v., p. 213-254;

_____. *Modelos alternativos para la integración sudamericana*. In: **Integración regional en América Latina: desafíos y oportunidades**. Monografía de la Red del Instituto Virtual de la UNCTAD: Nova Iorque e Ginebra, 2010;

MIGNOLO, W. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Último acesso em 09 de julho de 2017;

_____. **La Idea de América Latina – la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007;

_____. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. **Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: literatura, língua e identidade**, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf>. Último acesso em 20 de janeiro de 2017;

_____. **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. [2009]. Disponível em: http://www.macba.es/PDFs/walter_mignolo_modernologies_cas.pdf. Último acesso em 20 de janeiro de 2017;

_____. *El hedor y el desarrollo*. In: TASAT, J. A.; PÉREZ, J. P. (Coords.). **El hedor de América: reflexiones interdisciplinarias a 50 años de la América Profunda de Rodolfo Kusch**. EDUNTREF; Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini: Buenos Aires, 2013;

MOREIRA, G. B. **Marxismo e crise: socialismo ou barbárie na crítica de esquerda do pós-guerra francês (1946-1967)**. 2015. Dissertação. Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37890/R%20-%20D%20-%20GUILHERME%20BIANCHI%20MOREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso em 01 de abril de 2019;

NAVA, P. V. **Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los recursos naturales**. CEDIB: Cochabamba, 2013;

NINIS, A. B. **Complexidade, manipulação genética e biocapitalismo: compreensão das interações da engenharia genética na sociedade de risco**. 2011. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília: Brasília, 2011;

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. Labur Edições: São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

OLIVEIRA, K. C. da S.; et al. *Análise de previsão do preço do cacau através de uma série univariada de tempo: uma abordagem utilizando o método arima*. In: COSTA, F. M.; SOARES, N. S. (Orgs.). **Cacau, riqueza de pobres**. Editus: Ilhéus, 2016;

OLIVEIRA, S. L.; SANTOS, A. R. dos. *Reforma agrária do consenso no extremo sul da Bahia*. **Anais do III Encontro Estadual de História**. ANPUH: Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475295583_ARQUIVO_REFORMAAGRARIADOCONSENSONOEXTREMOSULDABAHIA.pdf>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

OSORIO, J. **El Estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder**. Fondo de Cultura Económica/UAM: Cidade do México, 2004;

_____. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C., OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86;

PADULA, R. **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA**. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL), Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://leal-ufRJ.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018;

_____. **Infraestrutura I: Transportes – Fundamentos e propostas para o Brasil**. CONFEA: Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/Livro_Transportes.pdf>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018;

PAZ, S. *La marcha indígena del “TIPNIS” en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de America del Sur*. **Revista GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 07-36, Niterói, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13623>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

PFRIMER, M. H. *Heratland Sul-Americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano*. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, pp. 131 - 144, 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74192/77835>. Último acesso em 10 de agosto de 2018;

PORTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção da Diversidade Biológica**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convenção-da-diversidade-biológica>>. Acesso em 21 de março de 2018;

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina*. In: SEOANE, J. **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), Programa OSAL: Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>>. Último acesso em 02 de julho de 2018;

_____. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. OSAL; CLACSO: Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310112007/3PortoG.pdf>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

_____; CUIN, D.P. *Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência*. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; LAZZARIN, F. **Conflitos no campo – Brasil, 2013**. CPT NACIONAL: Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads>. Último acesso em 26 de julho de 2017;

_____. et al. *Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil*. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. (cords.). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. CPT Nacional: Brasil, 2015;

_____; SANTIAGO, M. B. **Encrucijada latinoamericana en Bolivia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias**. 2013. Disponível

em: <<https://www.cedib.org/wp-content/uploads/2013/05/El-conflicto-del-TIPNIS-y-sus-implicaciones.pdf>>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019;

PRADO, A. A. *O zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul*. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 20, abril 2003: 144-174. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/adonia20.htm>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

PRECIADO, J.; UC, P. *La geopolítica en América Latina contemporánea: escenarios actuales*. In: **Anais do XXII IPSA World Congress of Political Science**. International Political Science Association: Madri, 2012. Paper 3262, 14 de Agosto de 2012. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_3262.pdf>. Último acesso em 04 de maio de 2018;

PUNTIGLIANO, A. R. *Brasil, América Latina y la integración regional*. **Revista do IMEA UNILA**, v. 1, n. 2 (2013). Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/183>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

QUENTAL, P. de A. **Dilemas da Integração Regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e as suas implicações socioespaciais**. CLACSO: Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_final.pdf>. Último acesso em 23 de março de 2018;

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina (Análisis)*. In: **Ecuador Debate. Descentralización: entre lo global y lo local**. Quito: CAAP, (no. 44, agosto 1998): pp. 227-238. ISSN: 1012-1498. Disponível em: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042#.WWJavYTyvIU>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

_____. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: CLÍMACO, D. A. (seleção). **Aníbal Quijano: cuestiones y horizontes. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. CLACSO: Buenos Aires, 2014;

_____. “José Carlos Mariátegui: reencuentro y debate. Prólogo a 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana”. In: CLÍMACO, D. A. (seleção). **Aníbal Quijano: cuestiones y horizontes. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. CLACSO: Buenos Aires, 2007;

RAMOS, T.T. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe**. Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (CLACSO): Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110127084523/tramon.pdf>>. Último acesso em 26 de março de 2018;

RIBEIRO, D. *Linguagem, gênero e filosofia: uma abordagem wittgensteiniana*. **Anais das III Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Genero**. FaHCE, UNLP – CONICET: La Plata, 2013. Disponível em: <<http://jornadasciniq.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013/actas-2013/Ribeiro.pdf>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

RIBEIRO, M. T. F.; LOIOLA, E. *Gestão do território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes*. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37t>>. Último acesso em 14 de maio de 2019;

_____ ; MELO, A. F.; SILVA, D. *Cartografias de ação na América do Sul: uma proposta de abordagem*. In: KRAYCHETE, E. S.; VITALE, D. (Org.). **Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 265-288;

_____ ; _____ ; MELO, M C. *Integração Sul-Americana: o Atravessamento de Espaços-Tempos Luminosos e Opacos*. In: VITALE, D.; KRAYCHETE, E. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios na América do Sul**. EDUFBA: Salvador, 2015;

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. Contexto: São Paulo, 2001;

RODRIGUES, B. S. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sulamericanos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016;

RUIZ, J. B. *Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano*. In: _____ ; RIVAROLA, A.; ÁNGEL, M. C. (Eds.). **Integración latinoamericana y caribeña. Política y Economía**. Fondo de Cultura: Madrid, 2012;

SAFFIOTI, H. I. B. *Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade*. **Lutas Sociais**, nº 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. **Revista Estudos Avançados**. vol.2 no.2. São Paulo, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Último acesso em 20 de janeiro de 2017;

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Cortez: São Paulo, 2010;

SANTOS, C. V. dos; SANTOS, A. R. dos; PITA, D. R. *As jornadas de agroecologia da Bahia sob a ótica da educação não formal*. **Colóquio do Museu Pedagógico**, v. 12, n1, 2017, Vitória da Conquista. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6799/pdf_493>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. Hucitec: São Paulo, 1979;

_____. **Da totalidade ao lugar**. EDUSP: São Paulo, 2005;

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. EDUSP: São Paulo, 2008;

SANTOS, L.F.B.; OLIVEIRA, G. G. de. **Política de Desenvolvimento Territorial: uma análise da escolha dos territórios da cidadania na Bahia**. Geografar, 2015. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/santos-ludiana-fernanda-borba-dos-oliveira-gilca-garcia-de-politica-de-desenvolvimento-territorial-0>>. Último acesso em 15 de agosto de 2017;

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Paz e Terra: Rio de Janeiro | São Paulo, 2016;

SERNAP; RUMBOL srl. **Evaluación Ambiental Estratégica del TIPNIS – EAE – 2011. (Resumo Ejecutivo)**. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/est-eae-sernap-00105-2011.pdf>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

SERPA, A. *Territórios de Identidade na Bahia: regionalização institucional e políticas de desenvolvimento cultural e territorial*. In: _____ (org.). **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. EDUFBA: Salvador, 2015;

SEVERO, L. W. *Integração comercial e produtiva da América do Sul*. In: CRUZ, C. A. S.; CORAZZA, G.; SOUZA, N. A. de. **América Latina – Olhares e perspectivas**. Insular: Florianópolis, 2014;

SCHAVELZON, S. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia. Etnografía de una Asamblea Constituyente**. CLACSO; IWGIA; CEJIS: La Paz, 2012. Disponível em: <<http://vml029.epm.br/handle/11600/10255>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Vozes: Petrópolis, 2001;

SILVEIRA, J. M. F. J. da; BORGES, I. de C.; BUAINAIN, A. M. *Biotecnologia e agricultura – da ciência e tecnologia aos impactos da inovação. São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 2, p.101-114, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n2/v19n2a09.pdf>>. Último acesso em 26 de março de 2018;

SILVA, D. J. da. **Capital estrangeiro e conflitos em torno das riquezas minerais no espaço sul-americano**. 2017. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador;

SOUZA, N. A. de. **Crisis y lucha de clases en Brasil – 1974/1979**. 1980. Tese de doutorado, Facultad Nacional de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, México D. F. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8_aa5OSi—8c0k5U1dwMUNjaVk/edit>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

_____. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. Ed. Atlas: São Paulo, 2009;

_____. *América Latina: as ondas da integração. Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012, p. 87-126. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>>. Último acesso em 22 de setembro de 2018;

_____. *Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”*. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer [org.]. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dep_endencia.pdf. Último acesso em 09 de julho de 2017;

_____; SILVA, L. M. N. de M. e. *Integração Contemporânea da América Latina: teoria e prática. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Último acesso em 16 de maio de 2019;

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária no Brasil**. Expressão Popular: São Paulo, 2005;

SURKIN, J. B. **Caracterización Técnica de Aspectos Históricos, Culturales, Socioeconómicos, Organizativos y de Gestión del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS)**. GTZ; MAPZA: La Paz, 2002. Disponível em: <<https://www.bivica.org/file/view/id/485>>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

SVAMPA, M. <<Consenso de los Commodities>> y lenguajes de valoración en América

Latina. Nueva Sociedad, N. 244, março-abril de 2013, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Último acesso em 15 de março de 2018;

URQUIDI, V.; TEIXEIRA, V.; LANE, E. *Questão indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas. Cadernos PROLAM/USP* (ano 8 – vol. 1 – 2008), p. 199 – 222. Disponível em: <www.revistas.usp.br/prolam/article/download/82316/85289/>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

VEGA, J. D. V. (Coor.). **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. CLACSO: La Paz, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/cides-umsa/20120904012018/10reforma.pdf>. Último acesso em 09 de julho de 2017;

VELASCO E CRUZ, S. C. *Teoria e método da análise de conjuntura. Educação & Sociedade*, ano XXI, no 72, Agosto, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4197.pdf>>. Último acesso em 10 de agosto de 2018;

VERGARA-CAMUS, L. *Globalización, tierra, resistencia y autonomía: el EZLN y el MST. Revista Mexicana de Sociología*, México, v. 73, n. 3, p. 387-414, sept. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032011000300001&lng=es&nrm=iso>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

VIGEVANI, T. **O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional**. Alfa-Omega: São Paulo, 1999;

WALLERSTEIN, I. *As três instâncias de hegemonia na história da economia-mundo capitalista (Capítulo IV)*. In: **The politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations**. Ed. Cambridge University Press, 1984. Tradução PEREIRA, J. M. e revisão GOUVÊA, M. M;

WOOD, E. M. *As origens agrárias do capitalismo. Crítica Marxista*, v.1, n.10, p.12-29. Boitempo: São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf>. Último acesso em 22 de junho de 2018;

ZEA, L. **A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente seguido de Discurso desde a marginalização e a barbárie**. Gramond: Rio de Janeiro, 2005;

ZIBECHI, R. **Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. BALADRE; ZAMBRA: Málaga, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Término de Consentimiento Libre e Informado

Proyecto: Dinámica Contemporánea de Expansión del Capital en América del Sur: una mirada desde la IIRSA y las luchas por tierra/territorio en Bolivia y en Brasil

Usted está siendo invitada(o) a participar de una investigación que tiene por objeto la comprensión de la dinámica contemporánea de expansión del capital en América del Sur, partiendo del análisis de los procesos de integración vigentes en la región y, más precisamente, de la luchas por tierra/territorio en Bolivia y en Brasil. Mirando a un horizonte de fortalecimiento de la integración de los pueblos, buscamos con ese estudio mejor conocer dos procesos de lucha/resistencia en curso actualmente en la región que, de alguno modo, se relacionan activamente con la problemática de la integración productiva y de infraestructura en América del Sur y, por lo tanto, nos van ofrecer mayores posibilidades de comprensión de la dinámica contemporánea de expansión del capital en la región.

En Bolivia buscamos mejor conocer el caso de la Tierra Comunitaria de Origen - Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TCO-TIPNIS), foco de un conflicto directamente asociado al Eje de Integración y Desarrollo (EID) Peru-Brasil-Bolivia de la iniciativa para la Integración de la infraestructura Regional Suramericana (IIRSA). Ese conflicto tiene como objeto central de tensión la construcción prevista de una carretera que atraviesa el territorio y lo divide en dos. La carretera es uno de los 10 tramos carreteros que componen el corredor Rio Branco-Cobija-Riberalta-Yucumo-La Paz, también conocido como Corredor Norte.

En Brasil, va a ser estudiado el caso del Asentamiento Tierra Vista, territorio fruto de la lucha por la reforma agraria del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), que desde el año de 1992 se ha convertido en referencia en la construcción de alternativas de desarrollo social y productivo en armonía con los intereses de los pueblos locales y con la naturaleza. Desde el año de 2012 es impulsada desde ahí una iniciativa de promoción de la integración de los pueblos (Teia dos Povos), basada en acciones hacia el desarrollo, empoderamiento y emancipación de las comunidades integrantes.

Para el desarrollo de este estudio, serán realizadas entrevistas semiestructuradas a la cuales se pretende registrar a través de recursos audiovisuales. Es posible que el contenido de las entrevistas (imágenes y audios) sean empleados posteriormente en la construcción de un documental sobre la temática del proyecto. En los procedimientos previstos, no hay la previsión de cualquier malestar o riesgo para los participantes.

Teniendo en vista los principios éticos en pesquisa, usted puede, en cualquier etapa del estudio, entrar en contacto con lxs responsables por la investigación para aclaraciones y eventuales dudas. La investigadora principal es la bacharela en humanidades Marta Cerqueira Melo, estudiante de la maestría en Integración Contemporánea de América Latina, orientada por el profesor Dr. Nilson Araújo de Souza.

Se garantiza al participante la libertad de retirar el consentimiento en cualquier momento y dejar de participar del estudio sin ningún perjuicio. No hay gastos personales para el participante, de la misma forma que no habrá compensación financiera relacionada con su participación. La investigadora se compromete a utilizar los datos y contenidos recogidos solamente para la realización de esta investigación.

Creo haber sido informado suficientemente a respecto de las informaciones que leí o que fueran leídas para mí describiendo el estudio *Dinámica Contemporánea de Expansión del Capital en América del Sur: Una mirada desde la IIRSA y las luchas por tierra/territorio en Bolivia y en Brasil* y obtuve todas las eventuales aclaraciones en cuanto a las dudas por mí presentadas.

Estoy de acuerdo en participar voluntariamente de este estudio, pudiendo retirar mi consentimiento en cualquier momento, antes o durante el mismo, sin penalizaciones o perjuicios. **Firmo así el presente documento en dos vías de igual contenido y forma, quedando una en mi posesión.**

_____, ____ de _____ de 201 .

Participante de la investigación

Investigadora responsable por la investigación

Marta Cerqueira Melo | E-mail: marta018@hotmail.com | Teléfono: 69912966

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Dinâmica Contemporânea de Expansão do Capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem por objetivo a compreensão da dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul, partindo da análise dos processos de integração vigentes na região e, mais precisamente, das lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil. Mirando a um horizonte de fortalecimento da integração dos povos, buscamos com este estudo melhor conhecer os processos de luta/resistência em curso atualmente na região que, de algum modo, se relacionem ativamente com a problemática da integração produtiva e de infraestrutura.

Na Bolívia, buscamos melhor conhecer o caso da Terra Comunitária de Origem – Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TCO-TIPNIS), foco de um conflito diretamente associado ao Eixo de Integração de Desenvolvimento (EID) Peru-Brasil-Bolívia da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Esse conflito tem como objeto central de tensão a construção prevista de uma rodovia que atravessará o território e o dividirá em duas partes. A rodovia integra o projeto de construção da *Red Vial Fundamental* do país, que vem sendo impulsado nacionalmente através do *Plan de Desarrollo Económico y Social* adotado pelo Estado e regionalmente na América do Sul através da IIRSA-COSIPLAN.

No Brasil, está sendo estudado o caso do Assentamento Terra Vista, território fruto da luta pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado da Bahia. O Assentamento, que tem a sua história iniciada no ano de 1992, vem se convertendo em referência na construção de alternativas de desenvolvimento social e produtivo, harmonizando interesses individuais e coletivos, bem como compatibilizando o atendimento às necessidades humanas às lógicas de funcionamento e regeneração da natureza. Desde o ano de 2012 é impulsionada desde aí uma iniciativa de promoção da integração dos povos (Teia dos Povos), baseada em ações de promoção do desenvolvimento, empoderamento e emancipação das comunidades integrantes.

Para o desenvolvimento deste estudo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas às quais se pretende registrar através de recursos audiovisuais. É possível que o conteúdo das entrevistas (imagens, áudios e vídeos) sejam empregados posteriormente na construção de um documentário sobre a temática do projeto. Nos procedimentos

previstos, não se espera incorrer em qualquer mal-estar ou risco para os participantes. Tendo em vista os princípios éticos em pesquisa, você pode, em qualquer etapa do estudo, entrar em contato com xs responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos e solução de eventuais dúvidas. A pesquisadora principal é a bacharela em Humanidades, Marta Cerqueira Melo, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração contemporânea da América Latina – PPG-ICAL/UNILA, orientada pelo professor Dr. Nilson Araújo de Souza.

Está garantida a(o) participante a liberdade de retirar o consentimento em qualquer momento e deixar de participar do estudo sem nenhum prejuízo. Não há gastos pessoais para o participante, da mesma forma que não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. A pesquisadora se compromete a utilizar os dados e conteúdos recolhidos somente para a realização desta pesquisa.

Creio ter sido informado suficientemente a respeito das informações que li ou para mim foram lidas descrevendo o estudo *Dinâmica Contemporânea de Expansão do Capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil* e obtive o esclarecimento de todas as dúvidas por mim apresentadas.

Estou de acordo em participar voluntariamente deste estudo, podendo retirar meu consentimento em qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo, sem penalizações ou prejuízos. **Firmo assim o presente documento em duas vias de igual conteúdo e forma, ficando uma em minha posse.**

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2018.

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável

Marta Cerqueira Melo | E-mail: marta018@hotmail.com | Telefone: +55 (71) 992871052

APÊNDICE C – Carta de Solicitação (modelo)

La Paz, XX de XXXX de XXXX.

Señor(a)
Nome
Cargo
Institución

Estimado(a),

Por medio de la presente **SOLICITO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**. La motivación de esta solicitud es el estudio que estoy desarrollando acerca de los desafíos que atraviesan el proceso de integración comercial y productiva en América del Sur, más precisamente en Bolivia y en Brasil. Una parte considerable de estos desafíos se encuentra asociada al tema de la integración de la infraestructura en estos países y los conflictos socio-ambientales que le ha acompañado. Actualmente, me estoy encargando de entrevistar a personas que conforman un cuerpo amplio de conocimiento acerca de ese proceso, y su actual posición en **XXXXXXXXXXXXXXXX** lo sitúa como alguien sumamente importante a contactar. Este proyecto, que estoy ejecutando bajo la orientación del Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza, ha sido aprobado por el *Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPG/ICAL* de la *Universidade Federal da Integração Latino-Americana*, en Brasil. Las entrevistas son parte de ello.

Me gustaría que usted participara en este proyecto y me complacería conversar acerca de los detalles de ello.

Tenga a bien comunicarse conmigo por el número 69912966 o por correo electrónico a marta018@hotmail.com.

Saludos cordiales,

Marta Cerqueira Melo
Maestría en Integración Contemporánea de América Latina.

APÉNDICE D – Roteiro de Entrevista (modelo)

GUIÓN DE ENTREVISTA

Título del Proyecto: Dinámica Contemporánea de Expansión del Capital en América del Sur: una mirada desde la IIRSA y las luchas por tierra/territorio en Bolivia y en Brasil

Usted está siendo invitado a participar de una investigación que tiene por objeto la comprensión de la dinámica contemporánea de expansión del capital en América del Sur, partiendo del análisis de los procesos de integración vigentes en la región y, más precisamente, de las luchas por tierra/territorio en Bolivia y en Brasil. Ubicada en el contexto de la integración comercial y productiva de la región, la investigación tiene como eje central los desafíos que emergen de ese proceso, sobretodo los que están asociados al tema de la infraestructura y los conflictos socio-ambientales.

En Bolivia buscamos mejor comprender el caso de la Tierra Comunitaria de Origen - Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TCO-TIPNIS), foco de un conflicto directamente asociado al Eje de Integración y Desarrollo (EID) Peru-Brasil-Bolivia de la iniciativa para la Integración de la infraestructura Regional Suramericana (IIRSA). Ese conflicto tiene como objeto central de tensión la construcción prevista del tramo II de la carretera San Ignacio de Moxos – Villa Tunari, que atraviesa el territorio y lo divide en dos.

La búsqueda por incorporar la visión de la Coordinación Nacional IIRSA-CO-SIPLAN (Bolivia) a través del Viceministro de Transporte ligado al Ministerio de Obras Públicas Servicios y Vivienda en ese trabajo se da en la medida que consideramos la importancia que asume la infraestructura de transporte en el Plan de Desarrollo Económico y Social de Bolivia (2016-2020), asociado, sobretodo, al tema de la integración entre las diversas partes del país entre sí y con los países vecinos.

Tiempo estimado de duración de la entrevista: 20 a 30 minutos

PREGUNTAS

1. La mejora y la integración del sistema de transporte nacional en todas sus modalidades (caminera, ferroviaria, aeronáutica y fluvial lacustre) hace parte de la estrategia de promoción del desarrollo y la ampliación de mercados para la producción boliviana, inaugurada con la propuesta de cambio de 2006. Esa estrategia es parte del Plan de Desarrollo Económico y Social en el Marco del Desarrollo Integral para Vivir Bien (2014-2020). De que modo los proyectos IIRSA-COSIPLAN en Bolivia se relacionan con la meta 4 (de integración de los sistemas de transporte en sus diferentes modalidades) del PDES para 2020?
2. De los resultados esperados para 2020, como han avanzado los proyectos de los corredores que van a atravesar el país (bioceánico, norte-sur, oeste-norte)? Con el reciente impulso al corredor bioceánico, como quedan los demás corredores? Comente, por favor, el caso del corredor norte-sur.
3. Cuales son hoy los principales desafíos para la promoción de la integración del sistema transporte de Bolivia entre sus diversas regiones y con los países vecinos? Si puede decir que la cuestión socio-ambiental es uno de esos?
4. En la medida que se presenta como un importante tramo para conectar los corredores norte-sur con el bioceánico, como está actualmente la cuestión de la construcción del Tramo II de la carretera San Ignacio de Moxos-Villa Tunari, que atravesaría al TIPNIS? Ese conflicto afectó y/o afecta, de alguno modo, a los proyectos IIRSA-COSIPLAN en Bolivia?
5. Las cuestiones abiertas con el conflicto del TIPNIS además de la construcción o no de la carretera, tuvieron que ver con el tema de la participación de bancos y empresas extranjeras en los procesos de financiamiento y realización de las obras de infraestructura previstas en el país. Sí puede decir que hubo un pasaje de los aportes brasileños a los aportes chinos en los proyectos de infraestructura bolivianos en los últimos tiempos?